

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**VALDIR SESSI**

**A BARRAGEM DE ITAIPU E SUAS FENDAS POLÍTICAS. DO ESTUDO PIONEIRO  
DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ AO PROJETO DEFINITIVO: A  
FRONTEIRA, OS GRUPOS POLÍTICOS E AS EMPRESAS QUE DESENHARAM A  
FORMA DEFINITIVA DA BARRAGEM (1962-1985)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**VALDIR SESSI**

**A BARRAGEM DE ITAIPU E SUAS FENDAS POLÍTICAS. DO ESTUDO PIONEIRO  
DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ AO PROJETO DEFINITIVO: A  
FRONTEIRA, OS GRUPOS POLÍTICOS E AS EMPRESAS QUE DESENHARAM A  
FORMA DEFINITIVA DA BARRAGEM (1962-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História - PPGH da Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná - UNIOESTE, no curso de DOUTORADO  
EM HISTÓRIA, como requisito parcial para o título  
de Doutor em História. Orientador: Prof. Dr. Marcio  
Antônio Both da Silva.  
Linha de Pesquisa: Estado e Poder.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Sessi, Valdir

A barragem de Itaipu e suas fendas políticas. Do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962-1985) / Valdir Sessi; orientador Marcio Antônio Both da Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

228 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Itaipu. 2. projetos. 3. empresas . 4. trabalhadores.  
I. Both da Silva, Marcio Antônio, orient. II. Título.

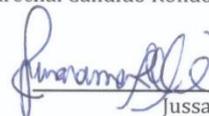
**Programa de Pós-Graduação em História**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE VALDIR SESSI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 17 dia(s) do mês de maio de 2023 às 14h00min, no(a) auditório das PósI, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) **Valdir Sessi**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Rodrigo Ribeiro Paziani, Carla Luciana Souza da Silva, Marcio Antônio Both da Silva, Jussaramar da Silva, Jorge Christian Fernandez. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcio Antônio Both da Silva. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "A barragem de Itaipu e suas fendas políticas. Do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962-1985)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Rodrigo Ribeiro Paziani, Carla Luciana Souza da Silva, Jussaramar da Silva, Jorge Christian Fernandez. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).



Orientador(a) - Marcio Antônio Both da Silva  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Jussaramar da Silva  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Programa de Pós-Graduação em História**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE VALDIR SESSI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Jorge Christian Fernandez  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Rodrigo Ribeiro Paziani  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Carla Luciana Souza da Silva  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Valdir Sessi  
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

**Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva**  
**Coordenadora Especial do Programa de**  
**Pós-Graduação em História**  
**Mestrado e Doutorado**  
**Portaria nº 4107/2020-GRE**

## DEDICATÓRIA

*À minha esposa Nazaré pelo apoio incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Marcio Antônio Both da Silva como orientador que me aceitou e me valorizou na jornada acadêmica. Seu apoio incondicional e amizade sempre ficarão em minha memória.

À Linha de Pesquisa Estado e Poder pelas relações profícuas estabelecidas durante esse período.

À Professora Dra. Carla Luciana da Silva por fazer parte da Banca Examinadora, pela amizade e pelas oportunidades dadas a mim para auxiliar nas pesquisas relacionadas à Itaipu Binacional, além das dicas ao longo do curso.

Ao Professor Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani pela disponibilidade de compor a Banca Examinadora e a oportunidade de dividir diálogos acerca do sistema prisional.

À Professora Dra. Jussaramar da Silva pela amizade, companheirismo e experiências trocadas acerca do assunto Itaipu Binacional desde 2012. Além disso, agradeço à sua disponibilidade de compor a Banca Examinadora, mesmo tendo que percorrer também longa distância de viagem.

Ao Professor Dr. Jorge Christian Fernandez pela disponibilidade de compor a Banca de defesa de dissertação de mestrado, oferecendo importantes contribuições. Agradeço-o também por aceitar nosso convite para composição também da banca de defesa da tese de doutorado, mesmo tendo que percorrer longa distância de viagem.

Aos professores Dr. Paulo Koling e Dra. Endrica Geraldo pelo aceite de participar como membros suplentes da Banca Examinadora.

À Coordenação do Curso pelo atendimento sempre rápido e eficaz.

Aos colegas de turma pela amizade, companheirismo e trocas de conhecimento ao longo do curso.

À minha esposa Nazaré de Oliveira Almeida, pelo constante apoio, pelas ausências enquanto estava absorto e ocupado com a pesquisa teórica e de campo. Agradeço-a também por acreditar em meu potencial de pesquisador e sempre me estimular e impulsionar nessa área, o que esteve presente ao longo de todos os anos do nosso relacionamento, em especial na época da graduação, mestrado e agora o doutorado.

À minha família que aceitou e apoiou a minha escolha pela vida acadêmica, muitas vezes, em detrimento da vida social e familiar. Os agradecimentos especiais vão para minha mãe Hermínia de Borba Sessi e para o meu irmão Ari Sessi. Minha mãe porque nunca deixou

que afastássemos da escola. E meu irmão Ari porque, depois da morte do meu pai, assumiu a responsabilidade pelos irmãos mais novos, entre os quais eu estava. Ele ainda, por causa do seu emprego de carpinteiro na Unicon, me proporcionou o acesso à única escola em Foz do Iguaçu que pudesse estimular meu amor pelos estudos, o Anglo Americano.

Aos ex trabalhadores da usina, sem exceção, e às suas famílias por disponibilizarem-se a oferecer seus depoimentos, deixando suas contribuições para a história. Os entrevistados, às vezes, estavam em idade avançada, doentes ou em condições difíceis para a entrevista. Mesmo assim, o fizeram. Os agradecimentos especiais vão para três entrevistados que faleceram pouco tempo depois da coleta de seus depoimentos.

Aos proprietários da Livraria Kunda, Claimar Erni Granzotto e Nathalie Husson Granzotto pela disponibilidade em providenciar a consulta em seus acervos.

Por fim, agradeço à minha própria história, a qual sem que eu desejasse ou interferisse, foi me guiando na trilha da curiosidade pelo assunto do poder, o que mais tarde culminou no meu desejo de ser historiador e cientista social.

## RESUMO

### **A barragem de Itaipu e suas fendas políticas. Do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962-1985)**

O momento político brasileiro que culminou no golpe civil-miliár em 1964 coincidiu com uma crescente demanda por energia elétrica para alimentar o parque industrial da região sudeste que estava em franca expansão. Neste contexto foram elaborados estudos para aumentar a oferta de energia para as indústrias, tendo como fonte principal, o rio Paraná, na divisa com o Paraguai, no estado do Paraná. Além do potencial hidrelétrico, esta região de fronteira (Guaíra/Foz do Iguaçu) se destacou por ser o foco de intensas disputas no campo da diplomacia. Associado a isto houve também movimentos políticos entre defensores de projetos arquitetônicos distintos para a região que contemplariam em um momento apenas o Brasil, mas em outros tornavam a exploração da energia produzida como sendo parte de direito do Paraguai. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi compreender, por meio da teoria do campo social, as negociações pré-Itaipu para efetivação da construção, desencadeadas pelo escritório de Octavio Marcondes Ferraz (Usina Federal das Sete Quedas, 1962), mas que terminaram em 1972, quando o consórcio multinacional ítalo-americano apresentou outros estudos contornando as negociações e encerrando definitivamente as disputas na região com a criação definitiva do projeto binacional de Itaipu. Por meio de pesquisa documental, esse estudo analisou diversos documentos dispostos na plataforma digital do Arquivo Nacional e documentos procedentes do Centro de Documentação da Itaipu, objetivando responder nosso questionamento principal: existe uma relação entre a edificação da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu (PR) e a atenuação dos conflitos fronteiriços com o Paraguai? Além disso, existe também uma relação entre tal atenuação e os benefícios oferecidos às empreiteiras brasileiras e paraguaias contratadas? As fontes analisadas contribuíram para mostrar a rede organizacional que possibilitou a interrupção da disputa territorial entre o Brasil e Paraguai iniciada em 1965 e a mudança de projetos relativos à construção, momento pré-Itaipu. Os documentos foram determinantes para demonstrar também as relações de trabalho durante a construção por meio dos quatro eixos empresariais distintos envolvidos na construção da usina. Os resultados da pesquisa também mostraram que o empreendimento binacional, seguindo os estudos posteriores aos de Marcondes Ferraz, possibilitou buscar acordos bilaterais com o Paraguai com relação às disputas por fronteiras, uma vez que a região ficou alagada pelo lago artificial. Além disso, a pesquisa esclareceu que ainda em torno desse modelo complexo de projeto houve o emprego de inúmeras empresas em consórcios, os quais, separados metodologicamente por eixos. Nesse sentido, a pesquisa apresentou alguns sujeitos atuantes na ditadura civil-militar e no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que tiveram asseguradas vantagens atuando como consultores no ramo contábil, e na própria administração da estatal. Assim, consideramos atendidos os objetivos da pesquisa e uma resposta às questões iniciais. Depois disso, as conclusões que chegamos é de que a Itaipu, por meio de sua pedra fundamental estava para além de ser uma obra geopolítica. Sua característica estrutural ajudou a proporcionar uma organização empresarial complexa que levou a construção ao seu final.

**Palavras-chave:** Itaipu. Fronteira. Projetos. Consórcios. Octávio Marcondes Ferraz.

## ABSTRACT

### **The Itaipu dam and its political cracks. From the pioneer study by Octávio Marcondes Ferraz to the definitive project: the border, the political groups and the companies that designed the definitive form of the dam (1962-1985)**

The Brazilian political moment that culminated in the civil-military coup in 1964 coincided with a growing demand for electricity to feed the industrial park in the southeast region, which was booming. In this context, studies were carried out to increase the supply of energy for industries, having as main source, the Paraná River, on the border with Paraguay, in the state of Paraná. In addition to the hydroelectric potential, this border region (Guaíra/Foz do Iguazu) stood out for being the focus of intense disputes in the field of diplomacy. Associated with this, there were also political movements among defenders of different architectural projects for the region that would contemplate only Brazil at one time, but at other times made the exploitation of the energy produced as part of Paraguay's law. In this sense, the objective of this research was to understand, through the theory of the social field, the pre-Itaipu negotiations for the execution of the construction, triggered by the office of Octavio Marcondes Ferraz (Usina Federal das Sete Quedas, 1962), but which ended in 1972, when the Italian-American multinational consortium presented other studies circumventing the negotiations and definitively ending the disputes in the region with the definitive creation of the binational project of Itaipu. Through documentary research, this study analyzed several documents available on the digital platform of the National Archive and documents from the Itaipu Documentation Center, aiming to answer our main question: is there a relationship between the building of Itaipu Binacional in Foz do Iguazu (PR) and the mitigation of border conflicts with Paraguay? Furthermore, is there also a relationship between such attenuation and the benefits offered to Brazilian and Paraguayan contractors? The analyzed sources contributed to show the organizational network that made possible the interruption of the territorial dispute between Brazil and Paraguay that started in 1965 and the change of projects related to construction, pre-Itaipu moment. The documents were instrumental in also demonstrating the working relationships during construction through the four different business axes involved in the construction of the plant. The results of the research also showed that the binational enterprise, following studies after Marcondes Ferraz, made it possible to seek bilateral agreements with Paraguay regarding border disputes, since the region was flooded by the artificial lake. In addition, the research clarified that even around this complex project model, numerous companies were employed in consortia, which, methodologically separated by axes. In this sense, the research presented some subjects acting in the civil-military dictatorship and in the Institute of Research and Social Studies (IPES) who had assured advantages acting as consultants in the accounting branch, and in the state administration itself. Thus, we consider that the research objectives and an answer to the initial questions were met. After that, the conclusions we reached are that Itaipu, through its cornerstone, went beyond being a geopolitical work. Its structural characteristic helped to provide a complex business organization that brought the construction to its end.

**Keywords:** Itaipu. Border. Projects. Consortia. Octávio Marcondes Ferraz.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Cronograma das obras de Itaipu - 1966/1988.....	9
<b>FIGURA 2:</b> Porto Coronel Renato, 1965, área litigiosa.....	20
<b>FIGURA 3:</b> Análises das críticas de O. M. F. ao projeto de Itaipu, 1973.....	82
<b>FIGURA 4:</b> Esquema panorâmico da Usina Federal das Sete Quedas, 1962. ....	87
<b>FIGURA 5:</b> Organograma funcional do Conselho de Administração da Itaipu. ....	116
<b>FIGURA 6:</b> Esquema do triângulo institucional: obras de Itaipu .....	131
<b>FIGURA 7:</b> Consórcios que apresentaram propostas à Itaipu Binacional, 1974. ....	156
<b>FIGURA 8:</b> Empreiteiras do Eixo 2 - Obras prioritárias para o Canteiro de Obras.....	179
<b>FIGURA 9:</b> Comemoração por mais uma etapa de lançamento de concreto.....	189
<b>FIGURA 10:</b> Indicativos de trabalhadores estrangeiros no canteiro de obras. ....	201
<b>FIGURA 11:</b> Eixos no campo social-IB. Intersecção dos trabalhos e da sindicalização. ....	204

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Contratos firmados com organismos de créditos brasileiros/Em milhões.....	53
<b>TABELA 2:</b> Contratos firmados com organismos externos/Em milhões. ....	53
<b>TABELA 3:</b> Contratos em fase final de negociações/Em milhões. ....	54
<b>TABELA 4:</b> Abertura de sindicatos no Município de Foz do Iguaçu e região - 1968/1986.	108
<b>TABELA 5:</b> Divisão dos trabalhos por eixos e períodos no C.O - 1973/1991. ....	126
<b>TABELA 6:</b> Valores oferecidos pelas empreiteiras na licitação das obras de Itaipu - 1975.	158

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ADELA** - Atlantic Community Development Group for Latin America

**AESI/BR** - Assessoria Especial de Segurança e Informações do Brasil

**AMFORB** - American and Foreign Power Utility Company

**AN** - Arquivo Nacional

**AS** - Agência de Segurança

**ASI/PY**- Assessoria de Informações / Paraguay

**CO** - Canteiro de Obras

**CSN** - Conselho de Segurança Nacional

**DSI** - Divisão de Segurança e Informações

**EsNI** - Escola Nacional de Informações

**FIESP** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**IB** - Itaipu Binacional

**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**MD** - Margem Direita

**MMI** - Ministério das Minas e Energia

**ME** - Margem Esquerda

**M.F** - Marcondes Ferraz

**O. M. F.** - Octávio Marcondes Ferraz

**PB** - Pedido de Busca

**RAA** - Relatório Anual de Atividades

**SNI** - Serviço Nacional de Informações

**SFI** - Segurança Física da Itaipu

**SFU** - Segurança Física da UNICON

**SNI** - Serviço Nacional de Informação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I: EM NOME DA AMIZADE E COOPERAÇÃO: O INTERESSE DESINTERESSADO</b> ...	20
1.1 FATORES QUE FORTALECERAM O EMPREENDIMENTO BINACIONAL .....	29
1.2 ITAIPU BINACIONAL: A INFLUÊNCIA DO IMPERIALISMO BRASILEIRO .....	42
<b>CAPÍTULO II. O ABANDONO DOS ESTUDOS INICIAIS DA USINA FEDERAL DAS SETE QUEDAS E AS CRÍTICAS DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ</b> .....	58
2.1. OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ: PROTAGONISTA, ESPECIALISTA E DOMINANTE.....	59
2.2 O “CAPITAL SOCIAL”, AS CORPORAÇÕES PRÉ-ITAIPU E A MOBILIDADE DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ.....	78
<b>CAPÍTULO III. CANTEIRO DE OBRAS DA ITAIPU: A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO VITORIOSO</b> .....	99
3.1 DO TRATADO AO CANTEIRO DE OBRAS: OS ESFORÇOS JURÍDICOS PARA ENTENDER E INTERPRETAR O NOVO.....	100
3.2 A FORMAÇÃO DOS EIXOS EMPRESARIAIS EM TORNO DAS OBRAS DE ITAIPU .....	125
<b>CAPÍTULO IV. AS LICITAÇÕES E OS EIXOS NA CONSTRUÇÃO DA ITAIPU: A REALIDADE ALCANÇA OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ</b> .....	154
4.1 A ARTICULAÇÃO DAS EMPRESAS DAS OBRAS CIVIS E DA MONTAGEM .....	155
4.2 A DINÂMICA DAS EMPRESAS NOS EIXOS OPERACIONAIS.....	168
4.3 CHEGAM OS NOVOS CONSÓRCIOS E AS DIMENSÕES OPERACIONAIS DOS EIXOS SE CONCRETIZAM .....	186
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	208
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	213
<b>ANEXO A – Esquema do aproveitamento da Bacia do Rio Paraná nos territórios do Brasil, Paraguai e Argentina</b> .....	221
<b>ANEXO B – Média diária de concreto lançado ao bloco.</b> .....	222
<b>ANEXO C – Aderval Pereira de Freitas: Licitação, São José dos Campos-SP, 1967</b> .....	223
<b>ANEXO D – Ficha Individual: União de Construtoras-Ltda.</b> .....	224
<b>ANEXO E – Ocorrência policial IB/ME</b> .....	225
<b>ANEXO F – Esquema hierárquico de uma turma de trabalhadores</b> .....	226
<b>ANEXO G – Os ditadores Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner inauguram as obras do Canal de Desvio – 20/11/1978</b> .....	227
<b>ANEXO H – Divisão hierárquica entre os trabalhadores</b> .....	228

## INTRODUÇÃO

Itaipu Binacional, a maior hidrelétrica do mundo. Embora a estatal não esteja mais nesse nível no ranking das hidrelétricas mundiais, este ainda é o *slogan* que apresenta a usina construída por brasileiros, paraguaios e operários de outras nacionalidades aos milhares de turistas que atualmente cruzam a sua barreira de controle para visitar as instalações e ouvir histórias de cunho institucional sobre a construção. Um projeto supostamente melhor para o Brasil que envolvia o aproveitamento hidrelétrico utilizando o potencial dos extintos Saltos das Sete Quedas a noroeste do estado do Paraná foi iniciado anteriormente à Itaipu, entre o início dos anos 1950 até o fim de 1960, mas ficou apenas entre os estudos, relatórios e problemas de ordem diplomática, até o início definitivo com a assinatura do Tratado Binacional em 1973.

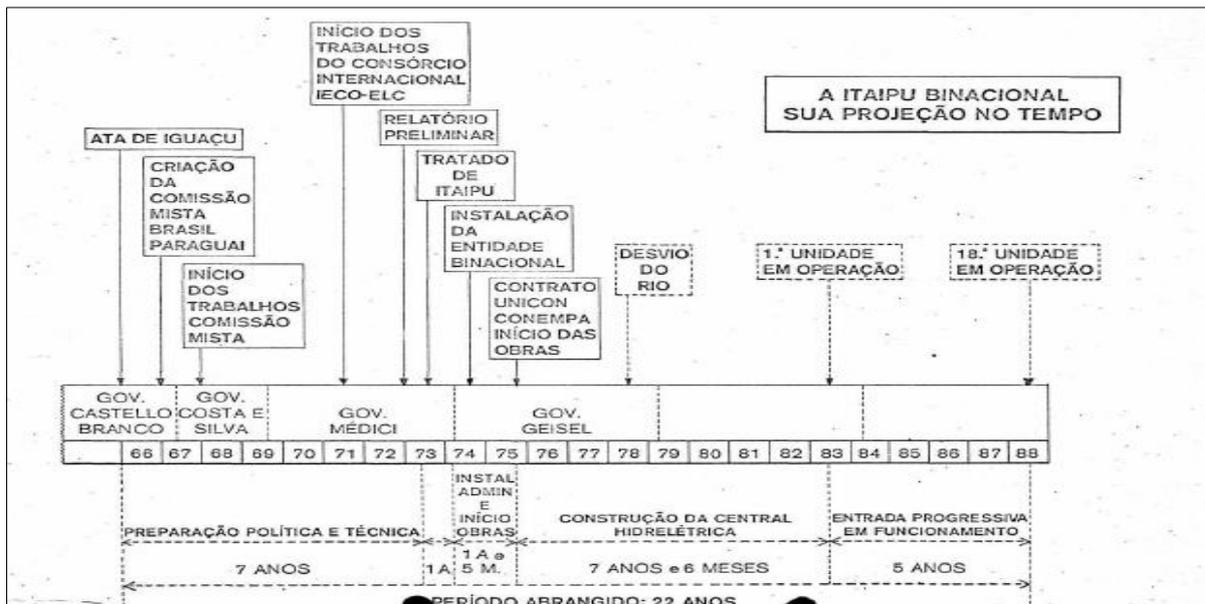


FIGURA 1: Cronograma das obras de Itaipu - 1966/1988.

Fonte: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0233. Disponível em: <<http://sin.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 11 de abril de 2020, p. 1-2.

Foi no horizonte deste cenário, que minha família deixou o município de Pérola do Oeste-PR, em 1974, e mudou-se para Foz do Iguaçu-PR, com objetivo de residir em uma área rural de 26 hectares, pertencente ao Sr. Antônio Ortega, na região do Bairro Carimã, onde atualmente está a ponte de Presidente Tancredo Neves que liga o Brasil com a Argentina. No entanto, a mudança para a área rural, inicialmente prevista, não aconteceu de forma imediata, demoraria o suficiente para que nós pudéssemos ver o mundo com outras lentes que não as nossas antigas de moradores rurais.

Logo que chegamos em Foz do Iguaçu, após um dia de viagem, cujo trajeto ainda era por meio da Estrada do Colono<sup>1</sup>, permanecemos temporariamente na área central da cidade, mais precisamente na Rua Rio Branco, onde em uma das laterais da nossa residência ficava o sombrio prédio da 6ª Subdivisão Policial, na outra o Supermercado Rio Branco e o Hotel Salvatti, e em frente, mais na esquina, o extinto Banco do Estado do Paraná (BANESTADO).

Neste espaço de residência temporária, cujo proprietário era também o Sr. Antônio Ortega, foi o lugar através do qual acompanhei diversas situações que ao longo do tempo iriam contribuir para que eu tivesse interesse sobre o assunto dessa tese e da dissertação de mestrado. A primeira era a percepção de que tudo mudava rapidamente no centro da cidade. As mudanças eram frutos dos desejos e dos acertos providenciados pela diplomacia e pelos grandes empresários e seus interesses econômicos. Foi no Hotel Salvatti, por exemplo, o lugar onde foi redigido o contrato 108/75, de 6 de outubro de 1975, que criou o Consórcio UNICON<sup>2</sup>. Foi também no segundo andar desse mesmo hotel<sup>3</sup>, o endereço em que muitos agricultores negociaram com a Itaipu Binacional, ainda em 1974, o valor das indenizações pelas suas propriedades que foram consumidas tempos depois pela construção da barragem.

Em 1974 e 1975 era possível perceber veículos timbrados de empresas circulando no local considerado o mais movimentado do município. Forasteiros com diversos sotaques se enfileiravam nas cadeiras das lanchonetes, uns de botas, outros de sapatos. Eram raros aqueles que calçavam tênis, como também era raro a presença feminina. Enquanto alguns carregavam em seus bolsos fração de dinheiro oriunda de acertos de contas em outras barragens, outros deixavam seus lugares na agricultura ou nos comércios para tentar a sorte no novo empreendimento.

Entretanto, dava para perceber nos ambientes que nem todos eram dotados das mesmas possibilidades. Nem todos podiam desfrutar de um quarto de hotel. Décadas depois essas mesmas pessoas, assim como eu e mais três irmãos, ficamos equivocadamente conhecidos enquanto “barrageiros<sup>4</sup>”.

Outro fato, cuja circunstância se tornou importante para minha formação de historiador, foi a atividade de engraxate nos arredores dos locais citados anteriormente. Naquela época, meados de 1975, com oito anos, enquanto aguardávamos a mudança para o sítio no Bairro

---

<sup>1</sup> Estrada com cerca de 17km, em meio ao Parque Nacional do Iguaçu, que ligava o município da Capanema a Jardinópolis, onde atualmente é Serranópolis do Iguaçu.

<sup>2</sup> UNICON, Informativo. Edição Nº 59 de 30/10/1980, p.04.

<sup>3</sup> UNICON, Informativo. Edição Nº 42 de 15/02/1980, p.07.

<sup>4</sup> Operário que trabalha em barragem. “Gíria de Barrageiro tem expressão” (Informativo UNICON, Edição Nº 61, de 03/12/1980, p. 05).

Carimã, me aventurei a ganhar algum dinheiro engraxando sapatos dos forasteiros, daqueles que permaneciam nas lanchonetes, escorados nas paredes dos comércios, ou transitando pelas calçadas. Mas também daqueles que entravam e saiam da delegacia central da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Receita Federal.

Nesse ambiente, ao ar livre, ouvia as pessoas conversando sobre trabalho. Mas também via e ouvia os policiais civis e militares se dirigindo à população, sobretudo àqueles que por alguma razão estavam na condição de detidos. Todos podiam ver com admiração a recepção dada aos presos quando desciam da viatura policial. Tais situações, naquele momento, mas também suas contemporâneas, décadas depois, me fizeram refletir muito, como mencionei, acerca da repressão, da tortura e do fenômeno do “barrageiro”, assuntos destacados na minha dissertação de mestrado defendida em 2015<sup>5</sup>.

Chegava o ano de 1976 e com ele nossa mudança para o sítio onde tudo era novo e os vizinhos também eram diferentes. Começamos então, eu e mais três irmãos, a estudar na Escola Municipal Anita Garibaldi, localizada nos fundos Hotel Carimã, estabelecimento que permanecemos até meados de 1979, momento em que meu pai e meu tio Antonio Ortega, proprietário do sítio, haviam falecido. Foi também o ano que recebemos a notícia da minha tia que a chácara deveria ser desocupada. E assim minha mãe o fez.

A notícia anunciada por minha tia, de certa maneira, foi importante e paradoxal para nós, pois determinou que, naquele contexto, não tendo nós a quem recorrer, os mais velhos, irmãos e mãe tiveram que tomar providências para a nossa subsistência. E foi neste instante que os objetivos da nossa vinda para Foz do Iguaçu foram mudados. A Itaipu Binacional e os consórcios, até então estranhos à nossa realidade, foram apresentados para nós, pois um dos meus irmãos foi contratado como carpinteiro no Consórcio UNICON. Com o falecimento do meu pai, este irmão passou a ser o tutor da minha mãe e dos irmãos menores, possibilitando que nós pudéssemos ter acesso a uma moradia fornecida pela UNICON, além de ter vaga no colégio Anglo Americano, atendimento no hospital e ambulatório.

Apesar disso, as histórias nem sempre são aquelas que gostaríamos de ouvir. O mundo dos trabalhadores da usina e seus dependentes era um lugar estranho e ao mesmo tempo fascinante, principalmente nos colégios, lugares às vezes mesclados por estudantes ricos e pobres. Em determinados momentos os filhos de carpinteiros, pedreiros, ajudantes de serviços

---

<sup>5</sup> SESSI, Valdir. “O Povo do abismo”: Trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Itaipu: 1974-1987. Marechal Cândido Rondon-PR: Unioeste, 2015.

e filhos de engenheiros e gerentes frequentavam o mesmo espaço. Lugar cuja pedagogia e as disposições das fileiras de carteiras nas salas diferiam conforme o público. Contudo, as salas de aulas eram os únicos lugares que possibilitaram uma mistura maior entre as classes. Deveria ser um lugar neutro, mas não era.

Algumas histórias não causam desejos de serem lembradas. Durante o período em que ficamos dependentes do Consórcio UNICON, residimos um tempo na Área 6<sup>6</sup>, em Hernandárias, no Paraguai, depois na Vila C<sup>7</sup>, no Brasil. Este momento foi muito importante para mim sob dois aspectos. O primeiro, porque de fato eu e minha família, aprendemos que havia uma divisão social entre os trabalhadores, a qual saía das esferas da educação. Essa divisão, apesar de alguns momentos parecer simbólica, se apresentava como concreta, nas formas de vestir, nos locais frequentados e pela maneira com que as pessoas nos tratavam. O segundo é que, morando no Paraguai, tínhamos que vir todos os dias para a aula no Brasil, e o caminho mais curto era via canteiro de obras, num comboio de vários ônibus fretados pelas empreiteiras e escoltado pela segurança física e do trabalho do consórcio. As viagens todos os dias pelo canteiro de obras em construção davam a dimensão dos trabalhos na barragem, e sua memória traz importantes significados para as minhas leituras atuais, já como historiador, dos Informativos da UNICON.

Na pesquisa de mestrado, com todas as suas limitações, estudamos partes disso. Foi neste momento que tentamos esmiuçar essas experiências, levando-as para a universidade, coisa que seria vista vagamente no período da graduação. Aliás, foi na graduação, durante uma aula, que tive a notícia de que qualquer pesquisa sobre a Itaipu, cujo tema fosse repressão aos trabalhadores, não era bem-vinda, mas não fiquei sabendo dos motivos de forma clara. Queria naquele momento apresentar um trabalho de conclusão de curso, lembrando das minhas experiências enquanto trabalhador do Consórcio UNICON, iniciadas em março de 1987, após deixar o exército como soldado (1986-1987).

Na UNICON, como trabalhador na agência de segurança do consórcio, pude retornar ao passado e lembrar do centro da cidade, da Rua Rio Branco, de Hernandárias, das viagens para a escola e das disposições das carteiras na sala de aula. O canteiro de obras também era um espaço cuja presença feminina era discreta, e em alguns setores inexistente, tal como o centro da cidade em 1975. Percebi então que as grandes obras eram de fato um lugar frequentado

---

<sup>6</sup> Grande área residencial construída para abrigar trabalhadores dos consórcios que construíram Itaipu Binacional. A construção dos barracões é como da Vila C, no lado brasileiro do projeto. Cada barracão abriga quatro famílias.

<sup>7</sup> Conjunto residencial construído no lado brasileiro da usina. As casas eram idênticas as da Área 6, no Paraguai.

majoritariamente por homens. Exceto alguns casos no escritório central, nos hospitais e na administração das vilas residenciais e nas agências bancárias. Ou seja, no meu setor de trabalho, e nos setores do entorno, não havia nenhuma mulher. Então refleti sobre isso, pois nunca ouvi falar das tais “barrageiras”. Essas mulheres de fato não existiam para as equipes dirigentes. Eram trabalhadoras quase invisíveis naquele universo, tal como se notava na cidade. E isto me incomodou para sempre, pois sempre me vinha uma questão: Será que existiam as barrageiras? Sim! Eu as via, ainda que em um contingente menor. Entretanto, poderia ser considerada a maioria das trabalhadoras nos hospitais. Mas então por que elas não receberam o mesmo tratamento pela história oficial? Não buscaremos essas respostas nesse trabalho, mas essa é uma lacuna a ser preenchida pela história.

O espaço da usina também era estranho para mim, diferente daquele que eu conhecia quando passava com o ônibus dos estudantes. Mas não foi difícil me acostumar com as jornadas de trabalho e um quarto de alojamento durante quatro anos, assim como não foi difícil entender a dinâmica de trabalho empregada pela segurança da UNICON. As coisas que havia aprendido no exército eram as mesmas que deveria fazer enquanto indivíduo na empresa. Ou seja, a arte de vigiar e distinguir quem eram os superiores da usina durou até 1991.

Minha permanência no canteiro de obras foi entrelaçada com momentos importantes da história da construção. Alguns valem nem ser lembrados, como os planos econômicos do Governo de José Sarney (1985-1990), dos dias de trabalhos nas portarias dos refeitórios e dos horários de saída e entrada de turno dos trabalhadores da construção civil e montagem no canal de desvio. Os turnos de trabalhos como segurança nos alojamentos, ambulatórios, refeitórios, escritórios de campo e centrais de britagem, tanto no Paraguai quanto no Brasil, renderam experiências em face à curiosidade de conversar e de ver centenas de trabalhadores saindo no fim da tarde para o turno da noite. No outro dia pela manhã alguns saíam e outros retornavam aos seus pavilhões carregando sobras de lanches nas mãos, além de uma amargura no rosto. Era um grupamento de homens irreconhecíveis pela sujeira da argamassa, da poeira da madeira serrada, da graxa, da queima de eletrodos de soldas e de maçaricos de corte, indivíduos que marchavam em filas indianas.

Outros fatos se assentam nas greves de 1986, 1987 e 1989, num momento em que os sindicatos eram vistos como inéditos, uma vez que até 1985 os sindicatos de classe eram proibidos nos espaços da construção.

Diante dessas breves colocações, posso afirmar que a história da construção não é a história contada aos visitantes. Parece óbvio, mas necessita desse alerta. Embora o ofício de

historiador nos obrigar, por vezes, a manter um “recuo” do nosso objeto, não tem como fazê-lo se fomos em determinado momento sujeitos dessa história.

Na dissertação de mestrado, no quarto capítulo que anunciou breve problematização acerca dos sindicatos na barragem, apresentamos parte dessas minhas experiências como militar do exército em 1986 e como trabalhador da segurança da UNICON. Isto é, os movimentos sindicais vistos por ambos os lados. Escolhemos então a tese de doutorado para nos ater a tal problematização. Mas durante as pesquisas, ainda que adiantadas, concluímos que este não seria o momento de realizar pesquisa com tal objetivo, visto os desdobramentos de novos assuntos escolhidos. Concentramo-nos então na história dos antecedentes e nas fases iniciais dos estudos e dos projetos e depois da construção, estabelecendo o recorte de 1962 a 1985. Este espaço de tempo ajuda compreender a divisão do canteiro de obras em consórcios e em eixos empresariais, além de entender o objetivo da escolha do projeto adotado pelos militares para a Itaipu Binacional.

Outro fator decisivo para a mudança de foco da pesquisa foram as entrevistas com os trabalhadores. No período da pandemia de SARS-Covid-19, mesmo tendo realizado algumas entrevistas adicionais às realizadas para o mestrado, resolvemos, por respeito aos colaboradores que se tornaram vítimas fatais da Covid-19, e outras comorbidades, suspender sua utilização nessa pesquisa, ou mesmo deixar para referenciar em situação extrema, após falar com a família. Entendemos que se fossem publicadas não haveria espaço para possíveis contestações por parte desses colaboradores.

As entrevistas são documentos importantes em todos os aspectos, mais ainda no que tange a história dos trabalhadores da Itaipu. Mas as leituras e análises das fontes da época, entrelaçadas com as narrativas, trouxeram as lembranças do centro da cidade, dos forasteiros e dos oprimidos. As fontes puderam mostrar as diferenças sociais entre os trabalhadores, por exemplo, entre aqueles que vagavam pelas ruas, a exemplo do aposentado Wilson de Aquino<sup>8</sup>, em contraste com os que chegavam com um quarto de hotel reservado para permanecer até que pudessem mudar para uma moradia cedida pelas empresas. Esses últimos, na sua maioria, eram agenciados e, com emprego garantido nas empresas. Outro ponto que consideramos importante, consiste no fato da nossa tese apresentar dois momentos distintos ao tratar dos assuntos relacionados aos projetos e à construção. O primeiro momento nos mostra sobre o período pré-Itaipu, e se concentra no primeiro e segundo capítulos, em que tudo estava baseado nas

---

<sup>8</sup> AQUINO, Wilson de. **Trabalhadores da Barragem**. Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2014.

especulações políticas e de empresas. O segundo momento, pós Itaipu, diz respeito ao terceiro e quartos capítulos, onde a construção superava as divergências, tanto entre as empresas, quanto da diplomacia.

Após essa breve apresentação, compreendemos que a reviravolta nas escolhas dos assuntos originários dessa tese nos obrigou a sair, evidentemente, de uma zona de conforto que seria estudar a história do movimento sindical da Itaipu, conduzindo-nos para outros temas de certa maneira caros para a pesquisa no que se refere ao ponto de vista teórico. Ou seja, estudar as relações de grupos de pessoas e empresas, de desejos e de objetivos dentro de um panorama de disputas, como foi todo o processo que originou a maior obra desenvolvida pela ditadura civil-militar no Brasil. Estudar a Itaipu foi de longe um desafio, mas que chegar ao final se constituiu um objetivo, ainda que cercado de lacunas a serem preenchidas.

Os assuntos desta tese estão dispostos em quatro capítulos, desenvolvidos a partir do estudo das seguintes bases de pesquisas: Arquivo Nacional (AN), no acervo digital, no Centro de Documentos da Itaipu (CDI), Diários do Congresso Nacional e Informativo UNICON. Além disso recorreremos também a algumas obras importantes para entender o contexto histórico do nosso objeto e o problema das relações entre os empresários e as instituições, dentre estas obras, a principal é a de René Armand Dreifuss, “1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”. Sobre a obra de Dreifuss é importante antecipar que não pretendemos adotar o paradigma teórico desse autor. Sua obra servirá apenas como fonte, por meio da qual apresentamos a mobilidade nas organizações, incluindo algumas presentes na Itaipu Binacional. Porém, tais organizações partem do princípio não de um bloco no poder no qual os organismos da sociedade civil funcionam e se relacionam a partir de uma certa lógica. As conclusões às quais chegamos, é que os agentes e as estruturas presentes no “campo social”, se inserem num contexto de competição e de interesses que perpassam as esferas normais. Tais análises foram feitas a partir da teoria do “campo social” de Pierre Bourdieu e seus mecanismos, como: *habitus*, capital social, capital cultural, *histerese*, *doxa*, poder simbólico, dominantes, dominado, entre outros.

Uma importante análise baseada em Bourdieu para essa tese consiste no contraste entre a origem e os desejos dos competidores, ou seja, um conceito básico para entender as estruturas do campo social. Isto porque um dos nossos propósitos consiste em problematizar a mobilidade de pessoas e empresas, além das regiões homológicas estruturais presente nos inúmeros campos que se consolidava pela Itaipu Binacional. Em outras palavras, a mobilidade de indivíduos que por diversas razões deixavam seu espaço social de origem para frequentar o espaço do canteiro

de obras e outros, assim obrigados a passar por novas adaptações como se fosse um iniciado. Além deles, a mobilidade de executivos de grandes construtoras que negociavam com autoridades estrangeiras objetivando tomar parte do projeto. Os interesses dessas construtoras se relacionam com as necessidades particulares dos competidores e das suas empresas.

Aproximando fontes e a teoria, o primeiro capítulo trata da noção de interesses e desinteresse e aborda alguns elementos importantes acerca das demandas territoriais ocorridas com a ocupação de militares brasileiros em Porto Coronel Renato, em 1965, em Salto de Guairá. Consideramos, inicialmente, que a mudança do projeto original de uma hidrelétrica desenvolvido pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz em 1962, para o da Itaipu Binacional no final da década de 1970, teve duas soluções importantes. A primeira, e principal, foi empresarial, pois satisfaz aos interesses multinacionais e nacionais. Já a segunda solução promoveu o encerramento do conflito territorial ocasionado pela inundação da região em 1982, quando o lago da barragem de Itaipu encobriu lentamente os Saltos das Sete Quedas e o vertedouro da usina entrou definitivamente em operação. Da mesma maneira, mesmo que a nosso propósito seja demonstrar que a Itaipu não é fruto exclusivo da geopolítica, mas também empresarial, de alguma forma recorreremos à categoria de geopolítica para sustentar outras análises, principalmente da mobilidade ocasionada pela construção no que tange às desapropriações das áreas afetadas. Ao longo desse capítulo também exploramos alguns aspectos do subimperialismo, na forma de dependência do Paraguai pelo Brasil tendo a Itaipu como seu pivô. Tal dependência concentrava-se nos âmbitos financeiro e jurídico, visto a situação nova estabelecida pelo Tratado de Itaipu<sup>9</sup> que resultou no início da construção da hidrelétrica.

No segundo capítulo dissertamos sobre as negociações para a execução das obras da usina sob o viés da atuação de grupos de empresas que, a nosso ver, colaboraram secretamente para que o projeto da Hidrelétrica Federal das Sete Quedas, de 1962, fosse mudado. Tais mudanças foram decisivas, pois atingiram tanto a sua forma estrutural quanto a localização inicialmente indicada para a construção na região abaixo dos extintos Saltos das Sete Quedas. Nesse capítulo damos importância aos relacionamentos empresariais e pessoais que caracterizaram a conduta do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz. Relacionamentos movidos pelo interesse, mas que foram dissolvidos também por outros interesses diversos, cujas raízes

---

<sup>9</sup> Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguçu.

foram herdadas por tecno empresários vinculados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Consideramos, por meio disso, a inserção de outros grupos nos estudos que sucederam aos de Octávio Marcondes Ferraz, pela multinacional Ítalo-americana (Ieco-ELC<sup>10</sup>), de 1972, após o mapeamento da Comissão Mista organizada pelo Brasil e Paraguai. Com isto verificou-se a transformação do projeto inicial para um projeto peculiar, diversificado e de difícil execução, possibilitando o fatiamento da construção de Itaipu para grandes empreiteiras. Em comum, tanto o governo de João Belchior Goulart (1961-1964) quanto o do seu sucessor buscavam formas de aproveitamento do rio Paraná para a produção de energia com uma obra de projeção. Mas foi no governo dos militares que ocorreu a aproximação dos grandes empreiteiros que buscavam seu espaço tanto no campo da construção de obras pesadas quanto no campo político.

No terceiro capítulo destacamos a criação do canteiro de obras binacional a partir da interpretação dos pareceres jurídicos de Miguel Realle e outros advogados atuantes. Tais análises permitiram entender a complexidade dada a organização da estatal, considerando ser uma empresa pública binacional, e por esta razão algo inédito para aquele período. Como lidar com essas diferenças sendo países diferentes em todos os aspectos? O estudo dos pareceres dos juristas Miguel Realle e Salvador Frontini possibilitaram, nas suas poucas laudas, entender essas peculiaridades. Não obstante, as leituras foram aproximadas com fontes oriundas de autores do Paraguai para que pudéssemos analisar o Tratado de Itaipu a partir daquelas interpretações. Neste capítulo também abordamos outro assunto que tem encadeamento com o jurídico, dividindo de vez o antigo projeto de Ferraz com o novo. A partir da separação metodológica por Eixos empresariais colocamos cada empresa no seu espaço de atuação dentro do projeto. A proposta dessa metodologia objetivou separar empresas e trabalhadores, colocando-os em suas devidas posições no canteiro de obras. Para isso foi necessário abandonar a noção do sujeito barrageiro, sustentado na tese que o campo do canteiro de obras é complexo e frequentado por sujeitos com formações distintas. Além disso, a análise por eixos diversifica a atuação dos trabalhadores, estabelecendo um limite nos quais certos grupos de empresas atuaram. Ilustramos tais diferenças naquele momento desconsideradas, mas que existiam no canteiro de obras.

Por fim, no quarto capítulo, como parte final dessa tese, continuamos tangenciando os eixos e como se davam as relações dentro deles. Buscamos entender o resultado do processo

---

<sup>10</sup> IEICO-ELC. Consórcio independente internacional, formado pela “International Engineering Company Inc”. IEICO), dos Estados Unidos, e ELC-Electroconsult SpA, da Itália (Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 08).

iniciado fortemente em 1962 que terminou como grandes blocos de empresas disputando espaços em torno do canteiro de obras de Itaipu. Nosso objetivo com este capítulo também é desconstruir a ideia levada adiante pela história oficial da construção das empreiteiras que realizaram as obras na usina.

É comum na maioria dos ambientes onde há apresentações sobre o período das obras indicarem a existência de apenas dois consórcios responsáveis pela realização dos serviços, sendo a UNICON pelas obras civis e a ITAMON pela montagem eletromecânica. Tais apresentações desprezam o período no qual milhares de trabalhadores realizaram as obras de infraestruturas que serviriam para acomodar os operários ainda no final de 1975. Estes historicamente desconsiderados construtores das obras de infraestruturas formaram os consórcios informais, menores e a margem das fiscalizações. Desse modo, nossa intervenção para este capítulo retoma alguns pontos do terceiro capítulo dando ênfase às empresas dentro de quatro eixos distintos. Entendemos que o estudo elaborado seguindo a metodologia de eixos, além de separar devidamente cada bloco de empresas dentro do seu devido período da atuação, mostra as diferenças, o capital social das grandes, médias e pequenas corporações dentro de um único espaço da construção.

Nossa perspectiva considera o período anterior e posterior ao início das obras da barragem. O período anterior se refere à escolha de Foz do Iguaçu-PR para a construção de Itaipu, contrariando as ideias pioneiras de Ferraz que optaria por construir na região dos saltos das Sete Quedas, somente no lado do Brasil, não considerando as disputas pela área com as demarcações postas em questão. Defendemos a tese de que a Itaipu Binacional nasceu, em menor proporção, devido desgaste diplomático que envolveu o evento ocorrido em Porto Coronel Renato em 1965. E com mais ênfase, devido ao tipo de construção que mobilizou grandes empreiteiras em consórcios, as quais passavam a ter acesso aos benefícios vinculados ao governo militar.

Mas para que essa série de arranjos acontecesse, as regras do jogo deveriam ser mudadas, pois o viés de projeto defendido por Octávio Marcondes Ferraz não se detinha às vias diplomáticas, mas sim às empresariais, sendo esta sua fonte de lucro e reconhecimento, visto ser o empresário do ramo de construção, com longo histórico de serviços prestados ao governo.

Veremos ao longo dessa tese que Ferraz não se preocupava com as relações entre os países. Ele não era solidário com as reclamações do Paraguai. Pelo contrário, em suas reclamações a amigos influentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Ferraz argumentava que o Paraguai não teria autonomia para exigir concessões se o projeto ficasse

apenas na margem brasileira do Rio Paraná. Partindo desse horizonte particular, Ferraz negaria qualquer que fosse o direito sobre o rio, conforme confidenciava a um influente amigo: “A meu ver o Brasil poderia executar a obra sózinho, em seu próprio território, fazendo a utilização da parte que tem, indubitavelmente, direito e deixando que o Paraguai faça a sua parte, a parte que tem direito [...]”<sup>11</sup> (sic) (Ver Figura 3).

O estudo que segue tem então por objetivo apresentar o histórico da criação da estatal, partindo das análises simples de pequenas correspondências, mas que trouxeram um novo olhar para a dinâmica dos grupos que dominavam a política após o golpe civil-militar de 1964. Grupos que de alguma maneira estavam presentes também na Itaipu Binacional.

---

<sup>11</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 15 de julho de 2019, p. 6-13.

## CAPÍTULO I: EM NOME DA AMIZADE E COOPERAÇÃO: O INTERESSE DESINTERESSADO

“[...] a construção da Hidrelétrica de ITAIPU, e a consequente inundação de grande área fronteiriça, inclusive o trecho que criava **estorvo** nas relações de ASSUNÇÃO com BRASÍLIA, praticamente desapareceu qualquer fricção entre os dois países”<sup>12</sup>. (grifo meu)

“Sabemos que às vezes a morte é necessária para que haja a glória. Encaramos o extermínio das Sete Quedas à maneira da semente viva que se lança à terra e que morre para ressurgir como flores e frutos”<sup>13</sup>.

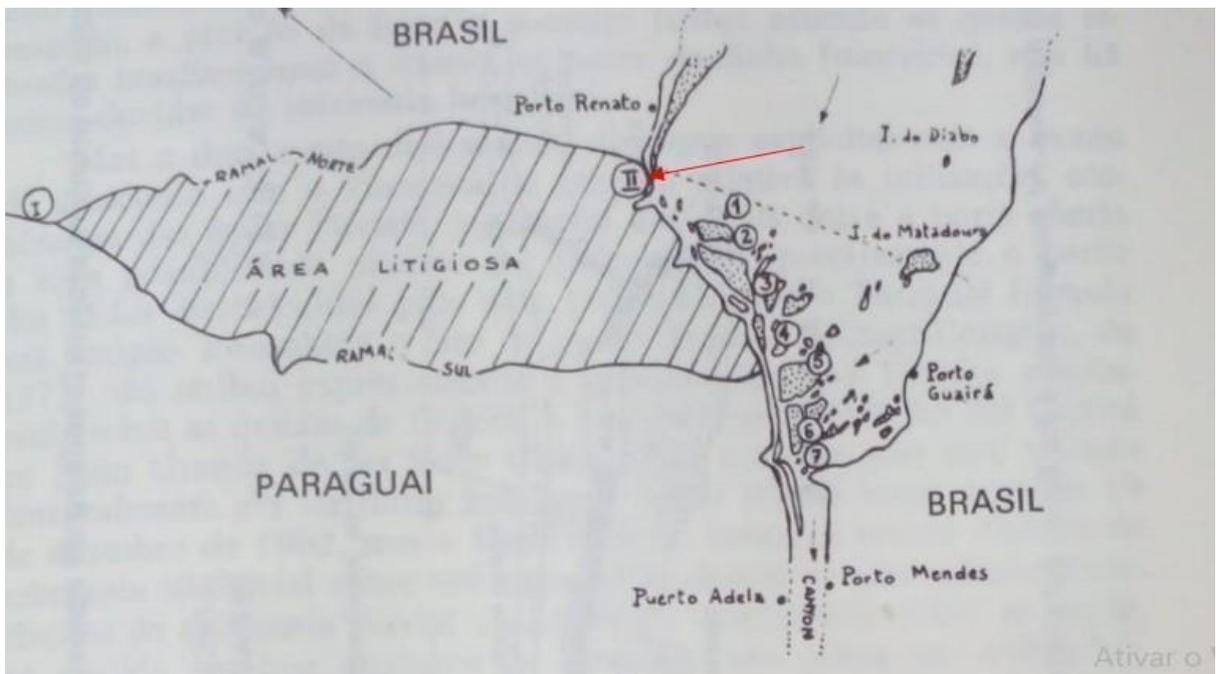


FIGURA 2: Porto Coronel Renato, 1965<sup>14</sup>, área litigiosa.

Fonte: CAUBET, p.43.

Escala aproximada, 1:35000<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Fonte: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional: Termo: BR AN BSB.N8.0.PSN, EST.0079.

<sup>13</sup> LIMA, Ary de. Diário do Congresso Nacional. Disponível em: < imagem.camara.gov.br/DCD21ABR1973>. Acesso em 05 de março de 2019.

<sup>14</sup> Na seta em vermelho é possível notar o círculo no item II. Foi neste local onde estava concentrado o destacamento do Exército Brasileiro.

<sup>15</sup> A área considerada de litígio tinha cerca de 8km<sup>2</sup> e abrangia, na sua totalidade, a “Fazenda Gaúcha cujo proprietário era o Sr. José Mário Junqueira de Azevedo” (FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0285.d0001de0001, p. 116).

No decorrer desse capítulo estudaremos o caso das demandas territoriais ocorridas com a ocupação por alguns militares brasileiros de um lugar chamado Porto Coronel Renato<sup>16</sup>, em 1965, nas divisas entre o Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Entendemos, de forma inicial, que a mudança do projeto original desenvolvido por Octávio Marcondes Ferraz em 1962, além de favorecer os interesses, tanto de empresas nacionais, quanto multinacionais, promoveu o encerramento do conflito territorial, ocasionado pela inundação da região em 1982, quando o lago da barragem de Itaipu encobriu lentamente os Saltos das Sete Quedas e o vertedouro da usina de Itaipu entrava definitivamente em operação.

Outro aspecto que consideraremos ao longo das análises é o universo do “interesse desinteressado”, segundo a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. Nenhum projeto como foram o da Itaipu Binacional e o pioneiro de Marcondes Ferraz, se sustentariam dentro de uma lógica que se pressupõe isenta. Eles refletem-se, na verdade, enquanto frutos das vaidades. As condecorações oferecidas ao ditador do Paraguai e os pronunciamentos de Ferraz no congresso, sob a máscara de neutralidade escondem as peculiaridades do interesse desinteressado.

Nesse sentido, o projeto de Ferraz, o estudo da ocupação territorial de Porto Coronel Renato, alinhado com os aspectos geopolíticos são partes indissociáveis quando se estuda a Itaipu Binacional. A historiografia desses momentos permite assim entender os antecedentes da construção, bem como a própria execução do projeto, a partir de outros olhares, que não somente da história oficial.

Em 22 de junho de 1966 os ministros das relações exteriores Juracy Magalhães do Brasil e Raúl Sapena Pastor do Paraguai se reuniram em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este no Paraguai, para a assinatura da Ata de Iguaçu (ou Ata das Cataratas). Este documento, composto por oito tópicos e assinado conjuntamente pelos dois países apresentava a solução definitiva dos problemas diplomáticos desencadeados em Porto Coronel Renato<sup>17</sup>, em 1965, conforme o mapa destacado na figura 2. O documento se caracteriza pelas particularidades que sugeriam a aproximação política e intenções de propagação da paz, bem como da construção da hidrelétrica em condomínio. Portanto, nasceu a futura hidrelétrica de Itaipu Binacional da Ata de Iguaçu. A assinatura desse documento, há um século do término da Guerra do Paraguai (1865-1870), tornou real um processo de aproximação comercial, “entre

---

<sup>16</sup> Porto Coronel Renato leva este nome em homenagem ao coronel reformado do Exército Brasileiro Renato Barbosa Rodrigues Pereira. Coronel Renato era de uma empresa que explorava a região, e era tio do engenheiro John Reginald Cotrim. Cotrim foi diretor técnico da Itaipu Binacional de 1974 a 1985 (PINTO, 2009, p. 37-38).

<sup>17</sup> Tratava-se de uma área nas divisas entre os dois países, que ainda demandava balizamento, uma vez que o tratado que colocou fim à Guerra do Paraguai ainda não deixava claro definitivamente os termos relativos à fronteira entre Brasil e Paraguai.

brasileiros e paraguaios, que estava sendo alinhavado desde o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira” (1956-1961) (MENEZES, 1987, p. 64).

Foi justamente no governo JK que foram dados os primeiros passos para colocar o Paraguai em projetos de desenvolvimento junto ao Brasil. Mas as negociações sobre o aproveitamento do potencial do rio Paraná tiveram início efetivamente no governo de João Goulart (1961-1964), ainda que sem nenhuma reunião formal que se tivesse chegado ao consenso de possível parceria. Em janeiro de 1964, pouco antes de ser deposto, o Presidente João Goulart e o ditador Alfredo Stroessner promoveram um encontro nas dependências da hidrelétrica de Três Marias, empreendimento da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) (MORENO, 2011). Naquele momento eram dados os primeiros passos para a cooperação. A agenda agradava as autoridades do Paraguai, mas como veremos, desagradava os idealizadores dos estudos iniciais, mais notadamente o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz.

Porém, essas fases consideradas como avanço das relações diplomáticas tiveram retrocesso repentino em junho de 1965, no evento da ocupação do Porto Coronel Renato (para o Brasil) e Salto de Guairá (para o Paraguai), pelo Exército Brasileiro, sob o pretexto de contenção de movimentos guerrilheiros, além de manter a vigilância sobre as operações de contrabando na região (MORENO, 2011). O fato é que o governo brasileiro necessitava se mostrar ativo ante a reclamação do Paraguai que considerava a região como seu território, entendendo a presença de militares brasileiros como uma agressão à sua soberania (BARROS, 2018a; LIMA, 2006; MENEZES, 1987; PEREIRA, 1974). Portanto, o segundo semestre de 1965, desencadeou um vazio nas negociações desde o golpe militar no Brasil até o encontro dos chanceleres em 1966.

As fontes estudadas mostram que as particularidades dessa ocupação, em parte, tinham relação com o momento político do Brasil, e não necessariamente só com os objetivos que visavam a exploração da produção de energia, tampouco com questões territoriais ou geopolíticas. Essas questões se tornaram problemas adjacentes e serviram naturalmente para aquecer os debates, levando-os para os termos diplomáticos.

As posições adotadas pelo governo de Castello Branco, quando dizia que as tropas estavam em Porto Coronel Renato para conter os movimentos rebeldes, deveriam ser consideradas pelos paraguaios, pois o ditador associou a ocupação desse porto com as movimentações de guerrilheiros. Vale ressaltar que Castello Branco avistava a ameaça desses movimentos rebeldes tomarem corpo em todo o Brasil, tendo como origem o recente confronto

entre um grupamento paramilitar comandados pelo coronel Jefferson de Alencar Cardim Osório. Conforme destacou o historiador Leomar Rippel, Cardim e seu grupo iniciaram as atividades no Rio Grande do Sul, mas foram interceptados pelo Exército Brasileiro ainda no Estado do Paraná em março de 1965, mas um dos seus objetivos era alcançar o Estado do Mato Grosso<sup>18</sup>, passando inevitavelmente pela região em disputas. Possivelmente para Castello Branco o movimento organizado por Cardim, se repetido, poderia fazer valer uma das justificativas, dentre estas a do “movimento guerrilheiro” dada à época pelas autoridades brasileiras ao governo de Alfredo Stroessner para a manutenção de militares naquela região de Porto Coronel Renato (MENEZES, 1987, p. 77).

Neste sentido, a Ata de Iguaçu (1966) assinada pouco tempo depois do golpe civil-militar de 1964 e da ocupação de Porto Coronel Renato em 1965 se constituiu definitivamente como um elemento jurídico/diplomático realizado na sombra de duas ditaduras e com vistas a solucionar esses conflitos. Ela representou o primeiro documento oficial da negociação entre o Brasil e o Paraguai para geração de energia por meio do aproveitamento do Rio Paraná.

A concretização dessa Ata foi um marco que regulou os acordos futuros. Devido à sua natureza conciliatória, este evento diplomático foi objeto de publicação na edição do primeiro Relatório Anual editado pela Itaipu Binacional em 1974. A reportagem enfatizava que a Ata do Iguaçu seria “a primeira manifestação oficial do desejo brasileiro-paraguaio de realizar, conjuntamente, o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná”<sup>19</sup>. No dizer de Lima (2006, p. 140), “o aceite, por parte do Brasil, para explorar o potencial de Sete Quedas, em condomínio, ocasionou duas consequências: Primeiro, o fim da disputa fronteiriça e, segundo o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, com o Paraguai”. Para nós, ao discutir a problemática, o acordo para explorar o potencial possibilitou ainda modificar um projeto tornando-o quase impossível para uma só empreiteira desenvolver, originando com isso a incidência de grandes consórcios.

Esse documento composto pela Ata das Cataratas, ou Ata do Iguaçu, que trazia em seu bojo “suas incertezas, imprecisões e ausências de soluções concretas, representou uma saída para a situação perigosa em que os países se encontravam”, isso porque com a futura represa toda a região em disputa ficaria submersa (LIMA, 2006, p. 143).

---

<sup>18</sup> Combatentes: tempos de falar. Depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Organizado por Carla Luciana Silva, Alfredo Aparecido Batista e EDUNIOESTE – Cascavel – PR, 2016, p. 49.

<sup>19</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 08.

Barros (2018a, p. 171) acrescenta ainda que “a proposta feita pelo Brasil sobre a construção de uma usina hidrelétrica com o Paraguai era a melhor maneira de resolver o impasse naquele momento e nada parecia substituir esta alternativa para dar fim ao litígio fronteiriço”. Prosman (2009, p. 52) pontua que com a assinatura da Ata de Foz do Iguaçu se decidia o “caminho da cooperação”. Mas que cooperação seria essa? Pode ser que no campo da diplomacia tivesse efeito imediato e surpreendente. Porém, ocasionou um problema que se arrasta de forma inevitável até os tempos atuais com a reformulação do Tratado binacional, que acontecerá a partir de 2023. Antes de continuar com as considerações acerca dos aspectos relativos à Ata do Iguaçu, vale destacar alguns pontos importantes.

Em comum, os autores citados, exceto o engenheiro John Reginald Cotrim (1999), nome atuante no regime militar, com uma inserção diversificada em vários órgãos e futuro diretor técnico da Itaipu, não levaram em conta o esquema empresarial que era descartado (O. M. F.) e aquele que era o contratado (Ieco-ELC) com as negociações e sobre o qual centramos nossas análises. Na verdade, Reginald Cotrim, já se manifestava contra Marcondes Ferraz. Era uma forte indicação de sua tendência favorável ao projeto elaborado pelo consórcio ítalo-americano. Para Cotrim (1999), mesmo com toda a experiência acumulada por Ferraz, seus estudos acerca da Usina Federal das Sete Quedas eram vagos, elaborados de forma rápida, não contemplando a diversidade que o projeto exigia, seja na produção de energia, seja nos fatores diplomáticos. Na verdade, Cotrim ainda considerou ser Octávio Marcondes Ferraz o “pivô da crise” com o Paraguai, quando da publicação do seu estudo técnico em 1962.

Os argumentos contemporâneos de Reginald Cotrim expressam a natureza de sua vontade quando Marcondes Ferraz lutava pela viabilidade de seu estudo e não encontrava ecos, a não ser contraditórios. Este é um dado interessante que ajuda a demonstrar o ostracismo imposto a Ferraz, após o golpe civil-militar de 1964, até toda a conclusão das obras de Itaipu. Ele passou surpreendentemente de homem atuante a um desconhecido que buscava novamente um espaço na sociedade golpista, conforme veremos ao longo do segundo capítulo.

Nesse sentido, a Ata do Iguaçu seria conduzida dentro do contexto da cooperação e é o que ocorreu principalmente entre as grandes empreiteiras brasileiras de construção pesada responsáveis pela execução do empreendimento. Cabe destacar que essas empresas sustentaram tecnicamente as empreiteiras do Paraguai que até este momento não tinham experiência com grandes obras.

Apesar do nosso estudo não se ocupar mais detidamente dessas análises, vale ressaltar que a Ata do Iguaçu proporcionou ao governo brasileiro os encaminhamentos iniciais para

solucionar os problemas territoriais com o Paraguai, mas com relação à Argentina eles apenas começavam. Em outras palavras, os argentinos não compactuavam com o projeto de construção de uma barragem com as dimensões de Itaipu, uma vez que, após concluída, limitaria outros projetos em andamento entre a Argentina e o Paraguai a 100 km ao sul do local escolhido para edificar Itaipu (Ver esquema no Anexo – A).

Da mesma forma, conforme veremos adiante, o projeto binacional posto em prática, comprometeu o Tratado da Bacia do Prata, que se propunha a organizar o uso das águas dessa hidrovia e impôs limites aos signatários. Na prática, era isso que os argentinos argumentavam quando apresentavam os motivos de suas oposições e críticas ao Brasil (PEREIRA, 1974; MENEZES, 1987; RIBEIRO L., 1991).

Com relação às demandas entre Brasil e Argentina, o Paraguai ficava alheio, pois era carente de recursos para planejar e se aventurar em qualquer projeto dessa envergadura, seja política, financeira ou tecnologicamente. Mas apesar de lhe faltar recursos estava em uma situação privilegiada, pois faz fronteira com o Brasil e a Argentina, em todo o curso do Rio Paraná. Além disso, toda a demanda energética paraguaia era suprida com a produção da usina de Acaray, localizada em seu próprio território. Em outras palavras, as disputas acirradas entre brasileiros e paraguaios estavam resolvidas, mas entre a diplomacia brasileira e argentina as trocas de notas em torno do projeto binacional continham teor ácido. Os argentinos entendiam que o Brasil tinha considerado apenas seus interesses, acusando-o de agir com objetivos geopolíticos, aumentando a hegemonia sobre o Paraguai e procurando prejudicá-la” (LIMA, 2006, p. 165). Em suas observações eles consideravam ainda as várias usinas que o Brasil tinha em seu território, ao longo de todo o trajeto que pertencia à bacia do Rio Paraná, e que de alguma maneira influenciava nos volumes de água no curso do rio em território argentino.

Se fôssemos retomar um olhar sobre o artigo primeiro, parágrafo único do Tratado da Bacia do Prata, alinhando com isto a navegação internacional, interrompida devido à barragem de Itaipu, encontraríamos razão nas críticas postuladas por parte das autoridades da Argentina. Isso porque a base desse tratado sugeria a prática harmônica de exploração da bacia, além do fato que a Itaipu não apresentava projeto de construção de eclusas para garantir a navegabilidade plena do Rio Paraná.

Outro aspecto não considerado pelo Brasil com o projeto da construção da hidrelétrica foi a questão do risco que a barragem traria para partes do território argentino em caso de rompimento. O documento intitulado de Tratado da Bacia do Prata, publicado em 1969, era claro ao afirmar que poderia haver investimentos e projetos ao longo de toda a bacia. Desse

modo, os países signatários (Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai) deveriam ter direito de considerar as alternativas viáveis de aproveitamento de seus recursos. Ao optar por não considerar os elementos essenciais composto pelo tratado da Bacia do Prata e optar por um acordo de construção com o Paraguai, o Brasil resolveria um problema de divisas, mas no campo geopolítico mais amplo arranjaria outros problemas com a Argentina. Veremos então, que a tese de que a Itaipu Binacional seria uma construção com propósitos unicamente geopolíticos ficam frágeis uma vez que abriria novas discussões no campo diplomático, em função de favorecimentos empresariais.

No acordo estabelecido entre os países signatários estava explícito que as ações referentes a sua utilização não poderiam trazer prejuízos aos demais. Nesse sentido, a Itaipu Binacional, na sua essência, desconsiderou o Tratado da Bacia do Prata, deixando os argentinos limitados quanto à realização de futuros projetos relacionados ao aproveitamento do Rio Paraná, na fronteira com o Paraguai. O Tratado da Bacia do Prata assinado em abril de 1969 pelos cinco países, logo após a edição da Ata de Iguazu de 1966, cujo interesse era apenas do Brasil e Paraguai deixava claro que:

[...] no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessárias e que propendam: a) À facilitação e assistência em matéria de navegação. b) À utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo. c) À preservação e ao fomento da vida animal e vegetal [...] (Itaipu BINACIONAL, 2005, p. 277-278).

Os três primeiros pontos do documento descrito na citação acima já são suficientes para perceber que a construção da barragem, nos moldes do projeto ítalo-americano que previa um dique de concreto ocupando as duas margens do Rio Paraná entre as divisas dos dois países, seria muito diferente do proposto por Octávio Marcondes Ferraz (O. M. F.) de 1962, o qual veremos mais adiante. Isso porque tanto a navegação, quanto a preservação e o fomento da vida animal foram demasiadamente prejudicados por este modelo de construção, além do deslocamento populacional que envolveu os próprios ribeirinhos, indígenas e dos pequenos e médios agricultores que foram reassentados em outras localidades do Brasil.

Entretanto, o rompimento das bases desse tratado pelo Brasil e Paraguai, com a assinatura definitiva para o início das obras de Itaipu, gerou mais críticas contra o Brasil. Contudo, o Paraguai se tornou parceiro da Argentina em outros projetos análogos, os quais se

caracterizavam como objeto de outras disputas, no campo ideológico e econômico, que compreendia a América Latina e a perpetuação das ditaduras regionais.

Em relação aos paraguaios, e para a própria oposição política da ditadura paraguaia que estava exilada, é custoso entender como um país tão grande quanto o Brasil poderia tirar proveito de outro supostamente inferior em todos os aspectos: a permanência de militares brasileiros em Porto Coronel Renato, e posteriormente a construção da hidrelétrica ajudava ainda mais a sustentar esse problema. Quanto ao governo brasileiro, por uma necessidade de busca de posição e de projeção política internacional, não estaria disposto a perder uma área ainda que pequena como a de Porto Coronel Renato. Nessa dinâmica, caso se mantivesse uma posição de afrouxamento em relação ao Paraguai, de acordo com Debernardi, poder-se-ia “coloca em risco a estabilidade de suas fronteiras com quase todos os países da América do Sul” (apud BALMELLI, 2011, p. 67, tradução nossa). As considerações indicadas pelo autor se referem às negociações relacionadas à compra pelo Brasil de uma parte do território da Bolívia que foram anexadas onde hoje é o Estado do Acre. Portanto, para o Brasil não valeria o risco de levar a situação da área em litígio para ser resolvida num tribunal internacional. Além desse risco, os valores históricos, na resolução das políticas de fronteiras coordenadas no século XIX por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, poderiam ser consideradas falhas, e, portanto, contrárias ao que sempre é destacado pela história oficial brasileira sobre a sua atuação. Para Menezes (1987, p. 75),

[...] o Brasil estava criando uma dúvida de repercussão internacional sobre seus históricos ganhos diplomáticos nas disputas sobre fronteiras. Se o Brasil tivesse que fazer uma concessão territorial ao Paraguai [...] como uma derrota em um fórum internacional, toda a sua fama, história e estrutura jurídica sobre política de fronteiras poderia ser profundamente atingida.

Este processo histórico de negociações e de demarcações conduzidos pela diplomacia que fez fama e se fez presente com o Barão do Rio Branco, em algum momento deixaria lacunas. Não há entre as obras analisadas algum consenso que possa indicar o Brasil como um parceiro comercial justo, um país que de alguma forma compartilhasse dos problemas paraguaios, e, portanto, fosse reconhecido de fato como “irmão”. Pelo contrário, as críticas contemporâneas apresentadas pelo Paraguai com relação ao início do projeto hidrelétrico, contrariavam os significados simbólicos do “verde amarelo” e sua laureada, histórica e pretensa diplomacia.

A guerra promovida pela Tríplice Aliança, rotineiramente espetacularizada pela historiografia oficial brasileira, potencializa o descontentamento desses pesquisadores do Paraguai, ora problematizados aqui nesta tese. Apesar da tentativa, ainda que tarde, do Tratado da Amizade assinado em Assunção no dia 4 de dezembro de 1975 no alvorecer das obras na Itaipu, de tentar suavizar o horizonte de desconfianças mútuas entre Brasil e Paraguai predominante no período anterior a 1975, os pesquisadores paraguaios não conseguem atribuir qualquer gesto de boa fé ao Brasil. Para que um tratado para lembrar a amizade se nas fases anteriores a história indicava que eram nações irmãs? Assim sendo, o Tratado de 4 de dezembro de 1975, descrito como Tratado da Amizade, clareava as causas das desesperanças e receio, mas sorrateiramente, condicionava o Paraguai a uma espécie de exploração jurídica e contratual desencadeada há uma década quando da assinatura da Ata de Iguazu, em 1966. Além disso, despontava no âmbito dessas relações a dependência econômica do Paraguai às corporações bancárias, tendo o Brasil como fiador (ver exemplos nas tabelas 1, 2 e 3). Assim, o que se entendia como pacto de amizade e ajuda mútua, constante no documento de dezembro de 1975 pode ser entendido como a apropriação política e formal de uma nação sobre a outra, tendo a amizade como pretexto. Em outros termos, isso seria a essência do interesse desinteressado, sobre os quais Bourdieu (1996) tece suas análises. Porém, nesse caso sai do campo particular e pessoal, campo escolhido por Bourdieu para tratar do fenômeno, para os interesses de cunho hegemônico e de domínio de uma nação sobre outra.

A ênfase na expressão amizade, irrefutável e presente em todos os preâmbulos dos tratados assinados pelos dois governos, gerava por vezes desconforto nos críticos paraguaios. A amizade, os irmãos e o respeito mútuo faziam (e fazem) parte dos pilares de um edifício construído para abrigar outros interesses. A cooperação entre as “nações amigas” para a construção de Itaipu escondia em seu íntimo o avanço do capital financeiro brasileiro no período anterior e posterior ao golpe militar de 1964.

Além disso, a amizade como elemento permanente nas discussões e elaborações dos tratados se propunha a trazer alguma solução ao conflito ainda presente, originado pela Guerra do Paraguai (1865-1870) e a conseqüente demarcação da fronteira naturalizada como duvidosa pelos paraguaios. Consideramos nesse caso que o golpe civil-militar de 1964 fomentou grandes grupos empresariais multinacionais no Brasil para a construção de Itaipu. O megaempreendimento, produziu a energia necessária para o desenvolvimento de empresas brasileiras e estrangeiras, mas deixou adormecidos o conflito em Porto Coronel Renato e toda uma história de disputas e os problemas da Guerra do Paraguai com suas conseqüências. Apesar

de tais conflitos terem sido submersos pelas águas do lago da Itaipu, não significa que tenham desaparecido da face da história. Na verdade, foram e ainda precisam ser constantemente silenciados, conforme destacamos na epígrafe.

No próximo tópico demonstraremos as possibilidades de ocupação dos espaços gerados pelo processo de construção da usina de Itaipu. Serão apresentados os elementos da geopolítica que serão facilitadores de compreensão dos diálogos por meio de correspondências entre o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, contrário ao projeto binacional, com pessoas influentes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais<sup>20</sup> (IPES) no início de 1973.

### 1.1 FATORES QUE FORTALECERAM O EMPREENDIMENTO BINACIONAL

Sobre a geopolítica, mais precisamente, a que estuda a mobilidade política e os ajustamentos dos grupos sociais para outras regiões, além das relações entre Brasil, Paraguai e Argentina, durante o planejamento e a construção da Itaipu, um estudo desenvolvido por Ariel Macedo de Mendonça (2004) indica os caminhos que nortearam as relações conflituosas entre estas nações em determinados momentos históricos. Na sua dissertação de mestrado, Mendonça faz uma análise acerca dos teóricos que discutem a geopolítica em momentos variados da história do Brasil e suas respectivas atuações diplomáticas.

Considerando que um dos objetivos desta tese foi o de revelar os caminhos percorridos pela diplomacia brasileira que culminariam com a assinatura da Ata das Cataratas em 1966, o estudo de Mendonça se torna muito pertinente, uma vez que ele proporciona compreensão das relações de poder, não só no aspecto nacional, mas também nas relações com os países vizinhos pelos caminhos da geopolítica. Sobre uma das estratégias geopolíticas, Mendonça (2004, p. 181-182) mostra que:

[...] à medida que o Brasil fortalecia os laços políticos, econômicos e comerciais com o Paraguai de Stroessner, este os enfraquecia invariavelmente com a Argentina. A economia e o comércio, acredita-se, serviram como meios

<sup>20</sup> Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação essa organização participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972. (CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acerco/dicionarios/verbete/instituto-de-pesquisa-e-estudos-sociais>>. Acesso em 13 de agosto de 2020).

para se atingir o objetivo geopolítico do Brasil na região, isto é, o rompimento a seu favor da correlação de forças entre Brasília e Buenos Aires.

Entretanto, se Macedo transita entre os teóricos da geopolítica para elucidar os meandros da Ata das Cataratas (ou Ata de Iguazu) e seus efeitos, Wiliam José Vesentini (1986) aborda questões de geopolítica nacional em outro contexto e planos importantes, aprofundando o fenômeno da mobilidade social. Em sua pesquisa, Vesentini estudou essas motivações políticas e geográficas que desencadearam a mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, ou seja, o deslocamento do poder central de uma região densamente povoada para um lugar, em primeiro momento, considerado inóspito. Nesse caso, o Estado agiria sobre o espaço social ocasionando mudanças propositais em todos os sentidos.

O que nos interessa nas abordagens trazidas por este autor consiste no aspecto regional de seu estudo, embora seu plano geopolítico seja restrito ao Brasil. As análises apresentadas por Vesentini (1986) facilitam a compreensão do processo migratório ocorrido durante a construção da barragem de Itaipu, a partir de 1974. Além disso, o autor também aborda o processo migratório inverso percorrido por aqueles que saíram em busca de novos locais para formação de moradias, em função desse mesmo empreendimento, no início da década de 1980, a saber os agricultores atingidos. Por vezes é necessário avançar no tempo histórico, depois dos inícios das obras, para entender o passado e os meandros dos contratos que serão dispostos mais adiante.

Partindo desse horizonte analítico, o fenômeno geopolítico que influenciou a construção de Itaipu que ocupou as duas margens do Rio Paraná não pode ser tratado como puramente militar ou fronteiriço, como já salientado. Ele precisa ainda ser considerado um movimento de reorganização forçada de uma fração populacional dentro de uma determinada região e de favorecimento de grandes empreiteiras. Verifica-se que o caso dos agricultores, que migraram para o Paraguai, no contexto da Itaipu, se encaixa da mesma forma nesse contexto. Nesse sentido:

[...] a geopolítica é o discurso, indissociável de propostas de ação do poder político, que procura representar o ponto de vista de um Estado nacional sobre a construção do espaço, tanto ao nível dos interesses desse Estado na ordem internacional como no nível dos arranjos espaciais no interior do país (VESENTINI, 1986, p. 61).

Entretanto, diferente de Ariel Macedo de Mendonça e de Wiliam José Vesentini, o jornalista Paulo R. Schilling (1991) se deteve diretamente na problemática de Itaipu. Embora

sua obra estudada aqui não tenha uma densidade, tal como dos autores já apresentados, vale considerá-la devido ao fato que sua crítica ao projeto binacional também envolve o processo geopolítico. Ele também dá à Argentina certa atenção, haja vista, a série de críticas que emanava daquele país sobre a diplomacia brasileira. Além disso, Schilling tratou dos problemas financeiros em seu estudo, referindo-se a eles como exploração de um Estado sob o outro. Isso converge com o nosso estudo que considera os financiamentos e a supremacia brasileira para a construção do empreendimento como resquícios de uma investida subimperialista, nos termos de Ruy Mauro Marini (2013). O estudo de Marini expressa a dependência e a influência de determinada nação sobre outras, seja na forma ideológica ou financeira. Schilling (1991) indica que houve essa tendência no campo da diplomacia brasileira, quando assinala que o governo brasileiro determinava a participação de bancos públicos para firmar os financiamentos para as obras. Aliás, foi esse autor o primeiro a tratar de forma incisiva o problema da corrupção na construção da barragem.

Assim, sob essa abordagem interdisciplinar e pioneira, o assunto elaborado por Schilling facilita as correlações que desenvolvemos ao longo deste tópico. Temos então, neste primeiro momento, três vieses importantes a considerar: o de Mendonça e o de Vesentini que transitam pelas fronteiras, espaços sociais e conflitos, e o de Schilling, não menos importante, o qual adentra em outras esferas, não somente territoriais.

No caso da Itaipu, vale considerar a geopolítica com a ocupação de determinadas regiões, reconhecendo-as como ações estratégicas, mas de benefícios e interesses múltiplos. Podemos considerar, além do lago artificial e a submersão de divisas físicas, dois planos em termos de geopolítica. O primeiro se refere à acomodação populacional que tinha na mira uma certa ideia de controle, a exemplo do que ocorreu com a mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília na década de 1960 (VESENTINI, 1986). Enquanto o segundo se refere à organização das empresas em conjunto com o governo, proporcionando mudanças tanto no relevo quanto na “densidade demográfica da região” (CATTA, 1994, p. 28).

Nessa perspectiva, se considerarmos os ideais fundamentados na geopolítica e justificados pelos anseios de interiorizar a capital brasileira, esta “preocupação geopolítica, com a interiorização da cidade-capital era, em geral, acompanhada de inúmeras críticas à cidade do Rio de Janeiro: esse seria um lugar inadequado a uma sede nacional do Governo porque aí haveria aglomerações humanas” (VESENTINI, 1986, p. 181-182).

Conforme destaca Vesentini, sendo uma capital, estaria à mercê dos possíveis levantes, tendo em vista a fácil mobilização de pessoas que um grande núcleo populacional

proporcionava. No caso de Itaipu, os 160 km de fronteira com o Paraguai entre Foz do Iguaçu e Salto de Guairá desencadeou um processo inverso que caracterizou os dois tipos de migrações já destacadas anteriormente. Nasceu assim um lago artificial em toda essa extensão, dissolvendo as divisas, as dúvidas e incertezas produzidas pelas fronteiras em disputas.

Essas evasões ou migrações forçadas de agricultores serviram estrategicamente para ocupar outras regiões consideradas de baixa densidade demográfica no Brasil. Em outras palavras, embora a ideia inicial seja a ocupação numa determinada região, levada a cabo pelo projeto de Itaipu, fica evidente que este deslocamento, principalmente o de agricultores que tiveram suas terras alagadas pelo lago artificial da usina, se concretiza como a face perversa da geopolítica e do modelo de empreendimento adotado para a construção de Itaipu. Ao contornar um problema de ordem diplomática, delineado na Ata do Iguaçu, o Brasil contribuía grandemente para o alargamento dos problemas de ocupação para ambos os países. No lado brasileiro o problema atingiu aproximadamente “quarenta mil pessoas”<sup>21</sup>. Enquanto no lado paraguaio surgiram inúmeros problemas, visto que milhares de brasileiros foram para aquele país disputar espaços na agricultura, mesmo que lá uma grande quantidade de terras produtivas e de áreas urbanas também tenham sido submersas pelo lago.

Porém, entre este passado e presente acerca da construção de Itaipu, Villagra (2014, p.51, tradução nossa) considera que esta ocupação de terras no Paraguai por meio da “colonização privada” já se evidenciada no contexto da “marcha para o oeste”, desencadeado no Brasil na década de 1950. O que era pior, segundo este autor os agricultores do Brasil se beneficiavam por empréstimos e custeios de grandes corporações dificultando desse modo uma justa harmonização agrícola com os habitantes locais que já competiam com os adeptos do regime imposto pelo ditador Alfredo Stroessner que também buscavam espaço na agricultura (Ibid.).

Em termos mais contemporâneos, este assunto também foi discutido pela historiadora Virginia Fontes (2010). Ela articula as formas particulares do Tratado entre os países para afirmar que o Brasil jamais havia cumprido o acordo de Itaipu completamente. Mesmo assim, milhares de trabalhadores migraram para o Paraguai, “influenciados por uma política expansionista oficial” (FONTES, 2010, p. 341). Os dados das áreas alagadas pelo lago artificial da barragem dão uma dimensão dos números que serão apresentados nos próximos parágrafos.

---

<sup>21</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DF BSB V8.MIC, GNC.NNN. 83004068.0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2018, p. 1-99.

## Segundo a obra produzida pela Diretoria Técnica da Itaipu Binacional a construção da Hidrelétrica de Itaipu

criou um lago artificial de 170 km de comprimento, com uma profundidade máxima de 170 m e uma capacidade de armazenamento de 29 bilhões de m<sup>3</sup> de água. O lago tem uma superfície total de 1.350 km<sup>2</sup>, dos quais 780 km<sup>2</sup> estão em território brasileiro e 570 km<sup>2</sup> em território paraguaio; É evidente que isso resultou em grandes mudanças ambientais na bacia do rio Paraná – a sétima em ordem de grandeza no mundo, com área de 30.000 km<sup>2</sup> (DIRETORIA TÉCNICA, 2009, p.16.3).

Essas mudanças ambientais afetaram demasiadamente o oeste paranaense constituído em maior número por pequenos produtores e apresentava um processo agropecuário produtivo que teria sido desmantelado devido à desapropriação. Segundo os dados produzidos pela diretoria técnica (2009), foi a Ieco-ELC que realizou o primeiro estudo de impacto ambiental em 1973, considerando que a barragem gerou custos que deveriam a ser mitigados, tais como:

a eliminação de um trecho de 170 km de curso livre do rio, redução do hábitat da vida selvagem, submersão das Sete Quedas ou Saltos del Guairá, eliminação de 700 km<sup>2</sup> de floresta virgem, inundação de 600 km<sup>2</sup> de terras agrícolas, submersão de possíveis jazidas de minérios ainda desconhecidas, e finalmente a submersão de possíveis sítios históricos desconhecidos (Ibid., p.16.4).

Apesar dos dados apresentados serem desastrosos sob vários pontos de vistas, a conclusão apontou para o custo-benefício, considerando, portanto, que a energia a ser produzida compensaria os impactos ambientais negativos, com medidas corretivas adequadas, segundo os estudos (Ibid.). Mas não foi isso que aconteceu. Conforme o Relatório Anual de Atividades da Itaipu (1981, p. 46), a situação dos agricultores era a seguinte: haviam sido assentadas 404 famílias em território brasileiro perfazendo um total de 2.403 pessoas que foram encaminhadas para as seguintes regiões do país: Projeto Poti (PR) – 206 famílias ou 1.273 pessoas; Projeto Bom Jesus da Lapa (BA) – 68 famílias ou 371 pessoas; Projetos Pedro Peixoto e Humaitá (AC) – 130 famílias ou 759 pessoas. No entanto, os dados produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1983 dimensionam essa mobilidade dando pouco mais de ênfase ao projeto Poty no Estado do Paraná. Segundo o documento, cujo título é “situação do projeto Poty”, [...] “com a construção da USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, em torno de 40.000 (quarenta mil) pessoas tiveram que retirar-se de uma área de, aproximadamente, 83.500 (oitenta e três mil e quinhentos hectares) de terras, envolvendo de forma direta 09 (nove) municípios do

oeste paranaense”<sup>22</sup> (sic) (Ibid). Após apresentar as dimensões ocorridas pela desmobilização, o analista desses dados indica os danos. Nas suas palavras:

Cerca de 8.500 (oito mil e quinhentas) propriedade foram indenizadas. Oitocentas e dezesseis famílias que habitavam aquela área, eram posseiros, meeiros e arrendatários, muitos dos quais viviam do subemprego e da pesca, nada possuindo de bens. Poucos eram pequenos proprietários. Das 816 (oitocentas e dezesseis) famílias, 72 (setenta e duas) foram para a BAHIA, 191 (cento e noventa e uma) para o ACRE, 19 (dezenove) para SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR (eram indígenas) e 40 (quarenta) foram para terras particulares no PARANÁ. Restavam 494 (quatrocentas e noventa e quatro) famílias, que não aceitavam nenhuma solução que implicasse em sair do PARANÁ<sup>23</sup>.

Os indicativos citados acima foram produzidos por um órgão do governo e no seu conjunto deixa explícito que havia discordâncias sobre a real situação dos colonos que seriam deslocados em face o projeto binacional, mas que sempre foram negadas pela diretoria da Itaipu Binacional quando o assunto era posto em debate. Ou seja, mesmo que os dados demonstrem a mudanças de centenas de famílias para novas áreas, ainda havia quase 500 famílias aguardando para serem recolocadas. Estas seriam as fundadoras do Projeto Arapoty, objeto de estudo do relatório apresentado acima.

Percebe-se então, que não bastava apenas a vontade da Itaipu Binacional como entidade interessada em solucionar os problemas desses agricultores. Havia uma vontade política por parte daqueles que os receberam em suas regiões, uma vez que a entrada desse contingente mexia não só com as mais variadas áreas da geografia, mas também nas formas de gestão municipal. Eis aí um problema enfrentado pela geopolítica, ainda que no aspecto da microrregião.

Um caso interessante sobre esse momento de desmonte da agricultura do oeste paranaense no contexto das negociações com a Itaipu foi a tentativa da Colonizadora Cotriguaçu de inserir colonos expropriados numa região do norte do Mato Grosso na localidade de Aripuanã. No entanto, Mazarollo (1980, p. 39) explica que “a Cotriguaçu teria adquirido a área, porém ninguém foi lá reassentado”. Insatisfeitos com a desproporcionalidade das avaliações e com as ofertas dadas a eles pela estatal, no início da década de 1980, centenas de agricultores ficaram acampados na BR 277, no trevo de acesso à Vila “A” de Itaipu como forma de reivindicar seus direitos. Entretanto, o problema não parava somente com esse extrato

<sup>22</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8 MIC GNC NNN 83004068, p. 1-2.

<sup>23</sup> Ibid.

populacional. De forma ainda mais agressiva, a construção de Itaipu afetou a população tradicional alheia às formas de progresso apregoada pela ditadura. Historicamente o mundo da população Guarani se constituía nas margens do Rio Paraná, como destacou a historiadora Carla Cristina Nacke Conradi:

[...] os Guarani não compartilhavam dos mesmos interesses, da necessidade e significância da Usina para o crescimento/progresso, desenvolvimento da classe empresarial, enfim, da soberania do país. [...] Assim, objetivou-se pela retirada destes índios do território que ora o Estado almejava para suas concretizações, ou seja, a construção da Usina. [...] Durante o processo de desapropriação, as estratégias foram desde a negação, por parte do Estado, que estes indivíduos fossem indígenas e detentores de direitos, até mesmo uma rápida negociação com algumas famílias, ignorando assim qualquer estatuto, e direitos existentes sobre este assunto, fazendo alianças com outros agentes de governo que representassem também seus interesses, como a Funai e o Incra (CONRADI, 2007, p.55).

A ideia da utilidade pública que avançou nas propriedades tradicionais ou de posses deixou problemas para serem dirimidos na atualidade. Do ponto de vista da geopolítica e do subimperialismo como instrumentos teóricos, podemos pensar o poder de ação estratégica de uma nação, numa determinada região no caso da construção da barragem. No primeiro momento (regional e interno), a geopolítica incide sobre um pensamento unitário sob uma perspectiva própria e não diversificada, adentrando fronteiras estrangeiras. No segundo momento, o pensamento transcende e traz a lógica de ajustes norteado pela possibilidade da existência de um possível “inimigo” a ser combatido de pronto, ou seja, transcende a teoria do controle geográfico e político.

Ocupa-se determinada região com um grande projeto, e através dessa ocupação emprega-se determinada visão de mundo: naquele espaço valerá a voz do grupo hegemônico. A geopolítica, no caso da Itaipu Binacional como projeto de Estado, foi efetiva. Ela superou, ainda que de forma parcial, a ideia da desunião entre nações que estavam ainda às voltas com os problemas da Guerra da Tríplice Aliança e da ocupação de Porto Coronel Renato em 1965. Nas palavras de Vesentini (1986, p. 58), “o pensamento geopolítico visa a ser o porta-voz dos interesses e da estratégia do Estado, daquilo que se tem de permanente mesmo com as frequentes mudanças de governo”. Esta observação remete ao projeto geopolítico como uma política de Estado, que no caso brasileiro ganhou forças progressivas a partir dos estudos acadêmicos da Escola Superior de Guerra (ESG), “estabelecida no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra” (1946-1951) (DREIFUSS, 1981, p. 29).

Tanto em momentos de conflitos e disputas, quanto em momentos de paz, a diplomacia está presente. Talvez seja por isto que, durante as negociações para a elaboração da Ata do Iguaçu em 1966, a diplomacia brasileira interferia metodicamente nos interesses pessoais do ditador Alfredo Stroessner. Se, conforme a visão da política brasileira, a emergência da construção da barragem girava em torno do progresso e da demanda do consumo energético, para o ditador paraguaio, a motivação era pessoal. Como veremos, estava em jogo o objetivo de Stroessner de submeter Brasil e Argentina ao controle que somente ele poderia ter ao oferecer a longa faixa de fronteira que dividia os países. Em outras palavras, ambas as ditaduras representavam frações, que poderiam ser contra ou a favor do projeto Binacional, porém, nas relações internacionais, através de discursos geopolíticos, os Estados são os porta-vozes da sociedade como um todo (VESENTINI, 1986).

Considerando as condições naturais e a escassez de recursos, no processo de construção em condomínio havia duas condições: a primeira era a existência de um elo entre o lucro e o desenvolvimento, tendo em vista a mobilização de recursos financeiros e sua aplicação, caracterizada pelos empréstimos subsidiados ao Paraguai, a necessidade do emprego consensual desse espaço geográfico e político na sua forma estratégica. Isto significava o domínio e a presença do Estado em suas fronteiras. A segunda condição era segurança da construção percebida pela Argentina como ameaçadora de rompimento naquele espaço, considerando a região geográfica e dimensões do lago, a qual, ocorrendo esse colapso inundaria boa parte do seu território habitado.

Por meio dessas análises, nossa hipótese é a de que o Paraguai foi usado pelo Brasil para a inserção do grande capital, sob o pretexto de regularização da fronteira que estava sendo disputada. Como veremos, o projeto de Marcondes Ferraz não ajudaria regularizar, tampouco ajudaria a inserção das empresas em movimento, pelo contrário, produziria mais dúvidas no campo da diplomacia, e como veremos, indicava um canteiro de obras menos complexo. Assim, o lucro das grandes empresas se fundamentou nas “boas intenções” para a solução dos conflitos relacionados aos limites entre os territórios. Essa estratégia estava alinhada com a filosofia da Escola Superior de Guerra, Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia. Consequentemente, se acentuava o domínio ideológico por parte do Brasil e que, de certa maneira, interferiu na concepção e na escolha do projeto binacional, tendo o Paraguai como pretense parceiro. Era o início da união entre estados e empreiteiras. Partindo dessa perspectiva, nossa tese avalia se a Itaipu Binacional foi o bloco de concreto mais rentável e rígido desenvolvido pelos militares, no contexto do “milagre econômico”, bem como se o seu

planejamento estrutural a partir da negação do projeto de O. M. F. serviu para ajudar os empresários da construção civil, tanto no Brasil, quanto do Paraguai. A amizade sempre pautada nas convenções, a geopolítica (problemas de fronteira e deslocamentos forçados), sustentados em alguns estudos, são apenas fatores secundários nessa questão. Ainda assim são importantes, pois sustentaram o projeto vencedor, o da Itaipu.

Percebe-se então que, com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, sobre o Rio Paraná em 1965, em Foz do Iguaçu, e, no ano seguinte, os encaminhamentos para a resolução do litígio em Guairá, foram retiradas as últimas questões litigiosas pendentes para que fosse possível celebrar qualquer tratado que se propusesse o fortalecimento dos laços de amizade. Sobre isso, o artigo XXVI do Tratado publicado em 2005 nos Atos Oficiais reitera os ideais prescritos no Tratado da Amizade (1975) esclarecendo que as:

[...] Altas Partes Contratantes, animadas como se encontram do firme desejo de preservar os laços de fecunda amizade, reafirmam solenemente a decisão de resolver qualquer divergência que se suscitar entre elas, por negociações diplomáticas diretas ou mediante recurso aos Instrumentos vigentes entre os dois Estados sobre solução pacífica de controvérsias (Itaipu BINACIONAL, 2005, p. 288-289).

A mediação sugerida pelo Tratado da Amizade rompia com os efeitos traumáticos do passado e servia de referência para equacionar os conflitos que poderiam ocorrer durante o avanço das obras de Itaipu. Sua narrativa deixa a entender que ele foi elaborado pensando exclusivamente na construção binacional. A solução “pacífica das controvérsias” apontadas no documento são partes consideradas óbvias, mas o histórico das relações que compunham o passado necessitava de ideias óbvias para fazer valer o combinado em possíveis desacordos futuros.

O próprio general Juracy Magalhães, teria advertido o chanceler paraguaio em meados da década de 60 sobre a importância de um tratado. À época, se referindo aos limites entre os países, Magalhães (apud BALMELLI, 2011, p. 69-70, tradução nossa) enfatizava que "um tratado só poderia ser alterado por outro tratado ou por uma guerra em que fôssemos derrotados".

Nas palavras do ministro brasileiro, a quebra de um tratado se faz através de outro no qual as partes contratantes fossem solidárias, ou por meio da guerra. Assim, o vencedor do conflito imporia restrições ao perdedor, tal como ocorreu por ocasião do Tratado de Loizaga-Cotegipe na demarcação das fronteiras brasileira e paraguaia após a guerra encampada pela

Tríplice Aliança contra o Paraguai. Essas demarcações, como vimos, seguiram duvidosas até o alagamento definitivo da região dos Saltos das Sete Quedas, pelo lago de Itaipu, no início da década de 1980.

Somando aos estudos de autores brasileiros acerca do mesmo tema, Balmelli (2011) e Moreno (2011), pesquisadores paraguaios, criticam o posicionamento definido como imperialista, por parte do Brasil, no trato das relações com o governo paraguaio. Seus comentários enfatizam as negociações sobre a construção de Itaipu e ultrapassam os limites da problemática da fronteira e suas demarcações. Esta crítica remonta à atuação do Brasil na guerra desencadeada pela Tríplice Aliança (1865-1870) até os enunciados que compõem as linhas da Ata de Iguaçu e dos Tratados subsequentes.

Neste sentido, Juan Antonio Pozzo Moreno, em sua obra “ITAIPÚ: una victoria bien brasileña”<sup>24</sup> publicada em 2011, apresenta alguns dados que suscitam uma discussão acerca das fases da construção da Itaipu.

As concepções sobre o projeto binacional desenvolvidas por Moreno (2011) sugerem amplo olhar para o momento histórico que compreendeu o período anterior e posterior à construção da Itaipu. Para demonstrar isso, ele apresenta desde os aspectos ministeriais do Tratado Loizaga-Cotegipe assinado pelos dois países até os estudos brasileiros sobre o aproveitamento do Rio Paraná, com vistas à produção de energia elétrica, elaborados no início da década de 1960 (MORENO, 2011, p. 23-24-25).

Os críticos paraguaios que discorrem sobre o projeto binacional indicam que o avanço brasileiro não se desvinculava de uma tomada de posição que, além de outros fatores, buscava também o controle e a dominação. Nesse sentido, Moreno (2011, p. 20, tradução nossa) explica que “A origem de Itaipu remonta ao Tratado de Paz de 1872 imposto ao Paraguai após a guerra que travou contra as forças aliadas [...]”. Mantendo seu posicionamento crítico, este autor acrescenta que diante do cenário de destruição ocasionado pela guerra, o Brasil aproveitou para pôr em prática sua antiga aspiração anexando cerca de 62.325 km<sup>2</sup> do Paraguai na região de Humaitá, situada no Estado de Mato Grosso do Sul (Ibid., p. 21).

As análises de autores brasileiros e paraguaios corroboram em partes com a tese da origem de Itaipu defendida por Pozzo Moreno. Os autores brasileiros estudados aqui concordam que houve de fato o uso da construção desse empreendimento para nivelar e propor outras dimensões para as fronteiras, mas que se complementaria com a já pronta Ponte Internacional da Amizade para se tornar de fato uma obra geopolítica, cujos objetivos eram de regularizar

---

<sup>24</sup> “ITAIPU: uma vitória bem brasileira” (tradução nossa).

conflitos e abrir caminho para os novos consórcios. Contudo, parece que se buscava poder e representação regional.

Antes de dar início a qualquer construção, essa influência imposta se constituía em um grande problema a ser resolvido pela diplomacia dos dois países. Enquanto o Paraguai usava os pontos do Tratado de 1872 que considerava inteligíveis como pretextos para não ficar fora de algum projeto a ser desenvolvido na região, o Brasil utilizava-se do mesmo Tratado para impor sua política de dominação histórica sobre a região. Ou seja, a diplomacia conduzia de forma a impor sua ação hegemônica, cauterizando as feridas deixadas pela Guerra do Paraguai e os limites fronteiriços que estavam sendo disputados com o projeto geopolítico e empresarial. Com isto, o favorecimento de empreiteiros foi o grande avanço, resultando na barragem binacional. Entendemos que o fator geopolítico foi real, mas como já pontuamos, não seria esse o problema essencial. Retomaremos este assunto ao longo dessa tese. Por ora, retomaremos o problema do projeto pioneiro de O. M. F.

Ainda no final da década de 1960, ao contestar a recusa do projeto inicial da barragem por parte do governo militar, Octávio Marcondes Ferraz, autor do projeto de aproveitamento do Rio Paraná para fins energéticos, parecia não estar entendendo as diferenças entre as possibilidades razoáveis de seu estudo e as necessidades do emprego do controle regional elaborado pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG).

Veremos que, conforme as negociações avançavam, custava ao engenheiro entender o acolhimento dispensado às grandes empresas multinacionais da qual ele e seus parceiros e tecno-burocratas “Eugenio Gudín e Antônio Carlos Pacheco e Silva” faziam parte ou eram porta-vozes. Para a ditadura militar brasileira seria mais valoroso o binômio segurança e controle militar das fronteiras e o apoio às empresas multinacionais, em detrimento do ganho ambiental e social do projeto apresentado por Marcondes Ferraz em dezembro de 1962. Era preferível perder um colaborador do que perder o domínio regional e as relações empresariais amplas vindas com o projeto binacional.

Esta tese é reforçada ao se avançar duas décadas após a assinatura da Ata de Iguazu e analisar o “estudo sucinto” redigido por autoridades brasileiras, em 1986, no qual se realizava uma “Análise da Conjuntura Sul-Americana”<sup>25</sup>. O documento que tinha como foco o Paraguai e estabelecia um olhar para a totalidade dos problemas daquele país, apresentou análises sobre os campos mais variados como: políticos, militares, sociais, econômicos e ambientais. Essa

---

<sup>25</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN, EST.0079. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 27 de outubro de 2019, p. 1-69.

última frase não tem verbo. Não caberia aqui desenvolver os pontos assinalados, uma vez que estes não fazem parte desse estudo. Porém, quando o caso se refere às facilidades geradas pela construção da barragem para os dois países envolvidos em Itaipu e ao objeto de disputas sobre suas fronteiras, o analista do Conselho de Segurança Nacional (CSN) considera que

[...] ITAIPU representou para o PARAGUAI um mecanismo de desenvolvimento jamais esperado para a Nação Guarani, não só pela usina em si, pois a indústria nacional é incipiente, mas pelas facilidades oferecidas pelo Governo brasileiro, com o resultado dos acordos bilaterais<sup>26</sup>.

Os acordos bilaterais, considerados como facilitadores das políticas de crescimento econômico, sobre os quais o relatório faz referências, não seriam partes integrantes da prática “subimperialista” e de planejamento militar e empresarial dentro do cenário da construção da Itaipu? Parece que sim. Porém, conforme já apresentado, existem outros fatores que devem ser considerados, por exemplo, os antecedentes da obra e o evento diplomático de 1965 em Porto Coronel Renato, área que era considerada “estorvo” para as capitais. Na época, esta ação militar, embora sem grande vulto de emprego de tropas, teve como consequência imediata a paralisação daquilo que as autoridades brasileiras haviam prometido ao Paraguai, antes do golpe militar, a saber os estudos do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz. Sobre isso, Schilling (1991) sugere que

[...] o governo militar brasileiro, movido por claros propósitos geopolíticos, abandonou a solução nacional, não conflitiva, elaborada em 1962, pelo engenheiro Marcondes Ferraz (posteriormente presidente da Eletrobrás) por ordem do então ministro das Minas e Energia, o nacionalista Gabriel Passos (governo João Goulart). O plano consistia em construir uma represa no Rio Paraná, totalmente em território brasileiro, com capacidade de 10 milhões de KW (quase igual a Itaipu, com 12,6 milhões). O lago formado pelo dique da mesma significaria - segundo o autor a conexão com a bacia amazônica, tornando possível, com algumas obras complementares, a navegação desde a embocadura do Amazonas até Montevidéu, no Atlântico Sul (SCHILLING, 1991, p. 23).

Eram projetos diferentes, mas a diferença da geração de energia parecia imperceptível em relação aos danos provocados pela Itaipu. Percebe-se certa intransigência da parte do governo militar brasileiro nos encontros e trocas de notas, entre as chancelarias, desde que se soube das intenções do Brasil em aproveitar a parte internacional do Rio Paraná para a produção

---

<sup>26</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN, EST.0079. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 27 de outubro de 2019, p.28.

de energia, ao tratar dos problemas externos e também ao não reconhecer o combinado. Uma das mais importantes manifestações neste sentido ocorreu por meio do Ministro das Minas e Energia, Oliveira Brito, em 2 de setembro de 1963 (DEBERNARDI, 1994, p. 51). Naquela ocasião, o ministro brasileiro esteve com uma comitiva de técnicos em Assunção, visando levar esclarecimentos sobre o aproveitamento energético da Bacia do Paraná. Entre outros encaminhamentos, Oliveira Brito transmitia àquelas autoridades a seguinte proposta:

Me cabe la satisfacción de informar una vez más, que el ilustre presidente João Goulart me ha expresado que ni una sola estaca se pondría para estas obras sin acuerdo pleno con o Paraguay y que su buena disposición hacia el Paraguay le corresponde como presidente do Brasil que no piensas estaría traicionando a los verdaderos sentimientos del pueblo del Brasil hacia el pueblo del Paraguay (BRITO apud DEBERNARDI, 1994, p. 51).

Este estudo não tem a pretensão de apoiar um ou outro posicionamento em confronto, mas sim mostrar que a posição levada a cabo pelo governo de João Goulart se tornaria a base do reconhecimento dado pelo Paraguai à esse governo, além disso, quer salientar que nenhuma ação seria adotada pelo Brasil sem a anuência oficial do Paraguai. Após este período houve uma ruptura na política brasileira. O andamento das intenções e os acordos antecedentes à construção da barragem saíram da órbita amigável e ficaram marcados por disputas de lado a lado. No Paraguai, os protestos contra o Brasil tinham o apoio irrestrito da ditadura, pela imprensa controlada. No Brasil, a guerra diplomática com o vizinho tinha apoio de partes da imprensa, que, ao utilizar-se de um expediente parcial, atacava o Paraguai, conforme reportagem do Jornal do Brasil publicada na edição nº 136, de 12 de junho de 1966, pelo jornalista Octávio Bomfim. De acordo com este jornalista a

[...] campanha movida pela imprensa paraguaia, indiscutivelmente controlada pela censura governamental, foi uma violência sem par contra o Brasil, talvez a mais abusada que já sofremos no exterior, em qualquer época. O Brasil foi acusado de ser uma nação imperialista e sanguinária, de aproveitar-se dos mais fracos, de não respeitar os tratados e convenções internacionais, de usurpador e inimigo número um do Paraguai. O Mal. Castelo Branco foi também atacado e comparado desfavoravelmente com o de João Goulart, que a imprensa paraguaia chamou de “estadista compreensivo e amigo” (sic) (Jornal do Brasil apud PERREIRA, 1974, p. 66-67).

Seguindo a comparação entre os governos criticados na reportagem de 1966, Pozzo Moreno (2010, p. 35) afirma que o governo de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1969) “teria rompido de forma unilateral o compromisso assumido pelo governo deposto, que

incluiria o Paraguai como sócio de um futuro empreendimento” no cenário do Rio Paraná, além disso ainda ocuparia uma faixa territorial que era reivindicada pelo seu país.

Era por meio dessa série de tomadas de posição por parte do governo brasileiro que mantinha viva a ideia contemporânea de país imperialista atribuída ao Brasil. Para Menezes (1987, p. 76), “a atitude brasileira foi um erro diplomático que inflamou o nacionalismo paraguaio e quase provocou a morte daquele esforço diplomático no Paraguai e no Brasil”.

Destacamos anteriormente que foram muitos os problemas de ordem diplomática que se resolveram num curto espaço de tempo. Na verdade, estabeleceu-se uma distensão com o Paraguai que duraria apenas um ano. Este curto espaço de conflitos determinaria que a diplomacia teria funcionado dentro de seus propósitos ou nossa hipótese de dominação entra pelos caminhos da comprovação. Este assunto será lembrado ao longo do texto.

Até aqui percebe-se que as variáveis surgidas em relação ao projeto Itaipu e o olhar sobre tais projetos, os quais culminaram com a construção e a criação de uma empresa binacional ainda não eram debatidas. A seguir analisaremos outros aspectos que cercaram o empreendimento binacional. Porém, será dado maior ênfase a alguns elementos contratuais. O caso da Ata de Iguazu será retomado, levando-se em conta os pareceres jurídicos acerca da efetivação do projeto.

## 1.2 ITAIPU BINACIONAL: A INFLUÊNCIA DO IMPERIALISMO BRASILEIRO

As críticas sobre a construção de Itaipu apresentadas nos primeiros tópicos desse estudo também são consideradas pelo ex-membro da diretoria da Itaipu Binacional PY/MD (2008-2010), Carlos Quinto Mateo Balmelli, na obra “Itaipu: una reflexión ético política sobre el poder” publicada em 2011, o autor considera os aspectos éticos movedores do projeto, mas, sua atuação enquanto membro da diretoria da Itaipu Binacional do Paraguai não contribuiu para amenizar sua posição crítica acerca da construção dessa hidrelétrica tal como foi articulada. Entretanto, em relação à atuação da diplomacia brasileira, principalmente nas fases contratuais do projeto, suas críticas se direcionam às disparidades das relações de poder entre o Paraguai e o Brasil, colocando o Paraguai em posição de desvantagem na articulação e elaboração do Tratado. Suas análises rompem com a visão de povos amigos com direitos iguais. Da mesma maneira coloca em evidência a postura política brasileira no trato das negociações acerca da construção da barragem em regime de condomínio. Em horizonte filosófico distinto de Pozzo

Moreno, Mateo Balmelli descortina as particularidades pessoais e políticas do ditador Alfredo Stroessner (1954-1989), considerando tais elementos como fatores essenciais que justificam sua submissão à política adotada pelo Brasil no contexto da construção da Itaipu em forma de condomínio. Tais questões, apresentadas por Balmelli podem ser determinantes, quando adentramos no viés hegemônico e subimperialista que nortearam os volumes de negociações acerca da obra em condomínio, bem como a problemática da fronteira que se disputava naquele momento. Essa frase está sem verbo. Assim, com base nos argumentos deste autor, os rumos políticos adotados pelo ditador paraguaio, por meio dos diversos acordos em relação ao Brasil, não se davam por razões afetivas, “segundo as visões de alguns historiadores paraguaios” (BALMELLI, 2011, p. 68). Entretanto, ele considera que esta série de aceitações para parcerias era a credencial necessária para inserir o Paraguai em um novo ordenamento político imposto pela bipolaridade, a qual norteava a economia mundial na época. Do mesmo modo, a proximidade com o governo brasileiro buscava também novas perspectivas comerciais, tais como a almejada saída para o Oceano Atlântico, desejo antigo do Paraguai, pela via recém-inaugurada BR 277 que liga Foz do Iguaçu-PR ao Porto de Paranaguá, no Paraná.

No plano monetário, que envolveu altas somas (em 1973 o orçamento beirava 2,5 bilhões de dólares) para a construção de Itaipu, os acordos tiveram um duplo efeito. Primeiramente, porque acabou lançando o Brasil de um país dependente do grande capital para um país dependente e financiador (por meio de repasses tomados por empréstimos). Esta condição contribuía para o aumento significativo da dívida externa paraguaia, já que para honrar os contratos de execução das obras necessitava-se de empréstimos efetuados por agências financiadoras brasileiras que repassavam os recursos à estatal Administración Nacional de Electricidad (ANDE), que fazia sua gestão no Paraguai (R.A, 1974; R.A, 1975).

O que motivava e orientava o governo do Paraguai poderia ser problemas particulares, políticos ou éticos. Duarte Pereira (1974) também adota a mesma perspectiva e acrescenta que Stroessner pretendia fazer com que Brasil e Argentina caminhassem para ficarem dependentes, não do capital financeiro, mas da bacia do Rio Paraná, no espaço de seu domínio, seu patrimônio, uma divisa de onde se emanava o poder e a manifestação de projetos geopolíticos e empresariais. Assim, Pereira (1974, p.76) afirma:

O Paraguai se satisfazia com Acaraí, cujo primeiro gerador produziu eletricidade que vendera a cidades da Argentina. Agora, pretendia montar o segundo gerador, para consumo no Brasil. Stroessner tratava de fortalecer-se, submetendo as regiões limítrofes do Brasil e da Argentina, ao abastecimento energético controlado por ele.

Quando Pereira (1974) aproxima o problema territorial e as aspirações comerciais pessoais de Stroessner ele indica que:

Quase íamos à guerra, pelas quatro casas de Porto Coronel Renato e agora entregávamos a chave do desenvolvimento do Noroeste do Estado do Paraná ao Presidente Alfredo Stroessner. O “imperialismozinho” matreiro à moda guarani revelava-se mais eficiente do que o “imperialismo brasileiro”, denunciados pelos estudantes de Assunção (Ibid., p.76).

Além dessa dependência imposta ao Brasil, da qual chamou atenção Osny Pereira Duarte (1974), os paraguaios também tinham estudos de geração de energia em andamento com a Argentina, mas foram silenciados momentaneamente e retomados no final da década de 1970, quando Itaipu já se configurava como realidade. Porém, mesmo que houvesse algum contrato com o governo da Argentina, conforme indicava Duarte Pereira, ainda assim ficava clara a aproximação do governo paraguaio com o brasileiro e um aparente distanciamento destes com o governo argentino. Tal ação colocava a Argentina numa posição desprivilegiada, pois esta buscava, da mesma forma, um lugar de expressão na política sul-americana. Como veremos, isto fazia parte dos efeitos pedagógicos da política externa brasileira para a América latina. Nesse sentido, Menezes (1987, p. 63) considera que a aproximação entre

Brasil - Paraguai acontecia, assim os fatos mostram, não por motivos ideológicos, mas sim por motivos econômicos e políticos. Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai, se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho Paraguai, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para o leste.

Percebe-se que, em relação às observações acima, os planos comerciais da ditadura de Stroessner seguiam conforme fora planejado, porém, com pesados investimentos a serem pagos para uma economia carente de recursos. Continuando com a mesma perspectiva crítica, Balmelli (2011) chama atenção para o problema da construção que poderia ser chamado de um bloco no sistema político do Brasil, pois este estava vinculado à política norte-americana que objetivava a manutenção da hegemonia. Nessa perspectiva, o general Alfredo Stroessner deixava-se conduzir pelo governo brasileiro, que servia como uma espécie de padrinho nas suas relações com os norte-americanos. Assim, o Paraguai “diversificava sua inserção externa, e encontrava, através do Brasil, um canal de aproximação com os Estados Unidos, função para qual a Argentina não estava habilitada” (BALMELLI, 2001, p. 69, tradução nossa).

Considerando o aspecto de controle e dominação regional, uma obra em condomínio se justificava. Para o Brasil, além da acomodação futura de brasileiros desalojados pelo projeto na agricultura paraguaia e a construção em regime de sociedade deixava o Brasil numa posição privilegiada frente à Argentina que buscava uma liderança regional desde o golpe militar de 1966 que levou ao poder o general Juan Carlos Onganía (MARINI, 2013; LUCE, 2017). Seguindo essa perspectiva,

[...] A diplomacia argentina levantou a hipótese de um Brasil imperialista com a finalidade de garantir o controle compartilhado do uso das águas do rio Paraná e, ao mesmo tempo, colocou obstáculos à construção de Itaipu porque viu que com a realização desse trabalho aquele país instalou um polo de crescimento econômico na fronteira norte da Argentina, que era pobre e pouco habitada. Pela lógica da geopolítica gerida pelos atores argentinos, o Brasil, com a construção da maior barragem do mundo, passou a ter uma influência incalculável no norte da Argentina e no leste do Paraguai, além de subtrair a capacidade de produzir eletricidade de outros empreendimentos binacionais paraguaio-argentinos que estavam em processo de negociação para o desenvolvimento hidrelétrico a jusante do rio Paraná (BALMELLI, 2011, p. 60, tradução nossa).

O aproveitamento hidrelétrico da bacia do Paraná por meio da Itaipu não servia para a solução definitiva dos problemas atribuídos ao Brasil e ao Paraguai. Havia disputas relacionadas ao poder e ao domínio regional. Também havia a previsão de conflitos com a Argentina que se encontrava isolada na sua diplomacia. Em seu estudo sobre o tema, com foco nas empresas de construção civil, a historiadora Edina Rautenberg (2011, p. 334) acrescenta que “o acordo assinado com o Paraguai foi uma cartada diplomática brasileira para diminuir a influência da Argentina sobre o Paraguai e uma forma de amarrar o Paraguai à política externa brasileira”.

Além da possível condição subserviente do governo do Paraguai e imperialista do Brasil sobre a qual Mateo Balmelli e Edina Rautenberg salientaram, estes autores analisaram as porcentagens devidas a cada país no ato do “Tratado de Itaipu”. Existem outras argumentações assinaladas exclusivamente por Balmelli. A primeira é a diferença territorial entre os dois países. Nesse apontamento, ele faz uma explanação afirmando que as assimetrias existentes entre um país com muitos recursos e outro com menor capacidade e extensão gerou desigualdades, ao invés de proximidades no campo jurídico. Em outras palavras, havia uma falsa ideia de que tudo ocorreria dentro de certa regularidade e respeito entre as duas nações, tal como poderia ser sentido e entendido no conjunto do Tratado da Amizade de 1975.

As análises desse estudo indicam que o Brasil se aproveitou da situação econômica e política peculiar do Paraguai. Contudo, isso refletia e ainda ecoa na atualidade o ressentimento dos paraguaios referente à guerra que abalou profundamente o país. Essa memória paraguaia identifica o Brasil como articulador e promotor da destruição do país, por meio do poderio imperial brasileiro.

A década de 1960, portanto, ficou registrada como referência, pois esse período foi marcado pelas negociações que esconderam, mas não acabaram com as problemáticas históricas. Conforme análise dos pesquisadores apresentados neste estudo, o Paraguai despontava com interesses políticos e econômicos: poder de decisão sobre a realização da construção de Itaipu; favorecimento geográfico devido às suas fronteiras com Brasil e Argentina; interesses pela saída para o atlântico e inserção no capital financeiro, cuja abertura foi apadrinhada pelo Brasil. Por parte do Brasil evidencia-se: solução dos problemas relacionados às fronteiras, tanto de regiões do Mato Grosso, quanto do Porto Coronel Renato; interesse competitivo de posicionamento em relação aos países da América Latina e a inserção das empresas de construção pesada num outro patamar do campo da engenharia. A projeção do Brasil em relação aos demais países sul-americanos ocorreu através de uma série de eventos que aconteceram no continente, tendo como foco preponderante o projeto de dominação levado adiante pelo governo estadunidense.

Nesse sentido, dois casos serão analisados. O primeiro se refere aos possíveis fatores de atuação hegemônica por parte do Brasil, enquanto o segundo se refere às linhas de financiamento brasileiras ao Paraguai, pressupondo a inserção do Paraguai junto ao capital financeiro tendo o Brasil como ponte ou fiador desses créditos.

Tendo em vista a situação incipiente da indústria do Paraguai que era dependente na sua totalidade de produtos industrializados, a energia da Itaipu Binacional antes mesmo de ser gerada, já era canalizada como moeda de troca, não somente para pagar os custos da construção, mas também para a aquisição de outros tipos de produtos, tais como materiais bélicos. Neste caso específico, o governo do Paraguai se aproveitava de sua condição de baixo consumo de energia e da improbabilidade do emprego de suas forças armadas contra um possível inimigo externo e terminava por adquirir produtos bélicos considerados obsoletos do Brasil. O excedente de energia, ainda em perspectiva de produção, tinha a possibilidade de servir para renovar ou reequipar as forças armadas para manter o aparelho repressivo da ditadura de Alfredo Stroessner.

Lembrando a política da FIESP, o Brasil contribuía com a indústria interna, pois o pagamento era intermediado pela Carteira de Comércio Exterior do Brasil (CACEX) e realizado pela Itaipu Binacional diretamente às empresas brasileiras. Em 1982, por exemplo, a ENGEXCO, Exportadora S.A, negociou em torno de US\$ 20 milhões com o governo de Alfredo Stroessner, metade do montante faturado devidamente corrigido, em troca do excedente da energia que seria produzida pela Itaipu Binacional<sup>27</sup>.

Retomando o período anterior ao projeto de Itaipu, Mateo Balmelli (2011) menciona uma mudança de comportamento político do governo paraguaio para se afirmar ao novo plano ideológico de dominação. A submissão à nova proposta estaria condicionada à aceitação de diretrizes não próprias, impostas, mas sem utilização de coerção. Não se tratava de controle militar de uma nação sobre outra. Entretanto, houve o condicionamento a novas formas de visão de mundo, a uma nova pedagogia, justamente como ocorreu com o Paraguai em relação ao Brasil, após os eventos relacionados à fronteira em 1965.

Apesar de teórico apostado à teoria de base de nossas análises, a perspectiva de Gramsci acerca da hegemonia é deveras pertinente nesse caso. Ele afirma que “[...] toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações e continentes” (1989, p. 339). O fato de o Estado brasileiro servir para aproximar ainda mais o Paraguai dos Estados Unidos da América, conforme foi apresentado no estudo de Balmelli (2011), funcionou como um mecanismo que pode indicar este processo hegemônico. Andrew Nickson (2014), acrescenta que a relação e a colaboração militar dos Estados Unidos da América para com o Paraguai ficou evidente desde a instalação da ditadura por Stroessner na década de 1950. No entanto, oscilava à medida que a repressão feita pela ditadura aos movimentos de resistência alcançava seus objetivos. Neste caso a tese da utilização do Brasil para manter ou renovar uma aproximação do Paraguai com os EUA parece ter sentido.

Porém, há outro fator que pode ser inserido nessa perspectiva. A história da relação entre Brasil e Paraguai, especialmente com a permanência do agrupamento militar brasileiro em 1965 em área de disputas (Porto Coronel Renato, Figura 2), que romperam com os acordos anteriores e impondo um sistema ameaçador às autoridades diplomáticas do Paraguai, os quais vendo-se obrigadas a aceitar “pacificamente” a intervenção, caso contrário, teriam que iniciar um novo

---

<sup>27</sup> FUNDO: Estado-Maior das Forças Armadas. Termo: DFANBSB 2M.0.0.102, v.5.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 15 de outubro de 2019, p. 1-147.

conflito, sugere também intenções de caráter hegemônico. Não pela possibilidade do uso da força no sentido literal, mas, a ameaça velada nas de utilizá-la possibilitou o afrouxamento paraguaio, levando-o para os termos de uma negociação rápida.

O governo brasileiro usava da sua influência com os Estados Unidos da América para mostrar que estava ativo e, portanto, deixava explícito que disputaria com o Paraguai qualquer objetivo, ainda que fosse por meio do emprego das Forças Armadas, ou recorrendo aos tribunais internacionais. Para o historiador Luiz Eduardo Pinto Barros (2018b) essa série de possibilidades seria apenas formas de pressionar ou de chamar atenção. Em outras palavras, não se caracterizava por um projeto concreto que poderia ser levado adiante pelo governo de Castello Branco para que o Paraguai cedesse perante a falta de provas suficientes de que Sete Quedas estivessem em seus domínios. De acordo com Barros (2018b, p. 85),

[...] a proposta brasileira de levar a disputa para uma arbitragem internacional pode ser entendida até aquele momento como uma mera pressão, pois, ao que tudo indica, o governo Castelo Branco, no mínimo, acreditava que os paraguaios recuariam por não terem provas suficientes para defender a tese de que Sete Quedas não tinha a sua soberania definida.

Então, como foi possível um amplo consentimento para a elaboração da Ata de Iguazu em 1966 e a construção de Itaipu iniciada em 1974, em tão curto espaço de tempo, se o Paraguai já havia provado o intempestivo e gelatinoso comportamento da política externa brasileira? Será que houve uma atuação pedagógica por parte do Brasil em relação ao Paraguai, a qual tenha sido assimilada rapidamente por ele? Apostamos na hipótese da oferta de financiamentos e na mediação de empresas multinacionais nesse processo de solução “amigável”, mas também na articulação política que envolvia o serviço diplomático brasileiro, o qual buscava conhecer os pontos fracos do ditador Alfredo Stroessner, e, por meio disso, estabelecer as ações no campo político. O memorando secreto do Conselho de Segurança Nacional, elaborado em 1969, na parte das “medidas complementares” sugeria

Convidar o Presidente Stroessner para visitar o Brasil, prestando-lhe grandes homenagens incluindo desfile militar e condecoração. Apresentar-lhe o problema caracterizando: - a intenção de obter uma solução de alto nível, honrosa para os dois países; - a união Brasil - Paraguai; - possibilidade de firmar um acordo definitivo e no mais breve tempo possível realizar obras para as primeiras etapas de aproveitamento energético de Sete Quedas<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0285.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 27 de outubro de 2019, p. 97-98.

Nota-se nesta citação que haviam repostas de cunho individual que focavam primeiro a satisfação das necessidades do ditador e só depois os problemas da nação. Pode ser que, por meio dessas oferendas institucionais (medalhas, desfiles), abriram-se novas fendas e as disputas se diluíam. No caso paraguaio, as disputas, por mais legítimas que pudessem ser, estariam acima dos interesses de sua população, mas restritas a um grupo estritamente minoritário e autoritário. Em determinado momento não era possível saber se de fato havia oposição política que atuasse livremente, criticando o governo ditatorial de Alfredo Stroessner, ou se era uma oposição arranjada nos bastidores objetivando contestar a política externa brasileira, juntamente com o Paraguai, na sua política entreguista. Na visão de Mota Menezes (1987, p. 79),

[...] a oposição política, principalmente os Partido Liberal e Democrático Cristão aproveitaram a oportunidade para acusar Stroessner e sua administração de incompetentes, brasilianistas e contra o Paraguai. A oposição foi bastante radical e livre o suficiente para dizer o que bem entendia contra o Brasil e o governo Stroessner. [...] Por causa disso, um jornal brasileiro disse que, em um país como o Paraguai, onde a liberdade de imprensa nunca existira era, então, medianamente claro que o regime de Stroessner estava por trás de tudo aquilo e promovendo uma histeria a nível nacional.

Considerando o modo de agir e de fazer política de Stroessner e seu grupo, as ações políticas e diplomáticas do Brasil, os efeitos da Guerra do Paraguai (1865-1870), a ocupação do Porto Coronel Renato (1965), e, posteriormente, a aceitação dos termos para a construção da Itaipu (1966), são elementos considerados cruciais de demonstração e propagação de uma nova perspectiva hegemônica.

É evidente que, posteriormente, houve uma superação em termos de diplomacia. Contudo, essa superação traz consigo o consenso determinado pela disseminação de uma nova proposta que vigorou a partir do alinhamento entre a política externa do Brasil e a imposição política da ditadura de Alfredo Stroessner, ao seu próprio povo. Este é um ponto a ser considerado nestas relações, ora conflituosas, ora permeadas pelo mais elevado senso de “solidariedade”.

Mais adiante será possível verificar que a hegemonia e o imperialismo não se extinguíram completamente, principalmente quando o assunto se concentrava na política externa do Brasil em relação ao Paraguai. Entretanto, em relação à Itaipu, há outro conceito teórico mais apropriado para o caso brasileiro na dinâmica da sua construção, a saber o

subimperialismo. Nele há uma complexidade adicional referente ao processo de aquisição de recursos. No que se refere aos custos que foram avalizados pelo Brasil ao Paraguai no contexto das obras da Itaipu Binacional, vale chamar a atenção para o conceito de subimperialismo desenvolvido por Ruy Mauro Marini. O autor propôs que no governo de Castello Branco houve uma vinculação estreita junto aos EUA, produzindo uma política de interdependência continental (2013, p. 108). Mesmo que em outros termos, a perspectiva defendida pelos pesquisadores paraguaios acima citados (BALMELLI, 2011; MORENO, 2011) parece a mesma. Marini (Ibid.) remonta à conjuntura política e econômica que se consolidou após o término da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e se consagra no Brasil com o golpe civil-militar de 1964, período no qual se observa a fusão dos interesses das elites com o grande capital. No entanto, considera que este esquema configura “o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente *ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (2013, p. 256).

Não seria essa a implicação da qual salientava Mateo Balmelli ao se referir à tomada de posição diplomática brasileira sobre os limites territoriais e a própria construção de Itaipu quando serviu de avalista para os empréstimos utilizados no projeto? Para atender sua necessidade de hegemonia, os EUA impuseram o capitalismo aos países periféricos dele dependentes, colaborando para a consolidação de um bloco de oposição aos países contrários à sua política. O Brasil estava alinhado a esta política desde a tomada do Estado em 1964.

Seguindo esta lógica, o subimperialismo brasileiro ganhou terreno e conseguiu limitar diplomaticamente aqueles países que, de alguma maneira, não se contentavam com a sua política externa. O Brasil praticava uma política de fomento à dependência que, em outra esfera, abarcava aqueles, cuja economia e possibilidade de recursos fosse inferior, a exemplo do Paraguai, que sozinho e sem avalistas, não conseguiria captar os recursos necessários para a construção de Itaipu. Aliás, essa foi uma possibilidade posta e foi posteriormente encampada pelos grandes empreiteiros brasileiros. Seguindo este encaminhamento,

[...] o que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense [...]. Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje (MARINI, 2013, p. 130).

Considerando as proporções comerciais entre Brasil e Paraguai para além do Tratado de Itaipu assinado em 1973 observamos que a tese do subimperialismo de Ruy Mauro Marini é pertinente. Isto porque ela se desenvolveu no contexto das negociações e da construção da barragem, e, portanto, dos financiamentos internacionais subsidiados pelo Brasil ao Paraguai. Existem elementos dispostos no Tratado que sugerem esta ligação. Sobre isso, no próximo capítulo, será analisado de que maneira o governo militar desenvolveu os trabalhos para efetivar a construção e romper com a proposta inicial do projeto que estava a cargo de Otávio Marcondes Ferraz, técnico à época contratado pelo governo João Goulart. Tais condutas e procedimentos corroboram com as hipóteses de Marini e dos demais autores paraguaios. Ora, o Rio Paraná é de fato um rio internacional, portanto, existiam restrições inseridas em protocolos internacionais sobre seu uso. Essas condições se aplicavam aos países que de alguma maneira dependessem da Bacia do Prata (BETIOL, 2008).

Serão analisadas também outras possibilidades que aproximam a Itaipu Binacional e sua concepção estritamente relacionada como obra planejada e ligada ao fenômeno oligárquico, uma das bases do golpe civil-militar no Brasil. Essa perspectiva explica porque o projeto de Octávio Marcondes Ferraz não atendia as expectativas daquele momento político e, por isso, foi rejeitado, em primazia dos representantes da elite do campo da engenharia e da rede da FIESP e do IPES, as quais fortaleciam as bases do governo.

Preliminarmente, podemos afirmar que o fato do projeto de Marcondes Ferraz ter sido descartado quase que em sua totalidade tem a ver com as corporações que se solidificavam e buscavam posicionamento após a tomada do Estado em 1964, tal como considerou Dreifuss (1981), ao analisar, criteriosamente, a formação de grupos empresariais e de tecno-empresários nos períodos pré e pós golpe militar. Por este motivo, a possibilidade de exploração energética projetada e apresentada à época por Marcondes Ferraz, apesar de ser considerada a mais viável, tanto ambiental quanto economicamente, foi descartada. Essa decisão governamental aumentou o rol de suspeitas de que a Itaipu teria outras finalidades que não somente a produção de energia elétrica. Uma das suspeitas vinha da Argentina, mas a imponente Itaipu foi uma válvula de contenção que controlou as suas possíveis investidas contrárias. Nas palavras de um sindicalista argentino

Essa bomba de água, utilizada com fins bélicos, significaria a inundação de seis províncias argentinas e inclusive a cidade de Buenos Aires, plana como uma mesa e situada a poucos metros acima do nível do mar. Ante essa ameaça, os militares argentinos aceleraram ao máximo a construção de sua bomba atômica (TACCONE apud SCHILING, 1991, p. 26).

Nesse caso, qualquer que fosse a intenção dos projetistas, a construção de Itaipu, embora apresente em suas características financeiras os elementos do grande capital no sentido de captação de recursos, não podem ser consideradas apenas como uma questão imperialista (no sentido de dominação financeira), mas também como forma de expressar uma conduta bélica. A rejeição do projeto original brasileiro e a adoção de um projeto de tecnologia multinacional revela não somente o atrelamento ao capital financeiro, mas também à tecnologia estrangeira. Esta aliança colocava o Brasil numa condição de avalista e dependente dos bancos internacionais e o Paraguai na condição de dependente do Brasil durante a vigência do Tratado de Itaipu. Nestes termos, pode-se afirmar que a tecnologia aplicada para a construção de Itaipu foi importada, pois tanto o Brasil quanto o Paraguai eram desprovidos de tal recursos. Ambos dependeram, tanto monetariamente quanto tecnologicamente, do exterior em todas as fases da construção.

Com relação às demandas monetárias do Paraguai, em 1974, o Banco Central do Brasil já negociava com a Administración Nacional de Eletricidad – ANDE o repasse da soma de US\$ 50.000.000,00 como parcela da participação no capital da Itaipu<sup>29</sup>. De acordo com Quintella (2008, p. 291), “Itaipu foi a primeira obra que o governo brasileiro realizou totalmente financiada. A maior parte do financiamento veio de bancos internacionais e uma parte menor do Banco Nacional de Desenvolvimento Social”. Esta soma direcionada à estatal paraguaia parecia ser pequena diante do valor estimado, porém, confirma e reproduz em números a dependência, da qual o Paraguai estava subordinado. Os valores descritos nas tabelas 1, 2 e 3, extraídos do Relatório Anual de Atividades, indicam que a Itaipu Binacional havia contraído empréstimos de várias instituições estrangeiras e ainda negociava outros pedidos de empréstimo.

No ano de 1978 aconteceram eventos importantes: a inauguração do canal de desvio (desvio do que?) e os contratos com as empresas que iriam fornecer equipamentos eletromecânicos para a fase da montagem da usina no valor de US\$ 881 milhões. Algumas empresas, originárias de países que concederam os empréstimos (Alemanha, França e Suíça), eram os fornecedores de equipamentos para a Itaipu Binacional, tendo uma atuação massiva no início dos trabalhos do Consórcio Itaipu Eletromecânico<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 26.

<sup>30</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1978.

As tabelas 1, 2 e 3 demonstram que nos demonstrativos não aparecem instituições bancárias do Paraguai como requisitantes ou contratantes de recursos no mercado externo. Os números indicados nessas tabelas não representam a totalidade ou a realidade dos recursos trazidos do exterior, mas servem para indicar valores e origens das instituições, entre os quais o Brasil se destacava como negociador, tendo instituições financeiras brasileiras à frente dessa captação de dólares norte-americanos e outras moedas, que atenderiam a demanda contratual dos dois países.

Quase que simultaneamente, a relação entre o Brasil e o Paraguai durante a construção da Itaipu foi reproduzida entre o Paraguai e a Argentina para a construção da hidrelétrica binacional de Yacyretá<sup>31</sup>. Nesse empreendimento, a obtenção de recursos provenientes do exterior estava condicionada à disponibilização contratual de trabalho para as empresas estrangeiras, o que foi chamado por Lins Ribeiro (1991) de “empréstimos vinculados”. O autor relata que nos maiores “processos de licitação de Yacyretá, tais como aqueles para as principais obras de construção civil, turbinas e consultoria, o capital internacional participou numa posição de liderança, as empresas da Argentina e do Paraguai eram sócias menores desses consórcios” (RIBEIRO L., 1991, p. 99).

Tabela 1: Contratos firmados com organismos de créditos brasileiros/Em milhões.

ORGANISMOS	VALORES
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	Cr\$ 65.904,8
Caixa Econômico Federal – CEF	Cr\$ 295,0
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS	Cr\$ 13.374,6

Fonte: Relatório Anual de Atividades, 1978, p. 52.

Tabela 2: Contratos firmados com organismos externos/Em milhões.

ORGANISMOS	VALORES
Deutsche Bank A.G. 1ª linha	US\$ 30,0
Deutsche Bank A.G. 2ª linha	US\$ 14,5
European Brazilian Bank Ltd. – EUROBRAZ	US\$ 25,0
Citicorp International Bank Ltd.	US\$ 175,0

Fonte: Ibid., p. 53.

<sup>31</sup> Yacyretá é um nome guarani que significa “Terra da lua”. A assinatura do Tratado para a construção da hidrelétrica de Yacyretá em 3 de dezembro de 1973 pelos governos argentino e paraguaio marcou a culminação dos processos de *lobby* e de organização burocrática que se intensificaram nos últimos anos da década de 1960 (RIBEIRO L., 1991).

Tabela 3: Contratos em fase final de negociações/Em milhões.

ORGANISMOS	VALORES
Cie Financière de La Deutsche Bank	US\$ 250,0
Banco do Brasil S.A. - Grand Cayman	US\$ 100,0
Citicorp International Ltd.	US\$ 30,0

Fonte: Ibidem.

Os volumes de valores administrados por empresas multinacionais de consultorias podem dar uma dimensão dos investimentos e de seus possíveis lucros. No caso da Itaipu Binacional, os empréstimos em destaque acima foram também destinados às obras auxiliares, mas vale ressaltar que também às grandes empreiteiras brasileiras e paraguaias que operavam em sistema de consórcios<sup>32</sup> no canteiro de obras, cuja porcentagem dos custos ficou no valor de 50%<sup>33</sup>. Consistia, de fato, em um projeto complexo e ambicioso relacionado à construção pesada que demandava uma estrutura não usual e, além disso, um círculo de bom relacionamento político e financeiro com o governo militar. Veremos este assunto mais detidamente no terceiro capítulo, mas como aperitivo reflexivo citamos o historiador Pedro Henrique Pedreira Campos (2017, p. 481) quando afirma que “em condições obscuras, a Eletrobrás resolveu fazer todas elas [empresas consorciadas] vencedoras, dividindo os 90% dos serviços da obra entre as cinco firmas brasileiras, além de 6 empresas paraguaias, que ficavam com 10%”. Lembrando que todas essas negociações aconteceram na gestão de Mario Penna Bering (1967-1975), sucessor de Marcondes Ferraz na estatal. Como veremos no segundo capítulo, o engenheiro Marcondes Ferraz foi esquecido e consumido pelas críticas dos seus sucessores quando o assunto da construção da hidrelétrica de Itaipu ganhou proporções políticas. Esta obscuridade defendida por Campos é reforçada por eventos estranhos como o caso do consórcio do empresário paranaense Cecílio do Rego Almeida que teve recusada sua proposta na licitação, mesmo tendo condições operacionais superiores a outras empresas componentes do futuro bloco consorciado. Esta era uma das alegações do processo do empresário impetrado ao judiciário para tentar reverter a decisão<sup>34</sup>. Campos (2017, p. 67) lembra que a empresa do empresário havia se

<sup>32</sup> União de Construtoras Ltda: Do lado brasileiro formado pelo grupo de empresas Andrade Gutierrez S. A, Mendes Junior S. A, Construção e Comércio Camargo Corrêa S. A, Companhia Brasileira de Projetos e Obras-CBPO, Cetenco Engenharia S.A. (RAUTENBERG, 2011). Cada empresa brasileira, exceto a Mendes Junior e a Camargo Corrêa que agregariam duas empresas paraguaias, contaria como sócia uma empresa de construção paraguaia que formaria o Consórcio CONEMPA (Contrato 108/75, p. 1-2-3-4). Mais adiante, no início da década de 1980, por ocasião do início da montagem, outro consórcio foi formado por empresas do ramo de montagem, conforme destacamos anteriormente.

<sup>33</sup> Itaipu Binacional: Diretoria Técnica da Itaipu, 2009, p.3.22.

<sup>34</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN, EST.0521.d0001de0001, Ibid., p. 45-46.

envolvido em outro caso polêmico em 1972, quando se juntaria à empreiteira italiana Impregilo<sup>35</sup> para as obras da hidrelétrica de São Simão, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Sua vitória naquela concorrência foi contestada pela empreiteira Mendes Junior<sup>36</sup>. Lembramos que a empreiteira italiana Impregilo foi responsável por grande parte das obras da usina binacional de Yacyretá, entre paraguaios e argentinos, quase concomitante com os trabalhos de Itaipu (RIBEIRO L., 1991).

Na verdade, este desacerto ocorrido na licitação que tiraria a construtora C. R. Almeida das disputas em Itaipu, foi fundamental no momento seguinte, pois por meio dessa cisão aconteceria a união das demais construtoras de forma ampla. Essa questão pode ser vista sob outro aspecto, conforme destacou Campos (2017, p. 68), “a C. R. Almeida havia efetuado a compra da empreiteira Noreno, que era presidida pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz”. Ferraz, como veremos no próximo capítulo, foi um dos que se posicionou de forma contrária aos projetos da Itaipu Binacional. Eis, um dos fatores que pode ter contribuído para a exclusão da empreiteira paranaense, na participação das obras de Itaipu. E o que é mais importante: um dos fatores que sustentam nossa tese da Itaipu ser um empreendimento para ser desenvolvido por amigos e colaboradores do regime e também uma comprovação de que o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) não eram lugares exclusivamente frequentados só por amigos do regime. Havia desavenças, conluios e perseguições, como demonstrado pelo ostracismo impetrado a Marcondes Ferraz.

Neste caso, diferente do que se observava no contrato de Yacyretá assinado por argentinos e paraguaios em meados da década de 1980, a licitação foi aberta à participação de conglomerados “europeus e norte-americanos”. Na Itaipu, o processo licitatório na fase da construção das obras civis ficou restrito às empreiteiras dos dois países, mesmo que com consultoria ítalo-americano (RIBEIRO L., 1991). Por sua vez, os recursos financeiros aplicados em Yacyretá foram obtidos através do apoio financeiro do Banco Mundial, Banco Interamericano de desenvolvimento e demais instituições privadas.

Apesar das evidências aqui apresentadas apenas para o subimperialismo regional imposto pelo Brasil ao Paraguai, Domingues (2008) indica uma atuação subimperialista do Brasil em relação a outros países sul-americanos, durante o período da ditadura civil-militar, na questão da internacionalização de empresas e concessões de empréstimos, oriundos de bancos

---

<sup>35</sup> Impresit-Girola-Lodigiani Impregilo S.p.A, Milão, Itália (RIBEIRO L., 1991).

<sup>36</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8 MIC GNC NNN 81001054 d0001de0002. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 15 de março 2020, p. 1-99.

públicos. E, mesmo que o recorte dessa pesquisa não envolva tal empreendimento, não descartamos a possibilidade da dinâmica subimperialista também ter sido aplicada ao Paraguai pela Argentina, no contexto do empreendimento de Yacyretá.

No caso do Paraguai, o respectivo financiamento subsidiado pelo Brasil para a construção da Itaipu pode ter sido considerado peculiar em vista da mobilização de trabalhadores, equipamentos e no sentido da contratação e do repasse simultâneo de grande quantidade de dólares norte-americanos. Pela legislação brasileira, esse contrato entre empresas brasileiras e paraguaias tornava-as juridicamente iguais nas aparências, porém desproporcionalmente diferentes em todos os aspectos. Tanto os tratados quanto o contrato das empreiteiras indicavam certa igualdade de condições, porém, na prática, o Brasil detinha o maior poder e tinha privilégios. Ilustra esse fato a manutenção da diretoria geral da Itaipu exclusiva por um brasileiro, enquanto o paraguaio era o vice, por 10 anos, período crítico para a instituição. Somente esse fator indica a superioridade e a intenção de se manter o domínio brasileiro na região. Os pareceres jurídicos também produziam esse efeito, uma vez que não havia menção acerca do campo do direito do Paraguai, apenas tópicos que ressaltavam a importância da igualdade entre os países, mas não apontavam a prática dessa igualdade.

Ao longo do segundo capítulo apresentamos alguns temas que consideramos necessários dentro das pesquisas que cercam a construção dessa hidrelétrica binacional na forma de caracterização histórica da empresa. Vimos que isso seria importante por dois motivos. O primeiro porque procurou mostrar a desintegração entre dois grupos empresariais no interior da sociedade civil que buscavam cada qual uma posição nesse competitivo campo da engenharia de construção de barragens. O segundo porque percebemos que esta competição em torno de projetos arquitetônicos trouxe uma nova formação no aspecto geopolítico regional. Enquanto os agricultores e indígenas saíam da região oeste paranaense aos milhares, outras frações ligadas à mão de obra do projeto preenchiam desordenadamente a região.

Da mesma forma, estudamos os atritos originários das relações exteriores do Brasil e Paraguai que foram se ajustando à medida em que a Itaipu Binacional, por meio do Tratado de 1973 se concretizava dentro de uma criação jurídica estabelecida por diversos pareceres que davam vida a estatal. Assim, entendemos que estas abordagens servem para elucidar o objeto principal dessa tese, isto é, a dinâmica das empreiteiras e quais os eixos que elas pertenciam no cenário da construção (1974-1991).

Apresentamos as possíveis motivações das escolhas do projeto empregado para construir a barragem em condomínio com o Paraguai. Enfatizamos os problemas conduzidos

pelas relações políticas e pessoais que podem ter modificado os estudos iniciais do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz. Algumas questões que tentaremos responder ao longo desse capítulo: Seria a mudança de projeto fruto de conveniências pessoais e disputas oriundas do campo empresarial? A mudança de projeto teve como objetivo atender interesses multinacionais alinhados com o IPES e da FIESP?

A partir dessas questões situaremos Octávio Marcondes Ferraz, seu protagonismo e sua busca por posições importantes no campo da construção pesada, em contraste com a sua despersonificação enquanto empresário no conjunto empresarial defendido pela ditadura civil-militar brasileira.

## **CAPÍTULO II. O ABANDONO DOS ESTUDOS INICIAIS DA USINA FEDERAL DAS SETE QUEDAS E AS CRÍTICAS DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ**

Já lá se vão três meses, não tive mais notícias do assunto e agora os jornais anunciaram que em abril será assinado o acordo com o Paraguai para a execução do novo esquema. O que fazer? Não são permitidos “impactos” negativos. Como levar avante um tal empreendimento (a maior usina do mundo) em segredo de estudo... e de Estado, tratando-o em recinto fechado? Aqui fico, e com um abraço afetuoso, despede-se o amigo, colega e admirador Octávio Marcondes Ferraz<sup>37</sup> (sic). “Trecho das cartas de Octávio Marcondes Ferraz”

Considerando que esse estudo aborda as evidências do poder das corporações que conspiravam contra a democracia antes do golpe civil militar de 1964, ao longo deste capítulo são apresentados alguns dados das negociações para a execução das obras da usina hidrelétrica de Itaipu, sob o viés da atuação de grupos empresariais nacionais e multinacionais. Grupos que, a nosso ver, colaboraram secretamente para que o projeto da Hidrelétrica Federal das Sete Quedas, encomendado pelo governo do presidente João Goulart deposto em 1964 e elaborado pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz (O. M. F.) em 1962, fosse mudado. Mudanças significativas que atingiram-no tanto na sua forma estrutural quanto na localização inicialmente indicada para a construção que seria na região abaixo dos extintos Saltos das Sete Quedas inundados em 1982.

Apresentamos ainda um breve histórico sobre o projeto de poder de Marcondes Ferraz vinculado à construção de uma usina hidrelétrica nas águas do Rio Paraná tanto para demonstrar sua mobilidade profissional e seu trânsito em meio à política brasileira quanto para termos uma noção das mudanças que culminariam na construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

É possível inferir que a desenvoltura, capital social, cultural e econômico do engenheiro, acumulados ao longo de décadas, juntamente com o seu interesse pessoal, poderiam lhe dar credenciais para discutir e propor projetos no campo da produção de energia. Afinal foi ele o técnico responsável pelo desenvolvimento do projeto da hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia. Entretanto, o que parece é que tanto o projeto quanto Marcondes Ferraz ficaram desconectados da realidade política nacional.

---

<sup>37</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 15 de julho de 2019, p. 2-3.

Entendemos que a partir das análises do campo social e de seus mecanismos podemos demonstrar as variáveis dentro dos diversos campos sociais que antecederam a construção da Itaipu Binacional. Segundo Bourdieu (1997, p. 57):

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

Embora este teórico francês desenvolva outras apresentações para definir os aspectos mais gerais do campo social, optamos por esta, uma vez que está no contexto da sua obra “Sobre a televisão” (1997), na qual o autor discute os efeitos da mídia, daqueles que os financiam, bem como dos responsáveis (jornalistas) pela propagação dos noticiários e outras programações. É, portanto, um terreno fértil para compreender a evolução dos debates aqui promovidos. De um lado por aqueles que defendiam o projeto inicial proposto por Marcondes Ferraz e seus sócios e de outro lado os que buscavam projeção junto ao governo logo após o golpe civil-militar de 1964.

## 2.1. OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ: PROTAGONISTA, ESPECIALISTA E DOMINANTE

O engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, protagonista do projeto pioneiro relativo à Usina Federal das Sete Quedas (1962), nasceu em 1896 em São Paulo e faleceu na mesma cidade em 1990. Na sua juventude migrou para a Bélgica, iniciando seus estudos em 1913. Durante a I Guerra Mundial transferiu-se para a França onde concluiu seu curso de engenharia em 1918. Ao retornar para o Brasil em 1922, ocupou além da cadeira de professor no Instituto Itajubá em Minas Gerais, inúmeros cargos públicos voltados à área de produção e distribuição de eletricidade. Um dos cargos mais expressivos que desempenhou na sua vida pública foi em 1955 de Ministro da Viação e Obras, no governo do Presidente Café Filho<sup>38</sup>. Tempos depois, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, no qual teve participação como membro ativo do

<sup>38</sup> CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acerco/dicionarios/verbete/ferraz-otavio-marcondes>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

IPES, foi nomeado presidente da Eletrobras (1964-1967), e, neste cargo, mesmo sem ter representatividade, esteve à frente até o falecimento de Humberto de Alencar Castello Branco em 1967 (PEREIRA, 1974).

Neste contexto, participou das articulações que demonstraremos a seguir, não obstante os autores que citamos adentraram neste mesmo tema com outro enfoque (LIMA, 2006; RIBEIRO B., 2006; MENEZES, 1987; PEREIRA, 1974). Esses estudos indicam a existência de um projeto pioneiro, mencionando as propostas elaboradas pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, mas não mostram as disputas que foram frutos de conveniências particulares, empresariais e de multinacionais. Menezes (1987) e Pereira (1974), por exemplo, limitaram suas abordagens nas fontes provenientes da imprensa da época e em alguns dados colhidos nos órgãos do Ministério das Relações Exteriores por meio dos consulados. Embora os autores contribuam ao elucidar alguns pontos referentes às relações de poder e disputas, eles não apontaram para uma possível articulação dentro do campo militar, político e empresarial, a qual tivesse influência no projeto inicial de Marcondes Ferraz<sup>39</sup>.

Entretanto, as análises de Pereira (1974) e mais detidamente a de Menezes (1987) apresentam reflexões importantes referentes à hegemonia e ao imperialismo. Como vimos, eram características fortes atribuídas ao Brasil pelas autoridades do Paraguai no contexto das negociações, as quais culminaram na assinatura da Ata de Iguaçu em 1966, e, posteriormente, no Tratado de Itaipu em 1973. Essa é uma variável importante e basilar para nossa proposta de análise.

Também as historiadoras Maria de Fátima Bento Ribeiro (2006) e Ivone Teresinha Carletto de Lima (2006), em suas teses de doutorado, retomam os estudos iniciais sobre a construção da Itaipu Binacional, demonstrando a importância e o pioneirismo de Marcondes Ferraz. Porém, a exemplo dos autores citados anteriormente, seus estudos partem de uma releitura de outras obras, contemplando a construção, a potência de geração de energia a ser instalada e seus custos diversos. Em outro momento, quando dialogam com o que podemos chamar de “fase inicial da construção”, assunto que poderia fazer referências às disputas empresariais e o desejo confesso de Octávio Marcondes Ferraz na manutenção da tese inicial sobre a Usina Federal das Sete Quedas, não é problematizado em níveis empresariais relativos às empreiteiras da construção pesada, cujas relações de poder estavam ancoradas no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

---

<sup>39</sup> A construção da hidrelétrica seria a jusante dos saltos de Guairá, com configurações mais apropriadas à preservação ambiental, e de acordo com o estudo seria de menor custo em relação a Itaipu Binacional.

Nesse estudo, apontamos por meio de documentos oriundos do Arquivo Nacional e outras fontes o que acontecia no meio empresarial, no momento anterior ao golpe civil-militar de 1964, e que mudou o projeto de Octávio Marcondes Ferraz da Usina Federal das Sete Quedas para o da Itaipu Binacional. Mostramos que, se fosse aprovada, a proposta de O. M. F. não solucionaria o conflito desencadeado em Porto Coronel Renato. Além disso, ela não destacava o Paraguai como parceiro, mas como entrave, sendo essa uma das razões pelas quais as autoridades daquele país rejeitaram tal proposta. As fontes analisadas para este estudo indicam a segurança por parte de Marcondes Ferraz sobre a execução do empreendimento, tendo como base o seu estudo inicial, tal como ele havia proposto no final de 1962. Para ele, o básico estava quase pronto, necessitando apenas de ajustes. Entretanto, é possível verificar que no final do governo do ditador Castello Branco (1964-1967), e em toda a fase dos governos dos ditadores Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), houve um processo de desarticulação do projeto do engenheiro. Tal fenômeno o distanciou do meio empresarial e das discussões referentes ao novo projeto hidrelétrico originário das Sete Quedas, na região de Guaíra-PR. Ainda que ele fosse um intelectual reconhecido nesse campo empresarial e por isso representando sempre uma ameaça.

Notaremos que os rumos dos primeiros estudos estavam comprometidos na sua essência, independente das relações construídas no passado, por meio do IPES, entre Octávio Marcondes Ferraz, políticos, empresários e militares dos mais diversos escalões. Lembrando as características e os efeitos das lutas em um campo social nos termos de Bourdieu (1997), iniciava-se, nesse momento, um choque entre interesses particulares por parte de O. M. F. e de outros grupos empresariais estrangeiros e nacionais que já atuavam em torno dos militares. Partindo dessa premissa, chegava o momento de intensa ebulição no campo político, espaço que estava longe de ser compartilhado entre aqueles que não dialogavam plenamente com o governo.

Esta constatação sobre o interesse de Octávio Marcondes Ferraz também foi percebida na época pelo embaixador brasileiro em Assunção, Mario Gibson Barboza, no momento que este diplomata recebeu a incumbência de atuar na embaixada do Brasil em 1966. Barboza descreve em sua obra de cunho memorialista, “Na diplomacia, o traço todo da vida”, publicada em 1992, sua trajetória na carreira diplomática, sendo o escolhido por Castello Branco para conduzir as negociações acerca da construção da futura hidrelétrica no Rio Paraná, bem como para trabalhar diplomaticamente com o problema territorial em Porto Coronel Renato, como vimos, objeto de disputas entre as duas nações.

Gibson Barboza também deixava explícito o seu descaso diante das ponderações de O. M.F. sobre o projeto da Usina Federal das Sete Quedas. No auge dos enfrentamentos diplomáticos com o governo de Alfredo Stroessner o embaixador considerou os estudos de Marcondes Ferraz tecnicamente inviáveis. Isto ocorreu mesmo que tivesse havido em Ferraz uma demonstração de interesse e confiança de que seu estudo inicial seria o escolhido por Gibson Barboza como parte das futuras tratativas com o governo do Paraguai, tendo este embaixador como um eminente porta-voz.

As negociações levadas a cabo posteriormente por parte do embaixador brasileiro, e que não contemplariam as teses de Marcondes Ferraz, fez com que este buscasse outras formas de apoio, em vista ao distanciamento de Barboza para com seus estudos preliminares. Naquela época, já prestes a assumir os trabalhos diplomáticos em Assunção, Mário Gibson Barboza descreve:

A caminho de Assunção, procurei no Rio de Janeiro o engenheiro Marcondes Ferraz, construtor de Paulo Afonso, então Presidente da Eletrobrás, e pedi-lhe que me falasse do seu projeto de aproveitamento hidrelétrico das Sete Quedas, de que ouvira falar. Ele ficou tão feliz com o pedido que me deu um exemplar do seu plano, com dedicatória de uma página, na qual transparecia uma grande mágoa: "Ao Embaixador Mário Gibson Barboza, a primeira pessoa que manifesta interesse em conhecer meu projeto." Mal sabia eu quanta tristeza iria, involuntariamente, causar mais tarde àquele homem de tantos e tão assinalados serviços ao país (BARBOZA, 1992, p. 89).

Em outro momento o embaixador Barboza afirma:

Com o respeito devido à competência e respeitabilidade do engenheiro Marcondes Ferraz, seu projeto não merecia esse nome: era apenas um traço de engenharia, uma aspiração. Em termos de viabilidade, como se comprovou depois, era impraticável (Ibid., p. 96).

Parece que o discurso do embaixador já se mostrava alinhado com as novas regras das empresas de construção pesada que orbitavam numa posição próxima à ditadura civil-militar, quando afirmou: "Em termos de viabilidade, como se comprovou depois, era impraticável" (Ibid..).

Segundo Dreifuss (1981), esta mobilização poderia girar em torno de uma relação dialética. De um lado, isto ocorreu por meio de uma série de mobilizações políticas e disputas originárias no Estado de São Paulo ligadas ao "Instituto de Pesquisa e Estudo Social (IPES) e à Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP)" (DREIFUSS, 1981), que agiram para limitar

ou até mesmo, deixando Octávio Marcondes Ferraz fora do projeto da nova usina, que teria uma formatação binacional. Veremos que os documentos analisados indicam estes encaminhamentos. Por outro lado, como indicam as fontes, o círculo de relação e frequência no campo de poder (Estado) e da engenharia de O. M. F. estavam tangenciando outros interesses empresariais antagônicos aos dos militares e eram defendidos por ele.

Além disso, esses mesmos interesses foram entendidos como particulares, ficando cada vez mais distantes, à medida que o regime de exceção avançava e dominava os setores da “indústria da construção pesada, já no início de 1967” (CAMPOS, 2017, p. 311). Da mesma forma, esta posição de Ferraz teria mais visibilidade porque ele se apresentava, em certos momentos, como um defensor de empresas transnacionais, mesmo que somente daquelas que ele possuía afinidade. Percebe-se então que os interesses que movem e articulam os grupos em determinados campos sociais podem indicar as formas que ajudam certos indivíduos a se manterem atuantes dentro dos espaços. No caso de Ferraz o campo da engenharia. Em outro caso, quando a construção da barragem era uma realidade, houve a aproximação do embaixador Mario Gibson Barboza com o jurista Miguel Realle. Essa aproximação ocorreu quando da elaboração dos pareceres jurídicos acerca do inédito Tratado de Itaipu. Naquele momento pode ser que havia um interesse desinteressado da parte de Realle e dos demais advogados de participar como consultores do Ministério das Relações Exteriores (M.R.E).

O caso da escolha dos primeiros conselheiros da estatal indicava isso. Todos, de alguma maneira, contribuíram dentro das suas especialidades, com sua *doxa* (como uma realidade não questionada) para a execução do projeto ainda na sua fase inicial. Dentro dessa perspectiva, vale considerar os acontecimentos, e aqueles que eram os protagonistas, para tentar entender as futuras relações dentro de um campo social complexo e com múltiplas atuações profissionais.

Após pontuar algumas considerações acerca do interesse e do desinteresse como indicativos importantes para essa análise, partiremos do horizonte teórico de Pierre Bourdieu (1996), elaborando a seguinte questão: É possível uma conduta desinteressada, observando o caso de Octávio Marcondes Ferraz e seus estudos relativos a nova hidrelétrica em Sete Quedas? E se é, como e em que condições essa conduta desinteressada deixa suas evidências que possam ser cotejadas pela teoria? Uma conduta supostamente desinteressada funciona como um importante componente para atingir determinados objetivos e posteriormente se manter em determinadas posições sociais onde os interesses são articulados. Em outras palavras, segundo Bourdieu (BOURDIEU, 1996, p. 150-151), “todas as ações aparentemente desinteressadas

esconderão intenções de maximizar alguma forma de lucro”. Lucro que possibilita se manter ativo como dominante e gerenciar de alguma maneira a mobilidade inerente do campo social.

Por meio dessa conclusão teórica de Bourdieu não há dentro dos campos sociais, seja qual for, espaços para ingenuidades. Há, sim, espaços a serem disputados e assim aqueles que não renunciarão suas posições alcançadas. Entretanto, há sempre uma posição, forma de reconhecimento ou objeto de desejo a ser alcançado, ainda que essa busca ocorra por meio de ações desinteressadas.

O interesse aqui estudado é inerente ao espaço das instituições públicas e privadas, onde as relações adquirem outras formas de reconhecimento. Para Bourdieu:

Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados, e o burocrata não é apenas o servidor do Estado, é também aquele que põe o Estado a seu serviço (BOURDIEU, 1996, p. 152).

No caso do empresário Octávio Marcondes Ferraz, este suposto desinteresse ficava às vezes mais e às vezes menos evidente nas suas queixas presentes nas cartas enviadas aos seus amigos influentes, como pode ser observado na epígrafe. Isto porque o conteúdo transitava entre a economia, a política e outros elementos de interesses sociais, indicando um posicionamento supostamente distante de seus anseios particulares. Porém, não era bem essa a sua posição se analisarmos a dinâmica e a forma de apresentação do conteúdo dessas correspondências. Suas relações no campo do poder e seu *habitus*, como estrutura estruturada, indicavam que, supostamente, o seu desinteresse tinha outras pretensões de cunho empresariais, mascarada por uma postura “altruísta” que induzia o leitor das suas cartas a acreditar no autor e seu desejo de ajudar o Brasil e não as diversas empresas ligadas ao ramo da construção civil. Era desta maneira que o interesse se mostrava explícito. Estava no seu corpo e se movia por meio de encontros e relações porque havia uma necessidade da manutenção do *status quo*. Analisando racionalmente a realidade brasileira no campo das grandes obras de engenharia, parecia ser impossível a construção de um megaprojeto sem a participação do escritório de engenharia de O. M. F. Ele era um dominante do campo da engenharia. Era interessante para ele se manter nessa condição e participar efetivamente em um novo e importante projeto. Isto fazia parte do seu interesse e de sua motivação política, profissional e histórica de se manter atrelado ao lucro e à burocracia do Estado.

O interesse desinteressado de Marcondes Ferraz serviria, em princípio, para que ele fosse reconhecido como engenheiro e empresário, mas depois para não perder seu capital social dentro de um campo empresarial rentável e em disputas, visto que havia neste *ranking* a presença de outros grupos de construtores. Pensando dessa maneira, “a atitude de um indivíduo diante do passado, do presente e do futuro é moldada pelos interesses que se cruzam na órbita dos espaços de poder” (GRANFELL, 2018, p. 199-220).

O momento era de embates e parece ter havido um novo remanejamento que conciliava tanto a indústria quanto outras demandas políticas, resultantes dos favores entre os grupos empresariais. Diante disso, perguntamos: Será que Marcondes Ferraz desconhecia essa forma de manejo dentro das corporações? Ou saberia dessa existência, mas tentava também uma articulação? Para responder este e outros questionamentos seguimos analisando o conteúdo das correspondências datilografadas por Ferraz. Estes documentos fazem parte da análise da nossa tese, uma vez que foram produzidas no início da década de 1970, pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz e endereçadas ao ministro e economista Eugênio Gudín e ao psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva, os quais mantinham intensos laços de apoio à ditadura militar brasileira e eram instrutores do IPES, bem como ocupavam posições de destaque na (FIESP) e no Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Na perspectiva de Dreifuss (1981, p. 176-178), na “estrutura formal de autoridade de São Paulo”, estrutura de cunho pedagógico alinhada com lideranças diversificadas, por exemplo, Grupos de Estudo e Ação (G.E.A), Comitê Diretor (C.D) e Comitê Orientador (C.O). Tanto O. M. F. quanto Pacheco e Silva pertenciam, segundo Dreifuss (1981, p. 176-177), ao Grupo de Estudo e Ação (G.E.A) e ao Comitê Orientador (C.O).

Porém, mesmo não tendo uma participação nas estruturas formais de autoridade, alguns empresários “ofereciam sua colaboração” dentro dessas estruturas. Podemos considerar Eugênio Gudín, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões nesta categoria (Ibid., p. 174). Na prática, toda essa estrutura cujas centrais mais expressivas se localizavam em São Paulo e Rio de Janeiro, acolhia, gerenciava e executava as decisões tomadas pelos comitês orientadores e comitês diretores de outras regiões do país. Também programavam atividades atribuídas e programadas pelos G.E.A e o Grupo de Trabalho e Ação (G.T.A). Este foi o contexto organizacional durante todas as etapas em que uma usina hidrelétrica foi planejada no trecho de fronteira com o Paraguai.

Mesmo que Marcondes Ferraz tivesse essa série de vinculações institucionais na estrutura do IPES, inclusive sendo um dos idealizadores desse aparelho, ele enfrentou

dificuldades de promover projetos junto ao governo antes e depois do golpe militar de 1964. Antes do golpe porque toda a forma de estudo ipesiano visava minar os projetos elaborados no governo de João Goulart. E depois porque ficou uma sombra de desconfiança dos demais parceiros dos centros e comitês pedagógicos em relação às pretensões do engenheiro no espaço empresarial. Essa é a essência dos interesses e da busca por reconhecimento dentro de um determinado espaço.

Nesse contexto, nossa hipótese que elenca a Itaipu Binacional enquanto complô empresarial, para além dos problemas diplomáticos, ganha um certo peso. As fontes estudadas ao longo dessa tese possibilitam perceber que durante o período de estudos e forte atuação empresarial no IPES, o fator ideológico em defesa da posição política do governo de João Goulart com relação à futura hidrelétrica, não causaria um mal-estar em O. M. F., em vista seus objetivos pessoais. Embora sendo um articulador no interior do IPES, este buscava incessantemente, após o golpe civil-militar de 1964, defender as propostas da construção de uma hidrelétrica totalmente em território brasileiro. Este projeto que não seria aceito nem pelo governo de Goulart nem pelos militares que assumiram por meio do golpe. Porém, ambos tinham interesses diferenciados.

O que Marcondes Ferraz de fato buscava, enquanto conservador e dominante do campo da engenharia de obras pesadas, em afrontar também aqueles grupos de conservadores ligados aos militares, se não fosse as vantagens financeiras e o reconhecimento? Um dos principais objetivos era não perder seu vínculo candente com grupos multinacionais. E o outro, mais expressivo, era o de se manter como importante dominante no ramo de projetos.

Embora contasse com grande experiência e fosse também empresário da construção civil, o período ocupado pelo engenheiro na presidência da Eletrobras pode ter sido relativamente confuso quanto às suas pretensões, visto ser ele defensor assíduo do projeto da Usina Federal das Setes Quedas do qual era autor. Isso porque na Ata do Iguazu assinada em 1966 e em outras fontes estudadas para essa tese, que praticamente consolidou a construção de Itaipu, não foram encontradas posições contrárias de sua autoria, sendo que ele era dirigente da estatal. Ao contrário disso, o que as fontes nos indicam é que alguns congressistas usavam dessa sua ausência na Eletrobras para refutar as suas críticas relacionadas à construção de Itaipu, principalmente as relacionadas à sua binacionalidade. Em 22 de maio de 1973, por exemplo, o Deputado Federal Ary de Lima disse em seu pronunciamento: “[...] No governo do saudoso Presidente Castello Branco exercia o Professor Ferraz a Presidência da ELETROBRAS e

participou dos entendimentos que conduziram à celebração da chamada “Ata das Cataratas” [...]” (Diário da Câmara dos Deputados, 1973, p. 1683) (sic).

Constata-se por meio disso que a sua presença enquanto presidente na estatal não tinha poder de voto ou de veto, ou qualquer poder de decisão sobre os contratos assinados entre o Brasil e o Paraguai naquele momento. Portanto, este foi um momento importante e quiçá o único em que Marcondes Ferraz pudesse enfrentar seus opositores atuando como autoridade constituída diretamente na Eletrobras.

Bento Ribeiro (2006, p. 55), apesar de não indicar fontes, lembra que “a Ata das Cataratas (ou Ata do Iguaçu) teria sido assinada, sem que houvesse a presença da Eletrobrás na sua formatação”, ou seja, sem que Octávio Marcondes Ferraz, mesmo como presidente dessa estatal, participasse da decisão.

Tempos depois, em 1973, na correspondência endereçada ao psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva cujo assunto era o projeto de Itaipu, Ferraz deixou uma questão para ser respondida pelo seu amigo médico e tecno empresário: “Porque admitir uma solução que em grande parte atinge o território estrangeiro, quando há uma solução fácil e econômica que se situa completamente em território nacional?”<sup>40</sup>. Essa resposta teria sentido, de fato, antes do início dos trabalhos técnicos da multinacional ítalo americana que faria o projeto da usina em substituição ao seu de 1962.

Se avançarmos para o início da década de 1970, período que se percebia no horizonte empresarial uma série de disputas, e lançarmos olhar para o estudo desenvolvido por Campos (2017) acerca de empresas e da ditadura militar, percebemos que também se estabelecia sistemas de projetos e vantagens financeiras que poderiam vir por meio desses esquemas de aproximação política. Ao demonstrar a ação das empreiteiras durante o regime militar, o historiador indicou que havia arranjos entre determinados grupos de empresas, cujas preferências era de participação em empreendimentos que levassem em conta seus estados de origem, de modo que a presença mais efetiva era a de empreiteiros oriundos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Assim, os empreendimentos mais lucrativos tendiam a ser direcionados para os grupos empresariais do estado de São Paulo. Isto também incidia na notoriedade dos seus acionistas frente aos organismos da sociedade civil e política. Fenômeno intimamente ligado ao enriquecimento, em face ao tipo e a peculiaridade do empreendimento, isto é, havia

---

<sup>40</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

preferências de determinadas empreiteiras por construir hidrelétricas em detrimento de construções e pavimentações de rodovias.

Campos (2017) considera ainda que Octávio Marcondes Ferraz, embora na condição de presidente da Eletrobras (1964-1967), se desestabilizou politicamente com o seu projeto dos Saltos das Sete Quedas. O golpe civil-militar não o projetou profissional e politicamente, mas o colocou num espaço marginal sem voltas, uma vez que seus objetivos foram contestados, tanto por parte do governo quanto dos empresários que buscavam projeções com o regime militar.

Notaremos que pode ter havido disputas de interesses entre grupos norte-americanos. Entre eles estão o grupo Morgan controlador da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) e outras empresas, e o grupo *American and Foreign Power Utility Company* (AMFORP), cuja defesa era feita por Marcondes Ferraz. Vale lembrar que estas negociações em torno da Cia. *Amforp* foram objeto de discórdia entre grupos nacionalistas radicais brasileiros ainda no governo de João Goulart. Isso ocorreu quando a aquisição desse grupo empresarial estava em curso por parte do Brasil, mas por alguma razão teria sido suspenso “causando irritação ao Presidente Kennedy que acreditava que era uma questão resolvida” (SKIDMORE, 1982, p. 313).

Estes bastidores das empresas e organismos políticos, ainda que anteriores a qualquer negociação com o Paraguai no contexto das obras de Itaipu, além de originar desgastes nos grupos que disputavam os termos do projeto, podem ter contribuído para a opção pelo projeto ítalo americano. Sobre este período, Campos (2017, p. 319), indica que:

Após a gestão interina de Albuquerque e Lima, a chefia da estatal foi entregue ao empresário Octávio Marcondes Ferraz, da empreiteira Noreno, e que passou por empresas internacionais, como a Light; ex-responsável pelas obras da UHE<sup>41</sup> de Paulo Afonso e identificado como entreguista por sua defesa das concessionárias estrangeiras de energia e ter sido contra a criação da Eletrobrás, Ferraz teve gestão marcada por benefícios às firmas internacionais, como a compra da Amforp. Na transição do governo de Castelo para Costa e Silva, Ferraz foi demitido em proveito de Mário Penna Bhering, o mais longo presidente da estatal brasileira de energia (sic).

Por este ângulo, apesar do seu público envolvimento empresarial e particular com os institutos (IPES, FIESP) havia algo nas propostas ou comportamento de Marcondes Ferraz que

---

<sup>41</sup> Usina Hidrelétrica.

desagradava o Ministério das Relações Exteriores e os sucessores de Castello Branco. A compra da *American and Foreign Power Utility Company*<sup>42</sup> (Amforp) na sua gestão como presidente da Eletrobrás, gerou críticas da direita liderada por Carlos Lacerda, segundo Dreifuss (1981, p. 48). Mas esta transação comercial só teria efeito reprobatório após 1967, pois a aquisição *Amforp*, articulada por O. M. F., impôs a ele, por grupos políticos opositores, uma espécie de isolamento, movimento que acompanharia *pari passu* suas atividades profissionais e sociais.

Este evento também desencadeou um distanciamento social e profissional entre Ferraz e outros técnicos reconhecidos desse universo empresarial tal como o engenheiro John Reginald Cotrim, à época, chefe de Furnas Centrais Elétricas, que por alguma razão também não era favorável aos projetos de Ferraz. Essa constatação ficou destacada em sua obra “Notas sobre os antecedentes da construção da Itaipu Binacional”, publicada em 1999, em uma das suas referências a Ferraz:

Tão logo recebeu a incumbência do Ministro Gabriel Passos de estudar Sete Quedas, o engenheiro Marcondes Ferraz recolheu junto ao Ministério todas as informações existentes sobre a matéria, e atacou o assunto “con gosto”, como era do seu feitio e, num prazo bastante menor do que se esperava, apresentou ao Ministro um relatório sobre a questão (COTRIM, 1999, p. 35-36)

Vale lembrar que em 1974 Cotrim foi um dos escolhidos para ser o diretor técnico da Itaipu Binacional. Como vimos nos argumentos proferidos há quase quatro décadas por Cotrim, não havia concordâncias. Da mesma maneira deixa claro que ele era um porta-voz dos técnicos contrários a construção da Usina Federal das Sete Quedas. O momento deixava transparecer que não eram mais os interesses do grupo castelista que estavam em jogo.

Por meio do estudo das correspondências de Marcondes Ferraz é possível observar seu apelo na tentativa de manter seu prestígio em um grupo majoritariamente revestido de outros interesses. Dreifuss (1981, p. 447) disserta sobre tais interesses quando afirma:

Ativistas e colaboradores do IPES, na maioria industriais, mas também banqueiros – e não técnicos – assumiram o comando de toda a estrutura industrial de aço-mineração e petroquímica do Estado. Eles também asseguraram postos nas companhias públicas que forneciam energia elétrica para as grandes corporações privadas de serviços de eletricidade, pertencentes ou dirigidos por líderes do IPES - e que proviam o consumo doméstico e industrial. Os industriais e empresários do IPES estavam, doravante, nas posições mais favoráveis para implementar diretrizes políticas estabelecidas pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Minas e Energia e do

---

<sup>42</sup> Empresa americana de energia elétrica.

Indústria e Comércio, aos quais os grandes empresários e banqueiros tinham acesso privilegiado. A coincidência de seus interesses particulares com o papel específico desempenhado pelos empresários na administração pública era notável.

Esta grande adequação dos núcleos empresariais fez localizar cada empresa e sua receptividade no interior dos institutos, ou seja, não havia espaços para outras tendências empresariais. É certo que a posição defensiva daqueles que em algum momento eram próximos, caso de Marcondes Ferraz, só se justificaria por uma nova manutenção empresarial que atendesse a demanda dos grupos que se consolidaram politicamente com a tomada do Estado, conforme demonstrou Renné Armand Dreifuss (1981) minuciosamente em sua obra.

Portanto, antes de iniciarmos a análise das relações de poder e do projeto da usina a partir dos Saltos das Sete Quedas proposto por Marcondes Ferraz em 1962 e sua substituição pelos militares, no início da década de 1970, vale analisar alguns aspectos acerca dessas tendências antagônicas no mesmo campo de poder. O estudo de Dreifuss (1981) mostra, no mínimo, dois elementos importantes que farão parte das nossas considerações acerca da projeção e queda de Marcondes Ferraz em sua atuação como construtor e como proponente de estudos sobre usinas hidrelétricas.

O primeiro elemento refere-se ao duplo comportamento manifestado por O. M. F. antes do golpe militar de 1964, o que pode ter chamado atenção dos políticos da linha mais radical “não castelistas” das Forças Armadas que sucederam o ditador Humberto de Alencar Castello Branco, só sendo substituídos em 1974 com a eleição indireta do ditador “Ernesto Geisel” (SKYDMORE, 1988, p. 273). Estabeleceu-se um problema político, não só no Brasil com uma crescente demanda por energia elétrica, mas também no Paraguai com sua política anticomunista. Em um determinado momento, quando da publicação dos relatórios de Marcondes Ferraz, aventou-se a possibilidade da utilização do suporte técnico, além do financiamento dos soviéticos, para a construção da usina Federal das Sete Quedas (1962). Tal medida seria inovadora e transformaria a barragem na “Assuan da América Latina”, reduzindo ainda mais as chances de vingar visto que este projeto teria apoio da União Soviética na totalidade. O fato é que não foi levado adiante no governo de Castello Branco, mas poderia ter sido decisivo para os seus sucessores ao deixar resquícios ideológicos inaceitáveis para o momento. De acordo com Cotrim (1999, p.46),

Após conversas com João Goulart, surgiu a ideia extraordinária de fazer de Sete Quedas a “Assuan da América Latina”. Ainda reverberava no mundo,

naquela época, o imenso impacto causado pela presença russa na construção da barragem de Assuan, influenciando de forma marcante, a política do Médio-Oriente daquele tempo, principalmente por representar importante derrota diplomática dos Estados Unidos.

Diante da conjuntura mundial que fazia eco no Brasil, Marcondes Ferraz teve que escolher uma posição para atuar defensivamente. Ou ele permanecia desempenhando seu papel de coordenador e articulador nos comitês e nos grupos por meio do IPES ou nem aceitava a proposta do governo de Goulart para os primeiros estudos da usina. Ele escolheu a segunda opção, apesar de estar fortemente ligada à primeira. Esta é uma importante lacuna que teria sido criada por ele. Outro problema enfrentado era o de ter assumido compromissos de executar serviços para o governo deposto. Isto colocou em evidência seus interesses particulares, contra aqueles defendidos por imensa rede de empresários e de militares que articularam a tomada do Estado. É por essas razões que os interesses se voltaram para os consórcios de grupos aliados do governo na construção de Itaipu.

Nesse sentido, vale retomar aqui o problema de ordem teórico e conceitual entendido como interesse, no qual centramos estas considerações quando tratamos das escolhas profissionais ou de grupos que atuam dentro de determinados campos sociais. Neste caso, o “interesse é ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 1996, p. 139).

Por meio da análise desse conceito havia em O. M. F. uma certa perspectiva bem íntima de interesse para que sua proposta fosse definitivamente aprovada. Mas seu interesse carregava, conforme as palavras do embaixador Gibson Barboza e do engenheiro John Reginald Cotrim, uma série de posições ocupadas e reconhecidas como um dominante do campo da engenharia que na sua percepção dificilmente seriam perdidas, visto que foram corporificadas ao longo de décadas, tornando sua voz ativa, mesmo que fosse difícil de ser compreendida. Este é o capital simbólico, “um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 1996, p. 150).

Assim, o seu interesse estava estritamente ligado ao seu capital simbólico, à sua atuação burocrática e prática como engenheiro, que naquele momento em disputas se diferenciava dos demais concorrentes do campo. Isso porque não era mais o reconhecimento ou a voz autorizada que estava em evidência. Seu interesse transcendia para os laços políticos mais amplos relacionados ao campo de poder.

No interior dos espaços de articuladores do IPES e da FIESP, todos desempenhavam determinadas funções, fomentando e articulando primeiramente o golpe civil-militar, e depois a sua manutenção. Porém, essa atuação para Marcondes Ferraz e demais articuladores transcendia os institutos, vindo ancorar-se em interesses particulares para Ferraz e empresariais, nos termos das *joint venture*<sup>43</sup>, para os outros. Algumas personalidades como Marcondes Ferraz buscavam troféus e distinções dentro de certos espaços, movidos por uma espécie de *illusio*, ou interesse, que funciona como um combustível que possibilita chegar ao reconhecimento pessoal quando os objetivos em disputa são alcançados, mas querem mais. “O jogo cria a *illusio*, o investimento no jogo do jogador avisado, dotado do sentido do jogo, que habituado ao jogo, pois que é feito pelo jogo, joga o jogo e, por esse meio, o faz existir” (BOURDIEU, 1989, p. 286). Para Oliveira (2005, p. 529 -543),

A *illusio* é um jogo social levado a sério - fantasia subjetiva coletivamente sancionada, calcada em uma metafísica da distinção, pois para ser o centro do mundo devemos ser reconhecidos como distintos, tendo algum valor, alguma honra e dignidade frente a nós mesmos e aos demais.

A *illusio* expressa-se na ideia que vale a pena competir, jogar o jogo e disputar os espaços, e, para além disso, é fundamental saber o que se busca nessas disputas. Em poucas palavras, é o segredo existente no campo, o desconhecimento do “terreno e do alvo” que move o *illusio*. Compreendemos que a vontade de Octávio Marcondes Ferraz ser o assinante e executor de um grande projeto como foi o da Usina Federal das Sete Quedas não era compartilhada com os pensadores do IPES. Era um desejo pessoal, embora seu discurso fosse predominantemente concordante com uma maioria. Décadas após o seu relatório, quando na defesa de seu projeto no Senado Federal em 25 de maio de 1976, o engenheiro chamava atenção do senador governista Jarbas Passarinho com as seguintes palavras:

Ilustre Senador Jarbas Passarinho – posso afirmar a V. Excia que nunca pretendi ser o dono da verdade como disse. Apenas pedi que ouvissem e analisassem meus argumentos. Não aceito o princípio de autoridade. Se uma ou várias autoridades disserem que branco é preto, não concordarei. O problema não é de eleição por maioria de votos. Não quero que se louvem em minha opinião, quero um debate, claro com os dados que levem a uma conclusão física, matemática e que satisfaça também as partes. E a meu vêr, isto não se fêz<sup>44</sup> (sic).

<sup>43</sup> Empreendimentos conjuntos.

<sup>44</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0222.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 12 de outubro de 2019, p. 98.

Conforme discorremos acerca do interesse, mesmo “não querendo ser o dono da verdade” (Ibid.), em determinados espaços sociais significa ter, não só o reconhecimento antecipado sobre determinadas ações, mas a crença que determinados indivíduos reúnem características para emitir opiniões. Se O. M. F., poderia se manifestar à vontade acerca de projetos e cálculos matemáticos, o senador também poderia falar em nome do governo e de outros empresários que, naquele momento, já estavam mobilizados em torno da “construção desde 18 de novembro de 1970” (I.B, Diretoria Técnica, 2009, p. vii). Eram opiniões diversas, mas normalmente manifestadas dentro do campo do poder. Essa é a dimensão do jogo.

Estas disputas ajudam mostrar a separação entre as correntes ideológicas dentro de um mesmo grupo, entre duas linhas antagônicas nas Forças Armadas, nas quais O.M.F transitava e buscava posição: a dos generais ainda se articularam em torno de algumas lideranças herdadas do general Castello Branco e a dos que assumiam posições favoráveis aos que o sucederam.

Embora tenha sofrido restrições de toda ordem, deduz-se, desta forma, que Marcondes Ferraz seria mais próximo dos generais chamados castelistas, daqueles cuja formação seria da arma da artilharia, como destacou Kucinski (1982). Na definição desse autor, “os castelistas por serem oriundos, em geral, da artilharia, a arma mais aplicada aos estudos da balística e da matemática, consideravam-se os intelectuais do Exército. Os militares dessa linha, não escondiam seu desprezo pelos generais da tropa, como Costa e Silva, ou mesmo Médici” (KUCINSKI, 1982, p. 16). Essa ala mais moderada conhecida como castelistas teve suas experiências herdadas ainda na Força Expedicionária Brasileira, na Escola Superior de Guerra e na Universidade de Sorbone (SKYDMORE, 1988). Dentre estes militares estariam os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e Ernesto Geisel.

Entretanto, o fato é que durante a fase mais importante em que os projetos para a construção de uma hidrelétrica no trecho entre Foz do Iguaçu e Guaíra estavam em franca discussão, os encaminhamentos políticos ficaram com a ala mais radical das Forças Armadas. Esta ala não conjugava dos mesmos interesses de Octávio Marcondes Ferraz, herdeiro da política adotada no governo de Castello Branco. Neste caso, os castelistas, havendo perdido o controle do Planalto em 1967, foram mantidos no ostracismo durante os governos de Costa e Silva e Médici, não lhes sendo fácil, por isso, abrir caminho novamente para a reconquista do poder (SKYDMORE, 1988).

Fazer oposição aos projetos deixados pelos antecessores era apenas uma fração de interesse dos não castelistas. Nota-se, portanto, que ambas correntes, castelistas e não

castelistas, não representavam as posições pendulares defendidas por O. M. F. O engenheiro trabalhava notoriamente de forma desinteressada para ceder mais espaços a outras multinacionais, como a americana “*Amforp* e a canadense *Light*”, sendo as duas empresas que atuavam a distribuição de energia no Brasil (CAMPOS, 2017, p. 46).

Retomando parte dos fatores relativos a financiamentos e tecnologia de barragens, mesmo que Marcondes Ferraz não fosse representante e não dialogasse com técnicos russos, ele foi sendo contratado para a elaboração de um projeto em um governo que tinha essa inclinação. Vê-se então que, ao trabalhar para o governo de João Goulart e seus técnicos, o engenheiro negociava ferozmente posições ideológicas defendidas pelos frequentadores do IPES por vantagens financeiras e interesses pessoais. Ele também tentava alocar novos parceiros empresariais uma vez que não acreditava na produção e distribuição de energia unicamente pelo Estado. Isso representava, inclusive, uma das preocupações dos seus antagonistas. Assim, a exclusão *a posteriori* dos seus serviços técnicos para a Itaipu e a mudança do projeto conduzido pelos norte-americanos e italianos, excluindo também definitivamente qualquer proposta vinda dos técnicos da União Soviética que se enquadravam dentro dos limites do seu pensamento entreguista. Sobre este assunto, Menezes (1987, p. 73), afirma que:

O primeiro Ministro da Rússia, Nikita Khrushchev, através do embaixador Andrei Fomim, ofereceu ao Brasil, em dezembro de 1963, toda a ajuda técnica e financeira, depois que três engenheiros daquele país, incluindo um time soviético que estava construindo a represa de Assuã no Egito, foram analisar de perto o potencial de Sete Quedas. Também o BID, USA e Japão estavam interessados em financiar o projeto.

Conforme assinalou Menezes, percebe-se que até este momento não havia um encaminhamento cujo objetivo fosse uma reorganização da fronteira nas mediações dos Saltos de Sete Quedas. Além disso, de alguma crítica mais acentuada ao projeto desenhado por Marcondes Ferraz e sua equipe de técnicos. Também não se prospectava um empreendimento cuja meta maior fosse o de se estabelecer um novo marco de controle da fronteira, não só com o Paraguai, mas de forma incisiva com a Argentina ao longo da Bacia do Prata, como foi no futuro o da Itaipu Binacional.

Tempos depois em cena personagens importantes da estratégia e geopolítica dos militares, oriundos da Escola Superior de Guerra, dentre eles Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. A teoria da fronteira elaborada por eles e outros militares foi estudada na

dissertação de mestrado desenvolvida por Ariel Macedo de Mendonça (2004), justamente no contexto da Itaipu Binacional enquanto projeto de poder.

A questão sobre o território fronteiriço da região era discutida há muito tempo, porém, se manifestava de forma acentuada à medida que o projeto brasileiro era colocado em prática. Contudo, no caso do projeto de Marcondes Ferraz havia disputas de grupos financeiros para ficar com uma porcentagem dos lucros advindos do financiamento e construção.

O segundo elemento sobre as teses de Dreifuss (1981) consiste na intensa atuação de grupos empresariais ligados à distribuição e à produção de energia, os quais não estavam alinhados com Marcondes Ferraz. Este, por alguma razão, não representava um porta voz autêntico do novo organograma político, mesmo com participação no governo.

Neste caso, o estudo de Dreifuss (Ibid.) corrobora nossas hipóteses e ajuda a indicar um novo grupo empresarial que nascia, ganhava força com o golpe civil-militar e se identificava com o Grupo Morgan (EUA) e com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Esses grupos atuavam na área de construção e gestão de grandes projetos e promoveram uma divisão entre técnicos brasileiros representantes desse mercado.

Esta nova configuração contribuiu significativamente para que elementos comuns se materializassem nesse lugar de disputas, trazendo características singulares, junto com um projeto de dominação que levariam a mudanças complexas de empreendimentos. Ao que parece, as negociações que envolveram a construção da Itaipu Binacional evidenciam esse aspecto, como indica Dreifuss (1981, p. 442):

John Cotrim era diretor da Centrais Elétricas de Furnas. Ele também participou dos entendimentos a nível governamental com as autoridades do Paraguai, preparando o terreno para a criação de um “*joint venture*” objetivando o uso de energia hidrelétrica a ser obtida das quedas do Rio Paraná, através da construção de uma represa gigantesca. A eletricidade gerada pela Represa de Itaipu abasteceria a área de São Paulo e o sul do Brasil.

Grupos estrangeiros buscavam se consolidar em suas posições, sustentados pelas laboriosas defesas dos tecnocratas brasileiros. Por sua vez, aqueles que não podiam competir mantinham-se na retaguarda. Na prática, todos foram submetidos aos ditames da dependência financeira entendida por Marini (2013) como “subimperialismo”, condição cujos efeitos eram empréstimos subsidiados e transnacionalização das empresas de construção. Se na definição histórica desenvolvida por Lenin, o imperialismo se destaca como uma fase avançada do capitalismo.

À medida que chegavam os financiamentos para a promoção do fenômeno conhecido como “milagre econômico”, desencadeado antes de 1974, também aumentavam sistematicamente, as obrigações do governo com o grande capital. Havia uma disposição entre as necessidades tecnológicas e os grupos que disputavam o mercado. Os grandes empreiteiros brasileiros viam possibilidades de lucro nos projetos da Usina Federal das Sete Quedas e Itaipu Binacional. Por sua vez, as multinacionais, quase sempre associadas a empresários brasileiros, também viam a possibilidade de emprego do capital em tecnologia e/ou financiamentos no mercado do Brasil e do Paraguai. Acrescenta-se a isto, a participação em grandes empreendimentos como condicionantes de sustentação de poder, seja no aspecto de nação (no campo internacional de fronteiras) seja no aspecto regional, pela ocupação de espaços.

O Antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (1991) estudou este mesmo fenômeno das relações empresariais durante a construção da hidrelétrica binacional sob vários aspectos referentes à mobilidade e arranjo entre grandes empresas. Ele salienta que as

[...] relação entre grandes projetos, consultores e empreiteiras implica um movimento de mão dupla. Por um lado, grandes projetos requerem grandes empresas. Por outro, as grandes empresas procuram oportunidades para desenharem e construírem grandes projetos e estimulam o mercado, indicando e propondo novas obras. As empresas também definem as dimensões efetivas dos projetos, levando em conta obstáculos organizacionais, tecnológicos e financeiras (RIBEIRO L., 1991, p. 67-68).

Com base nas observações de Lins Ribeiro, nota-se que o projeto da Usina Federal das Sete Quedas, ao invés de estimular, promovia certa limitação às empresas multinacionais que estariam fora de seu círculo. Este fator poderia ter custado a própria construção pelos modos que teria sido desenhada pelo grupo de O. M. F.. O abandono do projeto inicial abriu, de forma imediata, novo campo para a inserção das grandes empresas e dos negócios lucrativos com os militares.

Quais seriam as complicações e as possibilidades inseridas nos meandros dessas negociações fracassadas para Octávio Marcondes Ferraz e que foram levadas adiante por outras frações do poder? A primeira, conforme demonstramos, era a econômica vinculada ao seu grupo, que visava dar vazão ao capital internacional na execução de grandes projetos. O projeto foi adequado para dar oportunidades a empresários da construção civil ligados às federações e outros organismos da sociedade civil. Campos (2017) ressalta que percebia-se o engajamento das empresas paulistas e mineiras da construção civil inseridas nesses grandes projetos. E por último, defendemos a tese de que, em detrimento da aproximação do projeto de O. M. F. com

a tecnologia e o desejo inicial do engenheiro de ter a Rússia como parceira no desenvolvimento da Usina Federal das Sete Quedas pode ter promovido especulações esperadas de seus opositores de Ferraz. Isto desencadeou a desarticulação e elevação do seu projeto para os âmbitos ideológicos, ou seja, tornou-o um projeto estigmatizado por um governo comunista.

Na nossa perspectiva de análise sobre a nova hidrelétrica de Itaipu, defendemos que a usina nasceu não somente do cenário geopolítico como alguns estudos indicam. Consideramos os cenários empresariais e ideológicos elementos cruciais e pilares inseparáveis das forças que sustentaram o golpe civil-militar de 1964. Para encerrar a discussão aludida neste tópico, consideraremos alguns aspectos relativos ao poder simbólico levados adiante pelo fenômeno do “Brasil Grande”, lema fortemente propagado pelo governo militar no início da década de 1970. Um destaque para este assunto está na obra de Wilson Quintella, executivo da empreiteira Camargo Corrêa, de título *Memórias do Brasil Grande. A História das maiores obras do país e dos homens que as fizeram*”, publicada em 2008. Nesta obra, Quintella faz uma recordação enquanto executivo das grandes construções da Camargo Corrêa, todas inseridas no período em que vigorou o regime militar no Brasil. Esta empresa, além de ser do consórcio UNICON, foi, segundo ele, a articuladora da união das empreiteiras brasileiras e paraguaias para a construção da usina. A Itaipu, portanto, tem nas suas bases o momento do “milagre econômico” e do Brasil Grande. Estes foram dois projetos ideológicos ufanistas sustentados por grandes obras, tais como descritos no prefácio da obra de Quintella, pelo economista Antônio Delfim Netto:

Com *Memórias do Brasil Grande*, Wilson Quintella desperta-nos um sentimento de admiração e uma ponta de inveja. Admiração pelo conjunto da obra que ajudou a fazer, literalmente pondo a mão na massa na construção da infra-estrutura de um país onde antes existia um vazio geográfico de dimensões continentais (QUINTELLA, 2008, p.11).

As grandes obras significaram para o regime militar, como afirmou Delfin Netto, não só o preenchimento do vazio geográfico, mas a necessidade de aproximar a gestão dos projetos, independente dos custos. A partir disso, podemos perceber que se os projetos pré-Itaipu, mais detidamente o de Octávio Marcondes Ferraz, fossem analisados estruturalmente não teriam a mesma força política capaz de proporcionar formas de poder com as mesmas proporções. Ou seja, nos termos de Bourdieu (1981), o poder simbólico de um projeto binacional (Itaipu Binacional) é bem diferente de um projeto somente nacional em termos estruturais.

## 2.2 O “CAPITAL SOCIAL”, AS CORPORAÇÕES PRÉ-ITAIPU E A MOBILIDADE DE OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ

A construção e análise desse tópico observam como se dava a ligação ou a aproximação pessoal/empresarial de O. M. F. com as empresas que cresciam economicamente em face do momento político brasileiro. Portanto, analisaremos tais relações, considerando alguns elementos conceituais presentes na teoria do campo social. Por vezes, ter um determinado capital social (notoriedade política), econômico ou cultural, não é garantia para se sustentar politicamente em determinado campo, como foi o caso de Marcondes Ferraz.

O sucesso, a permanência e a sustentação atendem as relações de interesse cuja satisfação entre os grupos seja quase absoluta, pois na hipótese de não ser absoluta abrirá lacunas que moverão os aspectos diversos do campo (dom, fama e lucros). Existem investimentos e interesses, e estes, quando entram em disputa, podem extrapolar a lógica do espaço, bem como evidenciar as mais diversas diferenças entre aqueles que fazem parte do jogo e visam manter relações já estabelecidas no conjunto, dentre estas de valores econômicos e culturais. Sobre isso Bourdieu (2011, p. 18-19, tradução nossa) assinala: “Em certos tipos de sociedades, dentro das variedades de capital, o capital econômico e cultural constituiriam os princípios fundamentais de estruturar o espaço social, enquanto o capital social e o simbólico seriam antes princípios de rentabilidade adicional aos outros dois”. E quando o capital social está ligado a uma organização Bourdieu afirma que:

A empresa fundada no capital social deve assegurar a sua própria reprodução por meio de uma forma específica de trabalho (inaugurar monumentos, presidir a obras de beneficência. etc.), que supõe uma habilitação profissional, e, portanto, uma aprendizagem, e um dispêndio de tempo e de energia (BOURDIEU, 2003, p. 61).

O capital social ainda pode ser identificado quando ocorre o processo de pertencimento a uma rede de relações duradouras, mais ou menos institucionalizadas, nas quais agentes, empresários ou não, tentam emplacar seus projetos movidos pelo dom, o qual potencializa neles um senso de razão e grandiosidade numa determinada área. Isso ocorreu no contexto dos projetos de O. M. F. quando alguns se moviam pelo conhecimento em detrimento de outros que perdiam progressivamente suas redes de contato.

Dentro da lógica dos tipos de capitais e seus valores, ainda sob a perspectiva econômica e empresarial e suas relações com os projetos hidrelétricos entre o Brasil e Paraguai, parece que

Octávio Marcondes Ferraz não havia acompanhado, ou não se deixava influenciar, pelo processo da criação da “rede tecno-burocrática associada à *Atlantic Community Development Grup for Latin America*<sup>45</sup>, mais conhecida por sua sigla ADELA” (DREIFUSS, 1981, p. 61). Essa rede foi formada em 1962 a partir de recomendações feitas por um *think-tank*<sup>46</sup> encabeçado pelo vice-presidente da Standart Oil of New Jersey (Grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (Complexo Agnelli) (Ibid.). É importante lembrar que este grupo transnacional se formou no momento em que o estudo detalhado de Marcondes Ferraz acerca da usina Federal das Sete Quedas foi publicado.

Entre as corporações que formavam a ADELA havia algumas específicas que podem ter influenciado a realização de novos estudos envolvendo a Bacia do Prata, por meio de lobistas, em meados da década de 1960 (ver Figura 1), quando a Comissão Mista (Eletrobras/ANDE) contratou o consórcio ítalo-americano para realizar novos estudos que contrapusessem os de O. M. F. Essas empresas foram as multinacionais General Eletric S.A., American & Foreign Power e o Grupo Morgan (DREIFUSS, 1981, p. 59-60).

No início da década de 1970 o “Grupo Morgan” era proprietário e controlava, entre outras corporações, a “Companhia Auxiliar Empresas Elétricas Brasileira” (CAEEB). Esta companhia auxiliar foi a mais importante empresa vinculada à exploração de energia no Brasil, na qual o ministro Eugênio Gudín, confidente e suposto amigo de Octávio Marcondes Ferraz, tinha participação (p. 69). Nesta mesma empresa o engenheiro John Reginald Cotrim fez carreira até entrar para a diretoria técnica da Itaipu em 1974, cargo que ocupou até 1984<sup>47</sup>, quando foi substituído por José Leite Schulman<sup>48</sup>. Reginald Cotrim, como vimos, era um fervoroso crítico de Octávio Marcondes Ferraz.

Enquanto gestora, uma das ações da CAEEB no canteiro de obras da Itaipu consistia em recrutar trabalhadores para os quadros da estatal até meados da década de 1980. Ocupando a função de companhia auxiliar, emprestava seu nome e sua administração para que a Itaipu Binacional tivesse uma parte do seu quadro próprio de funcionários. No âmbito do Brasil, onde houvesse um grande projeto do governo estava a CAEEB (lembrando que ela era ligada ao Grupo Morgan) para fazer uma espécie de regência organizacional. Por sua vez, também estava Eugênio Gudín e seus tecno-empresários para disputar os espaços de dominantes nas

<sup>45</sup> Grupo de Desenvolvimento da Comunidade Atlântica para a América Latina.

<sup>46</sup> Grupos de especialistas organizados por uma empresa, agência governamental, e comissionado para realizar estudos específicos e pesquisas de problemas específicos (DREIFUSS, Ibid., p. 61).

<sup>47</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1974.

<sup>48</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1985.

corporações. Uma demonstração da forte ligação dessa empresa com os articuladores do IPES é a de que ela atravessou os períodos anterior e posterior ao golpe militar sem ser afetada. Pelo contrário, como se pode observar, ao longo da construção, ela ganhou uma importante parte nos contratos da Itaipu Binacional.

Por trás dos dois projetos, o pioneiro e abstrato da Usina Federal das Sete Quedas e aquele que caminhava para uma realidade, o da Usina Itaipu Binacional, havia outro mundo que funcionava distintamente daquele percebido pela equipe de Octávio Marcondes. Tratava-se do mundo das multinacionais, composta por uma complexa rede de empresas, empresários e lobistas, mobilizados para alcançar seus objetivos. Como veremos, ser um organizador, fazer parte, ou atuar como instrutor para o IPES, não foi para o engenheiro garantia de sucesso. O caso de Ferraz foi um exemplo das contradições que existem em determinados campos sociais. A disputa por notoriedade criava forças que cresciam nos porões da ditadura ao ponto de tornar nula a vida empresarial de Octávio Marcondes Ferraz, mesmo tendo ele uma participação efetiva na organização do golpe civil-militar de 1964. Este evento cuja ação foi composta por vários segmentos da indústria, da qual fazia parte, não garantiu a ele uma permanência em projetos futuros com o governo. Talvez seja por esta razão que Eugênio Gudín e Antônio Carlos Pacheco e Silva não dialogavam de forma aberta com ele, deixando rastros de possíveis delatores e desarticuladores das teses de Ferraz.

O projeto inicial da Usina Federal das Sete Quedas contrastava com os interesses do Grupo Morgan e outras corporações multinacionais, como a estadunidense Caterpillar que, em meados da década de 1970, seria importante fornecedor de materiais à Itaipu Binacional, tendo a CAEEB como a gestora de licitações e negociações finais. O Relatório Anual de Atividades da Itaipu Binacional de (1974, p. 34) publicou acerca do vínculo da Itaipu com esta empresa, apontado que

[...] o Brasil, celebrou-se com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) um contrato de prestação de serviços, cujos principais Itens foram: a) processamento de compras de material e equipamento, no Brasil e no exterior; b) consultoria sobre administração de pessoal; c) recrutamento e admissão de pessoal; d) aluguel de imóveis; e) outros serviços de natureza técnico-administrativa. Esses serviços prestados pela CAEEB foram maiores no início, tendendo a diminuir à medida que a ITAIPU se estruturar.

Era de fato um grande negócio àqueles relacionados aos equipamentos pesados, uma vez que o decreto nº 1050, de 24 de março de 1976, promoveu a isenção e redução de impostos

para a aquisição de equipamentos sem similar nacional. Mas parece que às vezes isso não era respeitado pelo consórcio e até mesmo pela CAEEB. Ambos negociavam diretamente com as empresas norte-americanas, mesmo tendo alguns desses equipamentos disponíveis na indústria nacional. Um exemplo disso foi a aquisição dos caminhões WABCO fabricados pela empresa norte-americana *Le Tourneau-Westinghouse Co*, no ano de 1976. Por alguma razão, na fase contratual, foi decidido que alguns equipamentos, tais como algumas máquinas pesadas, seriam compradas pela estatal, sendo os caminhões WABCO um desses itens. 40 unidades desses veículos foram negociadas por um valor global de US\$ 9.600.000.00 milhões. Porém, tempos depois foi assinado um contrato adicional com o “Banco do Brasil para o financiamento de mais US\$ 3.5 milhões para cobrir reajustes, não só dos caminhões, mas das escavadeiras BUCYRUS”, movidas à eletricidade, também adquiridas no exterior<sup>49</sup>.

Desse modo, pela variedade de serviços a serem prestados, a CAEEB funcionou como lugar para acomodar técnicos, oriundos de outros grupos, os quais procuravam colocações no próprio projeto binacional, ou no assessoramento de empresas multinacionais fornecedoras de equipamentos. E, mesmo que o vínculo dos trabalhadores fosse diretamente com esta empresa auxiliar, era o nome da Itaipu que carregavam em seu ambiente de trabalho. É nesse fluxo que Eugênio Gudín e o grupo Morgan faturaram altas somas com o empreendimento Itaipu.

Se considerarmos a carreira de tecnocrata de Marcondes Ferraz, embora em algum momento ela contemplasse tais manobras e ele participasse desse meio, no contexto das mobilizações empresariais referentes à Itaipu, ele foi mantido à distância dos contratos e dos acontecimentos, fatores motivadores e explicitados nas suas queixas encaminhadas aos próprios Gudín e Pacheco e Silva, conforme apresentado na epígrafe.

Assim, a CAEEB, na Itaipu, evidenciava os privilégios dados às corporações envolvidas. Considerando o poder outorgado a essa empresa e à figura política de Eugênio Gudín, enquanto gestor e articulador, podemos conjecturar sua atuação na composição dos membros do primeiro e dos futuros conselhos de administração da Itaipu.

Ainda sobre a rejeição de Octávio Marcondes Ferraz, cabe duas questões: 1) Como poderia um empresário dominante, com comprovada experiência para construir represas e organizar oficiais militares, que poderia ter contribuído para a deposição do governo pois era membro atuante do IPES, ser deixado fora de um projeto importante e de reconhecimento empresarial que estava em vias de ser concretizado? 2) Por que ele nunca foi convidado a ocupar uma vaga no conselho de administração de Itaipu, ou quem sabe numa diretoria técnica, mesmo

---

<sup>49</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0222, p. 135.

tendo todas as formas de capitais para isso? Sua ausência foi a prova irrefutável das delações que sofrera, arruinando politicamente sua conduta junto à ditadura civil-militar, pós-período castelista. Esta é uma variável das mudanças que ocorrem em um campo social: quem era dominante passa a ser dominado, e, então, inicia uma nova busca de maneiras de se manter em posição de destaque.

Nesta rede de relações vinculadas aos capitais sociais e no contexto de seu estudo técnico para a Usina das Sete Quedas, o ipesiano Marcondes Ferraz atuava como um dos líderes do Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLP) em São Paulo. Além disso, segundo Dreifuss (1981, p. 363), o engenheiro mantinha uma espécie de quartel-general em sua residência, lugar no qual realizava reuniões com os militares que participaram do golpe civil-militar. O historiador destaca ainda que “Ferraz era uma figura-chave na coordenação política de oficiais militares jovens, naquele mesmo período” (Ibid., p. 364). Portanto, o tempo era exíguo para que a agenda de seus “compromissos” com as altas lideranças fosse mudada de forma tão drástica, engessando completamente suas funções externas ao IPES e a FIESP. Fator que determinava a escolha do projeto final para a barragem.

A carta de Marcondes Ferraz apresentada na figura 3, endereçada direta e confidencialmente a Pacheco e Gudin, mas repassada por eles em abril de 1973 ao gabinete militar da presidência da república, demonstra a lealdade deles aos militares e uma deslealdade para com O. M. F.. Para nós, resta a questão se o engenheiro teve apenas um ato de boa-fé ao confiar nos amigos da época do IPES ou mesmo tinha excesso de confiança no seu capital social. Ele passou de alguém com livre trânsito entre os militares para persona non grata, em meio aos investigados e contrários ao regime instaurado pelo golpe civil militar. Sua insistência na defesa de seus estudos era considerada antagônica frente à natureza econômica e política implantada pela ditadura iniciada em 1964.

	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR CHEFIA	(398)	Em 27 / ABR / 1973
	ENC. N.º 323 ASS/SEC-286/73		
De ordem do Exmo Senhor General Chefe do Gabinete Militar, encaminho o seguinte expediente:			
Prôcedência: OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ; Engº			
Endereço: Rua Boavista, 133 - 9ª And.- São Paulo - SP			
Referência: EUGÊNIO GUDIN - A.C. PACHECO E SILVA			
Assunto: Crítica o Projeto Itaipu e defende o de 7 Quedas, de sua autoria.			
Anexo: Cartas a Eugênio Gudin e A.C.Pacheco e Silva, acompanhado de comentários.			

FIGURA 3: Análises das críticas de O. M. F. ao projeto de Itaipu, 1973.

Fonte: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo. DFANBSB.N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001. Acesso 15 de julho de 2019, p.14.

Na interpelação ao senador coronel Jarbas Passarinho, em audiência em 1976, Marcondes Ferraz atribuía a si mesmo todos os problemas, defendia de maneira contundente sua posição de interessado, mas não contava com possíveis traições, tampouco era favorável aos êxitos que culminaram posteriormente na assinatura do Tratado de Itaipu em 1973 pelos militares, políticos e autoridades do ministério das relações exteriores. Em nenhum momento, ao menos nas fontes analisadas para este estudo, ele atribui algum fracasso à falta de vontade política ou profissional dos demais técnicos que lhes auxiliavam. Na tentativa de conseguir seus objetivos, recorria insistentemente às pessoas influentes, sendo Eugênio Gudín um de seus confidentes e suposta fonte de apoio, na busca de respostas para a viabilidade do seu projeto. O esboço do seu projeto (ver Figura 4) mostrava certo equilíbrio entre a natureza e a exploração das águas do rio Paraná à montante<sup>50</sup> dos Saltos das Setes Quedas. Contudo, havia um problema relacionado à diplomacia. A concorrência contra o projeto de cunho multinacional elaborado por italianos e norte-americanos a jusante<sup>51</sup> das quedas implicava disputa com corporações que também tinham um histórico de ligações com grandes projetos. Este último era um projeto extremamente agressivo, mas que ajudaria a normatizar os campos em disputa iniciados em 1965 no Porto Coronel Renato, além de trazer posteriormente trazer benefícios altíssimos em contratos com empresas que orbitavam o Grupo de Desenvolvimento Comunitário Atlântico para a América Latina (ADELA).

Na verdade, em seu estudo de dezembro de 1962, Marcondes Ferraz fez uma tentativa diplomática ao destacar que a administração da usina a ser construída, bem como a exploração da energia que seria gerada, deveria ser realizada por uma nova entidade, cuja personalidade jurídica deveria ser privada. Porém, como empresário visto como entreguista por alguns setores, esta tese era considerada antagônica. Com essa proposta, ele esperava agradar o círculo de João Goulart, tentando colocações para a sua empresa de engenharia. Na visão de Ferraz, o capital e o lucro andavam à margem dos aspectos ideológicos defendidos por ele e seus pares ipesianos. Pode ser que também em sua perspectiva ele visasse desburocratizar as atividades, tanto no canteiro de obras quanto na fase em que a usina estivesse em plena produção. Além disso, essa medida, “em sua opinião, manteria certa autonomia e blindava a nova companhia”<sup>52</sup> da atuação de forças políticas consideradas opositoras, comuns na gestão de empresas de economia mistas e estatais. Com essa suposta blindagem, Ferraz pretendia evitar que a nova usina hidrelétrica

---

<sup>50</sup> Construção acima do Salto das Sete Quedas.

<sup>51</sup> Construção abaixo dos Saltos das Sete Quedas.

<sup>52</sup> Acervo particular de Claimar Erni Franzotto. Foz do Iguaçu, Paraná: Consulta 03 de novembro de 2019.

servisse de espaço para cargos políticos por nomeações, fator que se tornou comum no período da ditadura civil-militar. Parece que Ferraz pretendia ter uma empresa intocável, e, como propositor, evidentemente concederia espaços empresariais importantes aos grupos aliados aos seus interesses, como destacamos anteriormente. Nas suas palavras:

[...] Parece então que para levar avante o aproveitamento do Salto de Sete Quedas será necessário a constituição de uma ENTIDADE que não seja nem repartição pública, nem autarquia, nem mesmo empresa de economia mista. A ENTIDADE deveria ser pessoa jurídica de direito privado organizada especialmente para êsse fim em condições que serão previamente estabelecidas e que possa, sob fiscalização adequada, funcionando como sub-concessionária, delegada ou procuradora, gerir, com plenos poderes, o empreendimento desde seu passo inicial até o final pagamento dos financiamentos obtidos para efetivar o aproveitamento (sic) (Relatório Preliminar O.M.F., 1962, p. 72).

A época em que a Itaipu ainda não era uma proposta concreta, e mais futuramente quando se tornaria uma empresa contratante, essa sugestão descrita na citação acima parecia ser um importante problema para os grupos que disputavam posições. A criação de uma entidade com “plenos poderes” já se constituía como uma possibilidade no estudo inicial. Tal proposta, se tivesse sido concretizada, excluiria a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) de sua realidade de mercado, considerando que sua função era auxiliar outras empresas estatais. E mais, sua proposta, considerada estranha à política empresarial, poderia cercear Eugênio Gudín e as empresas estrangeiras que não se correspondiam com ele, nesta posição política. Na verdade, já no início da década de 1970, atento ao desequilíbrio entre a fração dos tecnocratas castelistas e sua oposição, o economista Eugênio Gudín também sentiria os efeitos das intervenções dos militares no campo empresarial, ao fazer uma crítica no que entendia como uma estatização da economia.

Um dos maiores ideólogos do regime autoritário e do golpe de 1964, exigia agora que as Forças Armadas recuassem à condição de “poder moderador”. Era o temor de que a crise do milagre levasse os militares, que detinham o controle dos mecanismos de poder, a soluções contrárias aos interesses particulares dos grandes grupos econômicos (KUCINSKI, 1982, p. 27-28).

No campo das empreiteiras, outras medidas de cunho anti-Estado também foram levadas adiante após o governo de Castello Branco, quando os ditadores que assumiram posteriormente aproveitaram-se dos Atos Institucionais e da Constituição de Castello Branco para propor atividades em proveito do mercado interno (CAMPOS, 2017, p. 338). Isso quer dizer que havia

uma sincronia entre a doutrina de Marcondes Ferraz e a de Gudin, embora atuando em grupos diferenciados.

Porém, poderia ser que ambos não contariam com essa ingerência, notadamente no empreguismo e controle das empresas vinculadas ao governo que foram levados adiante pelos militares. Por esse viés, a Itaipu Binacional funcionaria como lugar ideal, onde seriam praticados os altos salários e o *status* social de estar em um empreendimento binacional. Em outras palavras, eram os militares que dirigiam a maioria das estatais, além disso, eles detinham um terço dos 360 cargos nas empresas (KUCINSKI, 1982). Não foi por acaso que após a formação do primeiro Conselho de Administração em 1974, seria contratada uma consultoria multinacional específica para estudar os salários a serem praticados pela estatal.

Portanto, a sugestão administrativa e operacional proposta por Marcondes Ferraz era uma forte indicação de que havia disputas internas em curso, as quais só terminariam de forma definitiva com a posse de Arthur da Costa e Silva em 1967. Logo após esta posse, Marcondes Ferraz é substituído na Eletrobras, deixando de ocupar cargos públicos no governo. Da mesma forma, também sua tese foi deixada para o esquecimento.

Apesar da perspectiva de reformulação apresentada por Ferraz, ela não foi levada adiante. Os terrenos de determinados campos transitados por ele não se alinhavam com o de seus pares, tornando-se antagônicos. Era possível notar um grupo hegemônico num segmento empresarial que mexeria no núcleo do poder do Estado. Se o trajeto de Ferraz tinha um destino certo, compondo uma nova forma seletiva no contexto empresarial, o Estado se apresentava como unificador e aparentemente neutro, tanto foi assim que ele ainda insistia, sem êxito, na sua tarefa de defensor da Usina Federal das Sete Quedas.

Pierre Bourdieu (2014) sugere que essa forma de mobilidade facilita novas formas de lideranças dentro do campo de poder (Estado), em face dos constantes arranjos e deslocamentos que objetivam a manutenção de indivíduos e/ou grupos nos espaços em disputas. Por essa ótica podemos encarar a ascensão ao poder e o declínio de Marcondes Ferraz e de determinadas empresas. Como alguém poderia propor um empreendimento desse porte sem pensar nas empresas multinacionais controladoras desse mercado e que junto ao IPES e a FIESP, se mantiveram em permanente articulação para derrubar o governo de João Goulart, em meados da década de 1960?

A partir dessas análises notava-se que as propostas de Marcondes Ferraz eram consideradas subversivas do ponto de vista do controle administrativo, pois apresentavam indícios de um projeto com pouca complexidade e aparente baixo emprego de tecnologia

estrangeira. Se essas propostas se concretizassem, as multinacionais perderiam o lucro desejado quanto ao fornecimento de materiais, bem como perderiam espaço e poder de influência na administração do futuro canteiro de obras da usina Federal das Sete Quedas. Havia a necessidade do governo ditatorial brasileiro arranjar novos espaços para aqueles que estavam a seu lado. Estes são valores, de certa maneira, intocáveis na abrangência e nos valores que compõem o capital social.

Esses arranjos se remataram quando o governo transformou o território nacional em palco para grandes obras, a exemplo da Itaipu Binacional, criando cenários para que vários setores da indústria nacional e multinacionais firmassem parcerias. Este é um dado a ser considerado se for levado em conta que o projeto ítalo-americano da IECO-ELC para a Itaipu se diferenciava do proposto por Marcondes Ferraz no tipo de canteiro de obras por binacional e na adoção de tecnologia de montagem superior em número de trabalhadores. De acordo com os dados dispostos em relatórios, no pico da construção de Itaipu em 1978, a quantidade de trabalhadores ultrapassava 30 mil<sup>53</sup>. Segundo Marcondes Ferraz, no estudo de 1962, a quantidade esperada de trabalhadores para desenvolver os trabalhos na “Usina Federal das Sete Quedas seria em torno de 8 mil trabalhadores, divididos em cinco categorias profissionais” (Relatório O. M. F., 1962, p. 70). Para se ter uma ideia da desproporcionalidade entre os dois projetos, o número de trabalhadores previstos no estudo de Ferraz em 1962 foi menor do que a quantidade de trabalhadores alojados na hidrelétrica de Itaipu, ou seja, em torno de 12 mil trabalhadores.

Outra possibilidade de aferição que demonstra os projetos em números diz respeito à quantidade de residências que deveriam ser construídas para atender os trabalhadores. De acordo com Octávio Marcondes Ferraz (1962, p. 70-71), “[...] seria necessário fazer cerca de 2 mil casas (alojamentos) para pessoal solteiro, casas para pessoal graduado, hospedarias, casa de hóspedes, [...]” (sic.). Contrapondo os números previstos de O. M. F., o Relatório Anual de Atividades da Itaipu (1977, p. 9), demonstrava que até 31 de dezembro de 1977, havia cerca de 5.100 residências construídas, sendo 2.708 no Brasil e 2.392 no Paraguai, conjunto de empreendimentos que foi encampado pelas empresas do eixo 2.

Não obstante já ser um número desproporcional em relação ao projeto pioneiro de 1962, o mesmo relatório estimou um total de 9.610 moradias a serem entregues para o final de 1979. Ainda que os dados lembrem possibilidades não concretizadas (Usina Federal das Sete Quedas) e as que se estabeleceram (Itaipu), se observarmos o ano de 1978, o número de trabalhadores

---

<sup>53</sup> Itaipu Binacional: Relatório Anual de Atividades, 1979, p. 64.

na área de Itaipu alcançava quase 35 mil (SESSI, 2015). Isto já sinalizava e representava a possibilidade de inserção de empreiteiras no canteiro de obras binacional.

Em termos práticos, era tudo o estudo apresentado pelo escritório de Marcondes Ferraz fugia à qualquer tipo de racionalidade. As projeções apresentadas acima teriam efeitos mais impactantes se fossem contrastadas com o emprego de materiais e equipamentos que resultaria em maior lucro para os fornecedores. Quer dizer, o projeto de 1962, conforme a figura 4, não agradava os grupos que almejavam a extração da mais-valia, seja na forma rudimentar de exploração da mão de obra, seja no emprego da tecnologia e do abastecimento.

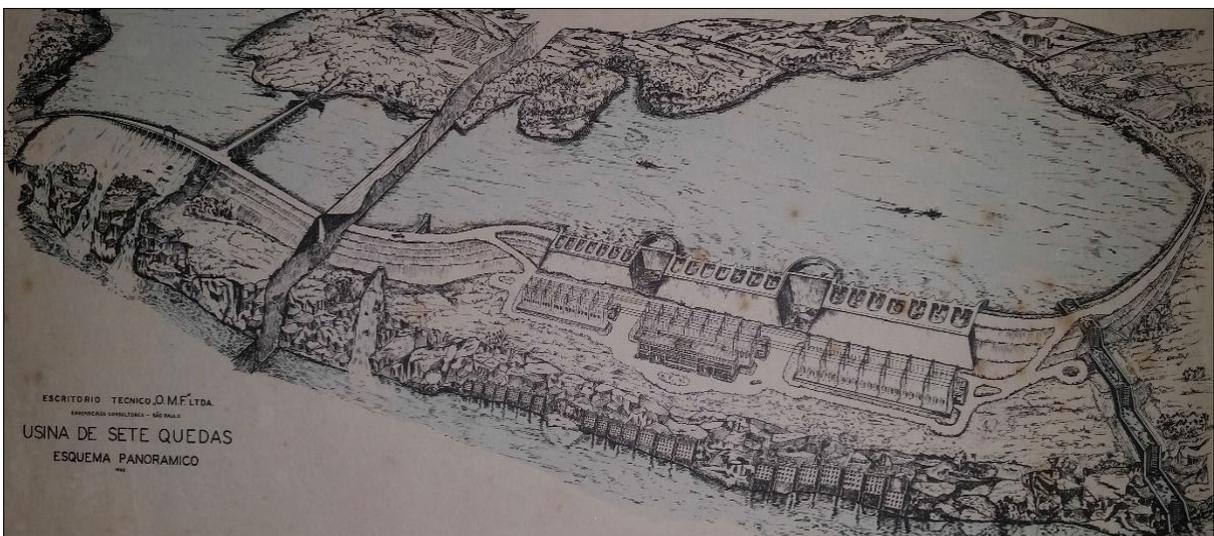


FIGURA 4: Esquema panorâmico da Usina Federal das Sete Quedas, 1962.

Fonte: Relatório preliminar sobre o aproveitamento do Salto das Sete Quedas, 1962. Acervo particular de Erni Claimar Franzotto.

Sem escala.

Ainda sobre o estudo de 1962 apresentado ao governo de Goulart, Ferraz não esclareceu a ideia da criação de uma empresa própria para gerir a Usina das Sete Quedas e as formas de gestão de recursos humanos e financeiros. Entretanto, é importante acrescentar que, no desenrolar da construção da Itaipu Binacional, essa atividade teria sido confiada a corporações multinacionais de contadores que tinham seus sócios ligados ao “Conselho para a América Latina” (DREIFUSS, 1981, p. 617).

Percebe-se então que o controle da contabilidade do vasto movimento financeiro ficaria inicialmente a cargo da empresa de consultoria Boucinhas, Campos e Coopers, pertencente ao Grupo Price Waterhouse Peat<sup>54</sup>, e posteriormente a Arthur Andersen S/C. Este último, segundo

<sup>54</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 40.

Dreifuss (1981, p. 617), era membro do Conselho para a América Latina, em 1971. Já para a elaboração do “plano de cargos e salários” a ser praticado na Itaipu Binacional, a consultoria foi do consórcio “Arthur Young Clarkson Gordon”<sup>55</sup>.

José da Costa Boucinhas e Eduardo Sampaio Campos, acionistas desse consórcio, eram do conselho fiscal do IPES, possuindo *know how* junto às multinacionais. Uma das suas tarefas era fazer a ponte entre estas corporações e o IPES para a captação e regularização dos recursos destinados aos institutos (DREIFUSS, 1981, p. 173-207-244). Assim, uma das mais

[...] importantes atividades do IPES era ceder “subsídios”, modo bastante neutro de se referir aos fundos ilegais lançados nos partidos políticos, na mídia, nas Forças Armadas, sindicatos e organizações rurais, movimento estudantil, projetos e organizações do clero, bem como em indivíduos escolhidos. Muitas dessas contribuições eram feitas pelo IPES através de instituições subsidiárias ou por intermédio de indivíduos (membros do IPES) como doações “pessoais”. José da Costa Boucinhas e Eduardo Sampaio Campos, membros corporativos das *American Chambers of Commerce*<sup>56</sup> e conhecidos contadores públicos das maiores corporações do Brasil, prepararam uma “prestação de contas padrão” para as somas contribuídas (DREIFUSS, 1981, p. 207).

Assim, essas empresas e seus acionistas levariam para a construção da Itaipu sua notoriedade e a experiência de trabalho de seus acionistas no IPES, órgão responsável pela preparação do golpe civil-militar de 1964.

Na Itaipu Binacional, a contabilidade poderia ser ajustada, ou sofrer manipulações relevantes, em vista as altas somas vinculadas às instituições financeiras nacionais e do exterior. Suspeitamos que a escolha de “Boucinhas e Campos”, sócios de multinacionais e dos consórcios Arthur Young Clarkson Gordon, para operar os recursos humanos e financeiro foi a forma razoável de se estabelecer as relações econômicas e históricas proporcionadoras das rupturas políticas no Brasil contra o governo de João Goulart. Medidas que deram oportunidades a grupos já investigados em seus países de origem por atuarem na monopolização de consultorias e na manipulação de dados contábeis com objetivo de favorecimento de grupos empresariais conchavados<sup>57</sup>. Tempos depois, em 1978, a “Ordem dos Auditores Independentes do Brasil” (OAIB) redigiu um manifesto contra esse monopólio de empresas multinacionais de consultorias. Tal manifesto se baseou em uma investigação conduzida pelo Senado dos Estados

<sup>55</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020, p.86.

<sup>56</sup> Câmara de Comércio Americana.

<sup>57</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB.V8.MIC, GNC.AAA. 78113182.d0001de0005. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 12 de outubro de 2019, p. 1-99.

Unidos da América que tinha enquanto foco as oito “Grandes Firmas” ou as “Big Eight”, sendo duas delas, a saber Boucinhas e Campos, atuantes na Itaipu Binacional.

No caso do projeto de Marcondes Ferraz, não havia indícios de que não houvesse a possibilidade de acomodação de grupos próximos ao IPES e a FIESP, como ficou evidente em Itaipu. Tampouco, que não teria a corrupção enquanto elemento característico do período da ditadura civil-militar. Pode ser que fosse apenas questão de arranjar as peças no complicado tabuleiro e de que fosse dada certa liberdade para os condutores do projeto atuarem, caso se concretizasse sua estratégia política e empresarial para o noroeste do Estado do Paraná, em torno do Município de Guaíra.

O caso que defendemos implica, em muito, os tipos de equipamentos e a estruturação do canteiro de obras de Itaipu, em número de trabalhadores e dimensões da obra, que foi produto dessas contradições, e que, devido às corporações escolhidas favoreceu a corrupção, uma vez que a imprensa controlada não tinha acesso aos dados para promover sua divulgação. Por sua vez, aqueles que tinham como denunciar, mas que por dever de ofício deveriam guardar segredos, quando quiseram se manifestar foram silenciados, como aconteceu no caso emblemático do diplomata José Jobim.

Jobim foi encontrado morto em 1979, com sinais de suicídio, tempos após confidenciar a um suposto amigo, em Brasília, que escreveria um livro acerca das negociações que evoluíram a construção e a compra de equipamentos para a Itaipu Binacional. Conjecturou-se que Jobim denunciaria compra das unidades geradoras de uma empresa alemã em detrimento a uma empresa soviética, conforme queria o governo de João Goulart. Isso foi problematizado pelo historiador Marcos Vinicius Ribeiro na sua tese de doutorado: “A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)”, publicada em 2021.

As inquietações de José Jobim acerca da construção de Itaipu, as quais poderiam ter custado a sua vida, estavam concentradas na contabilidade e nas licitações da estatal. O diplomata tinha pensamento progressista, era contrário a alguns membros do próprio Ministério das Relações Exteriores e preocupava-se com a corrupção no governo.

O caso de Jobim apoia a nossa hipótese da mudança de projetos ser causada por motivos das mesmas resistências encontradas por Octávio Marcondes Ferraz ao se dirigir aos amigos também golpistas em busca de apoio.

Entre os questionamentos de Marcondes Ferraz dirigidos a Eugênio Gudín estava: “O que fazer? Não são permitidos impactos negativos”. “Como levar avante um tal

empreendimento (a maior usina do mundo) em segredo de estudo e de Estado, tratando-o em recinto fechado?”<sup>58</sup>. Esses questionamentos mostram o ambiente no qual ocorriam a articulação e o encadeamento das negociações para a mudança do projeto.

Eugênio Gudín, segundo Dreifuss (1981, p. 73), além de ser “tecno-empresário”, também foi o “mentor ideológico de toda uma geração de economistas político-empresarial como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto”. Uma participação notável na construção da política econômica dependente e liberal da qual o Brasil se filiou e a Itaipu se tornou realidade.

Porém, enquanto Eugênio Gudín atuava em níveis empresariais da engenharia, economia e política, Antônio Carlos Pacheco e Silva, articulador com quem Octávio Marcondes Ferraz mantivera contato, atuava no mesmo meio, contudo, nos bastidores. Antônio Carlos Pacheco e Silva era psiquiatra, anticomunista, e, em 1964, representava a “Armações de Aço Probel S.A.,” empresa vinculada à Federação da Indústria de São Paulo (FIESP) (DREIFUSS, 1981, p. 93-94). O médico tinha posição híbrida civil e militar, pois alcançou um posto de oficial no exército, era também diretor, membro fundador do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e atuante na disseminação da ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG), conforme demonstrou o historiador Gustavo Querodia Tarelow (2018) em sua tese de doutorado.

Tarelow descreveu a carreira política e profissional de Pacheco e Silva, o qual pregava uma política simpatizante do eugenismo, da violência e do enclausuramento de doentes mentais em sanatórios. O tecno-empresário era o ideário que agradava grande parte da elite paulista da época. “A psiquiatria praticada por ele, que ecoava nos meios de divulgação científica e na mídia popularizada, ganhava ares de radicalidade crescente” (TERELOW, 2018, p. 270). Além disso, segundo o historiador (TERELOW, 2018), Pacheco e Silva pertencia a esta mesma elite, se mostrando um fervoroso defensor do liberalismo. No IPES, por meio dos Comitês e dos Grupos de Ação, utilizou recursos da psicologia das massas e da religião, características de regimes fascistas, para fomentar o golpe civil-militar. Após a efetivação da tomada do Estado continuou dedicando seu apoio irrestrito aos militares idealizadores do golpe.

Na sua atuação na “face encoberta” do IPES, isto é, na preparação de seus quadros para a luta contra a esquerda e contra o governo federal, buscou fornecer subsídios teóricos e estratégias de ação a partir de seus estudos a respeito da psicologia das massas. Em uma conferência apresentada aos integrantes do *Instituto*, na qual palestrou sobre a psicologia do boato,

---

<sup>58</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 15 de julho de 2019, p. 3.

apresentou dados sobre os mecanismos adotados pelos comunistas para desestabilizar as forças democráticas (TERELOW, 2018, p. 269-270).

Havia diferenças profissionais consideráveis entre Eugênio Gudín e Antônio Carlos Pacheco e Silva. O primeiro concentrava suas competências na economia e engenharia, enquanto o segundo não entendia muito da engenharia demandada pela construção, mas era influente nas relações com a presidência da república, sendo uma espécie de guarda-noturno institucional e porta voz autorizado<sup>59</sup> da ditadura interna e externa. Mas para Marcondes Ferraz o que foi considerado era a ligação deles com o governo militar e os demais empresários.

Nos anos que antecederam as obras de Itaipu, as circunstâncias políticas pelas quais passava o país e a crescente violência promovida pelo Estado através da repressão (1964-1985) se constituía no espaço ideal para a atuação desse tipo de articulador político que foi Pacheco e Silva. Mas, em 1979, ele mostrou certo desencantamento entre a sua filosofia e os rumos adotados pela ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, fica evidente o seu pensamento ultraconservador quando em seu artigo ele chamava atenção para os bons costumes e a família:

“[...] O agravamento da patologia social, caracterizada por criminalidade crescente, violência indiscriminada, aumento da delinquência infantil, corrupção generalizada, prostituição em ascensão, atentados aos direitos do homem e aos bons costumes, é indício da existência coletiva dos males que nos afligem [...]”<sup>60</sup>.

Basta lembrar que de 1971 a 1973, o contexto do anúncio oficial do projeto de Itaipu coincidia com denúncias de torturas envolvendo o governo. Nesta perspectiva histórica, conforme estas denúncias alcançavam outros países, Antônio Carlos Pacheco e Silva, enquanto fiel representante do governo junto à comunidade política internacional, precisava atenuar tais notícias. Em suas viagens representando o Ministério da Justiça, o porta-voz se apresentava para validar e sustentar institucionalmente que as atrocidades do período não ocorriam em nosso território. Em 1971 ele produziu um relatório de viagem, contemplando o que ele definiu como “campanha difamatória”. Como ele mesmo afirmava no seu relatório: “Em cada embaixada fiz uma exposição sobre as duas imagens do Brasil, a campanha difamatória de D. Helder e as

<sup>59</sup> Lembrando que segundo Pierre Bourdieu (2003, p. 147), “o porta-voz autorizado é detentor ou em pessoa (por carisma) ou por delegação (professor ou sacerdote) do capital institucional de autoridade que faz com que lhe atribua crédito, com que se lhe conceda a palavra”.

<sup>60</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79002015. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 12 de outubro de 2019, p. 1-13.

providências tomadas pelo Govêrno, mandando preparar o Livro Branco da Revolução Brasileira e outras publicações”<sup>61</sup> (sic).

Na verdade, ao analisarmos as fontes, verificamos que Pacheco e Silva, além de sua função na preparação de ações ordinárias no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e na Escola Superior de Guerra (ESG), mantinha atuação como uma espécie de ilustre e prestigiado agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) cumprindo atividades de promoção da ditadura militar no Brasil e no exterior. Foi ele quem deu os primeiros passos, usando a ciência da psiquiatria e da psicologia para promover este processo junto às massas.

Tudo indica que Pacheco e Silva não tenha parado no tempo. Pelo contrário, ele transitava livremente entre castelistas e não castelistas, não perdendo o foco da estrutura do IPES, como não foi o caso de O. M. F.. Talvez seja por esse motivo que Marcondes Ferraz o procurava contando com a sua ajuda para ser lobista na escolha dos projetos. A teoria do campo social demonstra que não é assim que se determina o sucesso. Ele é determinado pela composição das forças entre dominantes e dominados, entre os grupos com mais ou menos prestígio nas relações de poder. Pela perspectiva da teoria do campo social e das fontes para esse estudo pesquisadas, percebe-se que as formas de rejeição e de traições recebidas por Ferraz eram inevitáveis.

Na correspondência de 22 de março de 1973, por exemplo, Marcondes Ferraz não se contentava apenas em apresentar as queixas contra o governo, mas também tentava, por meio de explicações técnicas, persuadir Pacheco e Silva a apoiar seu posicionamento, esperando deste uma atuação como porta-voz, quem sabe até elemento de aproximação com a ala militar, que o havia perdido ainda em 1967. Ao levar suas queixas a Pacheco e Silva Ferraz queria também com reafirmar sua posição contrária sobre a negociação da construção de Itaipu pelos governos brasileiro e paraguaio. Ele queria que Pacheco o ajudasse a compreender o segredo que pairava sobre o tratado binacional em curso. Se via diante da censura que ele próprio ajudou a criar quando, com Pacheco e Silva e demais articuladores, eram instrutores do IPES e outros organismos. Esta relação de proximidade é parte da abertura da correspondência datada de 22 de março de 1973:

Meu querido amigo Pacheco. [...] O meu eminente amigo que tantos assinalados serviços tem prestado ao Brasil, me honrará com a sua opinião sobre a minha exposição. Não a exposição técnica sôbre um projeto sôbre o

---

<sup>61</sup> FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Termo: RJANRIO TT 0 MCP AVU 0356. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019, p. 1-25.

qual não tenho detalhes, mas apenas um apelo a prudência, tratado de modo a tornar acessível aos leigos<sup>62</sup> (sic).

Não é possível saber qual foi a “opinião” manifestada pelo “eminente amigo”, mas sabe-se que a correspondência teria sido entregue aos órgãos de repressão. Além disso, os argumentos usados no texto das cartas se posicionavam contra o regime militar, pois indicavam uma espécie de traição, com quem “tantos assinalados serviços teriam prestado ao Brasil”, como se referia a O. M. F., o embaixador Gibson Barboza (Ibid., p. 89.). Em outro momento, Ferraz chamava a atenção de Pacheco e Silva da seguinte forma: “Não pretendo, senão alertar os responsáveis para que a solução seja técnica e politicamente consentânea com os interesses nacionais, o que não me parece que esteja acontecendo”<sup>63</sup> (sic).

Porém, mesmo não tendo o acolhimento pelo qual esperava, Ferraz alimentou em 1975, com Pacheco e Silva, o desejo de manutenção da propagação da ideologia golpista, quando fundaram em São Paulo a “associação dos revolucionários de 64”<sup>64</sup>. Mesmo que essa “associação” não tenha alcançado seus objetivos de apologia à manutenção do ideário golpista e do regime militar, seus membros resistem a admitir a repressão. Vale ressaltar que esse era um ambiente de vínculos frágeis, pois apesar de seus objetivos convergirem e se considerassem amigos, ora seus relacionamentos eram de amizade ora de delação.

Observamos que após o governo de Castello Branco houve certo engajamento político por parte de Ferraz. Porém, este representava apenas uma fagulha diante do que Eugênio Gudín e Antônio Carlos Pacheco e Silva realizavam secretamente, nos bastidores e no organograma da ditadura civil-militar, em termos de manipulação. Da mesma forma, ao apontar a possibilidade de criação de uma nova empresa para execução e gestão do empreendimento em seu relatório publicado em 1962 sobre o projeto da Usina Federal das Sete Quedas, Ferraz poderia ter sido considerado uma espécie de *persona non grata*, dentro do regime do governo do ditador Artur da Costa e Silva (1967-1969). Em 1973 Marcondes Ferraz argumentou a Eugênio Gudín:

Sei que é melhor informado do que eu, terá uma grande lista de outros casos. Permita-me, entretanto, que lhe cite mais um. Dirijo-me especialmente ao grande engenheiro que tanto e tão bons serviços tem prestado ao país. Em fins de 1.962 fis, com minha equipe, a pedido do então Ministro Gabriel Passos, um estudo sobre o aproveitamento dos Saltos de Sete Quedas. O nosso

<sup>62</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 15 de julho de 2019, p.1-66

<sup>63</sup> Ibid., p.4.

<sup>64</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 75110599. <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 25 de julho de 2019, p. 1-26.

esquema constava de uma barragem de cerca de 10 metros de altura, NO TOPO dos Saltos, um dique de 60 km, uma usina geradora subterrânea em Porto Mendes, tudo em território nacional e cujo custo seria cerca de um bilhão de dólares. Vai d' ai o tempo passa e a questão é retomada ha cerca de 2 anos. No novo esquema, feito por uma comissão mista brasileiro-paraguaio e assessorada por um **consórcio ítalo-americano**, preve-se uma barragem de 130 metros, EM BAIXO das quedas (...) <sup>65</sup> (sic).

Algumas questões importantes podem ser analisadas esse trecho da carta de O. M. F. Uma delas é justamente o grau de confiança do engenheiro depositado em Eugênio Gudín num momento em que as perseguições do regime estavam acirradas, bem como os grupos empresariais liderados por ele em franca ascensão, como afirma Dreifuss (1981). Como a ADELA movimentava grandes grupos empresariais e multinacionais na América Latina, subentendemos que o consórcio ítalo-americano (IECO-ELC), do qual Marcondes Ferraz faz referência, seria uma ramificação de grandes empresas dos EUA e da Itália, vinculadas a Eugênio Gudín por meio da CAEEB.

Nesse momento, não havia mais nada que mudasse o posicionamento e a escolha da construção da Itaipu no local onde se encontra atualmente. Todos os envolvidos concordaram, e a dúvida, conforme a epígrafe e a citação acima, era restrita a Marcondes Ferraz e alguns políticos. Uma indicação que sustenta a base desse estudo foi a entrega das correspondências pessoais, tanto de Gudín, quanto de Pacheco e Silva para órgãos de informações do governo, no período em que as disputas com a Argentina em torno da bacia do Prata se acentuavam. Gudín e Pacheco e Silva liam as cartas, compreendiam as queixas e posteriormente encaminhavam-nas aos órgãos de inteligência do governo aos quais eram filiados e colaboradores. Isto mostra as características do estado policialesco que emergiu com o golpe de 1964. Aliás, a visita inesperada em seu escritório, em São Paulo, no início da década de 70, feita pelo general Amyr Borges Fortes e pelo engenheiro Leo do Amaral Penna, ambos, na época, dirigentes da Eletrobras e futuros conselheiros da Itaipu, tinham a intenção de intimidar Marcondes Ferraz, fazendo-o calar. Além disso, essa visita objetivava esclarecer as críticas de Ferraz, as quais afetavam o governo. Sobre este evento ele se queixa a Eugênio Gudín:

[...] e assim, me mantive em silêncio desde aquela época até poucos meses atrás quando os jornais começaram a agitar a questão. Até então, e mesmo agora, ela fora tratada em recinto fechado e mesmo em caráter sigiloso, transpirando, de tempos em tempos, uma vaga notícia sobre o assunto em jornais <sup>66</sup>.

<sup>65</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001, p.2.

<sup>66</sup> Ibid., p.6.

O estudo elaborado pelo governo se baseava nas críticas dispostas nas cartas, mas também considerava que as constantes buscas por respostas indicavam de forma irrefutável que Marcondes Ferraz se encontrava isolado e desacreditado perante os investimentos que seriam incorporados na construção de Itaipu. Apesar do seu reconhecido na área da engenharia, restava-lhe apenas ser objeto de investigações, o que demonstra a força de grupos antagônicos ligados às grandes empresas da construção civil e de fornecimento de materiais. O primeiro vinculado às grandes empreiteiras como Mendes Junior, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, etc.; o segundo ligados às multinacionais norte-americanas, italianas, alemãs, francesas e suecas, que também faziam parte da segunda fase da construção, ou seja, a parte da montagem que se iniciou em 1981. Seu escritório, portanto, estava apenas margeando disputa, e nesta fase sem ação. Marcondes Ferraz, através de sua empresa – Escritório Técnico – OTM, curiosamente nem participou da defesa da Construtora C.R. Almeida S.A., sua ex-sócia, quando esta foi acionada pela justiça em face à derrota nas licitações para a construção de Itaipu. Veremos este assunto mais detidamente ao longo deste capítulo e no terceiro capítulo desta tese.

Enquanto isso vale perguntar: O que mais Marcondes Ferraz poderia esperar de uma ditadura se não o “caráter sigiloso” das negociações, conforme ele confidenciou ao sócio da CAEEB e ao amigo psiquiatra e membro da FIESP?

Em 1973 o Conselho de Segurança Nacional (CSN) elaborou um estudo sucinto, sob a forma de relatório, o qual confrontava as dúvidas de Marcondes Ferraz e o fato de ele transferir ao governo a responsabilidade de resolução de problemas levantados por ele acerca do projeto de aproveitamento do Rio Paraná. O estudo sucinto também foi motivado pelo posicionamento e questionamentos de Marcondes Ferraz que serviu de combustível para a Argentina e grupos contrários à construção de Itaipu se manifestassem, contrariando as posições já decididas pelos militares.

Ferraz participou do golpe militar como empresário. Porém, naquele momento em que se construía uma aliança para as obras de Itaipu, sua participação foi descartada. Pelo exposto, é possível compreender os motivos mútuos do conflito. Podemos pressupor que as dúvidas de Marcondes Ferraz tinham sido motivadas por necessidade de competição e prestígio na área da engenharia de construção de barragens, setor no qual era expoente. Até o momento da entrada desses grupos estrangeiros, ele tinha certa autonomia. Contudo, nessa altura o conflito já tomara outra dimensão que não só a empresarial.

Como já anunciado, em 1973 o CSN, em posse das correspondências do engenheiro para Eugênio Gudín e Antônio Carlos Pacheco e Silva (Figura 3), providenciou um relatório com a seguinte mensagem:

Tendo em vista que possivelmente estão em jogo, além de aspectos relacionados com prestígio técnico, outras conveniências, é de se esperar contestações a qualquer solução que venha a ser adotada para o aproveitamento do Rio PARANÁ. Embora as objeções apresentadas pelo Dr. Octávio Marcondes Ferraz possam ser refutadas pelos órgãos responsáveis pela obra, a abertura de polêmicas em torno do assunto, acarretaria graves prejuízos aos interesses nacionais<sup>67</sup>.

É evidente que esta perspectiva expansionista adotada pelos militares não estava alinhada aos propósitos técnicos do engenheiro brasileiro Octávio Marcondes Ferraz, contratado no governo de João Belchior Marques Goulart, no início da década de 1960, para prosseguir os estudos acerca do aproveitamento do Rio Paraná. A demanda econômica naquele momento era a industrialização e isto, notadamente, exigiria a produção de energia que alavancasse o processo industrial. Os militares então, pouco tempo depois, por meio da obra de Itaipu atenderam à demanda econômica, além da produção de energia.

No pronunciamento de 1963, Goulart argumentava: “[...] na data da nossa independência quero dizer que entendo como presidente da República, que a independência econômica de nosso país, depende muito da produção de energia [...]”<sup>68</sup>. Mais adiante continuava Goulart:

Daí constitui uma das preocupações maiores do atual governo, a grande usina de Sete Quedas. Há 3 dias chegava do Paraguai, o ministro Oliveira Brito, ministro das minas e energias, que foi aquele país tratar dos entendimentos finais para que se possa iniciar ainda em 1963 a construção da grande usina hidrelétrica de Sete Quedas [...]”<sup>69</sup>.

Goulart afirma então que restariam quatro meses para o início das obras, indicando que o projeto de 1962 seria levado adiante. Todavia, não foi possível saber qual seria a participação do Paraguai no caso da continuação de Goulart no governo, assim como também não foi

---

<sup>67</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150.d0001de0001, p.25-26.

<sup>68</sup> Congresso Nacional. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/DCD10SET1963>>. Acesso em 05 de março de 2019, p. 6398.

<sup>69</sup> Ibid.

possível saber o que foi tratado pelo ministro das minas e energia, Oliveira Brito, com as autoridades paraguaias. Supomos que este tenha apresentado o projeto semifinalizado secretamente às autoridades do Paraguai e elas tenham aceitado. Caso contrário, as afirmações claras e pontuais, conforme apresentadas pelo presidente João Goulart, não seriam objeto de exposição aos parlamentares. O desgaste político e o avanço de grupos multinacionais no Brasil aceleraram a tomada do Estado em 1964, provocando todas as mudanças que foram apresentadas. As fontes problematizadas neste tópico indicavam a existência desses grupos estrangeiros, nas grandes empresas brasileiras, nas quais, Octávio Marcondes Ferraz ora fazia parte, ora era concorrente.

O Escritório Técnico Marcondes Ferraz, ao desenvolver seus estudos para depois tentar aplicar no empreendimento ainda em perspectiva, não se atentaria para a conjuntura nacional. ; parece que todas as fases dos estudos, as grandes corporações ligadas ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), como era o caso da CAEEB, não teriam posição nas suas novas estruturas, impactando nos mais diversos campos de interesses comerciais, conforme pontuamos anteriormente. Isto não teria proximidade com a demanda de energia que se esperava para o “decênio da indústria pesada”, pois a tanto a Usina Federal das Sete Quedas, quanto a Itaipu atenderiam a demanda da Região Sudeste onde o consumo seria mais esperado<sup>70</sup>.

Deduz-se então que houve uma atuação antagonica dos grupos aliados aos militares com o objetivo afastar a empresa de Marcondes Ferraz longe de qualquer projeto e do conselho consultivo criado em 1974 em Itaipu. Demonstramos que o momento exigia profissionais alinhados ao projeto em andamento, o que parece ter sido desconsiderado por Marcondes Ferraz quando da escrita as correspondências, as quais foram vazadas em 1973. Ele buscou apoio ou patrocínio junto naqueles que ele considerava leais. Igualmente, acreditava haver ainda interesse do governo em seus serviços. Contudo, a raiz das grandes mudanças e traições estavam cravadas no interior do Instituto de Pesquisas e Estudos sociais (IPES).

No decorrer desse capítulo apresentamos alguns dados que promovem as distinções que sempre são presentes nos campos sociais pelo prisma da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Vimos que não há uma concordância nesses espaços, ou até relações de amizade (capital social) que seja recíproca, confiável. Existem interesses que se cruzam e tendem a se manter mais evidentes em empresas ou personalidades cujo destaque e capital social são imprescindíveis para o momento. Não queremos, portanto, defender qualquer das posições

---

<sup>70</sup> Relatório preliminar sobre o aproveitamento do Salto das Sete Quedas, 1962, p. 55.

acerca de Ferraz ou seus antigos aliados. Mostramos que as estruturas do campo do qual ele pertencia não eram galvanizadas. A mobilidade, no seu interior, visa a manutenção e a maximização do capital econômico e de outras relações duráveis. Assim, mesmo aqueles que desempenharam o seu propósito enquanto defensores de um programa reacionário desenvolvido pelos institutos tiveram seus interesses defendidos. As estruturas foram moldadas de acordo com os interesses de determinados grupos, nos quais Marcondes Ferraz não tinha mais espaço. Demostramos, à luz do nosso objeto, que nem mesmo no interior do IPES e dos demais órgãos isso foi consumado. A usina de Itaipu é fruto dessas contradições. E seria também a Usina Federal das Sete Quedas se o governo de João Goulart não tivesse sido deposto.

Por fim, no próximo capítulo, estudaremos pontos importantes que tornaram o projeto da Itaipu Binacional o vencedor. Dentro dessa dinâmica problematizaremos alguns aspectos do campo jurídico, além do número aproximado de empreiteiras que atuaram no canteiro de obras, considerando também as que não eram representativas no contexto da construção. Utilizaremos para o próximo capítulo, a separação das empresas por eixos de atuação, ou seja, por grupos de construtores separados por suas atividades contratuais, sabendo que pela natureza do empreendimento havia empresas que atuavam em diversas áreas da construção civil e de montagem.

Porém, de maneira inicial, compreendemos que não haveria possibilidade para se montar um canteiro de obras com essas dimensões, sem que houvesse trabalhadores para realizar as obras de montagem de acampamento, isto é, os operários realmente pioneiros que chegaram no local da construção antes mesmo das grandes empreiteiras, a estes trabalhadores coube iniciar a construção do projeto.

### **CAPÍTULO III. CANTEIRO DE OBRAS DA ITAIPU: A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO VITORIOSO**

Considerando as discussões apresentadas nos primeiros capítulos, bem como o abandono do projeto pioneiro de Marcondes Ferraz de 1962, estudaremos neste capítulo alguns elementos jurídicos que foram importantes para entender o canteiro de obras de Itaipu como um lugar “neutro”. Da mesma maneira, demonstraremos como essa sustentação possibilitou a vinda e atuação de diversas empresas em esquemas de consórcios bem articulados, bem como de outros esquemas estranhos ao mundo legal, todos eles desenvolvidos e articulados pelos juristas ao interpretarem o Tratado de 1973. Como contemplar e nivelar juridicamente num único espaço inúmeras diferenças considerando o princípio jurídico da simetria? E como aproximar dois mundos jurídicos estranhos nesses termos? Isso foi possível, pois o Tratado Binacional de 1973 possibilitou neutralizar tais diferenças jurídicas, flexibilizando a dinâmica estabelecida pela nova instituição Binacional.

Entretanto, há autores que dialogam com a assimetria jurídica entre os países sob o argumento mais amplo, ou seja, para além das esferas das negociações inerentes ao Tratado, dentre estes Carlos Matteo Balmelli, já citado nesta tese, quando considera uma disparidade entre Brasil e Paraguai. A tese da assimetria por parte desses críticos, considera indicativo da superioridade brasileira o fato do Tratado de Itaipu ainda como anteprojeto ter sido concretizado. Ou seja, quando ele saiu da fase abstrata para se tornar documento concreto e oficial pronto para ser posto em prática.

A perspectiva de Balmelli tem relação com a nossa, pois nas reflexões sobre o domínio brasileiro no âmbito do canteiro de obras foram considerados os pareceres jurídicos sobre o Tratado de Itaipu encomendados ainda na década de 1970 aos advogados brasileiros “Miguel Realle (1974), Paulo Salvador Frontini (1974) e Celso Antônio Bandeira de Mello (1975)” (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 49-79).

Os pareceres de Realle e Frontini intelectuais alheios ao governo e ao universo da Itaipu, serviram de bases dessa série de interpretações jurídicas, elaboradas para o Brasil e Paraguai, uma vez que o Tratado tinha caráter binacional.

Miguel Realle propôs a tese de “empresa pública binacional” à Itaipu, considerando-a, em seu parecer, de caráter único, positivo, pois aparentemente era uma interpretação que deveria ser comum e consensual às duas nações. Contudo, poderia corpo paraguaio de juristas realizar alguma contestação a esses pareceres? Nada dessa natureza foi observado em pareceres jurídicos contemporâneos elaborados pelos juristas do Paraguai, tais como José Antônio

Moreno Ruffinelli, Antônio Colman Rodriguez e Adolfo Alvarado Velloso (DEBERNARDI, 1996). Pelo contrário, parece ter havido um consenso por estes advogados em relação ao Tratado, entendendo que a Itaipu era uma empresa pública de caráter internacional. Em outras palavras, eles, de alguma maneira, dialogavam com Miguel Realle, enquanto fundador dessa tese. Desse modo, nos próximos parágrafos serão observadas as proposições de Miguel Realle e seu parecer, delimitados em tópicos sob a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, acerca do campo jurídico.

### 3.1 DO TRATADO AO CANTEIRO DE OBRAS: OS ESFORÇOS JURÍDICOS PARA ENTENDER E INTERPRETAR O NOVO

Notaremos então que o jurista Miguel Realle deu início aos seus trabalhos ao analisar o anteprojeto dos atos internacionais, centrando suas preocupações nos seguintes temas: “empresa pública binacional, o jurista e o planejamento, território de Itaipu, relações comunitárias, o estatuto e a moeda em Itaipu” (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 51-59).

Como admitir um espaço binacional, com regimento único em territórios diferentes, quer seja na sua forma cultural, política, econômica e jurídica, tendo apenas o solo, o rio, as rochas e a experiência ditatorial como elementos partilhados? Haveria de ter um suposto consenso, concedendo ao financiador do projeto, neste caso o Brasil, uma certa autonomia de decisão, para que houvesse a aliança entre as classes dominantes e as ditaduras.

Neste horizonte juridicamente ainda novo, nos termos de cooperação internacional, os elementos subjetivos do Tratado facilitavam ao Brasil, que por meio da sua indústria e da tecnologia da construção civil consolidada, conduziria o Paraguai para a condição de dependente, conforme destaca Cecilia Vuyk:

A assinatura do Tratado Antinacional de Itaipu em 1973, levado a cabo pelas ditaduras militares brasileira (1964-1985) e paraguaia (1954-1989), consolida a aliança entre as classes dominantes – expressa tanto nos governos ditatoriais quanto em suas relações privadas aparatos de hegemonia - e aprofunda a exportação de capitais brasileiros para o Paraguai - principalmente empréstimos para a construção da hidrelétrica -, bem como o controle dos monopólios brasileiros sobre matérias-primas essenciais como energia e terras e o controle do mercado externo paraguaio setores (VUYK, 2013, p. 1-31, tradução nossa).

Os problemas levantados por Mateo Balmelli (2011) sobre o Tratado apontam para a mesma direção. Enquanto para o Paraguai o problema era a regulamentação de sua fronteira, como vimos anteriormente, para o Brasil era o potencial hidrelétrico a ser explorado, com a consequente inserção do capital internacional. Isto é, os objetivos competiam. Mesmo que Balmelli não entenda o Tratado como “antinacional”, sua leitura e experiência sugere a diferenças entre os Estados. Faz parecer, em certa medida, que o país menor, com menos recursos, entraria na negociação em desvantagem, tal como os já ocorrido com o problema de fronteira (1965), com a assinatura da Ata do Iguazu (1966) e com o Tratado (1973). Havia um cenário que apresentava fatores desvantajosos em relação ao detentor de maiores recursos, o que representa a essência do poder simbólico. Independente da fase de negociação, o Estado menor, com poucos recursos, terá que observar critérios claros, sob pena dos resultados proporcionarem, não apenas desvantagens, mas sim prejuízos. Esta hipótese valia também para as questões relativas ao campo jurídico. Para Balmelli,

Na conduta do Estado menor, a ambivalência não deve ser observada entre as políticas declaradas e as linhas de ação realizadas. Na política externa e em qualquer processo de negociação, discurso e ação se complementam de uma forma dinâmica que não deve suscitar contradições. Se esses critérios não prevalecerem, o resultado será condicionado pela boa vontade do maior (BALMELLI, 2011, p. 70-71, tradução nossa).

É neste cenário dinâmico de desigualdades, de ambivalências que o campo jurídico atua. A complexidade favorece a criação de mecanismos de regulação do “estranho” por meio das compreensões ortodoxas que acompanham as análises jurídicas. Dentre os tópicos sugeridos por Miguel Realle, o que merece maior destaque é a referência “empresa pública binacional” dada ao novo complexo industrial binacional que estava por acontecer. Nas suas palavras:

“[...] a proposta que fiz no sentido de constituir-se uma empresa pública binacional, o que era possível fazer-se mediante tratado, pois este, uma vez aprovado por Decreto Legislativo do Congresso Nacional, adquire força de lei, prevalecendo as suas normas especiais sobre quaisquer outras anteriores pertinentes à matéria. Posta a questão nestes termos, procurei informar-me sobre a configuração jurídica dada em empreendimentos análogos, verificando que as características da obra, que nós propúnhamos realizar, exigia uma solução original e própria, capaz de conciliar, numa unidade coerente, os vários e complexos aspectos jurídicos envolvidos em matéria econômica, financeira, administrativa, civil, comercial, penal, trabalhista, etc.” (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 52).

Neste trecho, Realle enfatiza as questões jurídicas que foram conciliadoras para defender sua tese. Entretanto, parecia considerar apenas a legislação brasileira. Aos paraguaios, cuja voz ressonante era a do ditador Alfredo Stroessner, que recebia medalhas e outras oferendas arranjadas pelas autoridades brasileiras, restavam-lhes serem herdeiros das interpretações contratuais encomendadas pelo embaixador brasileiro Mário Gibson Barboza. Análises que depois, por alguma razão, seriam seguidas, como afirmou o chanceler do Paraguai aos parlamentares brasileiros em um discurso no Congresso Nacional em agosto de 1973:

Não foi fácil, bem o recorda o Senhor Chanceler, concluir um tratado como o de Itaipu, que não tem precedentes na história diplomática da América Latina, que respeita, mas que não se ajusta a nenhuma das duas legislações das Partes Contratantes, que não se adapta nem copia, porque não existe um arquétipo superior, fruto de estudo e da experiência de gerações anteriores de juristas e de técnicos (Diário do Congresso Nacional, 15/08/1973, p. 4309).

Aliás, como vimos no início do segundo capítulo, eram estas as questões que o embaixador Mario Gibson Barboza trazia na bagagem e culminaram em questionamentos levados a ele por uma autoridade austríaca quando soube ser ele o escolhido para a embaixada de Assunção. Ainda na Áustria, essa autoridade lhe disse: “Os senhores podiam ter um pouco de tolerância para com um país tão pequeno, não é?” (BARBOZA, 1992, p. 87). Diante da suposta preocupação conclui Gibson Barboza: “Estávamos no papel de opressores, de imperialistas que queriam, mais uma vez, oprimir o Paraguai” (Ibid.).

Na perspectiva de expor a ciência jurídica positivista como elementar nos esquemas organizacionais, Miguel Realle recorre à vocação comercial, na qual as nações modernas, segundo ele, estão inseridas. Vocação, a seu ver, reduzida e denominada como “Estado-empresário”. Atribuir esta denominação de “Estado-empresário” ao Brasil e Paraguai, no contexto do parecer e da formação da estatal, criou um duplo sentido. No primeiro, deixou flexível a atuação de grupos empresariais em relação às terceirizações da mão de obra, mesmo tendo a estatal a estrutura de natureza pública. Os contratos em consórcios justificando a fusão de grandes e pequenas construtoras brasileiras e paraguaias confirmam essa dinâmica. No segundo, caberia ao Estado-empresário a gerência e o financiamento do projeto, ainda que, com certa distância, de alguma atividade comercial, a exemplo do que foi observado, ao longo dos anos que durou a construção da Itaipu (ver cronograma na figura 1).

Para Realle (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 51), “uma das características fundamentais do Estado contemporâneo consiste no fato de que este deixou de ser apenas o controlador de

atividades sociais e jurídicas, para transformar-se, efetivamente, em empresário”. Mesmo que este termo utilizado por Realle seja para o contexto da Itaipu e tenha apenas a produção de energia elétrica como referência, há outro norte para ser pensado. Analisando a institucionalidade da empresa binacional Itaipu, tendo como origem o Estado empresário, para além da coerção, da violência simbólica e da dominação, esse poder se estendia na atribuição de cobrança e favorecimento de determinados grupos burgueses, como já vimos, ligados aos antigos institutos e as federações (IPES, FIESP e CIESP).

No caso do nosso estudo, os representantes das grandes empresas pertenciam e se vinculavam, por vias políticas e pessoais, ao Estado, sendo compreensível então que esta fração (Conselho de Administração da Itaipu), em face da origem de seus membros, pudesse dialogar e formular propostas para um tratado complexo, como se verificou na criação jurídica dessa estatal binacional. Cada um dos membros desse conselho era uma parte minúscula do próprio Estado, e alguns teriam atuado como líderes ipesianos (tecnocratas vinculados ao IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) antes e depois do golpe militar de 1964.

Porém, para Pierre Bourdieu existem outras variáveis nas relações políticas quando se pensa em Estado. Para este teórico “o Estado não é um bloco, é um campo. O campo administrativo, como setor particular do campo do poder, é um campo, isto é, um espaço estruturado segundo posições ligadas a formas de capital específicos, interesses diferentes” (BOURDIEU, 2014, p. 50). Nesta perspectiva, o Estado é o campo do poder que atrai, como uma espécie de centrífuga, outros campos sociais diversificados, como, por exemplo, o campo da engenharia, o campo político e o campo militar. Para que determinado campo funcione regularmente será necessário a manutenção de relações, compartilhamento de informações e possíveis interesses. Porém, cada esfera fica com as suas atribuições.

Além disso, em relação ao campo de poder, para Pierre Bourdieu, há uma constante competição entre os grupos, em seus campos autônomos, com vistas a se posicionarem em destaque de acordo com seu capital específico, tal como se observa entre Octávio Marcondes Ferraz e outros. Uma luta dramática em face à disfunção entre a necessidade de pertencer a um certo espaço, mas haver diferenças substanciais entre o próprio campo e o *habitus* daqueles envolvidos na competição. Nesse caso, cabe uma indagação: qual era a semelhança profissional entre Octávio Marcondes Ferraz, Eugenio Gudín e Pacheco e Silva a não ser seus pertencimentos ao campo do poder? Em partes, esse é o motivo pelo qual não poderia haver um diálogo coerente entre Marcondes Ferraz e os demais que não eram dominantes do campo da engenharia de grandes projetos. Em suma, o “campo do poder é reservado somente aos líderes

engajados em jogos feitos entre si, à custa da exclusão dos dominados-representados” (Ibid., p.50).

Na exposição acerca do jogo político elaborada ao longo do segundo capítulo foram destacados elementos como o poder, *status* e interesses, dentro de um grupo fechado ligado ao campo de poder como o governo militar e aberto ao capital internacional. Visto por meio da teoria de Bourdieu, estas disputas não eram de natureza estática. Pelo contrário, visavam uma reorganização que ganhou terreno definitivamente, como já dissemos, após 1967 com os grupos não castelistas. Isto pode ser ilustrado com o isolamento e esquecimento do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz conhecido como um ícone em assuntos sobre construção de barragens e autor do primeiro projeto sobre o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, no início da “ditadura dos empreiteiros e de outros empresários”, segundo Campos (2017, p. 311).

As disputas no campo da engenharia e da política, na forma de busca por posição social, interesses, ou mesmo prestígio dos agentes, que após serem reconhecidos nessas esferas lutam para não perderem as posições já alcançadas. Para Bourdieu os agentes estão inseridos e estratificados em campos sociais diversos, às vezes estranhos entre si, contudo, mantendo relações homológicas. Assim, pode ocorrer possíveis semelhanças entre campos sociais essencialmente diferentes e seus agentes em face à concorrência pelos objetivos a serem alcançados. E mais, as relações aqui estudadas se concentram na estrutura do Estado onde estão os agentes e os campos diversos havendo um intercâmbio de interesses políticos e financeiros. Segundo Bourdieu (2014, p. 184), “o detentor do poder torna-se cada vez mais dependente de seus dependentes, que se tornam cada dia mais numerosos”.

Como se fosse em um Estado autônomo, a direção-geral da Itaipu, a partir da formação do primeiro conselho, criou um vínculo permanente e indissociável com o campo de poder (Estado), de tal maneira que o diretor-geral, general José Costa Cavalcanti era conhecido pelo cognome de “ministrinho”.

Em uma ditadura, uma empreitada internacional inserida num espaço supostamente igual, os argumentos propostos por Realle fizeram todo o sentido, principalmente quando a “Comissão Mista Técnica Brasileiro/Paraguaia (Eletrobras/ANDE) foi formada por meio de um Acordo, em 12 de fevereiro de 1967 e posto em prática em 10 de março de 1970” (I.B, Atos Oficiais, 2005, p. 19-20-21) (ver também na cronologia da construção na Figura 1).

A comissão mista foi o início do fatiamento da construção da barragem para grandes empresas nacionais e multinacionais de projetos, construção e montagem. Foi neste contexto que os articuladores do golpe militar de 1964 tomaram seus lugares como empresários e/ou

consultores do governo, tal como apresentamos no primeiro tópico do primeiro capítulo e retomaremos quando separarmos as empresas por eixos de atuação nos capítulos três e quatro.

Nesse sentido, em termos empresariais, enquanto a Central Elétrica Brasileira (Eletrobras) se configurava como “sociedade anônima de economia mista, a Administración Nacional de Electricidad” (ANDE) era uma autarquia. Ambas, nos limites jurídicos de cada país, formaram a Itaipu Binacional e gerenciaram o projeto. Contudo, em hipótese alguma teriam autonomia para “alterar o Estatuto da empresa e seus anexos, a não ser mediante autorização prévia dos dois governos”, representados no Conselho de Administração (Itaipu BINACIONAL, 2005, p. 54).

Qualquer que fosse a necessidade de mudanças obrigava uma reorientação hierárquica das instituições, as quais, além de representarem o próprio Estado, dele era dependente, no sentido *strictu sensu*. Eis aqui o que separa o direito proposto nos pareceres, do poder do Estado, e o que se deve, e se tem autorização e chancela para atuar em nome do Estado. O tratado binacional, após passar pelo crivo de outras esferas administrativas, tornou-se uma espécie de documento inquestionável do ponto de vista jurídico. Para que fosse mudado, necessitava de um selo de garantia que houve o consenso entre os Estados brasileiro e paraguaio, representados pelo colegiado do conselho de administração.

Embora houvesse empresas contratantes para todas as categorias de trabalhadores, do projeto à construção, a gestão e os encaminhamentos ficavam a cargo da diretoria executiva e do conselho de administração. Aliás, foi com “a posse do conselho de administração e da diretoria executiva em 17 de maio de 1974”, com agentes de diversos campos sociais dos dois países, que os trabalhos tiveram o início definitivo (BETIOL, 2008, p. 156) (ver esquema na Figura 5).

O conselho de administração, por meio de seus membros, era o porta-voz autorizado (pois deliberava em nome dos governos), aprovando ou não as ações tomadas pela direção-geral, comandada de 1974 a 1985, pelo general José Costa Cavalcanti. A direção-geral, juntamente com esse órgão colegiado<sup>71</sup>, até mesmo devido à estrutura e origem daqueles que formavam esse órgão, era o Estado ou o campo de poder em sua essência. Isto ficava evidente,

---

<sup>71</sup> Eram atribuição dos conselhos entre outras: solicitação sobre isenção de tributos para a Entidade e sobre declaração de utilidade pública de áreas a serem desapropriadas; integralização de capital; exame e aprovação do Regimento Interno; gestão de limites para contratação de serviços e obras e aquisição de bens mediante concorrência, tomada de preços, coleta de preços e aquisição direta; realização do projeto executivo de engenharia e política de construção das obras civis da usina; gestão do nível de gastos da competência dos Diretores; realização do plano de contas da Entidade; revisão do custo do projeto; realização do orçamento para o exercício financeiro de 1975 (Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 37).

uma vez que o conselho, obrigatoriamente, devia ter à sua “frente, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores” do Brasil e Paraguai (Relatório Anual de Atividades, 1974, p. 03).

Essa configuração dada pelo jurista Miguel Realle deu autonomia à estatal, uma vez que “retirava” a Itaipu do governo *ipsis literis*. Condição que também transformava a Itaipu em aparelho político independente e com autonomia relevante, ao ponto de manter controle policial sobre o trabalho e os trabalhadores. A questão relacionada aos trabalhadores será apresentada adiante, porém, vale adiantar que a nova legislação binacional foi eficaz na limitação e formação de sindicatos e agremiações até 1985, influenciando até a formação dos consórcios entre construtoras. Assim, por exemplo, os interessados que não tiveram suas propostas aprovadas nas licitações (caso da C. R. Almeida apresentado adiante) se viam limitados a impetrar recursos, visto que a trama jurídica totalmente nova, mas relativamente impenetrável, os impedia de serem admitidos na concorrência.

Por sua vez, quando acionado, o judiciário permanecia por vezes inerte ante a complexidade jurídica estabelecida com a criação de Itaipu, pois não sabia como agir, recorrendo ao Tratado e aos pareceres para tomar suas decisões. Foi o ocorrido com o magistrado federal Agostinho Fernandes Dias da Silva no período de licitação para as obras em meados de 1974, em uma ação promovida pela C. R. Almeida. Numa parte de seus argumentos ele afirmava: “[...] é fácil de ver que a ITAIPU BINACIONAL não se enquadra em nenhuma das categorias mencionadas pela impetrante, apresentando-se com feições originais que escapam às conceituações do direito interno”<sup>72</sup>. Em outra parte, o mesmo magistrado argumentava sobre o Tratado de Itaipu e sobre os juristas que o haviam elaborado, afirmando: “[...] O Tratado de Itaipu, que denota haver sido elaborado por juristas, conhecedores profundos do direito internacional, não ofende a esse princípio internacional básico” [...]<sup>73</sup>.

Nota-se a aplicação da ciência jurídica, alinhada com os mecanismos de controle impostos pela ditadura civil-militar. Neste caso, a decisão do magistrado objetivou liquidar de forma “imparcial” as demandas apresentadas pela construtora C. R. Almeida, alinhando-se ao que fora decidido pelo conselho de administração da Itaipu Binacional acerca do consórcio de construtoras que excluiu a empreiteira paranaense do rol de empresas selecionadas.

---

<sup>72</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB.N8.0.PSN, EST.0521.d0001de0001, p. 45-56.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 51.

Retomando os aspectos relacionados à mobilidade interna como produto das soluções jurídicas, embora não sendo assunto dessa tese, vale ressaltar o controle que funcionava ignorando a lei mais ampla que regia a sindicalização dos trabalhadores e contrariava o Protocolo assinado entre os dois países, em fevereiro de 1974, fato este convergente com a hipótese da autonomia da Itaipu. Essa lei enfatizava a importância dos direitos sindicais dos trabalhadores e, no seu artigo 2º, a lei atesta que os trabalhadores deveriam ser submetidos à “lei vigente no lugar da celebração do contrato de trabalho” (Itaipu Binacional, 2005, p. 217).

Num movimento inverso ao proposto nos protocolos, as fichas individuais preenchidas no ato da contratação dos trabalhadores mostram essa contradição. Estas fichas, embora sintéticas, reunia todas as informações acerca dos trabalhadores e eram enviadas ao Ministério do Trabalho para autenticação. Nelas o empregador indicava que o contratado “pertencia ao sindicato da classe”<sup>74</sup> (Ver Anexo D). Esse movimento burocrático demonstrava pretensa representação autônoma externa que fiscalizava o contrato de trabalho, mas não era bem assim que acontecia. Tais contradições podem ser observadas os registros sindicais (ver tabela 4) da a região de Foz do Iguaçu do final da década de 1960 até 1986, nos quais evidencia-se a diferença do controle exercido no canteiro de obras e nas demais empresas que atuavam no Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Dessa maneira, percebe-se que não havia semelhanças nos termos organizacionais e político entre o território binacional e a região de Foz do Iguaçu. Isso pode ser ilustrado pelo fato do Ministério do Trabalho ter autorizado a abertura de seis organizações sindicais fora do canteiro de obras, sendo duas dessas patronais e quatro ligadas aos trabalhadores<sup>75</sup>. Entretanto, nenhum destes sindicatos mantinha relação ou era responsável pelas demandas dos trabalhadores do canteiro de obras de Itaipu, uma vez que a sindicalização ficou restrita por mais de uma década no canteiro de obras. É possível notar que ao longo desse período havia atuação ostensiva dos aparelhos repressivos concentrados na Assessoria de Segurança e Informação da Itaipu Binacional (AESI/IB/ME), com o objetivo de impedirem a expansão dos movimentos de vanguarda ligados aos partidos políticos de esquerda atuantes no Brasil e no Paraguai.

É importante acrescentar que nesse período já havia se passado quatro anos da anistia política (1979), e a organização partidária nas eleições municipais de 1982 em Foz do Iguaçu,

---

<sup>74</sup> As fichas analisadas estão no arquivo deste pesquisador. No total foram disponibilizadas 12 fichas individuais que serviram para levantamentos de dados quando da realização da pesquisa de mestrado.

<sup>75</sup> Informações disponibilizadas por meio do Protocolo nº 47951.000481/2018-13, no Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Trabalho.

além dos tradicionais “Partido Democrático Social (PDS) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”, já contava com a participação do “Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”<sup>76</sup>, ainda assim o canteiro de obras continuava sob intensa fiscalização. Na parte externa ao campo social da hidrelétrica, notava-se a articulação de militâncias com tendências ideológicas opostas, compostas também por trabalhadores da usina. Mas no âmbito interno o controle era exacerbado, criando um abismo entre a realidade interna e externa dos trabalhadores da usina.

Não trataremos desse assunto nesta tese, mas a título de curiosidade, vale ressaltar que a primeira e tímida abertura sindical aconteceu apenas em 1986, quando os trabalhadores das empreiteiras se organizaram em torno da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Foz do Iguaçu. Parte dessas lideranças estava vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), entre elas Altair Nogueira da Silva, o primeiro vereador eleito por esta legenda e com uma votação expressiva no Município de Foz do Iguaçu-PR em 1988<sup>77</sup>. Nogueira foi, portanto, um produto das relações contraditórias que apresentaremos adiante, quando demonstraremos os cortes por eixos no campo da construção de Itaipu, na sua terceira fase.

Enquanto isso, focamos nas indicações descritas na tabela abaixo, as quais sugerem o descumprimento de uma das cláusulas do Tratado, quando versava justamente sobre os direitos sindicais daqueles que construíram a hidrelétrica de Itaipu, para o caso de um sindicato que não fosse de cunho patronal. Houve uma lacuna, de 1974 a 1986, na qual os trabalhadores da barragem não tinham representantes, como taxistas, hoteleiros, bancários e comerciários, conforme disposto a seguir na tabela 4, em que pertenciam ao grupo dos trabalhadores.

Tabela 4: Abertura de sindicatos no Município de Foz do Iguaçu e região - 1968/1986.

DENOMINAÇÃO	GRUPO	ANO DE REGISTRO
Sindicato Rural	Empregador	1968
Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes	Empregador	1975
Sindicato dos Taxistas	Trabalhador	1978
Sindicato dos Empregados no comércio Hoteleiro e similares	Trabalhador	1980
Sindicato dos Bancários	Trabalhador	1981
Sindicato dos Empregados no Comércio	Trabalhador	1983
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário	Trabalhador	1986

Fonte: Ministério do Trabalho. Serviço de Informações ao Cidadão. Recurso nº: 47951.000481/2018-13.

<sup>76</sup> Tribunal Regional Eleitoral. Serviço de Informações ao Cidadão, 25 de julho de 2018.

<sup>77</sup> Ibid.

Mesmo que a temática relacionada aos sindicatos não faça parte deste estudo, cabe aqui ainda algumas considerações que sustentam nossos argumentos acerca do campo jurídico e dos eixos propriamente ditos.

Por mais intenso que possa ter sido o controle dos trabalhadores contratados para as obras na usina da Itaipu, eles tiveram a possibilidade de se organizarem em associações ou sindicatos, no mesmo ano em que se formou o sindicato dos taxistas em 1978, conforme os dados da tabela 4. Os sindicatos representavam uma possibilidade de desvencilhamento do controle interno, levando as associações para fora da barreira de controle, por exemplo, ao marcarem presença nas formações sindicais em níveis nacionais, como é o caso dos movimentos sindicais de São Paulo.

Outro dado importante observado na tabela 4 é o fato o ano de 1978 (na Itaipu) ter sido marcado como um período de rupturas pelo número de trabalhadores e pelo contexto político do sindicalismo nacional. Contudo, mesmo com estas possibilidades e até com alguns momentos de enfrentamento, ainda assim, esse sindicalismo se mostrou ligeiramente retraído e distante da legítima luta de classe.

Podemos concluir que a parte jurídica da “empresa binacional” e todo processo coercitivo institucional conseguiu limitar as iniciativas de organização sindical no canteiro de obras. Vale lembrar que a organização desses operários em sindicatos autônomos poderia auxiliar em diversas demandas. Qualquer que fosse as denúncias contra as empreiteiras sairia das esferas do canteiro de obras. No entanto, o que se nota é o controle exercido no âmbito da construção, impondo limites aos trabalhadores, sem que eles tivessem uma forma segura de se defenderem.

Retomando à atuação de Miguel Realle, se para ele, os Estados brasileiro e paraguaio ganhavam nas suas argumentações jurídicas o *status* de “Estado empresário”, seria natural o controle e a delegação de poderes à estatal Itaipu Binacional. Assim, os futuros diretores teriam autonomia e liberdade de atuação dentro do território da Itaipu, mesmo que remotamente controlados, por outras esferas federais, como a Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Constata-se, assim, que a tese de Realle foi fundamental para o reconhecimento de que a Itaipu se configurava como uma “empresa pública binacional”. Ao criar esse novo conceito e fazer uso dessa prerrogativa, reforçada pela autonomia, a estatal criava meios que impediam a organização e propagação de associações de trabalhadores.

Nossa análise indica que houve então uma ação conjunta em prol da apropriação da binacionalidade, que para impor as restrições mencionadas, delegava-se ao Paraguai as mesmas funções orgânicas. Do mesmo modo que o Estado paraguaio (Itaipu) proibia ações, cujo objetivo era o de organizar a classe trabalhadora, também fiscalizava a proibição no lado brasileiro do canteiro de obras. Esta era uma das lógicas da binacionalidade apresentada sob a forma de consenso cujo fim era a manutenção ampla do controle e do desaparecimento das fronteiras concretas dos territórios dos dois países na área da construção, tornando-as fronteiras simbólicas.

O espaço da construção se tornaria então uma fronteira simbólica amalgamada pelo concreto da edificação e normatizada pelas regras orgânicas próprias. A Itaipu se materializava como uma empresa peculiar, oriunda e mantida pelo “Estado-empresário” com a prerrogativa de ser o financiador. Essa condição não poderia ser interpretada como algo que se pretendia “*alienígena*”, estranho aos interesses comuns, segundo a tese inicial defendida por Miguel Realle. Se em algum momento, o Tratado de Itaipu de 1973 fosse considerado como uma anomalia por qualquer crítico dele, algo estranho ao direito canônico, as vozes do campo jurídico da Itaipu se levantariam por meio de pareceres. Caso houvesse essa manifestação, haveria a necessidade de ressignificação da realidade, mesmo que distorcendo-a, para demonstrar que o escrito e aprovado foi fundamento em uma necessidade peculiar, até então reconhecida condição *sui generis*, ainda não verificada no direito internacional. Foi então necessário um arranjo pelo campo jurídico para uma adequação à nova realidade social, em uma ordem pré-concebida e consensualmente aprovada entre as duas nações que propuseram e escreveram a Ata de Iguazu em 1966. Entende-se desta forma que o direito tem a função de sancionar a “ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que além de representar uma visão do Estado, passa a ser garantida pelo Estado” (BOURDIEU, 1989, p. 237).

Aliás, promover a sanção contratual era uma preocupação de Miguel Realle ao transitar por este campo (Itaipu BINACIONAL, 2004). De fato, pode ser que ele tenha se percebido numa encruzilhada: Como poderia aquela instituição ser enquadrada na concepção de empresa sendo ela um espaço de trabalho com território, idiomas e culturas tão diferentes? A solução proposta para justificar uma atividade diferente e não correspondente à produção capitalista foi a de introduzir a noção de Canteiro de Obras, caracterizando-o como espaço empresarial binacional. O canteiro de obras, portanto, nivela as diversas demandas e contradições.

Tal espaço não era uma fábrica, tampouco um lugar comum, onde poderia haver o direito de ir e vir. Entretanto, era um campo social, representado pelo Estado, sem fronteiras

definidas, com dualidade de bandeiras, e no que lhe concerne, era pertencente e compartilhado entre os “irmãos brasileiros e paraguaios”. Parece que o adjetivo *alienígena* vem dessa perspectiva. Ao terminar um dos tópicos do parecer sobre o Tratado de Itaipu (1973), Realle conclui:

Posso afirmar que a solução afinal delineada, graças ao alto saber de juristas e técnicos, brasileiros e paraguaios, não reproduz qualquer modelo alienígena, mas representa antes uma resposta adequada, plasmada em função das peculiaridades do empreendimento, tanto assim que abriu caminho para iniciativa do mesmo gênero (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 52).

A solução final delineada no parecer de Realle se refere ao Tratado de Itaipu assinado em 1973, em Brasília, e que foi a estrutura jurídica da Itaipu em comum aos dois países. Nesse documento ministerial, portanto, político, também estão encadeados todos os liames necessários, destacando os da soberania, que possibilitou à Itaipu agir em nome do governo. Entretanto, ele transformou paulatinamente o espaço binacional numa espécie de área *alienígena*, cuja desconfiança era denunciada por Realle em um momento, e posteriormente era refutada no seu primeiro parecer acerca da natureza jurídica da instituição.

Vale questionar por que concordar com a tese de *alienígena* criada e posteriormente refutada, por este jurista brasileiro? Porque o Tratado foi considerado um documento único, possuía valor restrito ao Canteiro de Obras, e tinha um tempo de validade determinado, isto é, podia passar por uma revisão e esta, por sua vez, podia ser contestada pelas “Altas Partes Contratantes”. Afinal, os governos podiam chegar a um consenso e afirmar discordarem dos Tratados assinados e de quem subscreveu suas bases jurídicas: esta é uma hipótese que explica o fato de não ser um modelo *alienígena*. Reconhece-se então que esse estranhamento seria possível fundamentado nas condições peculiares da própria Itaipu, tal como assinalou Miguel Realle em 1974.

Em todo caso, esta série de argumentações e sugestões em torno do Tratado foram caracterizadas e formalizadas dentro do “campo jurídico”, no qual um determinado corpo de especialistas cria as normas pacíficas a certas questões, e, no caso estudado aqui, impõe uma certa visão de mundo. No entanto, estas referências descritas no Tratado necessitam do aval de outros especialistas, tornando-se, assim, um uróburo, cujo objetivo é o de desarticular ou neutralizar qualquer que seja a manifestação capaz de se opor à decisão outrora reconhecida como legítima.

Neste caso, as opiniões manifestadas por Miguel Realle e demais advogados estavam num patamar singular, podendo ser consideradas por quem as criou como manifestações supostamente *alienígenas* e decididamente estranhas. Suas resoluções sedimentavam-se não só no saber jurídico e no “*habitus*”, isto é, nas coisas próprias e pelas interações em redes sociais concretas do mundo jurídico, mas em sua condição de Realle como agente frequentador dos mais altos escalões dominantes do “campo do poder” (GRENFELL, 2018).

Dito por outra maneira, o *habitus* funciona como uma somatória de circunstâncias educacionais e familiares que determinam o modo de ser nos mais variados campos sociais. Ou ainda, o *habitus*, em essência, é o “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores” (BOURDIEU, 2003, p. 125). Não há identificação e semelhanças possíveis entre indivíduos de campos diferentes, mas pode haver intercâmbios, como vimos, observando as origens e formações individuais dos agentes sociais.

Estudaremos um pouco mais acerca do *habitus* nos próximos tópicos desse capítulo. Por ora cabe acrescentar que havia as características peculiares e de relações próximas, admitidas por Miguel Realle que apresentavam a importância do empreendimento binacional para aqueles que circulavam no campo do poder, como ele mesmo disse:

Em fins de 1972, tive a honra de receber um ofício do eminente Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza, convidando-me para manifestar-me sobre um anteprojeto de Tratado a ser firmado entre o Brasil e o Paraguai, ficando com a liberdade de fazer sugestões sobre o texto recebido” (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 51).

A liberdade de poder suggestionar nada mais é do que o dom, o reconhecimento pela sua atuação como advogado, que passava do jurídico para a diplomacia, ocorrendo desta forma, não uma espécie de nivelamento, mas sim a retribuição (conversão de valores) e inclusão no grupo dominante do Ministério das Relações Exteriores. Soma-se nesse contexto o sistema orquestrado pelos semelhantes em categoria, as correspondências entre campos sociais diferentes, que tinham interesses em comum, a saber integrarem-se em espaços semelhantes, sob a tutela do Estado. Lembramos, pois, que era justamente este tipo de relação que faltava a Octávio Marcondes Ferraz, quando dialogava com outros empresários.

A futura empresa Itaipu Binacional, antes mesmo de ser criada, já demonstrava a necessidade de unificação entre diversos agentes e diversidade de atuação profissional. É

possível perceber a harmonia entre os campos sociais nesta formatação. A principal característica dessa fração do campo de poder na Itaipu Binacional era, no primeiro momento, a presença dos agentes externos pertencentes a diferentes organismos, dinâmicos e estranhos entre si. Porém, no segundo momento eles eram próximos, agiam em consonância, operando nos limites de sua “*doxa*”, ou de “opiniões compartilhadas, e difíceis de serem questionadas” (DEER, 2018, p. 155-168). Em outras palavras, há mobilização de certos capitais de tal maneira que “as proposições enunciadas por este grupo possa funcionar como palavras de ordem e proceder a esta operação extraordinária, que consiste em transformar uma constatação em norma, e passar do positivo ao normativo” (BOURDIEU, 2014, p. 67-68). Nessa perspectiva, os pareceres jurídicos da criação da Itaipu foram admitidos tacitamente, uma vez que houve um reconhecimento anterior pela sociedade.

Vemos, por exemplo, que o grupo de técnicos responsáveis pela fiscalização financeira na parte brasileira era formado por sete pessoas que assessoravam diretamente o diretor financeiro, que era, por sua vez, subordinado ao diretor-geral. Porém, entre os sete, apenas três eram economistas, três eram engenheiros (um deles militar) e um contador. “Havia, portanto, nesta mescla, como podemos verificar em nas outras diretorias, um militar, possivelmente para que o diretor-geral, também militar, não se perdesse em meio a conceitos inexplicáveis da economia e engenharia trazidos a ele por indivíduos que não eram do mesmo campo frequentado por ele ao longo da sua vida. Esse é um problema relacionado ao *habitus*.”

Parece que essa é a lógica das regiões homológicas analisadas por Pierre Bourdieu. Nela encontram-se indivíduos iguais, com formação idênticas, frequentadores de determinado campo, mas autorizados e preparados para transitar em diferentes campos. Para que se possa entender as manifestações em determinado campo social é preciso entender o campo como local em que os diversos agentes travam suas lutas e se mobilizam em busca de posições. Os agentes transitam simultaneamente, ora para se manterem na condição de dominantes, ora para buscarem essa posição que são seus objetos dos desejos. Assim, como vimos, o campo do poder “consiste em campos sociais múltiplos, como o campo econômico, o campo educacional, o campo das artes, os campos burocráticos e políticos, e assim por diante” (THOMSON, 2018, p. 99-114).

Nestes espaços os agentes mantêm objetivos em comum e lutam por eles, pois existem necessidades ligadas ao poder e ao reconhecimento que precisam ser naturalizadas, a exemplo da busca por articulações incessantes de Octávio Marcondes Ferraz para que seu projeto fosse o escolhido e obtivesse o sucesso esperado. De certa maneira, esse fenômeno seria também a

base dos sindicatos no canteiro, os quais foram forjados muito mais pela vantagem de serem reconhecidos, especialmente no caso dos dirigentes, em um momento político acelerado pela Constituinte de 1988.

Desta maneira, nem todos que disputavam espaço nesse campo possuíam os meios para se articularem, mas todos no campo social são possuidores de algum tipo de capital e se constituem como dominantes consagrados ou dominados em busca de posições em seus campos específicos. Nos argumentos de Bourdieu,

a existência de campos relativamente autônomos, que funcionam de acordo com mecanismos rigorosos e são capazes de impor sua necessidade aos agentes, faz com que os detentores dos meios dominem esses mecanismos para apropriar-se dos benefícios materiais e/ou simbólico produzido por sua operação (BOURDIEU, 2011, p. 52, tradução nossa).

Estas diferentes formas de interação social eram essenciais para a dinâmica do funcionamento da Itaipu Binacional. Por um lado, a empresa ajudava os interessados (integrantes do conselho e seus dependentes) na sua projeção e no seu capital financeiro e estes dividiam a sua *doxa* e a sua influência, estabelecendo assim os interesses empresariais. Por outro lado, os conselheiros ao defenderem os interesses da Itaipu Binacional como porta-vozes autorizados, perante os credores e fornecedores, detinham a mesma autoridade, isto é, seus votos tinham o mesmo peso, porém tinham competências diferenciadas. As escolhas para o conselho de administração ilustram bem essa dinâmica. Na formação do primeiro conselho em 1974<sup>78</sup>, um dos executivos era o general Amyr Borges Fortes (campo militar), enquanto em 1982 já se notava a participação de Miguel Realle<sup>79</sup> (campo jurídico).

Estudamos no primeiro capítulo que no auge da escolha dos projetos, Borges Fortes visitou Octávio Marcondes Ferraz para desestimulá-lo quanto à sua proposta para a Usina Federal das Sete Quedas. Já Miguel Realle, teria sido a referência do campo jurídico para garantir juridicamente a criação da Itaipu, quando procurado pelo embaixador Gibson Barboza para elaborar o parecer. No final, jogadores de campos diversos se encontram integrando-se e defendendo interesses comuns da estatal enquanto participantes do Conselho de Administração.

Por meio dessa compensação, os agentes convertem seu capital cultural em capital social e econômico. O acesso de Miguel Realle à Itaipu aconteceu devido à sua notoriedade e origem acadêmica. A notoriedade se dá pelas redes de relações (capital social), enquanto a origem

---

<sup>78</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1975, p. 03.

<sup>79</sup> Itaipu Binacional. Relatório Anual de Atividades, 1982, p. 03.

acadêmica por meio do respeito necessário para falar sobre determinado assunto da sua área de atuação (capital cultural). Nesse jogo, há uma suposta neutralidade, e na verdade há uma interação (entre campos sociais diversos) estabelecida por meio das regras do jogo e pelo respeito às estruturas do campo. E por ser assim é que a compensação acontece e possibilita a convivência “harmoniosa” entre agentes de diversos setores com suas funções específicas.

Como visto, nas correspondências entre regiões homológicas não há distinção ou separação hierárquica quando o campo social é múltiplo, caso como se estabeleceu na Itaipu Binacional, isto é, “um conjunto de posições sociais, vinculadas por uma só relação” (BOURDIEU, 1996, p. 18). Este é o espaço de poder, que se constitui por relações entre dominantes e dominados de campos diversos em um só espaço de poder, provocando uma espécie de intersecção entre indivíduos de campos autônomos: intersecção que ocorreu também entre os grupos empresariais durante a construção, como veremos ao longo desse capítulo acerca das empresas e seus eixos.

Todos ligados à direção-geral opinavam dentro dos limites de seus conhecimentos, chegando ou não no consenso, defendendo ou não a posição majoritária. Isto implica numa determinada situação na qual se pode estabelecer alianças mais ou menos duradouras e sempre com fundamento num mal-entendido, mais ou menos consciente (BOURDIEU, 1989). Essas alianças expressam certas manifestações quase sempre impulsionadas pelas coisas ditas. As reuniões do conselho de administração, de fato, sacralizavam as narrativas, e os conselheiros homologavam as generalidades canalizadas de todos os lados desse campo. Um conselheiro afirmava na primeira reunião em 1974 sobre o Tratado de Itaipu: “[...] já se começa a ver a Itaipu. A construção jurídica já está elaborada. O que de fato é importante é que toda essa construção jurídica está embasada pelo espírito do Tratado, muito mais que sua letra [...]”<sup>80</sup>. O que seria o “espírito” do Tratado senão o poder simbólico desse documento? A crença na letra do Tratado binacional, dada pelo parlamento, fazia crer que as nações eram irmãs e amigas. Crenças subjetivas em um “espírito” que dispensaria qualquer utilização futura da força, pois no corpo do documento e nos pareceres dos advogados isto já se constituía como concreto.

O importante nas considerações dos conselheiros, era distinguir como era a atuação dos campos em busca de um só objetivo. Como veremos a seguir, a disposição dos conselheiros possibilitava entender uma dualidade de interesses (do Brasil e do Paraguai) que deveria ser compreendida pela maioria. Pode parecer estranho, mas conselheiros brasileiros opinavam

---

<sup>80</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 10 de junho de 2017, p. 1-384.

sobre assuntos relativos ao Paraguai, enquanto conselheiros do Paraguai opinavam em relação aos problemas do Brasil. Ao final normalmente chegavam à um consenso, mas caso não chegassem, recorriam aos elementos da conciliação cujo objetivo era atribuição dos membros do Ministério das Relações Exteriores presentes no conselho.

Na figura 5, verifica-se o dimensionamento estrutural do conselho de administração, formado em 1974. As setas indicam que as resoluções deviam ser votadas por todos os membros do Brasil e do Paraguai, incluindo os diretores e os integrantes do Ministério das Relações Exteriores. Não consideraremos os conselheiros do Paraguai, mas na primeira composição, entre os seis membros do Brasil (exceto a vaga destinada para as relações exteriores que deviam ser do quadro de carreira) todos foram escolhidos entre os diversos campos de forma a contemplar os colaboradores do governo. Além disso, alguns faziam parte anteriormente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), sendo dois desses o engenheiro Lucas Nogueira Garcez e o economista Hélio Marcos Penna Beltrão. Para entender esta diversidade, tomando como base o recorte de 1974 a 1985, passaram pelo conselho 20 integrantes: dois militares, um advogado, dois diplomatas, seis economistas e nove engenheiros (Relatório Anual de Atividades, 1974 a 1985).



FIGURA 5: Organograma funcional do Conselho de Administração da Itaipu.  
Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Relatórios Anuais de Atividades de 1974 e 1985.

As reuniões iniciais dos conselheiros foram importantes para o início das obras de infraestrutura e das demais, obras além de outras demandas que surgiam e precisavam ser avaliadas. Do mesmo modo, aparentemente, a organização e a disposição dos membros do conselho poderiam indicar uma certa hierarquia. Mas cremos que era o diretor-geral, mais

detidamente ao longo da primeira década da construção, que tinha maior influência. Isto ficou evidenciado na organização dos consórcios de empreiteiras.

O fato do conselho de administração ser formado majoritariamente por profissionais do campo da engenharia teve reflexo nas decisões envolvendo os consórcios, uma vez que eram indivíduos reconhecidos dentro desse espaço, portanto, com poder de mobilizar e articular interesses entre seus pares. Além disso, os economistas estabeleceram as regras para os empréstimos concedidos ao longo do tempo em que seguiu a construção. A forma de disponibilidade dos empréstimos, estimuladas pelas instituições brasileiras, ou estrangeiras conveniadas com o governo brasileiro, já seriam condições para mostrar a supremacia dos membros brasileiros formadores do conselho de administração. Basta lembrar haver inúmeras empresas estrangeiras (Eixo 1) organizadoras dos estudos e dos projetos associadas à construção.

Desse modo, ao notarmos a formação do conselho administrativo, elaboramos a seguinte questão: Como poderia haver consenso nas reuniões cuja formação do corpo de especialistas era diversa, dotados de *habitus* específicos, sabendo que as pautas eram estranhas ao mundo profissional de cada componente? Como vimos em Realle, as consequências do uso desses recursos linguísticos foi de confundir aqueles que não frequentavam esse espaço social, e que, por isso, necessitavam contratar consultores ligados à área jurídica para interpretá-los, mantendo sempre uma relação de dependência técnica. Como afirma Bourdieu (2014), “os juristas têm, assim, um capital de palavras e de conceitos próprios (Terminologia Jurídica), os quais contribuem para a compreensão da realidade” (p. 432).

O termo *alienígena* utilizado por Miguel Realle e atribuído às análises do Tratado de Itaipu é um bom exemplo da atuação metódica e ortodoxa de um jurista. Porém, Realle utilizou-se do termo não para provocar didaticamente as autoridades responsáveis pela elaboração dos tratados iniciais. Parece que sua intenção era de justificar e trazer os novos significados ao estranho para a realidade social, transportando o ser *alienígena* do campo jurídico para o campo social. Ao ser convocado pelo embaixador brasileiro, como jurista, ele se deu esse direito.

Entende-se assim, que os detentores do capital jurídico são detentores de um recurso social constituído essencialmente de palavras e conceitos, sendo estes instrumentos de construção da realidade e, em particular, da realidade social (BOURDIEU, 2014). São, da mesma maneira, detentores de uma *doxa* exclusiva que dificilmente permite uma aproximação com os termos clássicos de outros campos.

Neste sentido, o espaço social onde transitam os juristas necessita de um *modus operandi* conveniente, cuja lógica é apresentar os seus agentes como diferentes dos demais, pois eles solucionam os conflitos originados de relações entre os outros, seja nas formações de grandes corporações, seja no âmbito social mais restrito. Inclui-se, desse modo, a formação de uma empresa binacional e mesmo a fusão de empreiteiras (UNICON – lado brasileiro e CONEMPA - lado paraguaio) tal como ocorreu em 1975 com o início das obras e, no início da década de 1980, com as empresas de montagens (ITAMON - lado brasileiro e CIE – lado paraguaio).

Analisar as resoluções, conforme indica o “jurídico do jurídico”, deu uma nova visão e possibilidade de entender um documento que atravessava fronteiras e que deveria ser comum às culturas e legislação diferenciadas. Do mesmo modo, facilitou a compreensão das propostas importantes para aquele contexto e difíceis de serem compreendidas. Uma delas era a determinação de que o “diretor-geral” da hidrelétrica, nas duas gestões iniciais (1974-1985), deveria ser brasileiro, ao passo que o diretor paraguaio ocuparia, na direção-geral, o cargo de “diretor-adjunto” (Itaipu BINACIONAL, 2005). “O Diretor-Geral é o responsável pela coordenação, organização e direção das atividades da ITAIPU e a representará em juízo ou fora dele, competindo-lhe participar de todos os atos de ordinária administração [...]” (Ibid., p. 62). A função do diretor-adjunto era de porta-voz do diretor-geral, devendo ele aceitar as “atribuições que, de comum acordo com os respectivos titulares, lhes fosse por eles delegadas” (Ibid.).

Se havia a admissibilidade contratual de se respeitar a soberania de cada nação, dentro daquele espaço binacional, por que então não haveria a possibilidade idêntica de haver um diretor-geral de cada segmento administrativo, conforme foi estabelecido após 1985? Fica explícito que, naquele período, as regras possibilitaram uma espécie de supremacia jurídica. Eventos estranhos aos interesses brasileiros, por exemplo, a atribuição de um diretor-geral paraguaio, o que deveria ser considerado em uma certa regularidade jurídica, foram concretizados e justificados sob a égide de novos conceitos criados para explicar pretensa legalidade desses eventos. Paulo Salvador Frontini escreveu o segundo parecer sobre o Tratado de 1973 considerando esta característica ao afirmar que:

[...] um dos mais belos traços do Direito consiste em que, na sua perene instrumentação da vida em sociedade, mostra-se sempre inovador e dinâmico. Assim, ante novas solicitações, que surgem, oferece a ciência jurídica adequada resposta; juristas, legisladores, pretórios, arquitetando criativamente novos conceitos e fórmulas, adaptam, reformam ou inventam novos

instrumentos; rompem-se categorias por vezes sedimentadas, para configuração de modelos jurídicos que atendam aos reclamos de novas estruturas (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 65).

Parece que instrumentalizar a vida em sociedade em um campo social múltiplo e peculiar foi essencial no entender de Salvador Frontini. Isto porque, no aspecto simbólico, os mesmos direcionamentos, as mesmas regras deveriam ser iguais para todos que transitassem no canteiro de obras, atendendo simbolicamente as regras jurídicas de cada país. Na visão de Miguel Realle (Itaipu BINACIONAL, 2004, p. 53),

[...] quando se fala de uma obra da magnitude de Itaipu, pensa-se apenas nos técnicos que a projetaram, nos economistas que cuidaram dos recursos financeiros e sua programação ou nos estadistas que resolveram os problemas políticos, mas a figura do jurista fica esquecida. [...] a participação do homem da lei é tão significativa e decisiva quanto aos demais, inclusive porque, muitas vezes, a possibilidade do empreendimento depende da prévia satisfação de imperativos de ordem jurídica.

Parece no mínimo grandiosidade a autodenominação de “homem da lei” por parte de Miguel Realle. Na sua opinião, os membros do campo jurídico eram literalmente diferentes dos demais homens, implicando na necessidade de mostrar, ou reconhecer no projeto binacional, o novo campo social, com autonomia arranjada, exclusivamente para aquele empreendimento. Com estes atributos, além de ser uma instituição, um campo social autônomo politicamente, que também iria regular ostensivamente as atividades dos trabalhadores no canteiro de obras, possuía também uma característica de Estado, de onde emanava, por meio dessa criação jurídica, uma certa e eficaz autonomia. Uma autonomia própria de uma pessoa livre, conforme as palavras do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, descritas em seu parecer, publicado em 1975:

**A Itaipu é pessoa binacional**, donde os controles a que estará submissa não de resultar de ação conjunta das partes interessadas, vez que estas, nos termos do tratado que engendrou **o nascimento da pessoa**, asseguraram-se, reciprocamente, posição jurídica de equivalência, isto é, nenhuma delas... desfruta de posição sobranceira em relação à outra quer quanto ao objeto da avença internacional, quer quanto à pessoa criada para dar satisfação ao desiderato comum<sup>81</sup> (grifo nosso).

---

<sup>81</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149, Ibid., p. 285.

Pelo exposto o objetivo era o de, a partir do Tratado, criar uma pessoa que equalizasse as partes e, em tese, impedisse uma posição vantajosa de uma sobre a outra. Este é um aspecto interessante da liturgia professada pelo campo jurídico. A retórica tende a nivelar aquilo que não é possível nivelar quando as posições ocupadas pelos estados, que “engendraram o nascimento dessa pessoa”, são imensamente diferentes em todos os aspectos.

Além das manifestações de “controle e das barreiras físicas” neste espaço (canteiro de obras), havia a interação de vários e diferentes grupos de trabalhadores, fragmentados neste campo social, onde o centro era o “conselho de administração” com representantes do campo do poder, e cuja presença expressiva, mesmo que sem poder de voto, era do general José Costa Cavalcanti.

O conselho de administração era a expressão mais densa das relações homológicas ou das intensas correspondências que tangenciavam estes espaços sociais. O campo militar se relacionava com o campo jurídico e político e os membros do ministério do exterior se relacionavam com os superintendentes da construção. Dentro dessa perspectiva de análise, sobre a estrutura jurídica e os órgãos coletivos da Itaipu Binacional, Betiol (2008, p. 237), considera que:

[...] como toda a instituição, a Itaipu tem o seu direito próprio e, em razão de seu caráter internacional, seus órgãos coletivos têm o poder de determinar a maneira como devem exercer as suas atribuições, o que é também reflexo da capacidade jurídica que lhe foi outorgada, ou se preferir de sua autonomia.

A Itaipu Binacional, com direito próprio, cujo controle esteve na alçada brasileira até 1985 por meio de um conselho de administração, na sua essência ou no plano simbólico, apresentava os conselheiros brasileiros possivelmente como superiores aos conselheiros paraguaios quando da tomada de decisões.

Vemos então que o primeiro conselho de administração, formado em 1974, tem origem nessa pessoa não mais alienígena e tinha entre seus membros, além de influentes personalidades, o engenheiro Mario Penna Bhering. Este engenheiro possuía grande influência política e estava profissionalmente próximo das grandes empresas multinacionais de equipamentos e distribuição de energia elétrica. Vale lembrar que foi Mario Penna quem substituiu Marcondes Ferraz na direção da Eletrobrás após a morte do ditador Humberto de Alencar Castello Branco em 1967 (CAMPOS, 2017). Nesse sentido, o primeiro conselho de administração estava estruturado visando a integração e a correspondência entre os grupos multinacionais que fariam parte da construção das obras civis e de montagem.

O Conselho se moldou dentro desse esquema jurídico imperceptível aos trabalhadores. Para os comuns, não havia no plano do canteiro de obras essa separação simbólica, mas sim um local de trabalho onde se mantinha as relações sociais controladas.

A preparação jurídica da estatal, por meio de uma série de articulações, serviria para posteriormente abrir as licitações das empresas concorrentes para as obras. Vimos que isso seria importante por dois motivos. Porque mostrou a desintegração entre dois grupos empresariais no interior da sociedade civil que buscavam uma posição nesse competitivo campo da engenharia de construção de barragens. Além disso, porque estimulou uma nova formatação no aspecto geopolítico regional, a saber enquanto os agricultores saíam da região oeste paranaense aos milhares, outros trabalhadores, ligados à mão de obra do projeto, preenchia desordenadamente a região.

Da mesma forma, foi dada atenção aos atritos originários das relações exteriores entre Brasil e Paraguai, os quais foram se ajustando à medida que a Itaipu Binacional, por meio da Ata do Iguazu de 1966 e do Tratado de 1973, se concretizava e garantia seu posicionamento, alicerçado no valor jurídico estabelecido nos pareceres que davam vida à estatal. Assim, entendemos que estas abordagens serviam para nortear as relações entre empreiteiras e trabalhadores e quais os eixos que elas pertenciam no cenário da construção (1974-1991). Antes de continuarmos com as discussões que norteiam o nosso texto vale retomar alguns aspectos discutidos anteriormente para que possamos atualizar e aproximar o conteúdo aqui apresentado.

Demonstramos ao longo do segundo capítulo, os estudos iniciais sobre a Hidrelétrica Federal das Sete Quedas (1962) desenvolvido pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz substituído posteriormente, resultando na construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional seguindo os critérios da empresa de consultoria ítalo-americano (Ver Figura 1, IECO-ELC). Na mesma perspectiva, procurou-se salientar a atuação das empresas e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), deixando implícita a possibilidade dessa instituição ter atuado organizadamente dentro das estruturas políticas do Estado com referência a escolha de Itaipu. O objetivo era o de apoiar a mudança, de forma criteriosa, do projeto dessa hidrelétrica e propiciando beneficiar, após o golpe militar, grupos de empreiteiros emergentes.

Nestes direcionamentos foram problematizados temas relativos aos interesses públicos e privados para movimentar o canteiro de obras de Itaipu (1974-1991). De um lado apresentamos os interesses das corporações movidos por uma perspectiva entendida, a nosso ver, como geopolítica empresarial, que poderiam ter lançado olhar aos problemas históricos de fronteiras para mudar o *layout* e o lugar onde a barragem seria construída. Os estudos que

terminaram com a construção da Itaipu Binacional, como vimos, sofreriam uma influência, um direcionamento, fazendo de Foz do Iguaçu a sede do empreendimento sob o pretexto de se considerar as variáveis dos estudos geofísicos.

Esta variável também acabaria beneficiando certos grupos de empreiteiros, que se beneficiavam em vista da complexidade dos trabalhos e quanto maiores as dificuldades, maior poderia ser o valor a ser cobrado para a execução das obras. Aliás, ao se verificar os custos globais (ver Tabela 6), valor inicial de 2,5 bilhões de dólares, sendo este valor contestado no início da década de 1970 por Octávio Marcondes Ferraz. A materialidade dessa contestação se verifica nas correspondências trocadas entre grupos de interesse. Por exemplo, quando há referências oriundas da história oficial acerca do canteiro de obras da Itaipu, quanto ao número de turbinas e ao material utilizado na construção, as cifras alcançam índices elevados, mostrando que a grandiosidade já se constituía como parte da essência ainda durante a fase das pesquisas, dos projetos e posteriormente no desenvolvimento do projeto.

Podemos notar então nesta relação de poder que os elementos do campo jurídico sustentaram os pilares, tanto da estatal Itaipu Binacional, quanto das empreiteiras que atuaram na construção da hidrelétrica em condomínio com o Paraguai. Esta articulação triangular entre o Estado, por meio das empresas públicas (Eletrobras/Ande), as empresas de consultorias e, posteriormente, as empreiteiras, permite analisar o *modus operandi* pela qual o projeto da Itaipu Binacional foi levada adiante. Podemos também notar a crescente articulação que se alcançava por via dos interesses empresariais.

Havia algo mais complexo em termos empresariais do que a mera produção de energia elétrica para atender as necessidades apresentadas. Antes de ser projetado o número de unidades geradoras que a futura hidrelétrica deveria ter, o jogo de articulações entre o campo empresarial e o governo foi priorizado. Observamos as “boas intenções” de ser solucionada de uma só vez a problemática de fronteira, exaltando o Estado do Paraguai como “irmão”. Concomitantemente, o Brasil figurava como pátria solidária, mesmo que as sombras da Guerra da Tríplice Aliança com o evento de Porto Coronel Renato em 1965 ainda pairassem sobre quaisquer acordos a serem celebrados. E para que os objetivos fossem alcançados, caberia uma ação burocrática, vinculada ao ministério das relações exteriores, ao congresso nacional e aos reconhecidos profissionais do campo jurídico. Foram inicialmente os pareceres jurídicos que deram vida à Itaipu Binacional, possibilitando a criação da instituição.

Percebia-se a atuação mais ou menos harmônica entre congressistas e indivíduos de campos sociais diversos, todos em busca de um objetivo comum de construir obras e propor

amizade mútua e eterna, tendo uma edificação como referência e o Tratado Binacional como elemento concreto.

O Tratado de Itaipu, pelo equilíbrio harmonioso de suas cláusulas e sua leal disposição de cooperação mútua, está impregnado de filosofia de igualdade entre os contratantes, da equivalência de benefícios para ambos e de idênticas responsabilidades para os seus signatários<sup>82</sup>.

Embora houvesse este consenso relacionado à Itaipu e seus possíveis benefícios até entre congressistas que atuavam numa dita “oposição” aos militares, parece ter havido uma fraca participação desses parlamentares em relação à população que seria posteriormente atingida pela construção. De qualquer modo, se houvesse qualquer oposição naquele momento, ela seria provavelmente diluída pelo consenso em torno das articulações do governo com os grandes empreiteiros.

Na verdade, o consenso ancorava-se em propostas aparentemente delirantes de alguns deputados que ousavam interferir até mesmo nos aspectos culturais ou no *habitus* daqueles que iriam compor o contingente de trabalhadores, quando na defesa do projeto. Como se esse processo empresarial fosse legitimar ou amenizar a tragédia ambiental e humanitária que se observou desde o início das obras e se agravou com o enchimento do lago artificial. Um desses parlamentares foi o Deputado Federal paranaense pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Pedro Lauro Domaradzky<sup>83</sup>. Em um discurso na tribuna em 1976, Pedro Lauro, que era integrante da Comissão de Energia da Câmara, apresentou a seguinte proposta:

Neste momento, penso no imenso canteiro de obras que se delineia em Itaipu, na cidade que abrigará engenheiros, operários, mestres-de-obras. Gente de duas nações que durante anos conviverá com o pensamento apenas em uma realização, com todos os seus instantes voltados apenas a trabalhos específicos, numa região isolada do convívio da humanidade. E imaginei, Sr. Presidente, um símbolo da amizade fraterna que é comum ao Sul de nosso País e às nações limítrofes: pensei em nossa erva-mate, nas cuias, bombas, os utensílios necessários para o cultivo do hábito da fraternidade de maneira mais simples: o chimarrão. Julgo que as empreiteiras da obra, os organismos fiscalizadores do Governo - enfim, o diretor da empresa criada para a construção de Itaipu - deveriam promover a distribuição de cuias, bombas e erva-mate para todos os seus trabalhadores. São os hábitos fraternos escassos em nossa sociedade. [...] Sendo o Paraná - Estado em que, na fronteira do

<sup>82</sup> Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <imagem.camara.gov.br/DCD15AGO1973>. Acesso em 05 de março de 2019.

<sup>83</sup> CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acerco/dicionarios/verbete/domaradzki-pedro-lauro>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Paraguai, se constrói a hidrelétrica - um grande produtor de erva-mate, nada mais justo que sejam criadas condições para o consumo do generoso amargo sulista, na democrática cuia que a todas as bocas mata a sede por igual. Que se distribua o amargo, cuias e bombas, aos trabalhadores de Itaipu, para que nele encontrem o ponto de união de uma sociedade que terá de conviver até o fim das obras<sup>84</sup>.

Hábitos, fraternidade e amizade fraterna comum, termos defendidos pelo parlamentar, representa exatamente o que não ocorreu ao longo da construção e das desapropriações. Aliás, com relação à erva-mate e o chimarrão, comum aos agricultores que colonizaram o extremo oeste paranaense, este hábito serviu para que a legião de operários alojados e os colonos mantivessem a união nos dias longos de acampamento e negociações com a direção da Itaipu Binacional, quando esses colonos estavam prestes a serem desalojados de suas propriedades.

Estudaremos no próximo tópico o número aproximado de empreiteiras que atuaram no canteiro de obras, incluindo empresas que não eram representativas no contexto da construção, pois atuaram no espaço não concorrido com as grandes construtoras. Utilizaremos a separação dos grupos dessas empresas por eixos de atuação, ou seja, por áreas profissionais, sabendo que pela natureza do empreendimento algumas empresas atuavam em diversos setores da construção civil e de montagem.

O contexto e as formas tecnológicas disponíveis naquele período indicam que não havia a possibilidade de se montar um canteiro de obras com essas dimensões, sem que houvesse trabalhadores para realizar os trabalhos pioneiros. Homens e mulheres constituintes de um grande grupamento que chegou ao local da construção antes mesmo das grandes empreiteiras. Entretanto, vale ressaltar que, como veremos adiante, a mobilidade desses trabalhadores que iniciaram a construção não pode ser enxergada independentemente. Em suma, os eixos e suas formações são, a nosso ver, fruto daquilo que discutimos até aqui, ou seja, dos passos dados no campo jurídico para a criação da estatal, das demandas territoriais e das mudanças de projetos. Foram todos esses elementos que possibilitaram às empresas formarem consórcios, não só em busca dos lucros, mas na troca de experiências para o enfrentamento do novo.

---

<sup>84</sup> Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <imagem.camara.gov.br/ DCD 05 MAR 1976>. Acesso em 20 de março de 2019.

### 3.2 A FORMAÇÃO DOS EIXOS EMPRESARIAIS EM TORNO DAS OBRAS DE ITAIPU

Ao longo desse tópico, e mais detidamente no quarto capítulo, estudaremos a formação dos principais consórcios considerando quatro eixos a serem problematizados conjuntamente, sem que haja diferenciações entre as relações de trabalho, mas sim apresentar posicionamentos que os diferenciam nas próprias execuções das diversas atividades ao longo de décadas de trabalhos (ver Figura 1, Tabela 5 e Figura 8).

Entretanto, convém apresentar alguns elementos, em números, para que os dois projetos apresentados até aqui sejam vistos pela ótica da produção de energia. Isto é, a dimensão em números de trabalhadores e além disso, quais seriam as expectativas de produção de energia almejada por Octávio Marcondes Ferraz em relação com o projeto binacional de Itaipu. Após este olhar, será possível entender as especificidades dos eixos, as dificuldades jurídicas, por meio das complexidades das construções, tendo em vista o canteiro de obras pensado por O.M.F, e o executado pelo governo militar.

Do ponto de vista da estrutura, ambos os projetos, eram ambiciosos e tinham o objetivo de ligar o governo à execução da obra, partindo da ideia da identificação política. Se João Goulart pensava nessa hipótese, os que lhe sucederam puderam desfrutar com a Itaipu Binacional, apesar dos seus elevados custos.

Em termos gerais, não havia uma diferença significativa quanto a potência a ser instalada entre a Usina Federal das Sete Quedas e a a Itaipu Binacional. Enquanto na primeira a perspectiva de produção era de 10.000 Megawatts, a segunda se projetaria com a produção de 12.000 Megawatts, com duas unidades sempre atuando de reserva, totalizando no seu conjunto 14.000 Megawatts. Ainda que haja discussões acerca dos erros e acertos, os estudos anteriores aos da Itaipu estimavam uma produção aproximada e menos complexa, além de anular a necessidade de divisão da energia com o Paraguai. Na época, a ideia de divisão de energia não era aceita por parte de alguns técnicos do Brasil por considerarem que o Paraguai tinha direito garantido, ainda que não fosse por meio de algum projeto binacional.

De certa maneira, pretendemos com as discussões acerca dos eixos demonstrar a diferença técnicas e profissionais entre os trabalhadores de cada eixo, principalmente das empresas que vieram para a Itaipu Binacional. Não seria possível identificar se para a Usina Federal das Sete Quedas os esquemas de empreiteiras seriam similares aos da Itaipu. Mas os tipos de construções diferiam muito e como consequência, na Itaipu houve aplicação de menos recursos e de tempo. Ferraz concluiu em seu relatório que o tempo estimado para a conclusão

da Usina Federal das Sete Quedas era de 55 meses. Já a Itaipu, ultrapassou o custo inicial e foi entregue em 1991, isto é, após 16 anos de trabalho.

Portanto, acerca desse assunto relacionado às modalidades de empreendimentos no Brasil e as empreiteiras que os realizaram existem dois estudos importantes, reconhecidos como fontes informacionais, pois dialogam exaustivamente com a problemática. O primeiro é o do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos (2017), enquanto o segundo é o da historiadora Edina Rautenberg (2011) ao estudar o caso da Revista Veja. Estes autores já citados no primeiro capítulo dessa tese, agora colaboram na elucidação da problemática do nosso objetivo.

Seguindo a mesma perspectiva, indicaremos novos olhares a serem direcionados para as empreiteiras na totalidade, uma vez que tanto Campos quanto Rautenberg, não consideraram as pequenas empresas que acompanhavam os grandes projetos.

O número de trabalhadores das pequenas construtoras era muitas vezes igual ou superior ao dos empregados das grandes empresas. Por isso, a consideração dessas empresas é tão importante para as nossas análises. Na tabela 5 estão os detalhes dos eixos e a intersecção dos trabalhos. Porém, vale inicialmente considerar esta tabela para delimitar a atuação dos eixos e o plano cronológico dos trabalhos.

Tabela 5: Divisão dos trabalhos por eixos e períodos no C.O - 1973/1991.

DIVISÃO DE TRABALHOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU		
EIXOS	ATIVIDADES	PERÍODO
1	Projetos e fiscalização da execução das obras diversas	1973/1991
2	Obras prioritárias leves / infra estruturais / Emergenciais <sup>85</sup>	1974/1981
3	Obras civis pesadas / escavação e concretagem	1975/1991
4	Obras de montagem eletromecânicas	1980/1991

Fonte: Desenvolvida por nós com base nos períodos de edificação da barragem.

Nessa perspectiva, o Eixo 1 faz referência aos serviços de projetos que antecederam a própria criação da Itaipu Binacional, isto é, desde o começo dos estudos para a construção, no início da década de 1970 (ver Figura 1 - Cronograma da construção). Foi por meio das propostas do consórcio ítalo-americano (IECO-ELC) que os rumos do projeto pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz sofreram as alterações em toda a sua extensão.

Na sequência, o Eixo 2 se refere à fase das obras prioritárias de infraestrutura, centrada na construção do acampamento para o início das atividades de campo. Na prática, a construção

<sup>85</sup> Tomaremos por base para participação ativa desse grupo o ano de 1981, pois foi nesse momento que a parte infra estrutural básica (acampamento do canteiro de obras, e áreas residenciais) estavam concluídas. Porém, vale considerar que essas pequenas obras nunca cessaram, sendo presentes até os dias atuais.

do primeiro acampamento foi absorvida por empreiteiras menores, sendo algumas dessas empresas, atreladas a grandes empreiteiros, brasileiros e paraguaios, demonstrando uma interrelação, ou uma “combinação de capital”, nas palavras de Pedro Campos (2017, p. 122).

Já o Eixo 3 se refere às corporações de maior porte, as chamadas “barrageiras”. Com suas sedes administrativas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, essas empreiteiras mantinham intensas relações com o governo militar. Foram, primeiramente, estas empresas as contempladas com a construção da Itaipu Binacional. Além de serem poucas, a atuação movida por seus capitais (capital social) garantiu a ausência de qualquer concorrência. O Consórcio UNICON foi um bom exemplo da mobilidade política e financeira para a sua monopolização.

Com relação ao consórcio para execução das obras de montagem (CIEM), representada no Eixo 4, referente ao contrato “nº 562/78”<sup>86</sup>, as cláusulas diferiam dos demais contratos. Este grupo do quarto eixo entrou no canteiro de obras no início da década de 1980 consorciadas<sup>87</sup> também com um grupo de empresas do Paraguai (RAUTENBERG, 2011; LIMA, 2006; I.B: Diretoria Técnica da Itaipu, 2009). O eixo 4 se diferenciava do ramo da construção civil e foi atuante na fase das montagens, tendo também ligações com grupos multinacionais.

Vale considerar que, apesar das grandes diferenças de capitais (reconhecimento) e de modalidades de atuação, há a possibilidade de uma aproximação entre as empreiteiras do eixo 4 com as empreiteiras do eixo 1, pois eram ligadas aos projetos de estudos e de montagem. Da mesma forma, havia semelhanças nas atividades dos eixos 2 e 3, no que se refere à atuação em obras de construção civil, mas se distanciavam entre si, no que se refere às experiências acumuladas em obras de construções pesadas.

A atuação dos grupos empresariais divididos em eixos distintos, com funções específicas no contexto das obras, não pode, nem deve ser compreendida no sentido de qualificação dos seus trabalhadores. Tampouco, pode haver comparações com aqueles que os vigiavam e controlavam o processo de produção (feitores, capatazes e guardas de segurança).

Em comum, estas perspectivas tendem a ser parte imprescindível em estudos futuros acerca da formação dos sindicatos na barragem de Itaipu. Embora esse assunto não seja objeto da nossa tese, entendemos que, por vezes, há a necessidade de remontar a ele com a finalidade de entender a desenvoltura operacional dos eixos, conforme as fases da construção. Isto porque, se estas organizações sindicais iniciaram os movimentos em 1985, suas raízes já estavam

---

<sup>86</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86059964. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 14 de março de 2020, p. 1-19.

<sup>87</sup> CIEM - Consórcio Itaipu Eletromecânico.

presentes nos momentos iniciais da construção, precisamente, no momento da intersecção dos trabalhos, conforme descrito na figura 11.

O grande contingente de trabalhadores que passou pela construção na fase inicial era fruto das transformações arranjadas pelo campo jurídico para a Itaipu. Mas, os advogados não tiveram influência para a formação dos sindicatos em meados da década de 1980. Parece que eles estavam alheios à dinâmica das contratações, das demissões e da repressão, além das sempre presentes ameaças de reduções de quadros. Porém, não se descarta a contribuição desses primeiros trabalhadores por meio da herança dos elementos objetivos, reais, que seriam lembrados ao longo do período de lutas (1985-1989). Deste modo, os trabalhadores pioneiros do projeto (Eixos 1, 2 e 3) que ainda estavam empregados na segunda metade da década de 1980, juntamente com aqueles que chegaram já no início da década de 1980 para o eixo 4, sempre se voltavam para o passado recente da construção objetivando arranjar forças e adeptos para os enfrentamentos.

O estudo por eixos possibilita a compreensão da diferença social e cultural entre os trabalhadores, fatores cruciais quando falamos em luta de classe nas obras da hidrelétrica de Itaipu. O fator técnico instilou certa arrogância e autoridade entre os trabalhadores dos níveis A e B, o que deu a eles uma distinção entre os operários. Esta característica distintiva socialmente foi também fundamental para que se chegasse a uma ruptura com a desgastada repressão e controle que ocorreu posteriormente no interior do canteiro de obras.

É possível verificar que, em todos os momentos dessa construção binacional e em todos os eixos a serem estudados, houve a presença de uma elite de trabalhadores que promoviam um movimento de mão dupla. Ao mesmo tempo em que se manifestavam formando uma resistência favorável à direção das empresas em todos os eixos, contribuía para que não existisse qualquer forma de sindicalização que não fosse a patronal, atuando nos bastidores sempre defensoras dos interesses empresariais.

Numa fase posterior, essa mesma elite teve um papel importante na ativação das lutas, quando planos econômicos da segunda metade da década de 1980 os levaram a perderem alguns direitos. Eles se orientavam acerca da política nacional relacionada ao processo de sindicalização em todo o Brasil, já que o sindicalismo em evolução no território nacional refletia nas obras nas duas margens da Itaipu Binacional com o novo elemento reivindicatório. Os trabalhadores dessa categoria, mais detidamente os que transitavam entre as gerências, portanto, níveis A e B, permaneciam a uma estrutura paralela, com melhores condições de vida, tendo altos salários, boas residências, clubes e colégios para seus filhos. A estes não interessavam

atos contestatórios. Para aqueles cuja sociabilidade se restringia às categorias C e D, cabia seguir a batuta do feitor como orientação e estímulo ao cumprimento das regras. Verificamos esses dados em um estudo acerca da divisão de classes dos trabalhadores da Itaipu.

Uma das medidas adotadas para levar adiante o poder opressivo presente neste esquema de segurança da Usina foi a separação entre barrageiro e o homem da segurança, aproveitando-se da classificação de categorias de trabalhadores, adotada durante a construção por todas as empresas presentes no empreendimento. Todos os cartões de identificações [crachás] tinham em destaque uma classificação de (A à D), de acordo com a função do trabalhador. Seguindo esta ordem, os níveis (C e D) eram aqueles com menor qualificação profissional e, assim, habitavam as residências mais inferiores, faziam as refeições em refeitórios superlotados, com o alimento servido em bandejes; nesta categoria, estavam os Guardas de Segurança das duas agências no início da construção da Itaipu. Houve, nesse sentido, uma reorganização, e o Guarda de Segurança passou a não se mesclar com a maioria dos trabalhadores nos refeitórios considerados de níveis (C e D) (SESSI, 2015, p. 80). (Ver anexo H)

A referência a esta categoria como elite se justifica porque no passado foi esta mesma elite de trabalhadores, com os participantes das feitorias, que colocou um limite na luta de classes (ver anexo F), usando uma narrativa com os trabalhadores comuns e braçais, a qual afirmava que o nível de acesso aos recursos econômicos e sociais dessas classes era o mesmo. Essa fração de representantes passava a percepção de que todos os trabalhadores se uniam para reivindicar o direito comum. Nessa narrativa juntos “eram barrageiros” e estariam colaborando com seus serviços para a construção da maior hidrelétrica do mundo, de modo que essa “nova” visão proporcionava uma “igualdade” nos direitos reivindicatórios. As circunstâncias do momento histórico ajudavam a potencializar essa visão de mundo um tanto contraditória e distorcida do acesso recursos e das atividades no terreno da construção de Itaipu.

As feitorias, presentes em todos os eixos, mas às vezes com outras roupagens, eram um elo repressivo indispensável entre a produção e os fiscais de obras. Estes trabalhadores não participavam daquilo que Marx considerava como transformação da matéria. Suas ferramentas de trabalho eram seus olhos com o seu modo de agir e de conduzir as atividades. Em outros termos, atuavam e tinham seu êxito impondo da violência simbólica. Os feitores vigiavam e mantinham o processo de produção ativo. Este extrato minoritário, diante do elevado número de trabalhadores presente na construção, pode ser considerado uma espécie de “aristocracia operária” (HOBSBAWM, 2000). O historiador lembra que esta expressão foi cunhada “desde o meio do século XIX pelo menos para descrever certa camada distinta da classe trabalhadora,

mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada do que a massa do proletariado” (p. 319). Essa expressão, pode ser utilizada, guardando as devidas diferenças espaço-temporais, devido ao surgimento das lideranças na divisão do trabalho, tanto na hidrelétrica de Itaipu, abrangendo todos os eixos, quanto na hidrelétrica de Yaciretá construída por argentinos e paraguaios entre meados da década de 1980 e 1990.

Mesmo relacionados a países diferentes, dois estudos são abordados aqui porque lidam com as instituições e Estado, empresas privadas e o poder, mostrando a luta dessas organizações para se manterem no ritmo e no disputado mercado das licitações das grandes obras, o que converge de alguma forma com a nossa pesquisa sobre Itaipu. São eles: Gustavo Lins Ribeiro (1991) e Pedro Campos (2017). Enquanto o primeiro problematiza as licitações, trabalhadores, consórcios e construção no caso do empreendimento argentino/paraguaio, o segundo problematiza os consórcios e empreiteiras brasileiras, com foco na relação das origens das empreiteiras e sua ligação com a ditadura civil-militar brasileira.

O *status* do empreendimento brasileiro forjava uma nova e importante posição social, bem como intensas relações dos empreiteiros com o governo militar. Contudo, neste universo de disputas, enquanto alguns contratos transpareciam e poderiam indicar que havia a livre concorrência e legalidade, outros não, aproveitando a facilidade de evitar a fiscalização e publicidade que órgãos não governamentais poderiam ter naquele momento. Ilustram bem esta classificação, respectivamente, os consórcios formais e informais/mistos. Os formais representados por aqueles mais elaborados que carregavam os números da burocracia (Eixos 1, 3 e 4) e o informais/mistos (Eixo 2) representados pela combinação de pequenas empresas, que sub empreitavam os trabalhos daquelas que mantinham o contrato nos termos formais.

A organização das estratégias políticas e jurídicas para que fosse construída a obra de Itaipu também trouxe uma nova forma de atuação do campo empresarial, na qual podemos notar a união entre os Estados contratantes e as corporações que levaram os projetos adiante. Como novidade em termos empresariais houve a diluição jurídica dos limites territoriais e um publicizado ideal de igualdade entre os povos. Esse era o discurso inculcado em qualquer espaço quando o assunto se referia à construção desse empreendimento binacional.

A comparação da Itaipu e Yacyretá se justifica aqui porque os projetos tinham os fatores da binacionalidade como elementos comuns. Além disso, os projetos também se caracterizavam pelo modelo “triangular das empresas”, somando o elemento sindical presente naquele empreendimento. Os elementos consórcios formais e informais/mistos podem ser observados

no modelo da construção da Itaipu Binacional. Por sua vez, no modelo de construção da Yacyretá é mencionado apenas em cada lado do triângulo as empresas líderes e tidas como as principais, a saber as entidades que formaram um consórcio com 32 empresas, sendo 13 ligadas à italiana Impregilo antiga parceira da C. R. Almeida, e as 19 restantes às empresas francesas, formando desta forma o Consórcio Dumez (RIBEIRO L., 1991, p. 56-57).

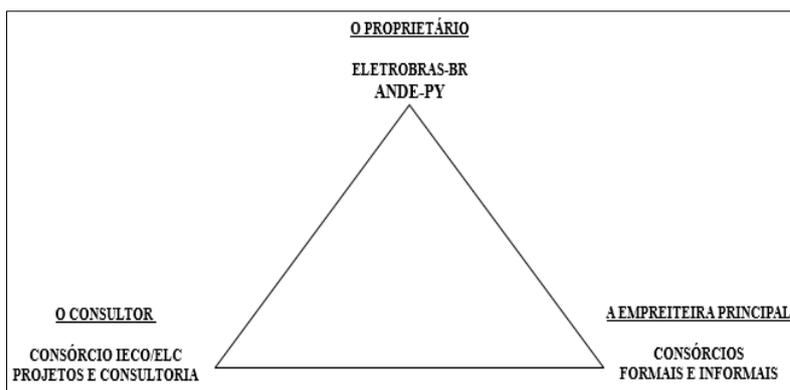


FIGURA 6: Esquema do triângulo institucional: obras de Itaipu

Fonte: Desenvolvido pelo próprio autor com base nos estudos de Lins Ribeiro (1991) para o projeto EBY.

Embora Lins Ribeiro (1991) não demonstrasse em desenho geométrico seu esquema, a figura acima ilustra uma aproximação análoga ao triângulo proposto com o esquema empresarial na Itaipu Binacional. Mas o que importa na exposição desse modelo triangular é a desnaturalização da ideia de um certo nivelamento geométrico nas grandes obras, a qual mais se refere a uma falsa igualdade, semelhante à pretensa distribuição igualitária de capitais específicos e de poder entre os componentes empresariais e estatais que sustentam o aspecto triangular e dos nossos propostos Eixos.

Isto torna os lados da figura geométrica estranhos entre si, pois representa este *status* e poder, inseridos em um processo de institucionalização dos agentes. Todos eram trabalhadores dentro de um mesmo espaço social, mas nem todos eram os ditos “barrageiros”. Nem todos recebiam o mesmo tratamento dentro do processo de produção. Aquele que pode ser entendido como o “colaborador” dentro do processo produtivo contemporâneo naquele momento era apenas um competidor interno que se sujeitava a uma jornada extremamente estafante (com horas extras obrigatórias), acreditando, ilusoriamente, que poderia obter um vínculo de emprego duradouro. Na realidade, devido à dimensão das obras, eles não conseguiam enxergar o seu final no horizonte. Parecia um empreendimento sem fim, cortado por diversas áreas industriais.

Por isso, a metodologia que propusemos de separação por eixos possibilita enxergar a dinâmica de atuação de empresas e trabalhadores no seu conjunto. Ao se analisar os eixos individualmente, percebemos facilmente um exemplo dessa distorção em uma camada específica, através do desnivelamento e estratificação interna, da localização e do *modus operandi* no caso dos membros das agências de Segurança Física da Itaipu e da Segurança Física da UNICON (SFI e SFU). Essas forças eram originárias e pertencentes naturalmente às empresas dos eixos 1 e 3 (Itaipu e UNICON), mas vigiavam todos, independente da disposição e frequência nos eixos. Mesmo sustentando este monopólio sobre a vigilância e o policiamento em todos os espaços da construção e das áreas residenciais, por forças de estatutos próprios, havia uma linha simbólica, a qual estes indivíduos não tinham poder de atuação.

A compreensão acerca dos limites de manifestação de cada um, com sua respectiva profissão de cada eixo, era generalizada. Entretanto, uma série de atritos, choques, cobranças e manifestações das autoridades aconteciam devido a situações nas quais os trabalhadores ultrapassavam aqueles limites. Tais conflitos lembram choques de origem cultural diversa. Ficava evidente que o tratamento e a aplicação da “disciplina” no canteiro de obras e nas vilas residenciais não eram idênticos para todos. É sabido que este mesmo procedimento é notado na aplicação da lei no Estado mais amplo. Entretanto, discorreremos aqui acerca de um espaço social empresarial.

Em outro plano, a categoria dos técnicos superiores tinha o trânsito livre, reconhecimento e notoriedade em todos os eixos. Essa categoria não necessitava de esforços para se manter num determinado nível de autoridade. A violência simbólica era praticada também nesses extratos, porém sem qualquer ordenamento militarizado cuja característica era a das agências. Era perceptível que qualquer acesso dos trabalhadores era determinado pela categoria inscrita nas suas tarjetas de identificação, por exemplo, as áreas de lazer, os tipos de moradias, os colégios e hospitais tinham diferentes acessos para as diferentes classificações. As qualificações profissionais eram fatores dos quais se emanavam as formas de poder e da necessidade pessoal de reconhecimento.

A despeito de haver diferenças entre o poder militar e o civil, havia insurgências contra os desmandos produzidos por agentes dos grupos militarizados das seguranças. Uma dessas ocorrências clássicas e rica em detalhes foi produzida em 1978 por um técnico que trabalhava no setor de engenharia de segurança, higiene e medicina do trabalho para a Itaipu Binacional (Eixo 1) (C.D.I., Rolo 9185, Filme: 0211) (Ver Anexo E). O técnico em questão, presenciou, e, tentou interferir numa ocorrência na qual um operário estava sendo espancado pelos guardas de

segurança em serviço na entrada principal da usina. O que há de importante nessa análise para além de mostrar os maus tratos empregados contra os trabalhadores? Um dos motivos é reconhecer as diferenças entre as categorias, sobre as quais pontuamos até aqui. Isto é, os “chicotes” das forças de segurança e das feitorias não alcançavam a todos com as mesmas proporções.

Pode se dizer ser uma superioridade parcial, pois como vimos atingir apenas dois segmentos, isto é, a autoridade dessa fração surtia efeito maior nos trabalhadores braçais (ou classes C e D), conforme apresentamos anteriormente. Mas muito pouco provável que faria efeito idêntico aos notáveis da elite da barragem (classes A e B) ou aos indivíduos de outras corporações de segurança externas ao canteiro de obras, por exemplo, à Polícia Militar. Essa corporação (PM) tinha dificuldade de entender a dinâmica de trabalho das agências de segurança da usina. Em situação de privilégios, as agências, atuando por meio do rigor do estatuto, queriam se mostrar superiores aos membros da Polícia Militar, forçando-os a se adequarem aos seus modos de trabalho quando em atividades nas áreas internas da Itaipu Binacional.

Se tomarmos a lógica do campo social e o *habitus* dos agentes, fica evidente que não há uma aproximação que possa ser considerada legítima, a não ser para alguns cuja origem adotava procedimentos similares. Enquanto os primeiros tinham o monopólio da segurança pública, as agências dominavam apenas a segurança e informações nas áreas internas da construção e das moradias dos trabalhadores. A queixa levada à coordenação de segurança pelo coronel Sidney Zanon em 1979, deixa isso evidente.

Levo em conhecimento de V. Sa. as seguintes irregularidades cometidas pelo 2º Sgt. JOSÉ APOLINÁRIO LIMA, da Cia. Independente da Polícia Militar do Paraná, sediada nesta cidade de Foz do Iguaçu: No dia 07 de fevereiro de 1979, por volta da 16:00 horas, entrou no Canteiro de Obras, em viatura da PM, comandando uma escolta ao numerário do UNIBANCO, em desabalada carreira e com sirene ligada, não tendo se identificado para a guarda da Barreira de Controle e causando alarme injustificado, tanto que o Dr. FORTES, Superintendente da UNICON, telefonou para a Segurança da UNICON para inteirar-se do que estava ocorrendo [...] (sic) (CDI, Rolo: 9186F, Filme: 1508).

Além disso a ocorrência demonstra o esforço desses gestores para não perder a autoridade entre seus subordinados. Mesmo com essas contradições, os membros do corpo policial se comportavam como se fossem os próprios gerentes das empresas, agindo no centro e os extremos de todos os eixos e espaços triangulares, conforme as condições reais de mobilidade

no espaço. Enquanto os trabalhadores comuns eram representados por turmas em seus setores formadores dos eixos, o corpo de segurança era apresentado por grupos, sempre dispostos na forma “Mapa da Força”. Este mapa da força era o documento que priorizava apresentar à direção da estatal o quadro total de agentes, bem como as possíveis baixas trimestrais do efetivo e era também o elemento didático, tanto da Segurança Física da Itaipu (SFI) quanto da Segurança Física da UNICON (SFU). Dessa forma ficaria mais fácil a aplicação e o estudo das medidas coercitivas dispensadas aos demais trabalhadores.

A elite pertencente ao campo social da engenharia componente dos eixos era diferente. Quando fosse necessário tomar uma atitude com algum membro da elite, não se utilizava da força física ou da agressividade verbal como costumeiro nas agências de segurança. Mas utilizavam os protocolos burocráticos cujas características levavam a uma aparência de igualdade. Não raro, os humildes trabalhadores, mais por medo do que por educação, comumente os chamavam de doutores. Os indivíduos da segurança se limitavam a cumprir e manter o regulamento, prevenir e reprimir quaisquer que fossem as iniciativas de subversão da ordem. Além de tudo, como parte da regra, eles deviam se manter numa condição especial e de autoridade frente aos demais trabalhadores, ditos braçais e outros classificados como profissionais.

Porém, essa condição especial iria até o limite onde estes agentes policiais encontrassem as barreiras simbólicas próprias do campo no aspecto mais amplo, ou de cada eixo, e isto naturalmente os diferenciavam dos demais trabalhadores. Uma das condições naturais para frear e manter esta separação a todo custo era o uso de uniformes, de armas, de comandos únicos e de uma disciplina própria assemelhada ao meio militar, pois ninguém mais poderia se comportar e agir tal como eles. Eis aí a distinção do campo. Em poucas palavras, era o fenômeno do *habitus* muito bem reproduzido pelos seguranças e bem exemplificado nesse modelo de trabalho. No caso, expresso pela indicação da existência dos limites de campo, o militarismo, para quem não fosse desse meio, seria estranho, pois não era reproduzido por meio dos seus frequentadores. Entretanto, imperava o capital simbólico daqueles que transitavam entre os grandes projetos e ao reconhecimento natural em Itaipu para esta modalidade de trabalho, na qual se fez presente e com destaque o campo da engenharia com a sua devida organização e divisão social. Portanto, aos profissionais dessas frações militarizadas (SFU e SFI) não faria sentido competir no espaço de poder com qualquer indivíduo trabalhador da construção, uma vez que os objetivos não eram os mesmos.

Retomamos aqui para reafirmar que as marcações (A, B, C e D) estigmatizadas pelos crachás dos trabalhadores, faziam toda a diferença e indicavam também o capital cultural e o poder simbólico dos portadores, em paralelo com a submissão verticalizada (Ver anexo H). Consistia num valor importante, pois além de mensurar o valor simbólico individual, demonstrava, independente dos eixos, os limites do campo em que cada um devia transitar e se comportar. Além disso, os crachás demonstravam quem era iniciado ou não pela data da contratação. Estes eram valores importantes pelos quais os indivíduos, mesmos que de forma involuntária e inconsciente, acabavam por se reconhecer em um círculo de amizade ou de poder. As reclamações oriundas do cotidiano do policiamento indicam isto, conforme o memorando do coordenador de segurança encaminhado ao general Bruno Castro da Graça em 8 de agosto de 1981:

Com referência ao incidente envolvendo os engenheiros [...] e [...], ambos da Enge-Rios, Logos e o GS [...], informo a V.Sa. que o Guarda, no cumprimento de suas atribuições, pediu os crachás aos engenheiros e quando conferia as fotografias com o portador o Engº [...] não gostou da demora, saindo do carro e reclamando para o Fiscal [...], que se encontrava presente. Incidentes como este, infelizmente são comuns na Barreira de Controle, principalmente com os funcionários mais qualificados da Itaipu, que julgam que os guardas têm obrigação de conhecê-los, identificando-se com visível má vontade, o que não acontece com o pessoal de nível mais baixo, que demonstra maior compreensão da finalidade da Segurança Física e mais educação, apesar de menos instrução [...]»<sup>88</sup> (sic).

As explicações sobre o conteúdo do documento acima mostram a desobediência institucional e hierárquica e exemplificam as distinções de tratamento presentes nos eixos, pois nem todos poderiam descer do veículo e reclamar de uma atividade regular. Uma minoria utilizava-se de veículos cedidos pelos consórcios para ir e vir de sua residência, tendo a grande maioria que permanecer calada ante qualquer ato contestatório, sob pena de ser demitido. O “pessoal de nível mais baixo” obedecia fielmente porque dependia do emprego, e, quando se rebelaram sofriam as consequências. Isto os diferenciavam dos demais.

Retomando os fatores triangulares, entende-se que este modelo de análise aniquila as diferenças entre os vários indivíduos que transitam nos mesmos espaços e constroem de forma individualizada e coletiva as suas histórias. Não há uma classificação divisionária aparente, mas uma categoria ilustre e autônoma ao lado de expatriados, conforme estudos antropológicos de Gustavo Lins Ribeiro (1991, 1992).

---

<sup>88</sup> Centro de Documentação da Itaipu Binacional: Acesso ao arquivo físico em março de 2014.

Na obra binacional de Itaipu, o controle do cotidiano dos trabalhadores era facilitado pela padronização visual. As identificações particularizadas dos crachás, a qualidade das moradias nas vilas residenciais, dos clubes sociais e dos gigantescos refeitórios com seus devidos valores simbólicos, distintos visualmente até pela arquitetura, rompiam com a utópica e manipuladora igualdade apregoada, materializando o poder individual ou de grupos em todos os espaços da construção.

Naturalmente, as agências de segurança tinham uma vantagem sobre alguns espaços, mas não sobre o todo no processo de produção. Seu limite nos espaços era restrito, consistindo em regular de forma prática e ostensiva os atritos sociais, fenômeno que evidenciava a separação entre os “aristocratas” e os trabalhadores braçais. O braço policial repressor existia porque existiam as diferenças sociais que promoviam as tensões, porém os tratamentos eram sempre diferenciados.

O corpo policial da hidrelétrica como trabalhadores aristocratas, também poderia ser identificado como “equipes dirigentes”, parafraseando Goffman (2013, p. 69-70-71), uma vez que além de possuírem salários elevados, organizavam as condições de lideranças, de produção e de repressão nesses espaços. As agências de segurança eram autônomas, mas transitavam no mesmo campo social, pertencendo aos futuros sindicatos, paradoxalmente, no mesmo momento que agiam para reprimi-lo. Interessante lembrar que quando aconteceram as greves do final da década de 1980, os agentes de segurança se organizaram e tomaram partido, equalizando as posições entre aqueles que apoiavam os grevistas e os que atuavam como repressores do movimento.

Entende-se, neste caso, que pode haver uma sintonia entre “instituição total” e “campo social”, nos apropriando desses conceitos quando analisados o poder e o lugar de onde estes se originam, respectivamente. Neste caso, o campo social da Itaipu Binacional ganharia sustentação a partir da formação do primeiro conselho de administração em 1974 (ver Figura 5). Não entram nessa perspectiva as negociações que mobilizaram a escolha dos projetos. Porém, uma instituição total, pode ser caracterizada como um espaço diverso em um campo social, no qual são mantidas certas relações de dependência institucional e poder. Isto porque a existência de uma instituição total clássica pressupõe também a existência de um Estado (campo de poder) que a abriga. É por esta razão que os pertencentes aos grupos das agências de segurança não podiam desvincularem-se do campo militar e, na tentativa de atuação imediata como dominantes, incorporaram-se no campo social da engenharia.

Apesar da tentativa, essa estratégia não daria certo, pois, embora estivessem inseridos neste espaço da engenharia, se tal inserção fosse bem-sucedida, seria observado o fenômeno de um mecanismo presente em qualquer campo social conhecido por *histerese*, ou melhor, uma inadequação funcional, seguida pela deficiência que se caracteriza pela inércia, perante uma condição específica entre o campo e os indivíduos dotados de *habitus* diferentes. Essas manifestações são percebidas pelas contradições ou desacordos presentes na tentativa de adequação de determinados *habitus* ou capitais sociais em campos diferentes e historicamente constituídos (HARDY, 2018). Sobre este conjunto de fatores Bourdieu afirma:

A histerese dos *habitus*, que é inerente as condições sociais da reprodução das estruturas nos *habitus*, e sem dúvida um dos fundamentos do desacordo estrutural entre as ocasiões e as disposições para aproveitá-las que gera as ocasiões perdidas e, em particular, a impotência, frequentemente observada, para pensar as crises históricas segundo categorias de percepção e de pensamento que não sejam as do passado, ainda que ele tenha sido revolucionário (BOURDIEU, 1983, p. 77).

Ainda sobre a *histerese*, Hardy (2018, p. 192) afirma que “Quando a *histerese* ocorre, novas oportunidades são criadas pelas estruturas de campo alteradas. Entretanto, há um alto nível de risco associado a *histerese*, já que, pelos menos por um tempo, as lutas no campo ocorrem no contexto de um futuro desconhecido”. Portanto, o mecanismo da *histerese* ajuda a entender a mudança individual forçada em espaços autônomos, ou seja, “esse comportamento individual é justamente o que permite demonstrar um efeito de afastamento do agente das determinações grupais e de classe, um afastamento de seu *habitus* individual em relação ao *habitus* de seu grupo, através do senso prático” (MONTAGNER, 2011, p. 255-273). A *histerese* é então um mecanismo que possibilita mostrar as diferenças entre um campo social e uma instituição total. Enquanto no primeiro existe a competição, o jogo entre os dominantes e dominados, embora sujeito a distâncias e ajustes, no segundo a mesma competição não é aceita em face às regras verticais pré-determinadas, compondo um processo institucional entre internos e equipes dirigentes. Nesse espaço, a obediência e a submissão são as bases para a contenção das desobediências ou a concessão de regalias presentes de forma proposital nos eventos das “cerimônias institucionais” (GOFFMAN, 2013).

Vimos ao longo do tópico relacionado aos aspectos jurídicos da Itaipu Binacional que a distância social e acadêmica era respeitada em função da *doxa* como capital permanente e indissociável de cada campo social. A prática de se tentar mudar de campo e, como

consequência, de *habitus*, pode ser traumática. Dependendo das circunstâncias, pode até provocar uma certa instabilidade social ou individual.

A mudança de campo ocorreu nos quatro eixos que estudamos, trazendo influências no comportamento dos indivíduos que, às vezes, eram forçados a estas mudanças justificadas pela necessidade de ajustes em determinados setores. Em algumas empresas do eixo 2 (ver Tabela 5), por exemplo, foram observados este efeito, no momento que grupos de operários braçais, mesmo estranhos ao setor de segurança, foram designados para a função de vigiar. Estes, sem experiências, foram convidados a executar essa tarefa por força das adequações. Porém, ao atuar nesta atividade, transgrediam violentamente as normas legais, geralmente assimiladas como *habitus* por indivíduos originários do campo militar, demonstrando a traumaticidade da experiência e os efeitos da *histerese*. Não que certos agentes sociais, cuja primeira origem fosse o campo militar, executassem suas atividades sem lançar mão de mecanismos repressores. Na verdade, eles sabiam utilizar-se desses mecanismos sempre guiados por regras e ritos presentes nas formas de torturas físicas e psicológicas (SESSI, 2015). A atuação esperada não poderia ser rapidamente assimilada por indivíduos oriundos de outras atividades laborais, resultando em inadequações de comportamento.

É possível reconhecer a diferença entre a violência simbólica advinda das agências de segurança e o seu corpo técnico da violência simbólica que se originava nos setores das feitorias. Seus objetivos diferiam, mas a violência que os levava aos sentimentos de medo eram os mesmos.

Em comum, as empresas de todos os eixos apresentavam esta dinâmica. Da mesma forma, essas formas de repressão institucionais se manifestavam de modo mais expressivos na fase anterior aos sindicatos dos trabalhadores. Sem saber, os futuros líderes sindicais eram antes os pivôs de toda essa forma de dominação, que se criaram as bases para se instaurar os futuros sindicatos.

Especificamente, sobre os grupos de segurança, havia um ponto de discórdia permanente dentro desse espaço em disputas. Pode-se dizer que suas presenças em determinados ambientes frequentados por outras esferas da aristocracia dos trabalhadores da construção, não eram bem-vinda, justamente pela diferença social presente no campo.

Mesmo aquele considerado o melhor inspetor de segurança, ou melhor fiscal de segurança, mesmo sendo detentor de nível acadêmico, não tinha as mesmas prerrogativas auferidas por outros chefes de setores da construção civil, considerados níveis “A” da barragem, mesmo que estes chefes nunca tivessem frequentado uma universidade. Nota-se, portanto que,

no campo social da Itaipu, não era o *status* de acadêmico que prevalecia, tampouco era requisito como divisor social. E o mais importante: aqueles que buscavam reconhecimento ou superação alimentavam seus sonhos por meio das divulgações do jornal corporativo *Informativo UNICON*, como veículo propagador, isto é, um espaço publicitário “democrático” num ambiente repressivo da construção.

Durante a construção da Itaipu, precisamente no período de 1978 a 1988, o jornal bilíngue (português e espanhol) informativo UNICON teve uma função fundamental: a promoção e valorização dos trabalhadores considerados “destaques”. Este jornal foi instituído como o principal veículo de informações, exclusivas do consórcio UNICON, cuja finalidade era a de promover, não só os eixos institucionalmente consorciados, mas os trabalhadores, de modo geral, que “fossem destaques na realização das suas tarefas” (OLIVEIRA FILHA, 2017). Interessante é que, mesmo sendo bilíngue, as reportagens abordavam, com periodicidade quinzenal, os feitos realizados por trabalhadores brasileiros. Assim, o sentido de ser um jornal bilíngue, além da própria binacionalidade do projeto Itaipu, perdia sua razão de ser, uma vez que não atendia ao público do Paraguai, reportando suas realizações. As reportagens em idioma português, sobre trabalhadores brasileiros, eram na íntegra traduzidas para o idioma espanhol, no mesmo caderno. Essa valorização atribuída aos brasileiros nem sempre fazia sentido, uma vez que, em muitos casos, não eram trazidos fatos novos inerentes à cultura e à perspectiva da construção, vista do ponto de vista dos trabalhadores paraguaios.

Portanto, este jornal corporativo funcionava como um órgão que desintegrava os problemas sociais desagradáveis, tornava todos “iguais” e incentivava as buscas por superação, durante as jornadas de trabalho, fundamentalmente baseada na competição entre as centenas de turmas de trabalhadores, lideradas pelas mais diversas feitorias subordinadas apenas aos engenheiros. Nas palavras de Oliveira Filha:

No Informativo Unicon, no entanto, estão bastante presentes textos característicos de exaltação (entendida como ação de elevar a um grau de mérito mais alto) da obra e sua importância, aliada à exortação (significando encorajamento, estímulo, incitação) do compromisso dos trabalhadores com a concretização do projeto, no prazo previsto. Ressalte-se que o Consórcio Unicon se comprometeu a cumprir um cronograma apertado e corria o risco de pagar elevadas multas em casos de descumprimento (OLIVEIRA FILHA, 2017, p. 7).

Vemos, portanto, que a “exaltação e as metas dispostas no compromisso em se cumprir o cronograma” eram os motores propulsores e o Informativo funcionava como um combustível motivacional dentro desse projeto inovador. Por mais que alguns desses líderes de trabalhadores braçais e outros não fossem especialistas, nem oriundos de círculos acadêmicos, estes, trabalhando em equipes, trocavam experiências considerando o estímulo propagado pelas notícias do Informativo. Isto possibilitava o entendimento adequado, por meio da linguagem interativa e compreensível através da adaptação do idioma, em toda a cadeia produtiva e levava todos os engenheiros envolvidos com a construção a reconhecerem o Informativo como muito importante.

As lideranças eram trabalhadores essenciais que se mantinham sempre conectados pela mesma agenda, sentiam-se imprescindíveis nas chamadas “reunião das sete”, momento informal onde os coordenadores de áreas se encontravam durante a troca de turno, conforme a reportagem do Informativo UNICON de março de 1981:

Quem passar em frente à Central de Concreto da Margem Esquerda, às 7 horas da manhã, encontrará uns 10 carros e umas quinze pessoas conversando próximo aos **quadros da produção**. “Trata-se da “Reunião das Sete”, na qual engenheiros que trabalham no turno da noite encontram-se com engenheiros que irão dar prosseguimento aos trabalhos durante o dia” (Inf. UNICON, Ed. Nº 67, 18/03/1981, p. 03) (grifo nosso).

Por outro lado, à luz dessas reuniões, o discurso dos chefes das agências de segurança não eram os mesmos discursos dos construtores e dos engenheiros, ainda que estivessem transitando num mesmo espaço. Enquanto para os primeiros a meta era o controle e a repressão por meio do policiamento, para o segundo era a produção e o batimento de metas, confirmadas pela quantidade de concreto produzido e lançado durante uma jornada de trabalho, fosse essa jornada tanto noturna ou diurna. Essas duas classes de trabalhadores representam dois lados importantes para a evolução de qualquer proposta capitalista, mesmo que através de projetos totalmente diferentes na esfera da produção. Este foi um dos fatores determinantes para se manter a separação no campo, o qual explica a busca por troféus diferentes.

Em 1985, com quase uma década de trabalhos na barragem, o general Bruno Castro da Graça, chefe da Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu Binacional (ASI/IB) queria oferecer um reconhecimento que ele entendia ser de direito dos seus subordinados mais próximos, após tantos anos de atividade no canteiro de obras. Naquela época, o general solicitava ao departamento de assistência à construção uma autorização para que inspetores e

fiscais de segurança pudessem fazer suas refeições no refeitório de classificação “A”, com os demais níveis de chefias responsáveis pelas obras, fator que não era reconhecido por anos. No ofício encaminhado ao engenheiro chefe do departamento de assistência, o general acrescentava:

As instruções desse Departamento, sobre os usuários do Refeitório A, não consideram os Inspectores de Segurança e os Fiscais de Segurança desta Assessoria como autorizados a frequentar o citado Refeitório. [...] Todos têm boa formação cultural, muito boa educação, e alguns têm curso de nível Superior. Três dos Inspectores são Oficiais da Reserva da Marinha ou do Exército<sup>89</sup>.

A afirmação “as instruções do Departamento não consideravam” pode ser interpretada como uma separação social fundamentada nos conceitos de suas origens sociais, ou seja, uma forma de estigmatização. Do mesmo modo, ficava explícito a intenção de os gerentes de se manterem afastados de outros setores e agentes estranhos ao processo da construção. Para os que transitavam entre os eixos, o diferencial era pertencer ao ramo de atividade ligado à construção, desde que se mantivesse ileso e afastado dos setores de segurança.

Retomando os casos gerais referentes aos eixos e às profissões, não ocorria que os trabalhadores com profissões idênticas desempenhassem a mesma tarefa em todos os eixos, pois embora fosse um campo social único, em cada um desses espaços havia diferenças nas atividades executadas. Nesse sentido, ser ajudante da montagem ou da topografia para o eixo 1 era bem diferente de ser um ajudante da concretagem ou da carpintaria do eixo 3 ou ajudante de serviços gerais do eixo 2. Enquanto para o primeiro havia a necessidade de desenvolver alguns tipos de cálculos e anotações, o que exige a habilidade de raciocínio lógico, para as outras atividades a exigência era puramente braçal, quase sempre desenvolvidas nos piores lugares da construção, sob as ordens de feitores desrespeitosos.

As tarefas atribuídas aos trabalhadores menos reconhecidos tinham muitas vezes um caráter punitivo em função da necessidade da urgência e cronometragem para a sua realização. Os trabalhadores cedidos para outras equipes sob as ordens de outros feitores eram estigmatizados no sentido de serem obrigados a desempenhar atividades perigosas, por exemplo, em locais muito altos, além de serem estranhas, diferentemente para aqueles que estavam acostumados a realiza-las (GUIMARÃES, 2013).

---

<sup>89</sup> Centro de Documentações de Itaipu: Rolo 9197, Filme: 0096.

Muitos atravessariam todo o período da construção passando, no mínimo, por dois eixos sem jamais terem mudado de função, enquanto para alguns, essa mudança ocorria de forma rápida. Na verdade, os históricos indicam que para alcançar algum cargo de chefia superior ao cargo de feitores, como encarregado de turma ou chefe de setor, necessitava-se anos de trabalho, juntamente com a capacidade de transitar pelos piores lugares e, só então, ser visto como alguém que suportasse as adversidades do ofício e fizesse a diferença no campo da produção.

Fazer uma tarefa sem hesitar, a qual foi recusada por alguém, representava um sofrimento físico e mental. Entretanto, suportá-la ao longo de anos representava também a busca pelo reconhecimento pessoal de um competidor por alguém que já tinha passado por esta fase, como afirmava o encarregado de lançamento de concreto do Consórcio UNICON José Pacheco da Silva (Informativo UNICON, Ed. Nº 76, 1981). Ao lembrar-se de um trabalhador que há anos era seu subordinado, que conhecera em 1966 na construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, no Piauí, e, posteriormente, lhe acompanhara até Itaipu já na função de sub encarregado, ele reconstrói esta trajetória recordando os esforços pelos quais se sujeitaram para se manterem no trabalho. O depoimento abaixo sustenta a análise acerca do poder e da seletividade presente nas funções das feitorias. José Pacheco afirmava ao Informativo UNICON que naquela época

[...] o transporte de cimento para a central de concreto era feito manualmente. Trabalho pesado, porque o cimento atacava as vias respiratórias do operário. Nestas condições, eram poucos os empregados que aguentavam por muito tempo neste serviço, o que inclusive obrigava um rodízio entre eles. E Manoel, com outro baixinho do qual me esqueço o nome agora, eram os dois melhores. [...] O trabalho era duro. Tanto que no depósito de cimento, muitas vezes, um operário erguia um saco, ao lado de outro, e não via o companheiro devido ao cimento suspenso no ar (Inf. UNICON, Ed. Nº 76, 1981, p. 05).

Nas obras pesadas nem tudo é como na linha de produção. Aqueles que buscavam a inserção desconheciam também que a exposição excessiva à poeira de cimento poderia acarretar-lhes sérios problemas de saúde, fator que justificava a “baixa resistência” de trabalhadores que não suportavam, recusando-se a executar tal tarefa e por isso, ficando estigmatizados. A dificuldade respiratória já era um sintoma de incapacidade para se continuar na atividade. Este é um dos casos que fazia o trabalhador ser aceito ou estigmatizado em determinados lugares e que se tornaram práticas comuns de seleção de pessoa nos grandes projetos. Pode-se afirmar que isto valia para todos os eixos.

Parecia ser comum o fato de determinados indivíduos buscarem reconhecimentos num campo permanentemente marcado pelas disputas. Por essa razão, o reconhecimento sai das esferas do trabalho e adentra no cotidiano familiar como molde o desenvolvimento pessoal. Os sonhos para esses indivíduos tinham que se materializar, sob o risco de os esforços perderem o sentido. Assim a matéria jornalística do informativo definia o sucesso profissional: “Atravessando talvez a melhor fase financeira de sua vida, Manoel há muito deixou para trás seu mais fantástico sonho de criança: o de comprar uma bicicleta para encurtar as longas caminhadas” (Inf. UNICON, Ed. Nº 76, 1981, p. 04).

Como vimos, para os iniciantes em grandes obras, passar pelo tormento de carregar cimento manualmente era um trampolim para o reconhecimento em geral, retorno financeiro e realizar determinados sonhos.

Porém, para se atingir o objetivo a ação coercitiva e simbólica fundamental vem à reboque. A violência simbólica, por si, bastava para instilar apreensão e conseqüentemente a modificar atitudes dos trabalhadores receosos e inseguros quanto à instabilidade de se manterem empregados.

Atuando nesses eixos haviam indivíduos, por exemplo, os trabalhadores brasileiros especializados em barragens, que pelo seu *habitus* já naturalizado se comportavam como se fossem a própria empresa. Em contrapartida, havia indivíduos que o tempo de sua permanência nos eixos se tornavam curtos por diversos fatores, resultando na ausência da naturalização dos elementos sociais presentes nas grandes construções.

Estabelecia-se na construção da barragem um sistema cadenciado de contratações e demissões, não havendo tempo suficiente para que qualquer indivíduo com capacidades estranhas à atividade de construção se qualificasse ou se apropriasse dos elementos sociais inerentes à sua função. Diferente desses casos, outros trabalhadores construía suas histórias em alguma dessas empreiteiras sem passarem por rupturas na carreira profissional, assim como a experiência do operário Manoel e de outros. Os trabalhadores como Manoel eram nômades quase sempre movidos pelas relações sociais que atravessavam épocas, experiências e empreendimento distintos, tornando-se cada vez mais sedimentadas, como um processo educativo permanente.

Voltando ao caso da hidrelétrica de Yacyretá, cremos que seja esta a parte fundamental do *habitus* e a possibilidade de relacioná-lo com o conceito de “bichos de obras” e de trabalhador nômade de barragens, os ditos barrageiros. Nesse sentido, na construção de Itaipu contava-se com o segmento dos nômades e sua característica de pertencer a um determinado

circuito migratório ativo e exclusivo de grandes obras, e assim construir uma nova identidade que não só de expatriados, conforme afirmava Gustavo Lins Ribeiro (1992). Para este autor, os bichos-de-obras

[...] entram no circuito migratório dos grandes projetos e nele passam a viver permanentemente durante sua vida economicamente ativa. Mais ainda, como se encontram entre os trabalhadores especializados de origem italiana casos de até terceira geração de pessoas que vivem permanentemente vinculadas aos circuitos migratórios dos grandes projetos em escala mundial, o bicho-de-obra arquetípico é nascido e criado em acampamentos de grandes obras pelo mundo afora, e encara esses circuitos e acampamentos como definidores de sua identidade (RIBEIRO L., 1992, p. 10).

Embora Lins Ribeiro afirme que os bichos-de-obras eram apenas estrangeiros, há uma diferença substancial ao atribuir este conceito ou denominação aos trabalhadores de Itaipu. Isto porque muitos estrangeiros expatriados que fizeram carreira nas empreiteiras da obra de Itaipu assumiam uma condição apenas de “barrageiro”, ou seja, barrageiros estrangeiros e não “bichos de obras”. Eles pertenciam a um seletivo grupo daqueles que se identificavam com as suas lideranças e conseguiam migrar de obra em obra, como seria o caso do operário reconhecido por suportar as duras jornadas nas atividades de carregar e descarregar cimento, realizando uma atividade insalubre e rejeitada por outros.

Nessas fazes migratórias não era cobrado nível de escolaridade, como era exigido dos pertencentes aos grupos de engenharia e grande parte dos gerentes. Mas o elemento importante seria o capital social (*habitus* e relações de amizade). Tais mecanismos os levariam a passar por grandes empreendimentos, compondo certas relações que se diluem, fazendo um operário especializado pelos anos de experiência se tornar um membro frequentador da elite das grandes construtoras, adquirindo, por meio disso, o *status* de pertencer à aristocracia dos trabalhadores. Entretanto, fica mais evidente que essa característica teve mais êxito em Yaciretá e menos em Itaipu em face o grande número de trabalhadores empregados para a construção.

Curiosamente, estas características não eram comuns no corpo de segurança. Considerando que os elementos essenciais da função era a coerção, não havia nesses indivíduos os vícios dos grandes projetos, porém, seus *habitus* correspondiam ao das organizações policiais e militares por ser estes os lugares onde são incorporados o último processo de institucionalização. Aliás, este era o essencial e imprescindível requisito para atuar nessa área.

Em nossas pesquisas de campo realizadas entre 2013 a 2014 com o objetivo de coleta de dados acerca da formação das agências de segurança, verificamos que entre os seis

entrevistados, 4 eram ex-integrantes do exército (entre 1974 a 1978), sendo três desses do Distrito Federal, 1 da Polícia Militar do Paraná e 1 da Marinha do Rio de Janeiro. Este último participou dos primeiros estudos como funcionário da Ieco-ELC e depois assumiu uma vaga na Itaipu e na AESI (SESSI, 2015). Desse modo, se um operário da construção atinge um certo reconhecimento trabalhando por anos de obra em obra, o agente de segurança inicia sua vida profissional nos quartéis, adquirindo experiências diferentes das adquiridas no círculo das grandes empreiteiras de construção. Neste caso, na busca por profissionais, inicialmente as empresas fazem um intercâmbio movido pelo reconhecimento dado por aqueles que se constituem líderes de turmas em outros projetos, formando uma espécie de matrimônio, cuja finalidade são as metas a serem desenvolvidas. Depois de perpetuado o quadro de operários utilizam-se de diversos mecanismos que favoreçam a integração e a propagação dessa forma de relação. Como mostrado pelo Informativo UNICON, era de fato o elemento principal dessa dinâmica.

Em um texto cujo título era: “Itaipu: Império dos Recordes”, o jornalista afirmava: “Sigamos avançando com o mesmo entusiasmo. Cada dia que nasce deve trazer consigo novas motivações que impulsionem nosso ânimo para produzir mais e melhor” (Inf. UNICON, Ed. Nº 3, 1978, p. 02). Da mesma maneira, o autor do texto continuava alertando os trabalhadores para darem o melhor de si e irem além do “mais e melhor”. Alertava para que os operários assumissem definitivamente sua personalidade de trabalhador. O seu caráter, para ser aceito na totalidade, devia estar amalgamado com toda a simbologia que a Itaipu, enquanto projeto, representava na sua forma individual e coletiva:

Preparemo-nos para enfrentar cada jornada com o mesmo impulso que nos conduziu até este ponto e que nos há de guiar para a meta final, ainda que tenhamos que enfrentar numerosos obstáculos que nos darão a ocasião de propiciar novos recordes, tarefa já familiar para a classe de homens que forjam seu caráter sob o símbolo de Itaipu (Ibid., p. 102).

A cada edição, os cronistas propagavam esse ideal quase que hereditário de unidade e coesão, tendo os recordes como fator de união e de cumprimento do dever assumido. Era a manifestação da *illusio* coletiva e o troféu a ser alcançado sob o mesmo prisma e pelas lideranças que arrastavam os trabalhadores braçais para essa mesma lógica. Em outros termos, o “aparente” e divulgado sucesso dos trabalhadores braçais dependia também do compartilhamento dos objetivos e interesses pelos quais as lideranças buscavam vencer. Segundo Grenfell (2018), o “interesse, a *illusio*, tem todas as aparências de ser natural, quando,

na verdade é um produto do campo, enquanto ato coletivo, apreendido pelos indivíduos de acordo com seus próprios *habitus* constituídos socialmente” (p. 208).

A conclusão de uma etapa dos trabalhos, com o volume de concreto lançado, se caracterizava como um troféu. Oferta composta por formas, ferragens e concreto transformada em combustível que movia o canteiro de obras (Ver anexo B). O encerramento de uma etapa também se transformava em destaque e facilitava aos trabalhadores serem vistos como competidores, “atletas da argamassa”, disponíveis em equipe, mas em campos separados por atribuições, mesmo que sempre atrelados aos seus feitores, e estes vistos como comandantes de *times*. Este era o principal jogo do campo da produção.

Entretanto, os noticiários do Informativo também apresentavam em algumas edições as diferenças sociais, a biografia ou *habitus* de alguns trabalhadores que, não obstante, serviriam para impulsionar aqueles que se superavam nas atividades e assim serem agraciados com posições destacadas de lideranças. As palavras ditas por Jacy Linhares, encarregado de carpintaria com 54 anos e 35 anos de experiência em barragem, ao Informativo da UNICON em 1979 indicavam isto. A sua forma de expressar mostravam as virtudes e o lugar ocupado por cada indivíduo dentro do campo, isto é, o espaço simbólico não se desfaz, mas se aprimora dentro dos seus limites, não permitindo determinado avanço sem autorização prévia: “Nós, os encarregados, procuramos orientar os carpinteiros sobre as adaptações que se fazem necessárias. Quando a dificuldade apresentada ultrapassa nossa autonomia, recorremos ao engenheiro-chefe para recebermos a devida orientação” (Inf. UNICON, Ed. Nº 22, 1979, p. 03).

Poucos conseguiam se identificar com estas lideranças e com as características recomendadas por Jacy Linhares, e, assim, avançar criando um vínculo com a empresa e assumir para si e para os demais uma postura de resistência às lutas. No entanto, isto não era perceptível nos grupamentos de trabalhadores do eixo 2 porque o discurso da elite da construção era repassado integralmente por diversos meios até chegar ao dominado ou ao interno do campo. Além disso, tal discurso sempre vinculava as histórias de vida dos trabalhadores à contratação nos consórcios e depois destacava as possíveis vantagens de se pertencer ao maior canteiro de obras do mundo (Informativo UNICON, 1980). Essa é a essência do *habitus* e da *illusio*, uma vez que ele “liga o social com o individual, porque as experiências do curso da vida de uma pessoa podem ser únicas em termos de seu conteúdo individual, mas compartilhadas em termos de sua estrutura com outras pessoas da mesma classe social” (MATON, 2018, p. 73-100).

Nesse ambiente competitivo a *illusio* prescinde de relações que encadeiam o reconhecimento da atividade desenvolvida, mas, antes de tudo, relações sociais que aproximam os agentes que estão no poder com aqueles que buscam essa mesma posição. Observando por esse prisma, um dos fatores recém promovidos na obra da Itaipu considerava o esforço e valorização como atributos de alguém que estava sendo permanentemente observado: “Creio que esta minha rápida subida se deve muito ao curso que fiz no Treinamento, a par de meu esforço que foi valorizado pelos meus chefes” (sic) (Inf. UNICON, 1980, Ed. Nº 55, p. 05). Enquanto o ex-frentista promovido à função de feitor acrescentava: “Antes de entrar para o UNICON eu me conformava com minha situação profissional, embora tivesse vontade de melhorar. No entanto, as oportunidades para isto só vieram a aparecer aqui na UNICON e eu segurei-a com toda a boa vontade” (Ibid., p. 05).

As conformações, em todos os eixos, sobre as quais os feitores traziam em seus argumentos, são os mecanismos eficazes de controle presentes e inerentes a cada espaço social. Tais mecanismos podem naturalmente evoluir para um objetivo satisfatório e da mesma forma, aniquilar as lutas por posições. Há uma via de mão dupla quando se analisa este processo de ascensão ao poder alcançado de forma rápida, conforme demonstraram as reportagens do informativo dos empreiteiros. Isto é, por um lado uma ascensão rápida pode ser atribuída às competências individuais, mas, por outro lado pode ser entendida também como uma espécie de estratégia, objetivando amenizar as tensões no interior desses espaços de produção.

Essa prática de identificação de pessoas com inclinações para o comando de turmas pode ter ocorrido no processo da sindicalização antes de 1985. Aliás, houve até a cooptação de trabalhadores para atuarem “como delatores, uma prática das agências de segurança” (MATHEUS, 2013; AMÉRICO, 2014). Mas, essa prática também pode ter sido utilizada pelos engenheiros e encarregados por meios de ações pontuais delegadas aos feitores.

Voltamos a lembrar que em quaisquer níveis dos eixos estudados, as ações enérgicas dos encarregados e dos feitores, mais ou menos elaboradas e reconhecidas, eram importantes como elementos formadores de consenso. Esta fração atuava nos limites hierárquicos do dos eixos, lugar em que estes trabalhadores braçais disputavam posições e almejavam estar. Ser classificado para as funções de feitores era relativamente fácil, porém era difícil chegar ao cargo de encarregado de turma, e quase que impossível ser promovido a chefe de setor, pois cada eixo apresentava suas particularidades e exigências específicas, as quais muito difíceis de serem alcançadas.

Os feitores tinham habilidades de sorratamente observarem as dificuldades dos subalternos, enquanto cobravam extrema produtividade, e fazendo assim, o jogo da exigência de produção das empreiteiras. Ficava evidente o seu poder sobre a manutenção dos empregos nos momentos em que as reduções dos setores se tornavam mais evidentes, principalmente no início da década de 1980. Do mesmo modo, afluía o valor expressivo caracterizado pela violência simbólica que estes feitores possuíam nas ameaças constantes e veladas dirigidas aos trabalhadores. Falava-se que “o facão<sup>90</sup> ia cortar cabeças”. Além disso, as formas que os feitores tinham de conquistar seguidores e estabelecerem relações sociais era reconhecidamente forçada e atrelada ao vínculo dos indivíduos ao trabalho. Na verdade, houve um período no qual antes mesmo de ser selecionado para ingressar em uma grande empresa na qual se executaria uma grande obra, o trabalhador já possuía uma visão aterrorizante do feitor ao ponto de comparar a construção como o “engenho do tempo colonial” e o feitor como o indivíduo que levasse consigo permanentemente um chicote para punir os trabalhadores. A história de vida do operário de Manoel Rodrigues narrada na reportagem do Informativo UNICON de agosto de 1981 demonstra uma busca por posição social em um espaço competitivo, mas também as ilusões, o medo e os benefícios que um indivíduo pode ter ao estabelecer relações duradouras, atravessadas por décadas, sem intervalos. Não foi por acaso que em 1981 o “operário padrão” eleito pelos trabalhadores da barragem para representar os empreiteiros foi o subencarregado de turmas de concretagens Manoel Rodrigues de Souza. O operário padrão foi o mesmo que iniciou suas atividades em 1966 carregando sacas de cimentos nas costas numa barragem em Piauí (Inf. UNICON, Ed. Nº 76, 1981, p. 01-04-05). Sobre suas lembranças anteriores a de ser um trabalhador da construção civil e do que pensava acerca dos feitores de turmas, função que tempo depois assumiu em outros empreendimentos, Manoel Rodrigues afirmava:

A minha experiência era pouca. Eu por exemplo, só ouvira falar daqueles feitores ferozes que açoitavam os trabalhadores, no tempo da escravidão. Por essa razão, fiquei um pouco com medo quando ouvi falar do feitor de barragem. Mesmo assim eu queria ver de perto esses tais feitores e conferir a história dos açoites. E logo vi que estes eram bem diferentes daqueles do passado (Ibid., p.05).

---

<sup>90</sup> Termo simbólico, criado pelos operários que anunciava constantemente as demissões em massa no canteiro de obras: “[...] não tenha dúvidas que, se este meu pedido for atendido logo (enquanto o "facão" não me pega), irei guardá-lo para lembrar que, com 52 anos (que Deus me perdoe!), passei 49 no inferno (Nordeste) e três anos no céu (na UNICON)” (Informativo UNICON, 1983, Ed. 98, p. 03).

Quais eram as diferenças entre o “feitor dos escravos e os feitores das barragens” no olhar de Manoel Rodrigues? Eram muitas. Foi demonstrado ao longo do texto parte delas. Porém, há duas diferenças substanciais, mas em uma relação econômica.

A primeira diferença é a substituição dos açoites pela violência simbólica, cujas formas intencionais se sustentavam na ameaça de demissão ou na coação para a execução tarefas em lugares perigosos, admitindo previamente o feitor que o trabalhador tinha medo em executá-las. O operário não era obrigado carregar sacas de cimento no interior de um ambiente insalubre, mas o ato de recusa a executar certas tarefas indicava gesto de rebeldia por parte daquele que estava no comando das turmas, podendo este tomar medidas práticas e administrativas temerárias, cujo fim era o desligamento da empresa. Como afirmou um feitor em entrevista ao Informativo da UNICON: “penso que as pessoas devam ser tratadas sempre da mesma forma, sejam elas mais fortes ou mais fracas” (Inf. UNICON, Ed. Nº 69, 1981, p. 04). Aqui está presente um forte indicativo sobre a forma pela quais todos eram tratados nas obras da Itaipu, uma vez que ao admitir os trabalhadores como se fossem todos iguais, eliminaria forçosamente as diferenças físicas e psicológicas que poderia haver na organização dos setores de trabalho.

Não havia formas de se romper com isso, e foi devido ao uso da violência simbólica ostensiva na construção da Itaipu que não foi possível pensar em sindicatos na gestão do general José Costa Cavalcanti. Mas qual seria de fato a essência da violência simbólica? Para Schubert (2018, p. 234-269),

[...] a violência simbólica é uma forma geralmente não percebida de violência e, em contraste aos sistemas onde a força é necessária para manter a hierarquia social, ela é uma forma eficaz e eficiente de dominação porque os membros das classes dominantes não precisam despender muita energia para manter seu domínio.

As energias das classes dominantes eram canalizadas em dois processos simples de controle, a saber “redução de quadros e a baixa produção” (SESSI, 2021a).

Quanto à segunda diferença entre feitores coloniais e de barragens, cuja dúvida teria sido posta à prova por Manoel Rodrigues, citado pelo Informativo UNICON (Ed. Nº 76, 1981, p. 01-04-05), refere-se ao fato de que este feitor das barragens tinha, assim como os demais trabalhadores, o salário e a autonomia para ir e vir. No entanto, todos os empregados, independente de suas classes sociais, assumiam, no caso da Itaipu o compromisso com a construção das obras da barragem, símbolo maior da construção, e incorporavam em suas características pessoais, o orgulho de pertencer ao grande empreendimento da Itaipu e seu

grande canteiro de obras. Estas relações e percepções constroem uma responsabilidade muito particular que impõe ao portador, a defesa das instituições nas quais se vinculam. Da mesma forma, ao longo do tempo, ficam moldadas as características dos espaços e das relações sociais que tendem a passar por uma espécie de ressignificação, com o avanço do tempo.

São esses os valores simbólicos sobre os quais nos referimos e que são significativos para conter as amarras e as distâncias no campo social. Porém, explicar a presença dos fatores é demonstrar este elemento da produção como fundamental também para o controle das turmas e dos interesses das corporações em todos os eixos, mesmo que após 1985 esta configuração tenha mudado e os fatores também tivessem se incorporado às lutas contra estas corporações. Na primeira década da construção o feitor era o elemento fundamental da dominação porque era ele quem era o pivô do controle da produtividade. Ele tinha a habilidade de controle, pois ele mesmo já havia sido um exímio operário. Sabemos que o trabalhador braçal que era promovido para a função de feitor tinha que se esmerar na execução das tarefas para ser considerado “realmente como um trabalhador”. Além disso, o feitor tinha que ter um vínculo de amizade (capital social) que muitas vezes ultrapassava os limites do canteiro de obras. A fala de um feitor reportada no Informativo UNICON ao se referir aos operários da sua turma ilustra o vínculo ao qual nos referimos: “Sei que gostam de mim, pois vários deles já me convidaram para almoçar em suas casas” (Inf. UNICON, Ed. 69, 1981).

Mais adiante nesta tese veremos que não havia no canteiro de obras uma preocupação com o medo da violência simbólica e com a ausência da compaixão, muito comuns no processo de produção capitalista. Por causa dessa desumanização do ambiente de trabalho, alguns operários passaram pela construção como vítimas de acidentes fatais e não foram reconhecidos ou indicados aos cargos de fatores. Isto nos possibilita inferir haver de fato características peculiares para o desenvolvimento dessa atividade, por exemplo, ser porta-vozes dos patrões, agir como se fosse o “dono do trabalho e do trabalhador” em todos os eixos que compunham o interior do canteiro de obras e nas obras de infraestruturas do eixo 2. Muitos não tinham essas características porque mantinham relações de amizade dentro das turmas, características antagônicas que os desabilitaram para a função de feitor.

Alguns números publicados pelo setor de treinamentos para o primeiro semestre de 1981 indicavam que 6.623 trabalhadores passaram por algum tipo de qualificação que permitiram avançar na sua carreira, e, com isto, a melhoria de seus salários (Inf. UNICON, Ed. Nº 76, 1981, p. 02). O noticiário sobre os quase sete mil formandos destaca ainda que, entre estes, estavam 128 fatores, uma quantidade expressiva indicando a sua importância no meio da produção. Era

mais de cem trabalhadores que saíram da base da produção para se tornar um elemento pertencente às equipes dirigentes em fase emergente, isto é, mandavam, mas eram ainda subordinados e ainda não podiam transitar junto aos empregados de nível “A”.

A reportagem publicada em 1981 no Informativo, serve como referência para analisar as demandas por ascensão profissional e também para mostrar o limite apresentado na área do campo. Qualquer que fosse o cargo de chefia para além da função de feitoria, não era nas esferas dos cursos de treinamentos que se conseguiria a ascensão, mas sim por meio do intercâmbio e dos laços de amizade que às vezes dispensava a formação acadêmica do indivíduo.

Podemos observar que nos demais setores da produção da construção, no organismo paramilitar, órgão coercitivo no qual os simbolismos eram mais presentes, as funções de fiscal de segurança e do inspetor de segurança, eram também objeto de desejo, constituindo-se a *illusio*, no limite da posição social dessa fração das agências de segurança. Tanto nas feitorias quanto nas agências, ao chegar nessas posições, as disputas cessavam. Porém, isto não quer dizer que a busca por reconhecimento se extinguisse. Qualquer que fosse a promoção ao novo cargo, independente do setor de atuação no campo, havia primeiramente a busca pelo destaque no desenvolvimento das atividades. O próprio Jacy Linhares comentou na mesma reportagem de 1979 produzida pelo Informativo UNICON, que

[...] as circunstâncias que envolvem o relacionamento é agir de acordo com as necessidades de cada um. Entretanto, existem certas regras gerais que regem estes contatos. Por exemplo: quando temos que negar alguma coisa ao empregado; não é aconselhável dizer simplesmente não; acho válido explicar porque não estamos atendendo ao pedido, o que, normalmente é compreendido por quem recebe o negativo. De qualquer forma, [...] é importante ter muito tato com aqueles que trabalham conosco. [...] Este, parece-me, é o segredo de um ambiente agradável e de um maior rendimento do empregado (Inf. UNICON, Ed. N° 22, 1979, p. 03).

O trecho do noticiário descrito acima indica quais as características esperadas para aqueles que buscavam posições dentro do campo social. Quando alguém “normalmente compreende” de forma pacífica um feedback negativo dos superiores mostra que se estabelece um consenso, sugerindo que o poder simbólico das lideranças é reconhecido sem o uso da força física, mas delimitando os espaços em que cada um deve se mover individualmente. É por meio disso que percebemos que as possíveis relações temperamentais e arbitrárias são transformadas em relacionamentos legítimos, isto é, “diferenças de fato, em distinções oficialmente reconhecidas” (BOURDIEU, 2011, p. 71).

Pode ser que ao longo dos 35 anos atuando em construção de barragens, Jacy Linhares, o barrageiro, também disputou espaços e se preocupou em manter seu capital social associado a outros tipos de capitais, estabelecendo vínculos e aprendendo a praticar uma espécie de “alquimia social” (Ibid.). Entendemos aqui dominantes e dominados não só no plano individual. No plano empresarial, entendemos também como dominantes as grandes e reconhecidas empreiteiras nas quais seus diretores atuavam de forma atreladas aos órgãos governamentais. Por sua vez, entendemos também como dominadas as pequenas e médias empreiteiras que as atividades se concentravam em obras civis de pouco impacto, geralmente de infraestruturas, tais como aquelas presentes no eixo 2.

Porém, se nas grandes empreiteiras (eixos 1, 3 e 4) as atividades e o comando se constituíam em esquemas muito bem elaborados, com posições definidas em seus espaços, nas empresas de pequeno porte que estudaremos no eixo 2 não era isso que se observava. Para este segmento, a característica prevaiente era a desorganização institucional.

Retomando alguns aspectos sobre o triângulo institucional e suas características, este esquema contém todos os requisitos de um campo social onde as disputas empresariais e pessoal em busca de projeção é a condição de sua existência. Nunca haverá consenso em um campo social, mesmo que este campo seja idêntico a uma instituição total nos termos de Goffman (2013). Vale considerar que “a estrutura de um campo é um estado de relações de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta, ou, se preferir, da distribuição de capital específico que, acumulados no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores” (BOURDIEU, 1989, p. 120). Pela perspectiva de Bourdieu então, outros elementos orbitam o espaço triangular de Lins Ribeiro, desnivelando o que poderia ser entendido como igualdade entre as partes ou nações envolvidas no projeto ou entre as posições sociais das construtoras envolvidas com o projeto. Para Bourdieu (Ibid.), não há igualdades, mas sim interesses diversos, tal como apresentamos nos primeiros capítulos desse estudo.

Sendo assim, no próximo capítulo estudaremos algumas fases da construção por meio de duas perspectivas. Na primeira consideraremos algumas questões acerca das licitações, tanto para as obras principais, quanto para aquelas consideradas prioritárias. Sabemos que um projeto a ser licitado, onde há a utilização das verbas públicas, há negociações que são sempre levadas adiante sigilosamente em todos os aspectos. Na Itaipu isso não foi diferente. Nesse sentido, como capítulo final, mostraremos alguns dados para entender como era importante para Octávio Marcondes Ferraz não ficar fora desse empreendimento. Da mesma maneira, pretendemos com

isso, adentrar na complexidade da construção, demonstrando haver espaços para os grupos ligados ao IPES sobre os quais apresentamos ainda no início desse estudo.

#### **CAPÍTULO IV. AS LICITAÇÕES E OS EIXOS NA CONSTRUÇÃO DA ITAIPU: A REALIDADE ALCANÇA OCTÁVIO MARCONDES FERRAZ**

Concentramos nosso estudo até o terceiro capítulo visando considerar as perspectivas do campo empresarial cuja influência moldou o canteiro de obras da Itaipu. Ao longo dos dois primeiros capítulos, destacamos as pressões pelas quais passou o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz na sua tentativa de levar seu projeto pioneiro ao nível de empreendimento concreto. Nosso estudo, portanto, não tem a pretensão de afirmar que o canteiro de obras previsto por Ferraz seria algo menos complexo que o levado adiante pelas empresas estrangeiras.

Em geral, as edificações de hidrelétricas, sejam grandes ou de menor potencial, são complexas e demandam níveis de especialidades diversas. Há a necessidade de mobilização de mão de obra quase sempre distantes do local onde se executam os trabalhos. Cremos que nesse aspecto não havia grandes diferenças entre os dois projetos. Aliás, Marcondes Ferraz previa isso, quando no relatório indicava que havia a necessidade de recrutamento de pessoal especializado fora do país, fato que ocorreu em Itaipu em grande número nas áreas da montagem.

Portanto, as diferenças principais e objeto dessa tese se concentram na complexidade da construção que facilitaram o emprego de grandes empreiteiras para a execução dos trabalhos. É nesse aspecto que os eixos fazem a diferença. Pode ser que para a Usina Federal das Sete Quedas, no contexto da década de 1960, não tivesse acesso à tecnologia alcançada nos tempos da Itaipu, sobretudo na utilização de equipamentos modernos para extração de rocha e argila. Como vimos, parte desses equipamentos era comprada pela própria Itaipu Binacional e depois emprestada para os consórcios.

Sendo assim, entendemos que a continuidade do estudo das empreiteiras por meio dos quatro eixos distintos traz importantes significados ao fluxo e às atividades que as empresas desempenhavam, além do corte que achamos necessário nesse espaço de disputas. Pretendemos com isso demonstrar que essa separação em modalidades profissionais diferenciadas indica melhor as características das empresas e suas atividades específicas, tais como as de projetos, as de infraestrutura, as de construção civil e montagem, além dos objetivos a serem alcançados nas etapas das obras. Não entendi se isso é mais uma empresa ou atividade para entrar na lista de empresas e suas atividades. Me chama pra gente resolver essa frase juntos. Além disso, pretendemos elencar os elementos tidos como triangulares, vendo-os por outros ângulos que

diferem dos critérios do triângulo institucional apresentado pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (1991).

Cabe pontuar que, em primeiro lugar, não haverá uma preocupação com o número exato de trabalhadores neste momento. Isto se deve ao fato de que no momento da construção das obras de infraestruturas, nem mesmo a Itaipu, tampouco as empresas contratadas pela estatal para execução dessas obras sabiam da quantidade exata de operários. A mobilidade e a necessidade desencadeavam a troca de trabalhadores sem contratos de trabalho entre estas e as empresas de pequeno porte. Em segundo lugar, a identificação desses eixos dentro do nosso objeto, possibilita mostrar as diferenças entre os grandes e os pequenos consórcios.

#### 4.1 A ARTICULAÇÃO DAS EMPRESAS DAS OBRAS CIVIS E DA MONTAGEM

A fase final do edital para a construção da barragem de Itaipu foi iniciada pela chamada de 12 grupos de empresas associadas, quando elas entregaram as documentações no dia e hora marcados no edital de licitação, publicado em meados de 1974 (ver Figura 11). Algumas empresas consideradas inexpressivas, distantes do jogo do campo da construção civil ou com desajustes no orçamento foram eliminadas após apreciação das propostas. Entre elas estava a reconhecida Construtora C. R. Almeida.

Restou, portanto, um grupo com seis consórcios para que fossem escolhidos apenas cinco. Logo após esta primeira análise, a proposta do consórcio liderado pela Servix Engenharia S.A que estava entre as seis, também foi desclassificado porque, segundo o relatório da comissão de licitação da Itaipu, a empresa, por meio de ofício, já se considerava inapta em outra licitação elaborada no final do ano de 1974 pela “Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF”<sup>91</sup> (sic). Pode ser que esta desistência da Servix Engenharia S.A. e a sua associada do Paraguai Concret Mix estivesse alinhada com uma combinação prévia com o grande consórcio para abandonar a concorrência. A desistência da Servix, deixou as cinco grandes empresas barrageiras vitoriosas e encerrava as primeiras disputas na licitação.

Desta forma, a fase conclusiva indicava os grandes empreiteiros brasileiros como vencedores, levando consigo a reboque pequenas empresas paraguaias, que pela envergadura do empreendimento e dos recursos a serem canalizados, não teriam condições materiais e

---

<sup>91</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149.d0001de0001, p. 216-220-221.

financeiras para protagonizar o movimento e construção da barragem. Isso pode ser observado pela afirmação do executivo da Camargo Corrêa S. A., uma dessas empresas brasileiras, Wilson Quintela (2008, p. 285): “analisando o edital de licitação de Itaipu, chegamos à conclusão de que nenhuma construtora nacional seria capaz de executar sozinha a obra”. Se esse choque de realidade pairou sobre as empresas do Brasil, sobre as empresas do Paraguai essa realidade foi muito mais dura.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE TIVERAM SUAS PROPOSTAS APROVADAS	
EMPREITEIRAS BRASILEIRAS	EMPREITEIRAS PARAGUAIAS
Servix Engenharia S.A.	Concret Mix
Cetenco Engenharia S.A.	Engenharia Civil Herman Baumann
Cia. Brasileira de Projetos e Obras - CBPO	CIA. de Obras de Ingeniería Civil SRL
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Compãnia General de Construcciones - SRL
Construtora Rabello S.A.	Construtora Alcindo Vieira - CONVAP S.A. Empedril S.A.
Serveng - Civilsan S.A.	ENBASA- Ingeniería e Comércio S.A. Empr. Asociadas de Inf. René Perez y Mohamed Yampey
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	Ingenieria J. e. Wasmosy ECCA SPC Anon. Empresa Constructora
Cia. Brasileira de Dragagem	Soe. Técnica de Ingeniería e Representación "STER" S.A. Construcciones Omega SRL
C. R. Almeida S. A.	A. Heisecke
ECISA - Engenharia Comércio e Indústria Construtora Ferreira Guedes	Ingeniería Emílio Diaz de Vivar y Empresa de Construcción Ingenieria Enrique Diaz Benza
Consórcio Construtora Mendes Júnior S. A.	Jimenez Gaona y Lima Ingenieria Civil. Barrail Hermanos. S. A. de Construcción.
Cavalcanti Junqueira S. A.	Ingeniería Engel Auad & Cia. Corporación Paraguaya de Ingeniería.

FIGURA 7: Consórcios que apresentaram propostas à Itaipu Binacional, 1974.

Fonte: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149.d0001de0001. p. 181-182-284.

Assim, se observarmos as licitações sob a ótica do executivo Wilson Quintella, notaremos que a construtora Camargo Corrêa S. A., com sede em São Paulo, e uma das participantes do futuro consórcio UNICON, já se articulava com o governo do ditador general Alfredo Stroessner para não perder seu espaço nas concorrências.

A firma Camargo Corrêa, fazendo uso das conhecidas relações de amizade do seu Titular com autoridades governamentais do Paraguai, parece ter exercido naquele país todo o seu poder de persuasão e até de pressão, no sentido de

obter o contrato das obras do Canal de Desvio e Barragem de Enrocamento da Hidroelétrica<sup>92</sup> (sic).

Interessante é que o relatório do Conselho de Segurança Nacional (CSN) já assinalava essas estranhas relações entre empreiteiros e governos ao recorrer às “conhecidas relações de amizade”. Isso deve ter interferido fortemente no processo de seleção e no modelo de consórcio delineado na licitação. Mas isto não foi o suficiente em termos de manipulação que permitiu sacrificar os ritos da justa concorrência. Ao longo dos próximos parágrafos notaremos que a formação desse consórcio de construtoras (UNICON) nasceu justamente das contradições que ocorriam entre os empresários e seu capital social. Eles não queriam perder sua posição dentro do campo da engenharia (Camargo Corrêa, Mendes Junior, etc ) e então exerciam pressão na sociedade política para manterem suas posições. Enquanto alguns tinham êxito, outros como C. R. de Almeida, amargaram o distanciamento dos contratos mais rentosos. No caso das construtoras Camargo Corrêa, J. C. Wasmosy e ECCA Soe Anon Empresa Constructora, elas perderam a licitação em Itaipu, mas se articularam com o governo do Paraguai e com as autoridades brasileiras e propuseram a ideia da formação de consórcio que acabaria por contemplar a todos do grupo restrito. Aqui está a forma mais evidente do capital social e sua importância em processos de disputas. Como aconselha Sun Tsu, no seu livro *A arte da guerra*, se você não pode contra o seu inimigo, junte-se a ele.

Creemos que esta aliança operava de forma simultânea com as autoridades brasileiras em face à representatividade do seu quadro orgânico, para dar outros rumos aos efeitos práticos e lógicos da licitação nos termos do menor preço, do razoável (ver Tabela 6), levando-o para o menor preço global. Isso fomentou a ideia do consórcio, tornando a união de todas as empresas uma proposta concreta. Embora o preço oferecido pelo grupo da Camargo Corrêa estivesse em terceira posição para as obras licitadas, a possibilidade de sua participação desde com mão de obra e equipamentos oriundos do Paraguai era considerada a melhor, com 22%. Aliás, era superior à proposta ofertada pelos demais consórcios e também agradou as autoridades do Paraguai.

Percebe-se ainda pelos indicadores da tabela 6 que no objeto contratual não estava em jogo a melhor quantia a ser atribuída em moeda paraguaia (grupo da Camargo Corrêa 22%), esta seria uma segunda opção, depois viria o preço ofertado no pacote de obras, fazendo a Cia. Andrade Gutierrez S.A. e a Cia. Gral. de Construcciones as vencedoras, embora ofertando a

---

<sup>92</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

margem de 1,5% de participação de equipamentos e trabalhadores do Paraguai. Em face a essas disputas, houve a mobilização do conselho de administração pela direção-geral da Itaipu Binacional, autorizando o convite no formato do menor preço global (ver tabela 7). A proposta oferecida pelo grupo da empreiteira Andrade Gutierrez de Minas Gerais e sua sócia do Paraguai Compañia General de Construcciones - SRL que foi estendido a todas as construtoras, porém a oferta de 22% que teria sido proposta pela Camargo Corrêa S.A. devia permanecer. Em resumo, visando o objetivo comum todos entrariam no seguinte acordo: o melhor preço para execução das obras alinhado com o melhor preço em moeda guarani, isto é, o que teria sido oferecido pelo grupo da Andrade Gutierrez e da Camargo Corrêa.

O consórcio então se formou com base na melhor proposta (ver Tabela 6, 133.492.942.00 milhões de dólares) para a construção e a melhor possibilidade de participação dos paraguaios (22% de pagamentos em moeda guarani) e esta foi a proposta oferecida pelo grupo da Camargo Corrêa. Tal como definiu o executivo Wilson Quintella (2008, p. 289), por “quarenta dias ficamos à espera do resultado, até que finalmente veio a notícia: a comissão resolveu pegar o que cada proposta tinha de melhor e fazer um consórcio entre as empresas [...]”. Pode ser que esse jogo resolvido “pacificamente” pela direção da estatal e o conselho de administração objetivando beneficiar a todos teve como objetivo inibir possíveis demandas judiciais que poderiam atrasar o cronograma da construção.

Tabela 6: Valores oferecidos pelas empreiteiras na licitação das obras de Itaipu - 1975.

LICITAÇÃO – ITAIPU BINACIONAL		
OFERTA DOS CONSÓRCIOS EM US\$ / MILHÕES E OS ÍNDICES EM GUARANI <sup>93</sup>		
CONSÓRCIOS	VALOR DA OFERTA	ÍNDICE/GUARANIS
Cia. Andrade Gutierrez S.A. Cia. Gral. de Construcciones	133.492.942.00	1,5 %
Mendes Júnior S.A. Jiménez G. y Lima Ing. Civil Barrail Hermanos. S.A.	143.683.975.00	11,01%
Camargo Corrêa S.A, Ing. J. C. Wasmosy y Asoc. ECCA S. A	147.064.471.00	22%
Cia. Brasileira de Projetos e Obras - CBPO Cia. de Obras de Ingenieria Civil	161.135.871.00	0%
CETENCO Engenharia S.A. Ing. H. Baumann	282.536.688.00	4,7%

Fonte: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001.

Sobre os preços apresentados na tabela acima em 10 de julho de 1975, a direção geral da Itaipu, após acolher a decisão dos conselheiros, encaminhou aos cinco consórcios que aguardavam a decisão a seguinte notícia:

<sup>93</sup> Moeda oficial do Paraguai.

A presente tem por fim comunicar-lhes que, examinadas as propostas apresentadas em 12 de maio de 1975, pelos cinco consórcios pré-selecionados para a concorrência das obras do canal de desvio e barragem de enrocamento da margem esquerda do Projeto Itaipu, a Diretoria Executiva concluiu que nenhuma delas, isoladamente, atendeu de forma satisfatória ao conjunto de fatores considerados essenciais para atender aos interesses da ITAIPU. Em consequência, o Conselho de Administração da ITAIPU aprovou a Resolução da Diretoria Executiva que decidiu convidar os cinco proponentes a formarem um consórcio adequado para executar as obras previstas nessa licitação [...] <sup>94</sup>.

Não seriam estas as possibilidades enfrentadas pelos juristas para demonstrar a autonomia da “empresa pública binacional”? No entanto, se fossemos entender essas disputas só por meio de ofertas estabelecidas, estaríamos desconsiderando a evolução que poderia ter havido no campo do poder e os interesses, à luz da teoria de Pierre Bourdieu, defendida ao longo de nossa tese. Notamos, portanto, que o conselho de administração se posicionou a favor de uma proposta única dos cinco grupos, ensejando na exclusão definitiva da C. R. Almeida, antiga parceira do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz.

Parece então que as críticas da C. R. Almeida à banca de licitação pelo fato de sua eliminação seriam razoáveis, uma vez que se comparados alguns critérios de escolhas, as possibilidades técnicas da empreiteira paranaense teriam que ser consideradas, pois correspondia às mesmas possibilidades técnicas apresentadas pelos grupos dos cinco consórcios em conjunto. Além disso, o que a deixava numa posição de vantagem era que esta empresa tinha equipamentos e experiência em obras de escavações, sendo um pré-requisito importante na fase de licitação, fator admitido até pela própria banca examinadora, conforme veremos na citação a seguir. Essa observação foi a base da reclamação da empreiteira paranaense em seu recurso à justiça, ou seja, uma comparação de seus equipamentos disponíveis para serem empregados de forma imediata no projeto em relação à insuficiência de equipamentos de outras que conseguiram ingressar no consórcio:

No parecer técnico, o Consórcio por nós liderado foi um dos grupos considerados de equipamento suficiente (enquanto CBPO e Cetenco tiveram parecer 7 "não é totalmente suficiente"). Além disso, C.R. Almeida S.A. é a empresa que dispõe do maior parque de máquinas adequadas à obra, tendo inclusive escavado 11.604.218 m<sup>3</sup> de rocha nos últimos 6 anos, ou sejam 52,74% do total previsto para a atual fase de Itaipu <sup>95</sup> (sic).

<sup>94</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020, p. 1-384.

<sup>95</sup> Ibid..

Nesta estranha lógica, a decisão deixou todas as empresas (paulistas e mineiras) aptas para a construção da barragem, demonstrando a forte influência desses empresários, tal como afirmaram o executivo Wilson Quintella, executivo da empresa paulista Camargo Corrêa, quando ele procurou os diretores da Eletrobras, com a proposição da formação do consórcio para as obras de Itaipu. Este assunto também foi destacado pelos historiadores Pedro Henrique Campos (2017) e Edina Rautenberg (2011) em suas obras. Por outro lado, este arranjo iniciado principalmente pela Camargo Corrêa do grupo dos paulistas, cuja proposta ao governo do Paraguai foi a melhor, desagradou os demais participantes consorciados que visavam o conjunto da construção, por exemplo, a C. R. Almeida e A. Heiseke.

Se analisarmos os valores dispostos na tabela 6, que posteriormente resultou na formação concreta dos consórcios UNICON por parte das empresas brasileiras e CONEMPA cuja união se deu pelas empreiteiras paraguaias, dentro dos requisitos exigidos, a única empresa vitoriosa seria a mineira Andrade Gutierrez e sua sócia do Paraguai Cia. Gral. de Construcciones. Nota-se, assim, que os consórcios nasceram das contradições levadas a cabo pelas demais empresas e contaram com uma boa articulação empresarial, tanto no lado brasileiro quanto paraguaio. Sobre as circunstâncias em torno dessa forma organizacional, Campos (2017, p. 316), assim define:

O poder dos empreiteiros dentro desses órgãos estatais era notável, sendo visível na escolha de duas empreiteiras mineiras e três paulistas para a construção de Itaipu. Outras empreiteiras (CCBE, Rabello, Cavalcante Junqueira, Metropolitana, Servix, CR. Almeida, Confab e outras) fizeram obras hidrelétricas e tentaram vias próprias, mas não vingaram.

Como vimos na figura 11, das empresas indicadas por Campos, Rabello, Cavalcante Junqueira, Servix e C. R. Almeida, seriam eliminadas no processo licitatório da Itaipu. Porém, quanto à C. R. Almeida há um problema na sua eliminação que merece destaque e traz como forma de fechamento as possíveis disputas pessoais de Octávio Marcondes Ferraz, o excluído do processo inicial de Itaipu, e depois a exclusão da Construtora C. R. Almeida, muito próxima de Ferraz, das disputas para a construção da barragem, mesmo comprovando experiência e recursos exigidos. Esta frase está muito longa. Veja onde dá para dividi-la.

Parece que os rumos das licitações saíram do campo profissional, uma vez que os grandes dirigentes tinham relações pessoais, sendo alguns deles até antigos concorrentes das empreiteiras em questão, resultando inclusive em disputas judiciais. Uma dessas disputas foi a

licitação para a usina hidrelétrica de São Simão, no início da década de 1970, na qual a C. R. Almeida, com o consórcio de empresas italianas Impregilo, embora na segunda posição durante a licitação, foram as contempladas, (RAUTEMBERG, 2011; CAMPOS, 2017). Tempos depois, a C. R. Almeida foi acusada de promover uma “desnacionalização da construção pesada”<sup>96</sup>.

Chamamos atenção para o caso da exclusão da construtora C. R. Almeida em Itaipu para mostrar o aspecto das disputas pessoais (capital social) dos dirigentes empresariais que, agindo como cartéis, desarticularam as empresas concorrentes. Os problemas enfrentados pela C. R. Almeida na Itaipu provavelmente estavam ainda relacionados aos mesmos desacordos com a Mendes Junior nas licitações de São Simão, e, porque não dizer com suas relações com a Construtora transnacional Noreno, cujo sócio-proprietário era Octávio Marcondes Ferraz.

A licitação para o projeto de São Simão, empreendimento das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), teve como vencedora a Mendes Junior. Entretanto, devido a fatores relacionados à concessão da montadora da Fiat automóveis em Minas Gerias, houve também a influência de companhias multinacionais para facilitar a construção ao consórcio liderado pela C. R. Almeida e a italiana Impregilo. Esta empresa pertencia ao grupo Fiat, conforme demonstrou a historiadora Edina Rautenberg (2011, p. 65-85), quando estudou a relação das grandes empreiteiras com a ditadura civil-militar do Brasil por meio da Revista *Veja*.

Havia um processo de intrigas, levado a cabo abertamente, entre a descontente C. R. Almeida e os empresários que assumiram as obras de Itaipu. Isto pode ser observado em um documento que Cecílio do Rego Almeida respondeu ao Serviço Nacional de Informações em 1981, acerca da sua ligação com empresários italianos e o problema do fomento à suposta desnacionalização. Em um trecho do ofício enviado pela construtora paranaense C. R. Almeida ao coronel Walter da Costa Reis, chefe da agência do (SNI) de Curitiba, ficaram claras essas disputas e a acusação de cartelismo feita pelo empresário paranaense ao grupo rival:

Essa campanha, iniciada desde que contratamos a Hidrelétrica de São Simão a custos menores daqueles pretendidos - pelo citado cartel, vem sendo desencadeada há anos e notoriamente é promovida pelas firmas, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO E CORRÊA S/A, CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR S/A, CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A, CETENCO ENGENHARIA S/A. e COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E OBRAS CBPO S/A, que hoje, reunidas, executam a Hidrelétrica de Itaipu<sup>97</sup>(sic).

<sup>96</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB.V8 MIC, GNC.OOO.80002435. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020, p. 1-4. (Fonte de denúncia classificada pelo Serviço Nacional de Informações como B2: Idônea/ Provavelmente verdadeiro).

<sup>97</sup> Termo: DFANBSB.V8.MIC, GNC.NNN. 81001054.d0001de0002, *ibid.*, p. 5-6.

Como podemos perceber, entendemos que não estava em jogo o lado operacional da construtora C. R. Almeida para participar das obras em Itaipu. Não era esse o problema, mas sim seus laços com a também empreiteira italiana Impregilo, o que poderia causar impacto para as demais, uma vez que era notória a competência operacional e técnica das duas juntas. Embora a empresa italiana não estivesse com sua marca expressa nas propostas enviadas para as licitações das obras de Itaipu, ela poderia ser inserida futuramente à proposta de C. R. Almeida e entrar com equipamentos e mão de obra importada como de fato ocorreu na construção da Usina Hidrelétrica de São Simão, e na Argentina com a usina de *Yacyretá*, empreendimentos com partes das obras controladas por esta companhia italiana.

A ideia da desnacionalização da qual a C. R. Almeida foi acusada se sustentou tempos depois como forma de tornar real as disputas empresariais, que se verificaria nas concorrências para a Itaipu Binacional. Ademais, tão importante era o *lobby* das outras empreiteiras que não surtiu efeito o empresário Cecílio do Rego Almeida procurar apoio político na Assembleia Legislativa do Paraná no final do ano de 1974<sup>98</sup>. O argumento principal dos deputados paranaenses para defenderem os interesses do empresário Cecílio do Rego Almeida junto ao Governo Federal, mesmo sem mencionar seu nome, era o de que havia a necessidade de apoiar empresas do estado do Paraná em face de o empreendimento ser no estado, proporcionando um maior faturamento em impostos que isso traria, tendo empresas paranaenses nos consórcios. Parecia, portanto, uma argumentação coerente. Não obstante o importante elemento do campo político, Cecílio do Rego Almeida não conseguiu ter a projeção dentro dessa concorrência envolvendo os empresários de Minas Gerais e São Paulo.

Para os deputados do Paraná e o governador do estado que assinaram o documento com vinte e cinco tópicos e depois encaminharam à presidência da república, a ideia de consórcio devia ter mais do que cinco empresas. Apesar de não terem explicitado no documento, a intenção desses políticos com tal pedido para o presidente parecia ser, por meio da mobilização do campo político, atender a demanda da empresa C. R. Almeida, pois essa era a única possibilidade que a empresa paranaense teria de participar das obras de Itaipu. Como destacado no tópico vinte do documento:

Configura-se, portanto, que a decisão da Itaipu-Binacional de escolher apenas cinco consórcios, em lugar de sete ou oito como seria justificável pela grandiosidade da obra, atinge, juntamente com os interesses do País, os

---

<sup>98</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8 PSN EST 0149, p. 227-236.

específicos de nosso Estado, sede da Hidrelétrica, em cujo benefício abre mão de milhões de cruzeiros que deveria recolher de ICM e menos aquinhado do que outros com a futura energia de Itaipú, precisamente devido ao pequeno desenvolvimento de seu setor secundário, percentualmente o mais baixo na composição da renda interna do Centro-Sul<sup>99</sup> (sic).

Mesmo com os esforços empregados pelos políticos paranaenses, isso não foi suficiente para uma mudança nas regras estabelecidas pela direção da Itaipu e seu conselho de administração, os quais mantiveram o modelo de consórcio com cinco empresas do Brasil e seis do Paraguai.

Retomando os aspectos triangulares de Gustavo Lins Ribeiro, para nós, a incorporação desse esquema consistirá numa ferramenta metodológica para compreensão do fenômeno da articulação das empresas com os Estados e as obras da barragem. Qual era a dimensão e a forma de atuação dos componentes do triângulo do poder na área binacional, uma vez que se tratava de um empreendimento atípico, regido por uma forma jurídica diferenciada?

Percebe-se que os grupos de empreiteiras que já atuavam no Brasil e que formaram os futuros consórcios em Itaipu representavam uma força expressiva e considerável dentro desse triângulo, havendo um misto de empresas nacionais e transnacionais no eixo 1 e 4, no qual havia uma dependência de tecnologia externa, diferente do caso da construção civil cujo domínio nacional já era evidente. Estes empreiteiros (do Brasil e do Paraguai) conseguiram se posicionar além dos lobistas e obtiveram certa autonomia em relação às empresas multinacionais de consultoria que eram dos Estados Unidos da América e de Milão na Itália, podendo então exercer alguma influência nas escolhas das empreiteiras. Movimento diferenciado do que aconteceria com a empresa de consultoria na hidrelétrica de *Yacyretá* na Argentina, cuja posição decisiva dos consultores atuou na escolha dos consórcios de construtoras.

Estas corporações transnacionais não puderam adentrar na Itaipu na fase da construção pesada pelo fato de não haver o financiamento direto do Banco Mundial de Desenvolvimento para seus projetos. Se isto tivesse ocorrido expandiria a livre concorrência e diversas empresas, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, poderiam concorrer com preços menores, tendo em vista a facilitação fiscal para insumos (maquinaria e peças de reposições), o que desmobilizaria e valorizaria as empresas de capital nacional. Este foi um dos argumentos

---

<sup>99</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8 PSN EST 0149, p. 232.

apresentados pela Mendes Junior ao acusar a C. R. Almeida nas concorrências anteriores às da Itaipu Binacional.

Este mesmo elemento de monopólio nacional para a construção em concreto não foi observado na montagem e fabricação dos equipamentos eletromecânicos permanentes, nos quais houve uma forte atuação estrangeira. Eram diversas pequenas empresas multinacionais mescladas, em uma espécie de monopólio na construção (ITAIPU Binacional, 2009, p. 12). Por exemplo, no consórcio CIEM, do qual o Brasil fazia parte, das seis empresas consorciadas, três eram multinacionais: a Siemens S.A., Voith S.A. e a Indústria Elétrica Brown Boveri S/A. Do lado do Paraguai, das doze empresas que formavam o Consórcio de Ingenieria Electromecánica S.A. – CIE, sete eram europeias. Há que acrescentar também, que o consórcio CIE participou com outras sete empresas brasileiras e uma multinacional na formação do Consórcio Itamon (RAUTENBERG, 2011; ITAIPU Binacional, 2009).

Como podemos perceber não dá para descartar a expressiva presença multinacional nas etapas de montagem, mas em relação às empresas nacionais do Brasil e Paraguai, essa porcentagem para a construção civil era 75% para as empresas brasileiras e 25% para as do Paraguai. Já para a montagem seria 80% para as brasileiras e 20% para as empresas paraguaias (LIMA, 2006; RAUTENBERG, 2011).

Neste último caso, mesmo que os índices para cada polo sejam representativos, mostrando uma certa autonomia na participação brasileira, a tecnologia e o domínio eram estrangeiros. As empresas traziam seu quadro de trabalhadores especializados, parecendo ser uma condição para desenvolvimento dos trabalhos. Porém, os dados mostram que a reboque dos trabalhadores especializados vieram também aqueles que não pertenciam à engenharia de montagem, mas tinham conhecimento, capital social, que facilitava essa migração entre projetos.

A Itaipu se constituía num importante negócio em face à localização e condições infraestruturais oferecidas aos trabalhadores. Isto era recorrente em outros projetos e não diferiria em relação aos trabalhadores estrangeiros que trabalhavam na barragem.

No estudo elaborado pelo serviço secreto do Exército (S2) em 1976 para a construção da hidrelétrica de São Simão, por exemplo, cujo assunto era a “Infiltração de agentes de países estrangeiros no complexo energético brasileiro”<sup>100</sup>, fica evidente o grande número de pessoal técnico proveniente da empreiteira italiana Impregilo, evidenciando os laços e o fenômeno do

---

<sup>100</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004518. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 24 de novembro 2019, p. 5-11.

“bicho de obras”, sobre os quais Lins Ribeiro estudou no contexto da obra de *Yacyretá*. Nosso estudo se interessa mormente pela presença de agentes estrangeiros infiltrados na construção, e, neste caso, a lista demonstra o número de 106 trabalhadores na obra, sendo todos do nível de chefia. Porém, há que se considerar a presença de trabalhadores estrangeiros cujas atividades eram braçais, tal como se pode verificar na Itaipu no período posterior, mas este quesito não foi considerado no relatório elaborado pelo exército em 1976. O importante naquele momento era mostrar que, tanto os trabalhadores estrangeiros ditos braçais quanto os técnicos, eram neutros em qualquer processo sindical, uma vez que havia um choque de interesse, pois as formas de benefícios diferiam daqueles oferecidos aos brasileiros e paraguaios recém chegados em Itaipu.

Essa condição fica mais evidente no Ofício 026/1987 encaminhado pela recém-criada Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Foz do Iguaçu a um dos funcionários estrangeiros da ENGETEST (Eixo 1), o engenheiro austríaco Kurt Perner em meados da década de 1980:

“[...] Acusamos o recebimento da carta de V.Sa., datada de 27.05.1987, na qual solicita o cancelamento de sua filiação, e servimo-nos da presente para formalizar tal cancelamento. Gostaríamos de lamentar, no entanto, a colocação que motivou seu pedido, qual seja, suposto radicalismo de nossa parte. Tal atitude demonstra um desconhecimento total dos objetivos e do comportamento de nossa Associação, e bem caracteriza o seu habitual procedimento de adotar atitudes não construtivas, quando se trata dos interesses dos funcionários, seus colegas de trabalho. Já é por demais conhecido, na ENGETEST, seu comportamento negativo no que diz respeito aos pleitos justos dos funcionários, sempre criticando-os, sabotando-os junto à respectiva Gerência, concorrendo com isso, para a desunião entre funcionários; não consta, no entanto, que tenha recusado de alguns dos benefícios conseguidos junto à direção da ENGETEST [...]”<sup>101</sup>.

Uma boa parte do pessoal lotado na área técnica fazia um movimento oposto aos atos de associação, pois estavam em todos os eixos e influenciavam seus subordinados também a se manterem distantes de tais movimentos. Além da evidente participação de técnicos estrangeiros na montagem das empresas geridas pelo lado do Brasil, os dados apresentam uma significativamente maior participação de empresas brasileiras em relação às do Paraguai. Isso sugere uma desproporcionalidade e sustenta a tese de Carlos Mateo Balmelli, sobre a qual discutimos no primeiro capítulo, acerca da supremacia de um país em relação ao outro.

---

<sup>101</sup> Dados extraídos do Acervo particular do sindicalista Ricardo Mocelin. Disponibilizados em 19 de outubro de 2020, em Foz do Iguaçu-Pr.

Contudo, essa supremacia também pode ser aferida nos termos empresariais, quando Brasil e Paraguai se consorciaram e as empresas brasileiras se destacaram.

Nas relações de trabalho, esses trabalhadores expatriados e aristocratas foram uma força expressiva na construção, praticamente em toda a fase do eixo 1, com influência mais incisiva no início da década de 1980. Outro fator importante é a de que muitos operários trabalhavam na fabricação de peças para os chamados “equipamentos eletromecânicos permanentes” em grandes centros como Assunção e em São Paulo, não pertencendo eles ao quadro volante do canteiro de obras da Itaipu Binacional. Porém, todas essas empresas, embora deslocadas, eram vinculadas às grandes empresas multinacionais.

Já com relação ao empreendimento argentino/paraguaio notava-se que a fusão das empreiteiras Impregilo da Itália e Dumez da França, se articulavam, como mostramos anteriormente, em torno de 33 empresas que, na essência, já eram atreladas aos bancos financiadores do projeto, atuavam juntas à empresa de consultoria. Aqui está explícita a diferença substancial do modelo de licitação da Itaipu e da Yaciretá, tendo o Paraguai como parceiro. Percebe-se que no projeto do Brasil e Paraguai houve uma articulação em todos os níveis para beneficiar empresários brasileiros dos ramos da construção pesada, comprovando o vínculo desses com a ditadura civil-militar brasileira e paraguaia. A diferença do modelo de licitação da Argentina é que nesse país as empresas não estavam totalmente vinculadas à ditadura, mas sim ao capital internacional.

Embora a empreiteira Camargo Correa possuísse um vínculo estreito com a ditadura do Paraguai, ainda assim cabia ao Paraguai se submeter ao Brasil. Este era o efeito da inexpressividade do Paraguai em grandes obras, o que o tornava dependente. A binacionalidade não significava igualdade. O poder empresarial nunca seria de fato idêntico, deixando perceptível as formas sutis de exploração. Como vimos no tópico reservado à área jurídica, seria essa a competência binacional, a qual permitiu uma autonomia estranha, alienígena, tal como destacava Miguel Realle no seu parecer de 1973. Na verdade, havia semelhanças jurídicas em torno da Empresa Binacional de Yaciretá (EBY) e a Itaipu Binacional (IB) que podem ser destacadas.

A primeira hipótese dessa semelhança é justificada porque o tratado entre argentinos e paraguaios foi assinado quase que simultaneamente ao da Itaipu, cerca de 8 meses mais tarde, segundo Lins Ribeiro (1997, p. 60). Já a segunda diz respeito à manutenção do triângulo do poder em torno do próprio tratado. Este modelo designado como triângulo institucional marcou a presença do Estado e dos demais prestadores de serviço, cada qual dentro de suas

características de atuação. Nesse sentido, Gustavo Lins Ribeiro (1991, p. 60) salienta que um alto “funcionário do setor energético argentino teria dito que o Tratado de Yacyretá teria sido uma tradução para o espanhol do Tratado de Itaipu”.

Vimos até aqui que a área da concretagem foi a mais problemática no sentido de fechamentos de contrato. Um dos motivos foi a existência de um grupo de empresas relativamente pequenas e com experiência em construção querendo uma parcela das obras. Isto tornava as disputas mais acirradas do que no ramo da montagem (Eixo 4). Na montagem ocorreu o oposto, não em números de empresas brasileiras, mas em domínio da tecnologia, o que permitiu a participação de grupos estrangeiros, alguns ligados à fabricação de componentes elétricos e mecânicos permanentes da usina. Nesse sentido, o consórcio Itamon (Itaipu de montagem) além de dar novo rumo à construção, manteve também relações estruturais com o eixo 1, movimentando as engrenagens sindicais enferrujadas.

As construtoras envolvidas em grandes projetos vislumbram em primeiro lugar a obtenção do lucro, mas também se articulam em torno da distribuição de poder no mundo das corporações da modalidade de construção. O arranjo das empresas para vencerem as licitações foi fator comum na Itaipu Binacional e na Yacyretá. Contudo, nessa última a obra era mais complexa porque quase todas as empresas eram transnacionais, o que demarca importante distinção em relação à Itaipu. Sobre esta internacionalização da construção da hidrelétrica binacional de Yacyretá, Gustavo Lins Ribeiro defendeu a tese de que as licitações vencidas por determinados grupos estavam intimamente ligadas a organismos financiadores, isto é, havia *lobby* de instituições bancárias para fazer empresas vencedoras.

Concordamos em partes com a aplicabilidade desta tese no caso da Itaipu Binacional, embora a presença de financiamentos por bancos públicos mundiais não fosse percebida na sua construção. Ao retomar as observações sobre a representação do “triângulo institucional” na Itaipu, o campo de poder foi delimitado no esquema como algo concreto e perceptível, diferente do campo social que é abstrato. Observa-se então, dentro dos contornos desse triângulo, a instância do campo de poder cortado por eixos diferenciados dos apresentados nesse estudo. Este cenário foi demonstrado no tópico 1.4 dessa tese e será retomado para chamar atenção sobre o “triângulo institucional” à luz da teoria do campo de Pierre Bourdieu (1989).

Conforme a perspectiva de Lins Ribeiro, um grande projeto contempla o triângulo do poder. Ele consiste num empreendimento cuja capacidade de mobilização humana e material transcende aos aspectos convencionais e se ocupa de grandes áreas para a sua implementação. Analisando sob esta ótica, o projeto de Octávio Marcondes Ferraz de 1962, caso fosse o

escolhido na época, apresentaria algumas diferenças. O esquema de Ferraz tinha suas complexidades e estava no rol das grandes obras, mas o que o tornaria diferente seria o fato de ser um empreendimento somente brasileiro quanto ao local da obra. Quanto à tecnologia, Ferraz não descreveu em seu relatório diretamente a parte da montagem, cuja vantagem naquele momento político se inclinava para os soviéticos. Estabelecendo curtas relações entre os dois projetos (pré e pós Tratado de 1974), uma obra binacional como foi a da Itaipu, tende a adjetivar todo o seu contexto, devido à necessidade de mobilizar e adequar estruturas das diferentes nações e culturas. A diferença entre os dois projetos, além das demandas tecnológicas, concentram-se também na inexistência da criação dessa “pessoa binacional” conforme os ritos jurídicos, no caso do projeto de Ferraz, os quais apresentamos anteriormente.

Para finalizar nosso estudo, apresentaremos no último tópico, como se desenvolveu a dinâmica das empresas dentro de seus eixos organizacionais específicos. Pretendemos com isto alinhar os eixos com os diversos assuntos tratados ao longo dessa tese.

#### 4.2 A DINÂMICA DAS EMPRESAS NOS EIXOS OPERACIONAIS

Dentro dessa lógica de criação de campo que visava competição e agregação da massa de trabalhadores, não dá para afirmar que os sindicatos ditos barrageiros eram autônomos. Tampouco dá para concluir que não tinham uma certa originalidade. Isto porque as organizações sindicais que tinham um histórico de atividades fora do canteiro de obras, tendo a massa de trabalhadores filiados pertencentes a outras empresas, estranhas aos consórcios, em determinado momento utilizaram a massa de trabalhadores da estrutura de Itaipu para mover partes da base organizacional dos sindicatos. Consideramos que esta característica sindical híbrida fugia das propostas únicas, uma vez que havia diferenças relacionadas às demandas internas e externas ao canteiro de obras.

Mesmo que as atividades relacionadas à construção estivessem rumando para o encerramento e as perdas salariais fossem evidentes, ainda assim era observado diferenças entre os salários dos trabalhadores da barragem em relação aos demais que atuavam na região. Diante desse cenário, vale questionar: Como agir e tornar uma luta justa entre todos os trabalhadores da região, se o que se praticava na Itaipu diferia aos demais operários? Estudaremos possíveis respostas por meio de depoimentos e outras fontes.

Foram demonstradas no capítulo anterior algumas diferenças, em maior ou menor grau, com relação às categorias profissionais dentro de todos os eixos. Porém, enquanto os trabalhadores dos eixos 1, 3 e 4 tinham alguns benefícios que os tornavam diferenciados, aqueles responsáveis pelas obras de infraestruturas do eixo 2 circulavam num universo à parte das grandes contratações. Assim, uma futura e possível contratação dependia do seu sucesso e tolerância de suportar as jornadas, além das formas de assédio dos feitores. Isto porque até o início da década de 1980, os trabalhadores do eixo 2, e somente estes, atuavam em pequenas empresas sem fiscalização dos órgãos governamentais. Aliás, até havia fiscalização nesse bloco, entretanto, ela só funcionava para punir insurgentes que buscavam melhores condições de trabalho.

Neste segmento carente dos benefícios trabalhistas evidenciava-se a negligência dos dirigentes, o que tornava o ambiente das obras um lugar violento, demasiadamente controlado, contribuindo para o canteiro de obras transformar-se, tempos depois, em uma “instituição total” (GOFFMAN, 2013). Neste lugar, observava-se a violência entre os próprios trabalhadores, bem como entre os trabalhadores e seus respectivos feitores e guardas da segurança que agiam orientados pela urgência do cumprimento dos serviços e das metas.

Recapitulando as informações apresentadas na tabela 5 sobre a disposição dos eixos e o tipo de atividade desenvolvida conforme as categorias empresariais, consideramos que há uma distinção entre as formas de trabalho e os trabalhadores. Destacamos, conforme mostra a figura 11, o detalhamento e os cortes nos períodos estudados com o objetivo de melhor compreensão da evolução da atuação dos operários da Itaipu e suas empreiteiras.

Entendemos que foi necessária a metodologia escolhida de encadeamento das atividades executadas por eixos, ao contrário da apresentação individualizada das empreiteiras, uma vez que para desenvolver os trabalhos, seja qual fosse, a posição das empresas precisava ser separadas para que não sejam consideradas iguais quando eram tão diferentes quando ao acesso no campo social. Apenas o lugar “canteiro de obras”, o qual ocupavam, era comum. Do mesmo modo, o corte das etapas é justificado pela envergadura do projeto, pois só havia frentes de trabalho para determinados grupos de empresas após o término de etapas anteriores. Para exemplificar, em uma construção complexa que é a de uma usina hidrelétrica, os trabalhos da montagem eletromecânica (Eixo 4) só começaram a ser executados a partir do momento em que as etapas da construção civil (Eixo 3) estivessem com um avanço relativo. Da mesma forma, devido aos recursos exigidos, era muito difícil para apenas uma empresa assumir a

totalidade das obras atuando sem o auxílio das outras, criando com isto uma relação de dependência técnica.

No caso das obras de Itaipu, a criação dos consórcios unia esforços (equipamentos e pessoal especializado) e dividia as tarefas e os lucros. Este efeito beneficiava as empreiteiras brasileiras, já acostumadas com grandes projetos, bem como elevava as empresas do Paraguai a uma nova posição social, pois elas não possuíam *know-how* específico e reconhecimento em barragens, assim como também recursos suficientes, para se aventurarem em grandes projetos dessa magnitude. Uma demonstração de tal reconhecimento foi que, pouco tempo depois do início das obras de Itaipu, no momento da construção da hidrelétrica binacional de Yacyretá, a CONEMPA, sócia da UNICON, foi uma das empresas agraciadas com parte das obras desta construção, no momento em que se associaria ao consórcio de empresas italianas Impregilo (RIBEIRO L., 1991, p. 80). Neste caso, as obras de Itaipu serviram como laboratório, não só para profissionais, mas também para empresários do Paraguai, como diria um engenheiro de origem paraguaia ao Informativo UNICON (Ed. Nº 52, 1980, p. 03): “Nestes quatro anos pelos quais passei por vários setores da CONEMPA e que convivi com muitos chefes, pude acumular extensas e ricas experiências [...]. Minha grande escola é Itaipu”.

Pelas dimensões e mobilizações entre as diversas empreiteiras, a Itaipu pode de fato ser considerada uma grande escola para todos os envolvidos. Seja no campo do desenvolvimento burocrático, quando os consórcios foram arranjados, seja na produção, com quantidades monumentais de lançamentos de concreto.

Retomando o esquema do consórcio resultante do eixo 3, ainda nas fases anteriores das licitações, Wilson Quintela, executivo da empreiteira Camargo Corrêa, reconheceu de antemão o valor social e operacional que deveria ser empregado e que não poderia ser despendido por uma única empresa, mas por várias, objetivando uma união de capitais. Na época, Quintela procurou um dos futuros conselheiros da Itaipu Binacional Mario Bhering, presidente da Eletrobras e sucessor de Octávio Marcondes Ferraz, naquela estatal, propondo uma ideia inovadora:

[...] solicitei uma audiência ao presidente da Eletrobrás, Mario Bhering. Fui recebido no escritório da estatal no Rio de Janeiro por ele e seu diretor de engenharia, Leo Penna. Dei a notícia: seria impossível uma única empresa construir Itaipu. Expliquei nosso ponto de vista. Ponderei que iriam fazer uma concorrência na qual teriam enorme dificuldade com os preços comparados e que seria impossível escolher uma única construtora. Sugeri a formação de um

consórcio entre as cinco empresas brasileiras previamente selecionadas (QUINTELLA, 2008, p. 12).

Quintella procurou Bhering enquanto executivo da Camargo Corrêa e foi atendido por dois dos futuros conselheiros da Itaipu Binacional e importantes representantes da Eletrobras após a saída de Octávio Marcondes Ferraz dessa estatal em 1967. Não havia ingenuidade nas proposições de Wilson Quintella. Suas sugestões aos diretores de Eletrobras eram percebidas como forma de neutralizar ou pelo menos minimizar uma possível derrota da Camargo Corrêa nas licitações.

Ao dar a sugestão da criação de um grande consórcio, como de fato ocorreu tempos depois, Quintella, além de manter sua empresa viva na concorrência, evitou a impossibilidade de ser aliado da construção da Itaipu. No outro polo, agindo com neutralidade, Bhering e Penna estavam mais preocupados com os efeitos do resultado da proposta dos “consórcios”, pois a proposição de Wilson Quintella, segundo o engenheiro Leo Penna, desrespeitava o princípio da licitação pública (QUINTELLA, 2008).

Porém, contrariando temor de Penna, isso não foi impedimento quando o consórcio foi formado e poder-se-ia ser observado o florescimento da força e foco das empreiteiras nas metas a serem atingidas, considerando a necessidade de execução do projeto e as suas relações com o sistema político da ditadura civil-militar. Diante dessa possibilidade do arranjo entre as empreiteiras, estabeleceu-se intensa negociação encampada pela Camargo Corrêa com outras empresas brasileiras do ramo para a execução das obras em consórcios e o conveniente convite para a inclusão de sua empresa sócia no Paraguai. De qualquer forma, não era de se estranhar a ideia de formação do consórcio ser concretizada pela Camargo Corrêa, visto ser esta a ideia inicial do executivo Wilson Quintella.

Neste esquema da “Camargo Corrêa, participava o empresário proprietário de uma empresa paraguaia Juan Carlos Wasmosy”<sup>102</sup>, que no futuro seria o presidente do Paraguai de 1993 a 1998. Não obstante, a união com a Camargo Corrêa, a mesma empresa de Carlos Wasmosy, participou separadamente nas construções de obras realizadas por empreiteiras do eixo 2. Eram aproximações estranhas, contudo compreensíveis, conforme mostrado no primeiro capítulo dessa tese.

---

<sup>102</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 11 de janeiro de 2018, p. 1-384.

Vale ressaltar que havia a diferença entre os tipos de consórcios definidos aqui como formais e informais.

No tipo consórcio entre empresas menores, sem influências, tais como as participantes do eixo 2, pode-se afirmar que eram de cunho informal, uma vez que era sabido por todos os envolvidos a subempreitada dos trabalhos, isto é, a estratificação dos lotes empreitados e dos próprios trabalhos. Esta informalidade era visível, pois as ofertas contratuais eram individuais, sem menção de consórcios na fase de licitação. Posteriormente, as empresas vencedoras subempreitavam os trabalhos, causando um movimento que promovia a precarização da mão de obra.

Porém, isto não era o caso das grandes empresas nos termos propostos por Quintella (2008), considerando que os contratos eram formais, isto é, possuíam o efeito jurídico que prevê sanções, naturaliza o evento abstrato e sacraliza os atos, tornando-os concretos. A visibilidade jurídica e a envergadura do efeito contratual reduziam a possibilidade de irregularidades presente na sua forma corriqueira.

Enquanto isso, no outro segmento, a maioria dos trabalhadores das subempreiteiras do eixo 2 não tinham seus direitos trabalhistas respeitados. Afinal, pergunta-se: de que adiantava um tratado, com a suntuosidade de irmandade e justiça como era propalado, se seus efeitos não atendia as demandas dos operários?

Para este grupo de empresas que atuavam no eixo 2, o efeito jurídico estava presente apenas no primeiro momento, com as empreiteiras principais, mas depois se diluía. As empresas vencedoras passavam a concessão de atuação das obras a outras empresas menores.

Quando aos eixos 1, 3 e 4, não seria possível tornar precárias as suas atividades, considerando a especificidade do trabalho e tecnologia exigidos por eles. Nestes eixos havia a demanda de uma série de exigências consideradas inalcançáveis por qualquer empresa de pequeno porte, como veremos na figura 8.

Em partes, a precariedade vista no desenvolvimento das obras do eixo 2 se devia ao fato de que havia um período exíguo entre as já iniciadas atividades de fiscalização (eixo 1) e as obras de construção pesada das grandes empreiteiras, representadas nos eixos 3 e 4, as quais seriam executadas em breve. Os trabalhos em obras de infraestruturas não podiam parar.

Havia a necessidade da construção de acomodações para os trabalhadores que chegavam ao empreendimento e deviam residir no chamado acampamento pioneiro que consistia em alojamentos, escritórios de campo e vilas residenciais. Vistos como uma nova cidade em meio a equipamentos que chegavam a todo o instante, estes locais eram o endereço de muitos homens

e mulheres ao longo da construção. Do mesmo modo, ainda que seja evidenciada a atuação dessas empresas do eixo 2 até 1981, alguns dos seus trabalhos continuaram até o término da construção, mas seguiram gradativamente reduzindo o número de operários. Uma pequena minoria dos que restaram faria também parte dos grandes consórcios, caso sua ficha individual não tivesse restrições.

Em suma, as obras de infraestruturas sempre se mantiveram presentes no decorrer da construção da Itaipu. As atividades eram aperfeiçoadas e adaptadas à medida que o canteiro de obras principal ia saindo de seu formato mais intenso de mobilidade. Portanto, a caracterização da participação das empresas do eixo 2 até 1981, com seguida redução das atividades, foi para demonstrar a fase em que ocorreu a intersecção entre as empresas dos quatro eixos, com o excesso de trabalhadores, além da repressão expressiva ocorrida nesse espaço, juntando-se a isto a informalidade.

Nota-se, portanto, que o destaque para o eixo 2, no período exposto na figura 11, se deve ao fato do grande número de trabalhadores envolvidos nas atividades e seu engessamento frente às demandas rotineiras pelas quais eram requisitados, por exemplo, a falta de atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores, que compreendia desde a falta de alimentação, até problemas com alojamentos e remuneração. Se fizermos uma média anual para este grupo, havia até 1981, em torno de 2.000 operários (Relatório Anual de Atividades, 1981, p. 95). Porém, o ápice ocorreu no ano de 1976, quando a soma indicada no mesmo relatório anual para a porcentagem dos trabalhadores “principalmente ligados a obras de infraestrutura” chegou ao número de 4.624 trabalhadores (Ibid.).

Estes indicativos dos trabalhos executados pelas grandes empresas considerados externos e menos importantes, não são levados em conta quando a história da construção dessa hidrelétrica é problematizada em estudos e outras pesquisas, cujos focos se centralizam em atividades lineares promovidas pela estatal, tais como aquelas programadas pelo museu corporativo (ECOMUSEU), conforme Maria de Fátima Bento Ribeiro (2006) e Sutuyo (1998).

Embora haja alguns estudos e críticas, no geral há apenas uma menção genérica, na qual homens são reconhecidos como barrageiros e mulheres esquecidas, independente de suas origens, classe social, época de execução dos trabalhos e eixos dos quais pertenciam. Diante disso, percebemos essa visão da realidade como superficial e generalista, uma vez que por meio do idealismo romântico ela ofusca a realidade histórica. Chamar todos os trabalhadores e agregados de barrageiros é o mesmo que chamar de astronautas todos os envolvidos com o envio do homem à lua.

Um desses autores que merece atenção é a geógrafa Patrycia Claudia Godoy Sutuyo que pesquisou a “segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu, 1998”. Ao demonstrar a formação das vilas residenciais e a migração para a construção de Itaipu, Sutuyo mostra que realmente houve uma separação social por castas, mas acaba por descrever a grande massa de trabalhadores como única no primeiro momento. Em outro momento, Sutuyo faz uma avaliação do sujeito “construtor da Itaipu” e separa os trabalhadores qualificados dos braçais. Nesta mesma linha, a autora considera os braçais como “barrageiros” de fato. Do mesmo modo, apenas os que exerciam as atividades braçais foram referidos como operários menos gabaritados. Para esta autora fica claro a existência de um certo grupamento humano apto a moverem ferramentas mediante ordens, uma vez que não eram do quadro dos barrageiros considerados profissionais. Neste caso, esta autora apresenta um pequeno avanço, pois foi a primeira a perceber, mesmo que não problematizasse, que havia um processo de estigmatização e controle institucional, tal como em uma instituição total nos termos de Goffman (2013). Há uma certa discordância com a história oficial que nivela e romantiza a história dos trabalhadores, promovendo um tratamento único do qual somos também contrários, que considera todos como de fato barrageiros. Esta autora também elaborou uma longa análise sobre as contratações, mesmo sem dados relativos acerca dos operários. Faz referências também à construção das obras prioritárias (eixo 2) centradas nas áreas que seriam destinadas às residências, o que coincide em parte com as nossas análises. No entanto, não menciona os trabalhadores que as construíram, os do eixo 2, mas sim aqueles que as ocuparam, isto é, os pertencentes aos eixos 1, 3 e 4. Ou seja, os que realmente importam para os estudos acerca da construção quando se relaciona a mão de obra empregada nesse projeto.

Noutra perspectiva, Maria de Fátima Bento Ribeiro (2002) também segue na mesma linha de análise, demonstrando a quantidade de trabalhadores que passariam pela construção sem nenhuma menção às obras prioritárias (alojamentos, escritórios e residências). Porém, o que a diferencia de Sutuyo é o fato que ela generaliza e recorre ao Informativo UNICON para classificar todos como trabalhadores nômades que vagavam de obra em obra, tendo todos, sem exceção, as características de barrageiros. Isto é, não eram nem “braçais nem gabaritados”, conforme Sutuyo (1998, p. 71), mas sim barrageiros. São de fato outras visões sobre o empreendimento.

Não há romantismo que consiga enterrar a repressão e esconder a história dos homens e das mulheres, prostitutas ou trabalhadores de pequenos e grandes empreendimentos, de pequenas e grandes empresas, que transitaram entre os eixos da construção. Este é um problema

na escrita da história que tentamos sobrepujar. Para quem é adepto e compartilha de forma acrítica a mobilidade, no caso da construção de Itaipu, torna aceitável uma história de conflitos que deixaram marcas profundas na história do oeste do Paraná: a visão do ser barrageiro tratado sem suas devidas particularidades e considerações, tem uma tendência à promoção dessa leitura distorcida. Da mesma forma, entender a escolha do projeto que originou a Itaipu como sendo objeto somente da busca pela organização dos limites de territórios, também seria um equívoco. Demostramos isso no primeiro capítulo dessa tese.

Cabe neste contexto problematizar uma pergunta formulada e respondida por Maria de Fátima Bento Ribeiro, a qual tentaremos, por meio dos eixos estudados, desconstruir: “Mas, quem foram esses anônimos barrageiros que participaram deste momento histórico?” (RIBEIRO B., 2002, p. 59). Assim, Bento Ribeiro os define: estes “nômades da sociedade moderna” chegaram a ser quarenta mil homens (brasileiros e paraguaios). Deixaram rastros de suas vidas nos locais onde viveram durante os dezoito anos de construção da usina” (Ibid.). Considerando essa definição da autora, e voltando um pouco ao período pré-Itaipu, cabe uma pergunta: Qual seria o comportamento e a escala alcançada se o projeto da Usina Federal das Sete Quedas fosse concretizado? Certamente seria inferior, como já dissemos, pelas características que poderiam ter as duas construções.

Esta análise permite um olhar que considera todos iguais em um espaço que era de competições, de violência e de diferenças sociais e profissionais. Não compactuamos com esta tese estranha para um campo social complexo e caracterizado pela atuação de centenas de dominantes e milhares de dominados que buscavam nas ações de falsificações de registro em carteira de trabalho “um alcance e uma possível acomodação nos setores da construção” (SESSI, 2015, p. 190).

Essa questão apresentada por Fátima Ribeiro (2006) considera pontualmente o período anterior à intersecção na qual a mobilidade se apresentava mais densa. Entretanto, na nossa percepção foram poucos os homens e as mulheres que conseguiram permanecer por dezoito anos de forma contínua no canteiro de obras. Havia sim um tipo de mobilidade intensa que acompanhava as etapas dos trabalhos, a qual trazia benefícios a um pequeno e restrito grupo da elite dos trabalhadores pertencentes aos níveis “A e B”, considerados “os gabaritados” por Sutuyo (1998).

Observamos então que, quase sempre, os relatos acerca deste momento ufanista e generalista da construção se concentrou basicamente no que diz respeito à modalidade dos eixos 1, 3 e 4, pois era nestes lotes empresariais que os projetos ficavam evidentes, se concretizavam

e alcançavam maior visibilidade. Aliás, ainda paira uma visão em Itaipu de todos analisam e comentam sua construção como um feito das grandes construtoras, o que na realidade apresenta uma contradição, uma vez que na execução de Itaipu não foi assim.

Retomando o caso da informalidade de 1975, conforme dados que seguem, das sete empresas que venceram as licitações para o eixo 2, apenas três delas não repassaram parte de seus serviços para outras (ver Figura 8). Por outro lado, a construtora Regional de São Paulo S/A compartilhou o contrato para outras catorze pequenas empresas, enquanto a Construtora Adolpho Lindenberg S/A subempreitou para outras três empresas, a Góes Cohabita para outras duas, e, por fim, a empresa Industrial Técnica dividiu os trabalhos com outra empreiteira<sup>103</sup>. Lembrando ainda que a mesma licitação foi feita para a construção da infraestrutura na margem paraguaia da construção, afinal a binacionalidade do projeto previa tal medida.

Nota-se que, para a questão relativa à precariedade administrativa, houve um aumento de vinte novas empresas no conjunto, as quais, por sua vez, podiam também repassar os serviços para outras empresas, levando inevitavelmente a um ambiente sem controle. A cada novo caso se observava um desconhecimento maior do número de operários que trabalhava nos projetos. Este foi um dos motivos para utilizarmos o método de eixos, pois ele viabilizou o alcance de uma estimativa numérica que pôde se aproximar da real.

Neste mesmo relatório (1975), no qual nos baseamos para essa análise, há ainda indicativos de mais quatro empresas que aparecem de forma deslocada, mas também inscritas para o eixo 2. São elas a COWAN S/A, a Ipiranga de Engenharia e Comércio S/A, o Consórcio Geotécnica Bosio Chase e a Matrix. Cada uma dessas empresas com atividades específicas nos aspectos de infraestrutura, por exemplo, a COWAN S/A de Minas Gerais executou as pavimentações desde os acessos ao canteiro de obras até as vilas residenciais, enquanto a empreiteira Matrix desenvolveu atividades de medições e topografia nas áreas do projeto.

Os dados a seguir abrangem quase que a totalidade de empresas que não eram pertencentes aos grandes empreiteiros nos termos estudados por Pedro Henrique Campos (2017). Porém, vieram para Foz do Iguaçu, desenvolveram atividades de agenciamento de trabalhadores, mas parte dessas empresas não cumpriam os acordos feitos com os trabalhadores ainda na origem. Assim, quando os operários já estavam no local de trabalho nas obras de infraestrutura em Itaipu, havia uma redução no preço pago por hora trabalhada sem qualquer aviso ou acordo anterior. Além disso, não lhes eram oferecidos equipamentos de proteção e de segurança, o que contrariava até os protocolos adicionais assinados entre os dois países acerca

---

<sup>103</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional: Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0521 d0001de0001, p. 195.

do assunto higiene e segurança do trabalho (I. B, Atos Oficiais, 2005). Este fator pode ter sido decisivo para a formação de conselhos gerais, e não somente parciais, de trabalhadores, como se observado em 1975, com uma fração da subempreiteira Vila Rica que prestava serviços para a empreiteira paulista Adolpho Lindenberg S/A. Naquela ocasião, em comum acordo com a coordenação de segurança da Itaipu Binacional e a construtora Adolfo Lindenberg S/A, foram demitidos cerca de 40 operários que paralisaram as atividades por três horas devido a mudança do horário de refeições sem acordo prévio, provocando descontentamento geral dos trabalhadores (SESSI, 2015, p. 237).

Sobre a empreiteira Lindenberg S/A e outras, os próprios organismos internos da estatal e do Ministério das Minas e Energia admitiram os problemas de gestão, tanto que publicaram em 13 de outubro de 1975 um relatório detalhado e confidencial sobre isso<sup>104</sup>. Naquele momento, a opção pelas demissões era justamente para anular os focos considerados subversivos pelas diretorias internas e pelos ministérios. Focos que podiam ter amplitude indesejada, resistentes e problemáticos em meio aos demais trabalhadores. As demissões foram efetuadas como forma de coerção preventiva, evitando futuras manifestações.

Este movimento também impossibilitou aos demitidos serem novamente contratados em outras atividades em todo o canteiro de obras. Consideramos que esta limitação imposta pela direção-geral da Itaipu aos trabalhadores das obras auxiliares também trouxe reflexos ao longo dos anos, uma vez que o forte das obras ainda estava para acontecer e estes operários fatalmente procuraram colocações nos novos consórcios, conforme os dados do relatório da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME) publicado em 1975:

Com objetivo, porém, de obviar esse inconveniente a Segurança da ITAIPU estabeleceu um cadastramento de pessoal com base em uma ficha<sup>105</sup> biográfica individual com fotografia 3 x 4 cm de todos os operários. Através desse fichário é possível exercer controle sobre a rotatividade dos mesmos nas diversas empreiteiras e, dessa forma, eliminar o reemprego daqueles que são dispensados por outras empreiteiras por razões de má conduta ou indisciplina. O processo consiste, pois, em informar sobre a contraíndicação do operário que tenha incidido em qualquer dos aspectos que não recomendem seu aproveitamento<sup>106</sup> (sic).

---

<sup>104</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional: Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001, p. 195-196.

<sup>105</sup> Ver exemplo de ficha no Anexo D.

<sup>106</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional: Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001, p. 200.

Além de trazer, sob o âmbito pedagógico, o modo de se lidar com os casos de “desobediência”, a nova metodologia de controle serviria de exemplo e trazia novas orientações aos órgãos de segurança da barragem e do Governo Federal no sentido de se prepararem para algum evento futuro, tal como ocorreu em 1978, com operários do eixo 3, e, após 1980, com os trabalhadores que estavam sendo contratados para as obras de montagem do eixo 4. Estabeleciam-se nesse momento as faces da instituição total.

Percebe-se então que aqueles que transitavam no âmbito do eixo 1 passariam ao largo desses casos iniciais, observados no eixo 2, mesmo atravessando juntos o mesmo período histórico. Estrutural e diretamente ligados à ITAIPU, o eixo 1 era composto por um quadro diferenciado, com melhores condições de trabalho, alojamentos e melhores salários, e isto os tornava resistentes e alheios a protestos, desencadeando no primeiro momento, um certo enfraquecimento de qualquer ação organizada contra a estatal.

Neste sentido, concordamos parcialmente com as análises de Sutuyo (1998) quando a pesquisadora apresenta, sem distinção, as formas de tratamento aos trabalhadores e seus familiares antes das obras prioritárias, das quais os trabalhadores do eixo 2 eram responsáveis, até ficarem prontas. Mas concordamos com sua análise quando mostra, de forma detida, que havia uma casta tratada diferentemente dos demais operários. Nas suas palavras: “Antes das casas das vilas ficarem prontas, os empregados mais gabaritados, os não braçais, eram acomodados nos poucos hotéis da cidade, ou quando acompanhados da família, a empresa alugava casas e apartamentos, se bem que a carência destes, na cidade era muito grande” (SUTUYO, 1998, p. 71-72). Esta foi uma diferença importante em relação à grande maioria do eixo 2, mais precisamente das subempregadas que estavam às margens das construções, como já destacado anteriormente. Pode-se afirmar que, se tomarmos a adjetivação do termo “barrageiro”, os trabalhadores do eixo 2 não eram os barrageiros, mas no âmbito da história serão lembrados como tal, uma vez que são inseridos dentro da mesma designação, no mesmo contexto histórico, mas sem a especificação das inúmeras diferenças que são partes importantes e exclusivas de cada um dos eixos.

No quadro abaixo está demonstrado como se deu a informalidade presente no eixo 2. Não consideramos problema o aumento considerável do número das empresas, mas sim o aumento desordenado de trabalhadores, gerado por essas empresas desprovidas de controle, ou de maneira informal, proporcionando uma diferença visível no tratamento aos quais os trabalhadores eram submetidos. Porém, se observarmos a vinculação de capital, isto é, o fato das pequenas empresas que por meio de estruturas administrativas se vincularam ao capital de

outras empresas maiores, notamos na parte da “empreiteira principal”, contido na figura 8, que a Cia. Auxiliar de Viação e Obras: CAVO S/A, do Rio de Janeiro, estava atrelada à construtora Camargo Corrêa (CAMPOS, 2017).

As demais empresas que compõem este quadro haviam participado de outros empreendimentos importantes no Brasil. Desta forma, ficava evidente a notoriedade dos acionistas, tendo assim um reconhecimento e uma possível facilitação no sentido de transitar em meio às licitações que se desenvolveram de forma diferenciada em relação às obras principais.

Os empresários viam as dificuldades e a necessidade de mobilização como oportunidade para tirar proveito nos empreendimentos e, desta forma, providenciarem paralelamente suas mobilizações. A empreiteira Aderval Pereira de Freitas, por exemplo, recusou-se em 1967, a apresentar o certificado de idoneidade no ato da licitação para obras a serem realizadas no município de São José dos Campos-SP. O pretexto foi de que tal exigência não era necessária, tendo em vista que ela já realizava serviços para o poder público (ver Figura 8, Anexo C). Em suma, cada empresa tinha sua importância dentro desse bloco.

EMPREITEIRA PRINCIPAL	SUB EMPREITEIRA
CONSTRUTORA GUARANTÃ S/A - SP	Não há indicação de que essas empresas repassaram partes das obras a outras empreiteiras.
CIA. AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS: CAVO S/A - RJ	
MAUAD ENGENHARIA - PR	
EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA: EIT - PE	Estrela S/A
GOES COHABITA CONSTRUÇÕES S/A - BA	Mar – Marcenaria
	Soma Engenharia
ADOLPHO LINDENBERG S/A -SP	Dal Óglio
	Figueiras
	Vila Rica
REGIONAL SÃO PAULO S/A - SP	Adão Vieira Lopes
	Aderval Pereira de Freitas
	Antônio Soriano
	Civil Barros e Barbosa Ltda.
	Clebes
	Concrehidra
	Jops
	Mario Granati
	Nelson Ferreira de Lima
	Orcalino Franco
	San Hidrel
	Souza e Dorneles Ltda.
	Tupy
Waldemar Rodrigues da Silva	

FIGURA 8: Empreiteiras do Eixo 2 - Obras prioritárias para o Canteiro de Obras.  
Fonte: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0521.d0001de0001.

Como já indicado, as consequências deste *modus operandi* dos gestores ávidos pela finalização das etapas dos contratos, que encadeava urgência sem transparência, não tardou a apresentar problemas, expondo o projeto binacional de forma negativa para o Brasil. Porém, isto não estimulou uma resistência mais ampla dos trabalhadores, exceto alguns levantes insignificantes e pontuais.

De que adiantou a Itaipu Binacional fiscalizar a construção do acampamento pioneiro na execução de projetos e na parte técnica, mas não considerar a própria infraestrutura dos acampamentos oferecidas para esses trabalhadores do eixo 2, sendo estes os próprios pioneiros do empreendimento? Este tema também está presente no depoimento do encarregado de obras aposentado Roque Bueno<sup>107</sup>.

Bueno, já falecido, na época da entrevista com 89 anos, chegou em Foz do Iguaçu em 1974, vindo do município de Umuarama-PR, contratado como encarregado de obras pela CAEEB, posteriormente pelo Consórcio UNICON como parte de trabalhadores requisitados pela Itaipu Binacional. Conforme as disposições indicadas para os eixos e seus trabalhadores, percebe-se que Bueno inicialmente pertencia ao eixo 1, mas a sua função, entre outras, era a de fiscalizar as empresas das obras prioritárias estruturais mencionadas na figura 8. Diferente de outros trabalhadores que chegavam totalmente sem experiência em construções e tentavam a qualquer custo, uma contratação, mesmo que tivessem que “adulterar suas carteiras de trabalho”, Roque Bueno já desenvolvia a atividade para a qual foi contratado em sua longa trajetória em construção (SESSI, 2015, p 190). Porém, não nas empresas conhecidas como barrageiras. Sua entrada para a “comunidade de destino” de trabalhadores em barragens se deu de forma ocasional, fora dos circuitos migratórios que se observa em grandes construções (MEIHY, 2011, p.52).

Enquanto para os primeiros, os profissionais em barragens, havia uma conciliação permeada por relações de amizade, pois traziam já socializado o *habitus* que se construía por meio de uma intensa forma de relações sociais, para os demais, estes apenas cambiavam o lugar de trabalho e de residência impulsionado por fatores sociais e financeiros. Em suma, seriam nessas condições que Roque Bueno se enquadraria. Isto é, na categoria de trabalhador com experiência, mas ainda estranho ao mundo das grandes obras conhecidas como barrageiras e das intensas mobilidades de trabalhadores. Sua experiência no mundo do trabalho se restringia a uma pequena região do norte paranaense:

---

<sup>107</sup> BUENO, Roque. Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu-Pr, 10 ago. 2019.

*[...] A minha vinda para cá foi a tal falta de serviço. A dificuldade lá da região que nós morávamos. Tinha acabado as obras do lugar lá, e eu fiquei parado. Então eu vim dar um passeio aqui em Foz do Iguaçu e ver a obra, e justamente quando eu cheguei por aqui estavam requisitando pessoal [...]* (BUENO, 2019).

Independentemente do campo social e seus “mecanismos” (classe social, capital, *doxa*, *histerese*) a inserção de novos agentes que desejam mudanças não é desprezada (GRENPELL, 2018). Mas há que se considerar os problemas advindos das novas relações sociais. Roque Bueno não só estava prestes a mudar de endereço, mas também de campo social, estabelecer novas relações, tal como ocorreu com os operários que foram promovidos a feitores. Percebe-se, desta forma, que trabalhadores com experiência, mas em atividades diversas, se reconheciam de forma paulatina nas novas formas de trabalho. Na sua entrevista Bueno traz vários destaques acerca de sua permanência por dois anos como encarregado de obras, evidenciando as contradições do período.

Mesmo no seu depoimento Roque Bueno concordasse que o momento tinha sido importante do ponto de vista profissional e financeiro, ele expõe o descontentamento, a essa exposição e vulnerabilidade dos trabalhadores das obras prioritárias que ele próprio era remunerado para fiscalizar. Em certo momento de seu depoimento notamos que havia de sua parte uma admissão acerca do fato que a violência exercida pelos empreiteiros e trabalhadores no início dessas obras chegou ao extremo. Bueno relata que em um desses eventos um subempreiteiro, cuja atividade era a de lixador de assoalhos na construção das residências, havia realizado uma série de trabalhos para o empreiteiro principal e não teria recebido pelas atividades prestadas. Este fato fez com que houvesse um gesto extremo que resultou no assassinato do empreiteiro pelo trabalhador que necessitava receber o pagamento.

Isto demonstra o que defendemos acerca dos contratos e da urgência descontrolada conduzida pelos gestores do projeto no esquema informal do termo. No caso do eixo 2, de acordo com a figura 8, parece que os valores pela execução dos trabalhos eram repassados pela Itaipu às empreiteiras principais, logo após as medições, mas a subempreiteira, por vezes, agindo na informalidade, não repassava os valores aos demais trabalhadores. Isto em curto espaço de tempo parece que se acentuava, aumentando as necessidades imediatas daqueles que eram alojados e estavam em condições precárias. Era o Estado-empresário perdendo o controle sobre aqueles que prestavam serviços. Do mesmo modo, acontecia o que é conhecido atualmente por terceirização da mão de obra. É certo que a terceirização ocorreu em todos os

eixos, mas o problema era maior no eixo 2. Em outras palavras, essa era uma responsabilidade direta da Itaipu Binacional e depois da contratante principal.

Os problemas eram complexos e as necessidades eram potencializadas para os operários que traziam familiares e os colocavam às margens dos acampamentos, expondo-as a outros trabalhadores que, ademais, entendiam o lugar como sendo um espaço sem controle (BUENO, 2019). As palavras presentes na narrativa de Roque Bueno indicam possível negligência da estatal ao lidar com essas demandas. Havia um excesso de confiança na idoneidade das subempreiteiras quando dos repasses dos montantes aos trabalhadores. Ou pior ainda, a estatal pode simplesmente ter considerado feita a sua parte ao repassar o montante dos trabalhadores às subempreiteiras e, assim, não cabia à ela a responsabilidade do trajeto do valor até a mão do trabalhador. Desta forma, as migalhas a serem divididas custavam vidas, pois, por mais que fossem pequenas quantidades de dinheiro a receber, como veremos, faziam toda a diferença para esses operários, com ou sem qualificação, construtores da infraestrutura básica do projeto. Sobre isto Bueno (2019) analisa um desses momentos pelo qual passou um operário que havia prestado serviços ao empreiteiro:

*[...] fazia dias que ele estava atrás desse dinheiro lá para pagar a peãozada. Ali o negócio é o seguinte: ou paga ou morre também. Porque a peãozada ia em cima do empreiteiro. O empreiteiro não tinha dinheiro para pagar, e queria um serviço. O serviço tinha que sair. O serviço estava pronto. Já fazia muitos dias que estava esperando vir esse pagamento. E o cara ficou embrulhando: hoje amanhã, hoje amanhã... Até um dia que o cara decidiu: “hoje eu vou lá buscar o dinheiro!” Chegou já falou com o empreiteiro lá que era o Dirceu: “eu vim buscar o dinheiro!” O Dirceu quando pensou de falar que: deixa para amanhã, ele já passou o fogo no pescoço dele, aí foi o alvoroço! (BUENO, 2019).*

Este trecho presente na narrativa do encarregado de obras Roque Bueno exemplifica os problemas que foram publicados em “5 de junho de 1975 pelo jornal Folha da Manhã, de Porto Alegre”, com a manchete “Como vivem os operários da represa”<sup>108</sup>. Mesmo que o jornalista do Correio da Manhã não mencionasse o caso apresentado na entrevista por Roque Bueno, ele traz em detalhes outros problemas com idênticas gravidades que expõem a ação das milícias criadas por algumas destas empreiteiras e subempreiteiras apresentadas na figura 8, objetivando o controle e a disciplina nos acampamentos.

---

<sup>108</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

A ordem dos gerentes era para que os trabalhadores se contentassem com o oferecido. Entretanto, parece que o combinado não era cumprido, contrariando as propostas oferecidas no momento do contrato. Nessa perspectiva, o lugar de trabalho, o cartão de visita da recém-criada Itaipu Binacional passava de uma visão local para um olhar nacional negativa, concatenando com a fala dos trabalhadores vítimas, conforme a narrativa de Bueno (2019). Assim, podemos considerar que as interpretações jurídicas que sustentaram o Tratado Binacional não alcançam as partes consideradas pela administração do empreendimento como sendo de menor peso e importância, a saber as obras desenvolvidas pelas empresas menores.

A reportagem produzida em junho de 1975 pelo Correio da Manhã contemplava vários focos. Um deles destaca o assassinato de um trabalhador que, após ser demitido, voltou ao acampamento onde estava sendo construído um conjunto residencial para tomar refeições devido ao fato de ainda não ter outro lugar para ir até realizar a rescisão do contrato de trabalho com a empreiteira Adolpho Lindenberg S/A.

O destaque do jornalista deixou claras as condições desumanas pelas quais os operários eram submetidos. Demonstrou também a criação de milícias, oriundas da massa de trabalhadores que, escolhidos no meio dos operários da construção, sem experiências na atividade, tornavam mais visíveis todas as formas de violência. Como já demonstramos, o *habitus* militar e conservador que foi tão presente durante a construção, no sentido do recrutamento para os quadros das agências de segurança da Itaipu Binacional e do Consórcio UNICON (eixos 1 e 3) era um elemento ausente para o eixo 2 e toda a sua estrutura.

Era por meio dessa desorganização que os feitores e as guarnições milicianas atuantes no eixo 2 transformavam o canteiro de obras dessas empresas em lugares violentos, conforme as indicações de Roque Bueno (2019) e as palavras do jornalista na reportagem de 1975:

Essa surra é a lei que é vontade do patrão, vontade da firma Adolpho Lindenberg, uma das seis contratadas pela Empresa Itaipu Binacional”. Homem que fica doente como ele, e não trabalha, não ganha vale de comida, perde o café e almoço, se reage e reclama, é “durão dos direitos”, leva pauladas de arrepiar, “cacete, tiro e coice” da guarda raivosa. [...] Russo<sup>109</sup> morreu com fome. Veio da consulta ao médico do INPS<sup>110</sup> e de tanto pedir a marmita de comida, foi espancado no corredor do refeitório antes de levar balaço no peito e na boca<sup>111</sup>.

<sup>109</sup> Apelido do operário cearense Francisco Nunes Marques (Eixo 2), assassinado por guardas contratados pela empreiteira Adolpho Lindenberg S/A, em 28 de abril de 1975 no refeitório da empresa.

<sup>110</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

<sup>111</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

Qual era a legislação empregada no canteiro de obras, uma vez que se o operário estivesse doente não poderia se alimentar? Não havia legislação para atender a urgência. Eis aí o caos que se acumulava, e todos pareciam inertes, cegamente obedientes, sem atitude diante de sucessivas explorações e maus tratos. E quando realizavam alguma paralisação, eram demitidos, para impor regras, romper e aniquilar com qualquer que fosse a semente do ato contestatório no futuro. Da mesma forma, os elementos concretos de possíveis mobilizações eram perdidos, se dissolviam, mesmo que as empresas não cumprissem com o combinado, antes de os trabalhadores saírem das suas regiões e virem para as obras de infraestrutura de Itaipu.

Na mesma reportagem do Jornal Correio da Manhã, aparece o caso de um dos operários contratado ainda em Minas Gerais como pedreiro, explicava ao jornalista: “ofereceram emprego a Cr\$ 8,00 por hora. Mas não cumpriram, estou ganhando apenas Cr\$ 6,10. Lá falaram que o custo de vida aqui é mais barato, pura mentira. Disseram também que a viagem e as refeições do caminho seriam de graça, e agora estão descontando tudo”<sup>112</sup>. Diante disso, percebe-se que havia um pacto de consentimento entre empresários, Itaipu Binacional, Delegacia Regional do Trabalho e o sindicato patronal da construção civil, cuja sede era em Curitiba. Todos demonstravam alheamento e não considerando como fatos importantes as denúncias produzidas pela imprensa, uma vez que estas situações somente teriam eco após 1985, na segunda metade da fase da construção.

Mostramos anteriormente, na tabela 4, que na região de Foz do Iguaçu, nesta época, só havia dois sindicatos, mesmo assim eram de cunho patronal, sendo o Sindicato Rural fundado em 1968 e o Sindicato dos Hotéis Bares e Restaurantes fundado em 1975. Portanto, não havia espaço para negociações no novo campo das obras de Itaipu, tampouco lugares representativos isentos, ligados aos novos operários, para acolher as possíveis denúncias. Aliás, tempos depois, com as demandas do eixo 3, houve a formação do Serviço Social, mas este também nada contribuía com relação às pautas relativas aos Direitos Humanos do Trabalho. Dependendo do teor das demandas, conforme análises, as negociações eram feitas de forma restrita e diretamente com o general Adalberto Massa, à época, chefe da Delegacia Regional do Trabalho no Paraná.

---

<sup>112</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB.N8.0.PSN.EST, 0521.d0001de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

O general Massa até cobrava das empresas as demandas apresentadas nas reivindicações dos trabalhadores. No entanto, em contrapartida, solicitava as demissões dos envolvidos nesses atos como forma de retaliação e reforço à repressão.

Na citação a seguir apresenta-se a primeira greve de fome registrada no âmbito da Itaipu em novembro de 1975, na subempreiteira da Adolpho Lindenberg S/A. Porém, conforme documento de informação 012/1975 produzido pela AESI/IB<sup>113</sup>, o destaque para este caso seria o fato da existência de uma liderança entre os operários que, embora sendo demitido posteriormente, se configurava como responsável por mudanças expressivas na alimentação oferecida e nas acomodações. Ou seja, mesmo que tivesse lhe custado a demissão, o eco da sua voz alcançou todos os escalões da administração da Itaipu Binacional e dos demais órgãos do governo, mas não causava efeito na massa de operários como um todo:

No dia 28/10/75, um grupo de operários da Subempreiteira VILA RICA, empresa que presta serviço a empreiteira ADOLPHO LINDEMBERG; iniciaram uma greve de fome de pequena duração no Canteiro de Obras sendo o motivo a péssima alimentação servida. [...]. Na ocasião teria assumido a liderança do grupo o operário MIGUEL [...] O acima exposto foi comunicado ao Delegado Regional do Trabalho no Paraná, General MASSA, que autou a referida empreiteira e determinou o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que fosse melhorada a alimentação como também a melhoria das instalações dos alojamentos. Determinou também a demissão do Sr. MIGUEL, que na oportunidade disse que se a empresa o demitisse muitos iriam com ele<sup>114</sup> (sic).

No final das contas, esse movimento, muito próximo do outro publicado pelo jornal Correio da Manhã, levou o problema às autoridades. Pelas queixas dos trabalhadores, parecia haver uma espécie de conluio entre empreiteiros e agenciadores que já deixavam os trabalhadores vinculados a dívidas relacionadas aos encargos da viagem para o local de trabalho e os demais materiais que seriam custeados.

Este mesmo efeito não se observava nos agenciamentos de trabalhadores para os demais eixos. Para os agenciados contratados para o eixo 3, que iniciaram os trabalhos no Consórcio UNICON, as reclamações não eram pelo preço da hora trabalhada, tampouco com material fornecido, mas com as refeições e os alojamentos precários (SESSI, 2021b). Nota-se que esta seria uma grande diferença entre o consórcio formal e informal. Foram as experiências repressivas com estes operários do eixo 2, muitos na informalidade, que influenciaram

---

<sup>113</sup> FUNDO: Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Termo: DFANBSB ZD 0 0 0038B 0008 d0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

<sup>114</sup> Ibid., p. 07-08.

negativamente mudanças nas demais empreiteiras (eixos 1, 3 e 4) no futuro próximo. Não é a forma de repressão que mudou, ela apenas migrou da parte externa para a parte interna da construção. Na fase iniciada com a presença dos operários dos eixos 3 e 4, os quais se somariam ao 1, além dos trabalhadores possuírem uma melhor qualificação, havia um certo receio da atuação mais violenta da parte dos órgãos de repressão, mas isto não se observou mais no eixo 2, como vimos anteriormente.

A seguir, será apresentada a continuidade dos estudos referentes aos eixos compostos pelas empreiteiras e o tempo consumido por elas durante a construção. Porém, continuamos os estudos das origens da formação da mão de obra, ou seja, os estudos dos dados quantitativos dos elementos estrangeiros, formadores dessa força de trabalho. Serão analisados os efeitos da repressão e das delações sobre os trabalhadores que colaboraram com o aniquilamento dos movimentos iniciados na base. Estes são fatores importantes para se compreender o motivo da lentidão da organização sindical no canteiro de obras. No decorrer desse tópico fecharemos a nossa tese, apresentando o resultado de todos os processos pelos quais o canteiro de obras passou após a criação da Comissão Mista formada entre o Brasil e o Paraguai para a viabilização do projeto.

#### 4.3 CHEGAM OS NOVOS CONSÓRCIOS E AS DIMENSÕES OPERACIONAIS DOS EIXOS SE CONCRETIZAM

Após a ideia inicial sobre a metodologia, feitorias e alguns dados explicativos sobre os eixos, os estudos continuam vinculados a este corte horizontal estrutural, sem esquecermos o período pré-Itaipu. Isto porque, serão mostrados com mais ênfase seu dimensionamento e posteriormente a intersecção dos trabalhos, ou seja, onde se identificava o ponto de encontro das atividades que eram realizadas no canteiro de obras. A questão feita para o desenvolvimento deste tópico é a seguinte: em qual momento ou condição ocorreria o encontro de toda a massa de trabalhadores pertencentes a todos os eixos nesse espaço comum?

O momento de encontro entre todas as empresas, com grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras<sup>115</sup>, em um mesmo local de trabalho, ocorrido entre 1979 e 1981 (ver Figura 11, intersecção) foi decisivo para a criação do fenômeno da união, tendo este

---

<sup>115</sup> Embora o Canteiro de Obras da barragem fosse considerado um lugar proeminentemente de trânsito masculino, havia um grande número de mulheres que atuavam nos serviços de saúde, escritórios e zeladoria.

enquanto característica essencial a superação das diferenças em detrimento as demandas que apareciam. De certa maneira, esse momento serviu também para realizar uma aproximação entre os canteiros de obras, o que foi imaginado por Octávio Marcondes Ferraz e o concretizado pelas empresas vencedoras das licitações. Este momento evidenciou que uma construção em sociedade entre dois países diferiria sob todos os pontos de vista.

Se o governo e as empreiteiras se esforçaram para construir a hidrelétrica com outras significações, esqueceram-se dos problemas adicionais das relações, das diferenças que um grande contingente de trabalhadores ofereceria. É devido a esse fenômeno que estudamos o Canteiro de Obras por eixos distintos, dando ênfase a alguns momentos específicos e estabelecendo diferenças e aproximações que dificultavam as resistências.

Não havia um interesse comum entre os eixos presentes até esse momento de intersecção, nem mesmo o fator econômico, que pudesse gerar mobilizações. Além disso, os problemas eram esparsos e atingiam uma minoria de trabalhadores braçais sem causar reflexos nos demais. Um desses foi a revolta e o incêndio nos alojamentos em meados de 1978, tendo como motivação as péssimas acomodações oferecidas e a falta constante de água nas instalações (SESSI, 2021b, p. 45-70). Havia também um descompasso que promovia uma separação baseada em privilégios, uma vez que dissolvia a continuidade da revolta e dividia os interesses.

Dentro desse quadro paradoxal, o interesse que poderia ser comum e que poderia proporcionar a mudança no que seria para a “classe para si” com representatividade e contornos políticos, aconteceria somente pelo amadurecimento razoável, mas não concreto, ocorrido durante a intersecção. Seria nesse corte, embora sem muitos avanços devido à repressão, no qual começou a aparecer no horizonte uma reação, não só aos problemas econômicos, mas aos políticos, perante os quais necessitava-se um enfrentamento.

Fatores que se aproximavam e se alinhavam com uma nova filosofia e maneira de ver o mundo trazidas pelos operários especializados que começavam a chegar na construção e se assentar no eixo 4. Porém, não queremos considerar que o ambiente anterior a intersecção era inacabado e neutro, sem projetos, sem perspectiva de união e sem operários que pudessem levar um movimento adiante. Não foi assim.

Mostraremos os problemas nos eixos 2 e 3, compostos por uma feição de mobilização, a qual foi solapada em seguida. Se partíssemos dessa perspectiva de negar as experiências antes da intersecção, nosso argumento não se sustentaria sob o olhar dos movimentos futuros na barragem. Como afirma Thompson (1987, p. 9), “a classe operária não surgiu tal como o sol

numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”. Os trabalhadores partilhavam o mesmo ambiente, mas em eixos diferentes e ferramentas diferenciadas.

Apesar do contexto ao qual se referiu Thompson (1987) ser o da classe operária inglesa, o mesmo se aplica à Itaipu. No caso de suas obras enquanto campo social, era uma classe de operários dispersa no seu conjunto. Isto acontecia em face aos agrados e as regalias oferecidas a uma pequena parcela de trabalhadores que controlavam a vigilância no sentido policial, e a produção nas etapas de lançamento de concreto.

Era uma classe (em todos os eixos) composta por operários com maior poder aquisitivo (A e B) e não os desprivilegiados braçais das classes (C e D), sendo construída a reboque do fenômeno utópico do indivíduo “barrageiro”, conforme o avanço das obras dentro desse espaço social.

Um dado de realidade interessante é que aqueles com maior poder aquisitivo e os mais carentes de recursos sempre estavam juntos nas placas comemorativas dos recordes de concretos lançados. E mais, aquele com atuação em lideranças não era obrigado a tomar pastilhas de cloreto de sódio para evitar o esgotamento das suas energias. A diferença estava na posição ocupadas nas fotografias, entre as quais quase sempre a da frente era a dos feitores, encarregados e engenheiros. Porém, eram os menos favorecidos, que tinham seu suor contido e seus crânios vazados por vergalhões. Esta era a maioria cuja presença era ofuscada e sem nomes entre as paredes de concreto.

A morte não silenciava as máquinas, tal como descreve Jack London<sup>116</sup>, ao narrar o caso de Jackson, operário cujo braço foi esfacelado numa máquina de tear. Enquanto London pergunta “Onde está o braço do Jackson?”, aqui nós perguntamos: Onde estão as pernas do Tigrão? Será que as pernas do Tigrão se transformaram em energia e correm com os átomos nas linhas de transmissão da usina acabada? Diante de tudo isto, o término de mais uma empreitada significava uma parada para comemoração, um momento de união e entretenimento entre as equipes dirigentes.

---

<sup>116</sup> LONDON, Jack. **O tacão de ferro**. Tradução Afonso Teixeira Filho: Boitempo Editorial, 2003.



FIGURA 9: Comemoração por mais uma etapa de lançamento de concreto.

Fonte: Acervo particular de Antônio Anajosa de Vieira Filho.

Conforme segue, numa reportagem publicada em 1978, mesmo que os trabalhadores das categorias “C e D”, identificados como a grande massa presente em todos os eixos, fizessem parte da “colmeia de homens”, eles detinham o menor salário, além de ocuparem as acomodações com menos comodidades. Sendo então uma maioria, ainda assim não era comum, entre os membros da equipe dirigente, desenvolver-se uma visão crítica em relação ao que acontecia, uma vez que os interesses eram as metas a serem concluídas às custas de acidentes. Nas palavras do engenheiro João Pessoa Xavier Macedo:

Desde o momento em que o projeto de Itaipu se transformou na imensa colméia de homens e máquinas jamais vista, para levar a cabo um empreendimento cuja envergadura só se aninhava na mente de uns poucos visionários, ninguém acreditava que, em tão pouco tempo, se pudessem alcançar os indiscutíveis resultados que, para satisfação e orgulho de todos os que dão seu denodado esforço, estão à vista (sic) (Inf. UNICON, Ed. Nº 03, 1978, p. 02)

João Pessoa Xavier Macedo, à época chefe de equipamentos de concreto da UNICON, sugere ainda mais que o sucesso desse evento não era dos operários, da colmeia, mas dos ingredientes que eram agregados com êxito e proporcionavam o avanço das obras. Seus argumentos representavam, na verdade, o que o indivíduo das classes inferiores significava de fato para as elites:

“[...] isto só foi possível e continuará sendo, porque há um perfeito entrosamento entre a brita, silos e fábrica de gelo que enviam a matéria prima para a central de concreto; esta, por sua vez distribui a produção através de um eficiente sistema de transportes terrestres - caminhões-caçambas - para

que as caçambas dos peiners e cabos aéreos possibilitem o lançamento” (Ibid., p. 01)

Diante disso perguntamos: em que momento o trabalhador foi importante na produção, e se de fato foi, para além do maquinário descrito por Xavier e Silva, engenheiro chefe? Nessa exposição acerca do sincronismo da produção por meio das máquinas, o homem seria deixado ao acaso. Por fim, os homens eram apenas os pobres dessa colmeia que morriam destroçados pelas ferragens nos blocos e que, após os demais que conseguiram chegar ao término, comemoravam seu final a seu modo. Um grupamento sem norte político, mas consciente, embora sofrendo o controle feito pelas hierarquias intransigentes dos crachás “A” e “B” e dos capacetes brancos e azuis<sup>117</sup> presentes nos locais de trabalho (ver anexo F).

Portanto, esta era uma classe ainda em processo de formação, indefinida enquanto tal, cuja base moldava-se aos poucos, seguindo o próprio processo produtivo relativo aos eixos. Vemos então que a classe, enquanto formação, não fugiu do seu processo histórico, ou seja, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1997, p. 12).

Esta classe de trabalhadores composta por todos os eixos, assalariados, migrantes ou não, em obras pesadas, não conseguiam se perceber enquanto conjunto porque havia um processo de autodesenvolvimento em andamento. Mas se viam no campo como uma colmeia sem destinos, mas nunca como um bloco harmônico e coeso e em condições políticas para promover os enfrentamentos. Eles só apareciam juntos, e de forma rara, nas fotos, nas olimpíadas de trabalhadores, quando a última caçamba de concreto era lançada ou quando a pira olímpica era acesa. À medida que as funções dos eixos desapareciam, os trabalhadores esqueciam da sua importância concretizada por meio dos ganhos e benefícios não incorporados aos salários.

Essas vantagens ilusórias ruíam na mesma proporção que cresciam os blocos de concreto que as elites comemoravam harmoniosamente a conclusão. Eles permaneciam politicamente inertes devido à repressão, à distância que havia entre certos grupos e à ausência da condição de grupo. Portanto, era a ilusão que os mantinham vivos no processo. Era a felicidade de ter seus nomes trocados pelos adjetivos ufanistas de “barrageiros e homens de aço” ou de “o amigo do setor”. Adjetivos aglutinadores de consciências e de culturas que entravam no tempo histórico da construção e depois disso se cristalizavam, mudavam

---

<sup>117</sup> Equipamento de proteção individual. As cores azuis eram destinadas aos encarregados e feitores, e brancas aos engenheiros.

personalidades, e, por meio disso, alienavam-se ao processo produtivo. A construção da barragem formou um percentual elevado de trabalhadores com estas características. Eles e seus familiares eram separados da realidade e viviam ao seu tempo, pelas condições oferecidas, e também pela possibilidade de vencer a todo custo mais uma etapa das obras e ser, ainda que ilusoriamente, uma parte importante para a conclusão das etapas.

Entretanto, ficava evidente o fato de que mal conseguiam reconhecer que as comemorações de fim de etapas, seja qual fosse o eixo, eram indícios de seus próprios declínios, ruínas e fracassos. Declínios que consumiam suas próprias famílias que se viam obrigadas a deixarem as vilas residenciais, retirar os filhos das escolas e perderem o benefício de serem atendidas nos hospitais das empreiteiras. Tomando 1979 como referência, o Relatório Anual de Atividades (1979, p. 25-26), indica que houve 480.500 consultas médicas, com um total de 7.431 internações. O mesmo relatório traz uma estimativa entre residências ocupadas em dezembro de 1978 e dezembro de 1979, bem como o número de pessoas que constituem os familiares dos trabalhadores.

Para o que determinamos como eixo 1, houve em dezembro de 1978, 4.553 pessoas, no eixo 3, 24.181, já no eixo 2, 270, totalizando 29.004. Portanto, o ano encerraria tendo um acréscimo de 34.510 pessoas. Para este mesmo período, o relatório indicava ainda que havia 1.561 crianças na pré-escola, 9.882 crianças no ensino primário e 1.429 no secundário. Levando-se em conta que a massa de trabalhadores era de níveis “C” e “D”, percebemos que a comunidade escolar mais densa era composta por filhos ou dependentes desses trabalhadores, sendo estes também os maiores prejudicados quando dos términos das etapas.

Então, como unir os eixos em propostas únicas, de modo a fazer estranhos se enxergarem dentro de interesses comuns, se havia diferenças sociais gritantes entre trabalhadores que frequentavam os mesmos eixos dentro do processo produtivo? Logicamente, as feitorias e as agências de segurança se constituiriam em um calço, mas que poderia ser rompido, uma vez que eles eram também trabalhadores. Outro âmbito das diferenças é o cultural, no qual operários brasileiros e paraguaios, bem como de outras nacionalidades, com diversidades inerentes às suas próprias culturas.

Até durante o momento da intersecção dos trabalhos em Itaipu, o fato dos operários não terem condições de romper e propor uma forma de liderança própria, os levava a serem representados inevitável e indevidamente pelos patrões. Em outros termos, lembrando o conceito de campo social de Bourdieu, os dominados não conseguiam chegar a lugares de

destaque no campo para propor suas reivindicações. Lembrando novamente que este é um exemplo concreto de instituição total que se destacou até determinado momento da construção.

Pensando em outras possibilidades, para se chegar na autonomia política do proletariado, os interesses econômicos devem ser vencidos e superados. Só com isso pode se chegar de fato aos enfrentamentos políticos, já enquanto uma classe não mais estranha em interesses, objetivando nivelar os trabalhadores entre eles, separando-os dos patrões com seus objetivos. Sendo assim, como fator imediato, havia de ter a coesão dos milhares de trabalhadores desconhecidos e frequentadores dos eixos, independentes de sua qualificação, para a unificação dos ideais e dos objetivos, o que só aconteceu após dez anos de atividade, em 1985.

O fenômeno de classe propriamente dita acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987). Vemos esta perspectiva em nossa tese, uma vez que era possível observar as trocas de experiências que poderiam resultar no amadurecimento que aconteceu paulatinamente de 1981 a 1985, com a tomada de posição política para posterior ruptura (ver figura 11).

Entendemos, pois, que este foi um processo novo, exclusivo às obras de Itaipu devido ao fato de ela ser um projeto binacional. Será que se o projeto de Octavio Marcondes Ferraz (1962) fosse consumado, o projeto sindical também seria levado adiante ao menos até o final da década de 1960, no momento mais denso da repressão aos movimentos acontecidos em São Paulo e Minas Gerais?

Na primeira década de construção (1974-1985), os anos de trabalho se encerravam com a quase total falta de meios e condições para que o movimento de classe se constituísse em relação à exploração e à falta de representatividade institucional da massa de trabalhadores, fora do campo político próprio da estatal. Já mostramos o papel importante desempenhado pelas feitorias neste processo, mas entendemos que os próprios trabalhadores, na sua maioria, independentes dos seus eixos, às vezes, não se enxergavam por conta dos mecanismos existentes, como partes importantes, em relação aos enfrentamentos.

Porém, mesmo que desagregados profissionalmente devido às particularidades de cada um dos eixos, estes trabalhadores já estiveram presentes em lutas anteriores, pois eram possuidores de experiências, oriundas de outros lugares, pouco mais flexíveis institucionalmente do que no Canteiro de Obras da Itaipu Binacional. No caso do eixo 2, um

dos trabalhadores que promoveu a greve de fome, foi conduzido à Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu por ser “suspeito de ser líder de movimento de massa” no seu Estado de origem<sup>118</sup>. Neste caso havia os fatores da binacionalidade do projeto e da instituição total como elementos desarticuladores. Uma espécie de barreira que fazia pressão em todos os sentidos, contribuindo para desengatilhar qualquer que fosse a intenção de aglutinação política dos trabalhadores.

Após entender um pouco desse lado estranho da construção, movido pelo eixo 2, cabe ainda uma questão: será que o momento de intersecção, no qual houve a reunião de quatro grandes grupos de empresas e seus respectivos funcionários, com diferentes níveis profissionais, fomentaram a ruptura cujo início foi o ano de 1985? Tal ruptura sustentou um sindicalismo original, com características únicas ao empreendimento da Itaipu?

Verifica-se que este espaço de 1981 até 1985 foi um período no qual se consolidaram formas de consciência levadas a cabo, principalmente, por trabalhadores especializados que operavam nos eixos 1 e 4. Este período também foi representativo, uma vez que foi possível observar o vínculo de alguns desses trabalhadores com partidos políticos. Apesar de contraditória, mas tudo indica que essa união, parecendo autônoma e relacionada apenas aos operários, tinha os elementos que se identificavam com proeminentes bandeiras partidárias alicerçadas pelo momento da abertura política e registro de alguns partidos, naquele cenário.

É possível perceber outro elemento importante neste aspecto “revolucionário”. Alguns funcionários eram acadêmicos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), atual Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), dentre estes os operários Arnaldo Camargo de Freitas e o biólogo Roberto Ribas Lange, ambos do Eixo 1. Enquanto Freitas pertencia ao Diretório Acadêmico, sendo eleito vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1982, no recém-constituído município de Santa Terezinha de Itaipu, Roberto Lange, com histórico de militância em Curitiba, concorreu para vereador no mesmo ano, só que para o município de Foz do Iguaçu.

Roberto Lange obteve uma votação expressiva, mas não foi eleito, permanecendo, na ocasião, como segundo suplente<sup>119</sup>. Porém, para o caso de Arnaldo Camargo Freitas, após 10 anos de atuação como funcionário, primeiramente na empreiteira Matrix e posteriormente da CAEEB, em 12 de novembro de 1984 foi demitido dessa empresa que prestava serviços à Itaipu

---

<sup>118</sup> FUNDO: Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Termo: DFANBSB ZD 0 0 0038b 0008 d0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

<sup>119</sup> Tribunal Regional Eleitoral. Serviço de Informações ao Cidadão, 25 de julho de 2018.

Binacional, sob a alegação consensual entre empreiteiras “de redução de quadros” (Jornal Nosso Tempo, 1984, Ed. Nº 146, p. 05). Na verdade a “redução de quadros e a baixa produção” eram medidas administrativas e disciplinadoras que funcionavam como justificativa promover uma demissão sumária, servindo também para fazer pressão nos trabalhadores que se sentiam descontentes (SESSI, 2021a, p. 96-104). As ameaças constantes e seus efeitos se potencializavam dependendo das relações do trabalhador com a construção e as necessidades de sua família. Eram mecanismos que, conforme a importância e o *status* dos setores de produção, transformava experientes operários em crianças dependentes de seus pais.

A demissão atrelada em qualquer um desses termos causava no operário um efeito simbólico que o diminuía em relação aos demais, promovendo o sentimento de impotência e incapacidade perante as imposições do mundo do trabalho. Na ocasião da pretensa redução de quadro escolher-se-ia entre as turmas alguém para ser demitido após encerramento de alguma etapa. Assim, se o desempenho individual de um trabalhador não tivesse agradado às feitorias, esse seria o escolhido para a demissão, como foi o caso de Arnaldo de Freitas.

No período de “baixa produção”, a demissão também poderia ocorrer a qualquer momento. Porém, seu uso era genérico e muitas vezes alheio às atividades profissionais, percorrendo relações pessoais que se transformavam em relações de trabalho. Neste caso, um operário que discordasse do seu feitor ou da atuação das agências de segurança a sua demissão podia ser justificada no termo (baixa produção), tornando-a objeto de despersonalização individual. Isso poderia valer também para aqueles que propusessem alguma forma de ruptura em suas turmas, fossem estas rupturas políticas ou não. Geralmente a “baixa produção” era precedida por uma ameaça constante ou imediata que transcendia os setores.

Dentro dessa dinâmica e aprofundando a análise, conforme reportagem publicada na época pelo semanário Nosso Tempo, a demissão de Arnaldo Camargo de Freitas teria relação com a sua militância e contestação política contra a estatal, comprovada pelos relatórios da Assessoria de Segurança da estatal, nessa mesma época<sup>120</sup>. Em um desses relatórios publicados como confidencial pela Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu (AESI/IB) ao Serviço Nacional de Informações (SNI), o caráter ideológico de Arnaldo foi assim descrito: “Nesse duplo papel, de político de oposição e de empregado em empresa ligada ao Governo, suas atitudes públicas têm sido assinaladas pelas críticas ao Governo Federal, mesmo quando

---

<sup>120</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84046719. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020, p. 1-15.

atingem a ITAIPU”<sup>121</sup>. Vale considerar que Arnaldo Camargo de Freitas, assim como outros, foram demitidos antes mesmo da criação das primeiras associações, cuja gênese já orbitava no canteiro de obras, por apresentarem uma tomada de posição política, conforme será apresentado a seguir na figura 11.

No eixo 1, poderia ser mais presente um certo conservadorismo visto serem os trabalhadores da base da estatal e historicamente contrários aos enfrentamentos. Mas estes operários tinham grande participação na parte teórica e na difusão do ideário progressista, posto em prática tempos depois por Antônio Bonifácio da Silva (Eixo 1) que atuou como presidente da Associação dos Urbanitários (futuro SINEFI – Sindicato dos Eletricitários de Foz do Iguaçu) e do diretório do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>122</sup>. Já em 1988, quando ocorreu a eleição da diretoria provisória para o recém-criado Sindicato dos Urbanitários que precederia ao SINEFI, dos 24 cargos desse mesmo sindicato, 14 pertenciam aos quadros da Itaipu Binacional (Eixo 1), restando 10 cargos para serem distribuídos entre três estatais, estranhas aos eixos, sendo elas a Furnas Centrais Elétricas (FURNAS/CE), a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)<sup>123</sup>.

No sindicato da construção civil, isto não seria diferente, pois de forma majoritária a diretoria se formou em torno dos operários da barragem (eixos 3 e 4). Na composição da associação criada em 1987, dos componentes, apenas dois eram de empresas que atuavam fora do canteiro de obras<sup>124</sup>, confirmando a tese da originalidade operacional, ideológica e burocrática, a qual defendemos nesse estudo.

Isto ajuda a compreender a importância desses operários dos eixos 1, 3 e 4 para alavancar o processo sindicalista na barragem. O movimento foi organizado tardiamente e foi se expandindo, fazendo com que os operários assumissem uma posição de destaque, não só no sindicato encabeçado a partir do eixo 1, mas nos demais.

Da mesma forma, desta originalidade, nascia uma certa hegemonia e burocracia sindical no entorno da barragem, assunto que será abordado em pesquisas futuras.

Essa complexa dissociação fez toda a diferença, mesmo que as ações se mostrassem isoladas, faltando apenas continuar com o impulso iniciado por Arnaldo Camargo de Freitas. Por isso, é impossível isolar ou negar a figura expressiva e partidária de Bonifácio neste

---

<sup>121</sup> Ibid., p. 05.

<sup>122</sup> FUNDO: Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Termo: DFANBSB ZD 0 0 0019A 0008 d0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 28 de junho de 2020.

<sup>123</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BRDFANBSB V8 MIC GNC NNN 88007794. Disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 12 setembro de 2019.

<sup>124</sup> Centro de Documentações da Itaipu (CDI), Filme: 9200F Rolo: 0071, acesso 2014.

contexto. Após meados da década de 1980, não havia na disposição do eixo 1, pela natureza das atividades ali desenvolvidas, trabalhadores considerados sem qualificação. Esta categoria estava presente de início ao fim a construção, mas antes de 1981, se viam limitados em vista de ser um efetivo reduzido. Porém, de 1981 até 1985 coube aos trabalhadores especializados, principalmente os novos operadores de usina, formarem as associações e serrarem fileiras nas greves gerais, dimensionando os aspectos da luta. Foram eles os organizadores e articuladores principais das novas associações de operários e dos demais eixos. No entanto, há que ser considerado o fato que não existe empresa, mesmo que numa área notadamente voltada para atividades tecnológicas que tenha um quadro geral formado apenas por operários qualificados. Em algum momento, o trabalhador braçal far-se-á necessário e pode ser também importante no contexto sindical, com a ressalva da série de distorções pontuadas até aqui cujas diferenças estão na frequência dos eixos.

Seria impossível imaginar empresas-bases do eixo 1, tais como a Itaipu Binacional, “Ieco-ELC, Enge-Rio Engenharia, Consultoria S.A. e Logos Engenharia S. A., e a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), todas responsáveis pela coordenação de engenharia e pelo planejamento da construção”, terem seus técnicos (brasileiros e estrangeiros) desenvolvendo todo o tipo de atividade, até as exclusivas dos trabalhadores braçais (I.B, Diretoria Técnica da Itaipu, 2009, p. 37-38). Sobre essas diferenças técnicas relativas à mão de obra, de forma genérica, Gustavo Lins Ribeiro (1991, p. 139) assinala que:

A engenharia civil é uma atividade industrial altamente hierarquizada. Por um lado, pode-se encontrar ali uma mão de obra claramente não especializada, isto é, operários que nos mais baixos níveis hierárquicos fazem uso basicamente de sua capacidade de mover objetos e responder comandos para desempenhar operações simples. Por outro lado, pode-se encontrar técnicos e profissionais sofisticados como engenheiros, arquitetos e geólogos, vários deles com cursos de pós-graduação.

Pensando no caso do canteiro de obras de Itaipu havia evidências desse momento hierarquizado. Recorrendo a Ribeiro (Ibid.), em suas análises havia a submissão dos trabalhadores braçais em relação aos técnicos em vista da grande quantidade da mão de obra qualificada em detrimento da não especializada. Este fator poderia ser caracterizado como uma espécie de cooptação ideológica formal, uma vez que o desnível profissional era consideravelmente desproporcional, havendo até uma previsão sobre essa divisão, antes mesmo do início da construção, em relatórios encaminhados ao Conselho de Segurança Nacional,

intitulado “força de trabalho na fase de construção 1975 a 1983”<sup>125</sup>. De acordo com os indicativos do documento do CSN para 1980, a estimativa era de 22 mil operários, sendo quase 50% desse efetivo disposto para atuar na “mão de obra não qualificada”<sup>126</sup>. Dados que circundam exatamente o período de intersecção entre os eixos. O que é possível perceber nesse estudo é que novamente não haveria menção aos trabalhadores do eixo 2. De qualquer modo, isso não muda a perspectiva de análise proposta aqui.

Outro dado importante é o de que a previsão dos relatórios se aproximava da realidade, exceto para o ano de 1978, no qual a população de trabalhadores oscilou entre 35 e 40 mil operários (SESSI, 2015). Além disso, observa-se que houve até 1985 um fenômeno ocasionado pelo controle institucional que ajudava na separação dessas categorias muito além das atividades profissionais, isto é, havia claramente a categoria dos profissionais e a dos não profissionais, convencionalmente conhecidos por ajudantes de serviços gerais, tal como previsto no projeto da Itaipu.

Da mesma forma, ficou claro pelos números do Conselho de Segurança Nacional – CSN (1980), uma separação que podia limitar qualquer que fosse os atos reivindicatórios, em face do medo das demissões. Soma-se a isto a presença de trabalhadores estrangeiros (ver Figura 10) estratificados por equipes e eixos que, devido às suas especialidades, não desejavam que houvessem concorrentes para ocupação das suas vagas, ou mesmo por pertencerem a alguma empresa multinacional, recebendo altos salários.

Esta era uma das razões pelas quais ficaria estranho participar das reivindicações no canteiro de obras. Este tipo de trabalhador, ou esta espécie de casta profissional, na hidrelétrica de Yacyretá, foi classificada como “bicho de obras” por Gustavo Lins Ribeiro (1991), mas nas empreiteiras da obra de Itaipu, exceto aqueles do eixo 2 e da categoria dos guardas de segurança que integrariam os eixos 1 e 3, os demais eram genericamente chamados de barrageiros, independente da profissão ou origem.

Em Yacyretá, embora esta caracterização pudesse indicar alguma forma de exclusão social, era perfeitamente atendida dentro daquela realidade, pois muitos daqueles operários já pertenciam a grandes consórcios, estando encaixados em laços de amizade pessoais e duradouros que serviam de credenciais para mantê-los empregados, “mudando de obra em obra”, fazendo jus, portanto, a esta denominação. Na Itaipu, ser um barrageiro, a exemplo de Jacy Linhares e José Pacheco da Silva, citados anteriormente, indicava certo pertencimento,

---

<sup>125</sup> FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0233.d0001de0001, p. 101.

<sup>126</sup> Ibid., p.102

uma responsabilidade a mais de alguém que migrava pelo Brasil construindo barragens. Em Yaceritá o “bicho de obras” podia representar uma divisão social e técnica do trabalho, como afirma Lins Ribeiro:

Grande parte, desses “bichos-de-obra” forma a elite técnico-administrativa do projeto; alguns deles com curso de pós-graduação. Um mestre-de-obras ou um engenheiro chega a acumular poder pessoal bastante expressivo. Alguns comandam muitas centenas de homens em atividades que supõem uma articulação complexa de fatores de produção, equipamentos gigantescos e uma exposição cotidiana a riscos (RIBEIRO L., 1991, p. 139).

Diferente do processo que acontecia em Yacyretá, construída por argentinos e paraguaios, na Itaipu percebia-se que esta adjetivação de barrageiros dada aos trabalhadores evidenciava uma forma de união, ainda que estranha, diferenciando-se do caso citado acima que indicava um distanciamento social. Em Itaipu, a união subscrita na adjetivação “barrageiro” encobria simbolicamente o preconceito proveniente do esquema hierarquizado dos crachás de identificação e das relações sociais. Isto poderia ser um problema para alguém que, no ímpeto de organizar uma comissão de fábrica, pudesse reunir todos sob uma mesma bandeira.

De fato, parecia haver união em busca dos objetivos (recordes de concretagens), mas que se baseava no conformismo, na vivência impulsionada pela violência simbólica e física, as quais seriam rapidamente inculcadas no decorrer da construção e se tornavam extremamente prejudiciais para a luta contra a dominação, sempre presente no seio das feitorias. O feitor era o regente da dominação simbólica e física em todas as atividades dentro do canteiro de obras, atuando ele como sacerdote que reunia seguidores, mesmo que a contragosto destes.

É este o limite estabelecido no campo, sobre o qual chamamos atenção, e que também foi objeto de reportagem do Informativo UNICON, na edição de 15 de abril de 1981. Na época, por ocasião da campanha contra acidentes de trabalho, o jornalista demonstrou, na parte introdutória das entrevistas realizadas com um grupo de feitores, esta diferença social e o poder que se estabeleceu simbolicamente, entre os feitores e os trabalhadores, sustentado a nossa forma de análise ao afirmar que:

É no tratamento deles que os martelos batem no ritmo certo, os alicates torcem e cortam na cadência da produtividade, as caçambas balançam no ar e furam<sup>127</sup> uma após outras sem parar, as espingardas projetam a água sob pressão que

---

<sup>127</sup> Maneira com que os trabalhadores diziam quando as caçambas carregadas de concreto eram trazidas por guindastes e depois esvaziadas.

corta sobre o concreto, os peiners<sup>128</sup> dão giro sobre si mesmo como uma bailarina que sabe que cada movimento seu deve ser preciso. Os feitores são como regentes de várias orquestras que espalham uníssonas a música da produção no seio da barragem (Inf. UNICON, Ed. Nº 69, 1981, p. 4).

Conforme demonstrado na reportagem, os feitores eram comparados aos maestros. As ferramentas só se moviam nas mãos dos trabalhadores, porque estavam intimamente ligadas ao comando dos feitores. Portanto, no dizer do jornalista, os trabalhadores não saberiam executar suas tarefas sem os feitores.

Aliás, esta era uma das diferenças dos dois projetos estudados aqui. Em Yacyretá os capatazes eram transnacionais, expatriados, ao passo que em Itaipu, grande parte era retirado da massa dos trabalhadores. Entretanto, a própria característica das funções levava-os a operar no âmbito da dominação simbólica sustentada pelas diferenças sociais com os demais trabalhadores, pois o status de ser feitor diferia do status de ser um operário comum. Isto também operava e contribuía para que o lado menos privilegiado não conseguisse se enxergar definitivamente como autônomo no campo da produção. Os feitores e capatazes eram então uma parte indispensável no campo, e mais, eles deviam ser, ao menos nesses locais, indivíduos diferentes, embora frequentando o mesmo espaço social (ver esquema de turma no anexo F). Este era um diferencial importante que ajudava a sustentar, em grande medida, outros aspectos referentes ao controle presente em um processo institucional, nos termos de Erving Goffman (2013), no qual a figura controladora se situa na “equipe dirigente”. Em ambos os casos, guardadas as posições teóricas, está presente o fenômeno da “posição de classe” e a “condição de classe”, que despreza o economicismo e privilegia os esquemas de relações e o manejo de certos bens simbólicos (BOURDIEU, 2011). Ainda nessa linha de argumentos:

Pode-se então dizer que uma classe social possui propriedades ligadas às suas relações objetivas com outras classes. Mas também possui propriedades ligadas às relações simbólicas que seus membros mantêm entre si e com as demais classes. São distinções significativas, que expressam as diferenças de condição e posição e que, dessa forma, tendem à reduplicação simbólica das diferenças de classe (BOURDIEU, 2011, p. 12, tradução nossa)

Seguindo as observações de Lins Ribeiro para o projeto argentino/paraguaio e as colocando em nosso estudo, a grande maioria dos trabalhadores do eixo 1 e uma minoria presentes nos eixos 3 e 4, poderiam ser inseridos no rol dos “bichos de obras” ou expatriados.

---

<sup>128</sup> Guindaste que se movimentava sobre trilhos por meio de motores movidos a eletricidade, cujo giro da torre é de 360°.

Chamaremos mais atenção para o eixo 1, justamente por ser este o grupo da empresa que gerenciava o projeto, tendo um domínio estrangeiro, portanto, possuindo em seus quadros de trabalhadores uma variedade de técnicos oriundos de outras nacionalidades e originando uma parte importante do triângulo institucional, denominado de consultor. Segundo Lins Ribeiro (1991, p. 44), o “consultor é muito frequentemente um consórcio de várias empresas de estudo e projetos nacionais e internacionais. É habitualmente responsável pelas diretrizes técnicas do projeto, desde os estudos de viabilidade até o planejamento e projeto final da obra”.

Em face à dificuldade de preencher as vagas para o quadro técnico, as demais empresas, fora do grupo dos consultores, também se aproveitavam desses trabalhadores expatriados, não porque representassem uma certa elite dentro do mercado da construção civil pesada, mas porque suas profissões eram raras naquele momento. Tanto que em um levantamento periódico elaborado pela Assessoria de Segurança e Informações (AESI/IB) para a Itaipu, em meados de 1979, foram encontrados os seguintes dados de estrangeiros por empresas ou eixos, no caso desse estudo: 317 trabalhadores<sup>129</sup>.

Da totalidade apresentada, a maioria era de argentinos, chilenos, portugueses e uruguaios (ver Figura 10). No entanto, há que se considerar que levando em consideração a média global e inserindo as empresas atuantes na margem direita (MD)<sup>130</sup> da construção, esses números de estrangeiros foram aumentados consideravelmente. Tal motivo se deve ao fato de no Paraguai haver maior necessidade de pessoal qualificado, uma vez que as características das indústrias dos dois países diferiam, no sentido da mão de obra especializada para esse fim.

---

<sup>129</sup> FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB.V8.MIC, GNC.AAA.79004028. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2018, p. 1-28.

<sup>130</sup> A margem direita (M.D) e a margem esquerda (M.E) da construção se referem ao curso do Rio Paraná. Neste caso o Paraguai está localizado na margem direita, enquanto o Brasil na margem esquerda.

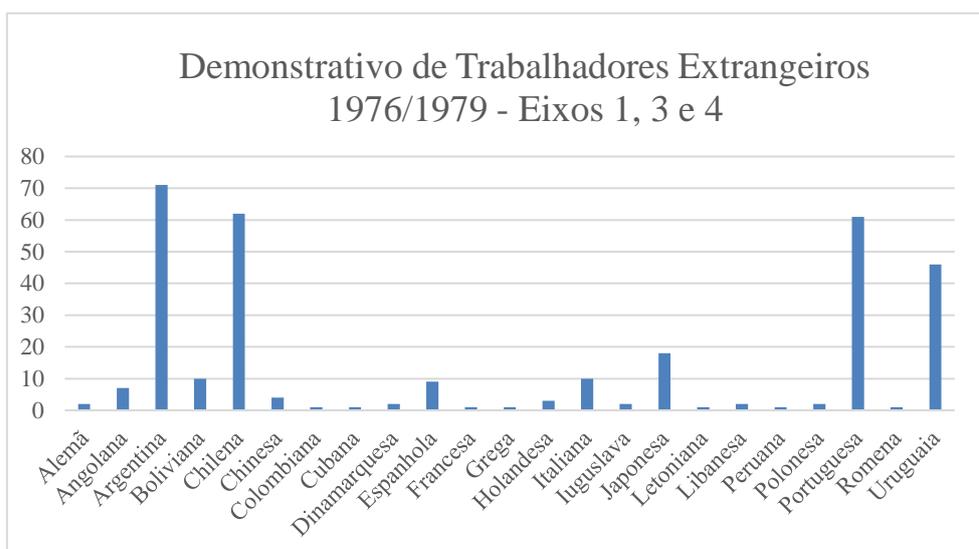


FIGURA 10: Indicativos de trabalhadores estrangeiros no canteiro de obras.

Fonte: FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: DFANBSB.V8.MIC, GNC.AAA.79004028.

Todavia, após 1980, este número de estrangeiros aumentou no lado brasileiro do projeto quando os operários do eixo 4 assumiram suas posições na construção. Neste primeiro momento, contrariando, em parte, a tese de Gustavo Lins Ribeiro que sustenta a categoria de expatriados como técnicos de nível superior, os números indicados no estudo elaborado pela Assessoria de Segurança e Informações (AESI) possuem uma variedade de profissões que ocuparam os extremos dentro das qualificações esperadas quando se refere aos “bichos de obras” como operários altamente especializados.

Percebe-se, neste caso, que essa não era uma variável ou um fenômeno linear para as obras da Itaipu Binacional, pois haviam de fato os expatriados, mesmo que com uma variedade de profissões e de nacionalidades. No entanto, havia a predominância desses em cargos de chefia ou de lideranças, visto já indicavam capacidades suficientes para assumir tais funções. Vale ainda considerar que os expatriados de Lins Ribeiro (1991), no estudo de Yacyretá, eram principalmente trabalhadores italianos e franceses que tinham suas histórias profissionais em grandes obras ligadas sempre às multinacionais oriundas daqueles países. Estes expatriados eram, portanto, vistos de fato como trabalhadores diferenciados quando contrastados profissionalmente aos operários argentinos e paraguaios nos dois projetos consorciados.

Aqui também dá para visualizar outro momento importante, uma vez que a quantidade de trabalhadores argentinos e chilenos era significativa, não essencialmente em números, mas em experiência que poderiam indicar alguma formação organizada nas diversas frações de categorias. Este fato se deve aos argentinos e uruguaios com experiências em outro grande projeto entre os dois países na Usina Hidrelétrica de Salto, no Rio Uruguai.

Diante disso, pergunta-se: por que em Yacyretá havia um certo receio da formação sindical desses trabalhadores dos consórcios? Cremos que a instituição total, com o fomento da permanência em moradias no entorno da barragem foi fundamental para esta retração. Tampouco, os problemas seriam diferenciados com demandas específicas entre os eixos, guardada as devidas semelhanças entre os eixos (construção civil pesada e obras de infraestruturas, projetos e montagem). Enquanto os primeiros tinham na massa de trabalhadores o elemento braçal na sua maioria, o segundo se caracterizava por ter uma especialização adicional que reduziu a distância entre técnicos e não técnicos no espaço de trabalho. Porém, em termos sindicais, os opostos se atraíram, uma vez que este é o sentido da luta.

Aqui também há um fator importante para ser pensado no que tange ao campo social da Itaipu Binacional enquanto lugar de disputas. Dissemos e problematizamos ao longo do primeiro capítulo desta tese que quando o canteiro de obras estava ainda no terreno da diplomacia e dos acordos, sejam estes públicos ou privados com as empreiteiras, este tinha uma delimitação clara do ponto de vista teórico. Ou seja, havia campos sociais diversos (militar, engenharia, direito e diplomacia) e em diálogos permanentes com o objetivo de chegar a um consenso quanto às normas a serem aplicadas no novo empreendimento.

Até 1974, o destaque era a ausência de eixos empresariais que cruzassem este campo e proporcionassem disputas. É importante acrescentar ainda que o canteiro de obras não era um campo social convencional, conforme o paradigma teórico de Pierre Bourdieu, algo acabado como o campo jurídico, por exemplo. Portanto, após 1974, trocava-se a diplomacia e as disputas políticas e comerciais pela concretude da atuação empresarial. No primeiro momento, que compreendia a chegada das empresas do eixo 3 observamos um cenário onde transitavam apenas dominantes, sem os eixos empresariais definidos. No segundo momento, o campo social se moveu por meio da busca de reconhecimento social e de pertencimento à maior hidrelétrica do mundo, aos recordes de lançamento de concreto. E, no último momento, observamos as disputas políticas voltadas para as eleições locais e a sindicalização dos trabalhadores (ver Figura 8, 1985 a 1989).

Portanto, um dos fatores que tornariam o canteiro de obras fechado era não somente o número de operários e o controle institucional exercido pelas empresas, mas também o problema da ausência de politização dos trabalhadores. Fenômeno importante que não seria visto na construção de Yacyretá, onde o grande medo dos empresários era justamente a formação política, sindical e histórica dos operários argentinos, em contraste com os paraguaios. Era uma perspectiva que amedrontava os consórcios e que nascia com o projeto, e

não algo que foi se desenvolvendo conforme a construção foi avançando, como ocorreu em Itaipu.

Na verdade, como já indicamos, argentinos tinham experiências em grandes obras, pois teriam participado com uruguaios em outro projeto binacional quando construíram a hidrelétrica de Salto Grande no Rio Uruguai, também na década de 1970 e 1980. A classe operária argentina “teria a seu favor uma poderosa tradição no sindicalismo” (RIBEIRO L., 1991, p. 142). Estes trabalhadores, na cadência das obras, poderiam influenciar os operários paraguaios reprimidos sindicalmente, desde 1954, quando o general Alfredo Stroessner tomou o Estado e instaurou a ditadura que durou até 1989.

Os gerentes de pessoal de Yacyretá eram conscientes que “estariam tratando com líderes sindicais altamente politizados, capazes de interromperem as obras de construção em busca de melhores condições socioeconômicas ou em respostas a chamados da Central Geral de Trabalhadores – CGT<sup>131</sup> por greves nacionais contra a política econômica nacional” (RIBEIRO L., 1991). Nesse sentido veremos que, enquanto na Yacyretá a realidade sindical já se apresentava com o início das obras, na Itaipu o assunto ficava restrito às especulações inerentes aos serviços de inteligência da estatal e do Departamento de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, uma vez que os delatores tendiam a indicar os trabalhadores argentinos, ou expatriados, como “subversivos”<sup>132</sup>.

Na figura 11, está dimensionado por eixos o que apresentamos anteriormente na tabela 5, na qual só foram indicados eixos e empresas como formas de mostrar o tempo e localização no processo de construção. O corte por eixos, além de mostrar os avanços da construção no tempo, também expõe o ambiente da construção no momento pré-surgimento dos sindicatos e as implicações disso no processo de constituição das organizações dos trabalhadores em sindicatos, quando estes tiveram sua oportunidade de surgimento, em meados da década de 1980.

Por meio dos dados apresentados abaixo há, além dos eixos, três períodos que consideramos distintos: o primeiro é a intersecção dos trabalhos desencadeada pelo momento no qual todas as empresas e consórcios estavam atuando simultaneamente; o segundo é o da tomada de posição política, no qual funcionários mantinham ligações com partidos e outras instituições; e o último representado pelo momento das sindicalizações em massa e a presença

---

<sup>131</sup> Central Geral dos Trabalhadores.

<sup>132</sup> FUNDO: Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Termo: DFANBSB.ZD.0.0.0025B.0143. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 11 de março de 2020.



não eram idênticas tempos depois quando havia mão de obra ociosa, às margens das vilas, residências e de outros bairros, coincidindo com o término das obras. As negociações eram outras e o que era o pior: não havia um projeto, ainda que clandestino, para rebater os empreiteiros. Isso só se verificaria, enquanto projeto em 1986 com a primeira associação de trabalhadores da construção civil, nascida na própria usina.

Pode ser que em outros momentos políticos houvesse essa possibilidade e consideramos que isso pode ter acontecido, pois as greves do final da década de 1960 nas fábricas paulistas e mineiras exemplificam isto. Embora reprimidos, o movimento levado adiante pelos trabalhadores de Osasco-SP e Contagem-MG foi uma referência para todos os outros futuros (IBRAHIM, 1986), incluindo os da Itaipu Binacional em meados de 1980.

Mas em Itaipu faltou uma liderança ativa, uma comissão permanente, ainda que secreta, mas que atuasse e fizesse a diferença no campo da construção. De que adiantava milhares de trabalhadores sem que houvessem lideranças fundidas no chão da fábrica para tomar frente, como observado no início da década de 1980 e mais efetivamente após 1985, quando os operários da montagem (Eixo 4) já estavam presentes? Eis uma diferença substancial, fundada essencialmente na consciência dos operários, portanto, na visão de um dos sindicalistas líderes do movimento paulista de 1968:

Quando surge uma comissão de fábrica rompe-se esse esquema, desaparece a individualidade e, quebra-se a hierarquia e a disciplina, pois esse tipo de iniciativa iguala todos, criam-se relações participativas e de solidariedade. Estabelece-se um clima onde todos se apercebem e se sentem vítimas da mesma situação e aí aparece a consciência do inimigo comum (IBRAHIM, 1986, p. 12).

A individualidade, tão importante no dizer de Ibrahim, que necessitava ser quebrada, só era contemplada em Itaipu quando havia comemorações de término das etapas da construção. Só neste momento, exceto pela disposição no lugar da fotografia, todos eram iguais. Havia fatores comuns, para além de qualquer comemoração sob a perspectiva do sujeito barrageiro heroicizado localmente. Mas de maneira distante da descrita por Ibrahim, a empresa “acolhia” todos e com isto buscava anular as resistências. Notava-se que a individualidade não se quebrava por fatores políticos, por isso que de forma geral e ampla a disciplina também não se quebrava. A repressão, com seus aparelhos ativos, alinhadas com alguns benefícios diferenciados de outros locais de trabalhos, era o que separava os trabalhadores da barragem desses mecanismos descritos por Ibrahim (1986).

Muito interessante também é que, dos idos de 1978 a 1981, embora sob intensa repressão dos órgãos de segurança da barragem, era um momento comum porque coincidia com movimentos políticos expressivos. O primeiro era a própria anistia às pessoas perseguidas durante o regime militar. O segundo se consolidava pelo fortalecimento dos sindicatos e o aparecimento de lideranças políticas que foram essenciais, principalmente em meados da década de 1980 no plano geral brasileiro.

Estas lideranças fizeram eco no canteiro de obras da Itaipu. Houve a projeção dos pensamentos políticos progressistas, sem que fossem de fato estruturados num lugar sujeito ao controle e à repressão. Pode-se dizer que, em termos de canteiro de obras, nunca houve um momento tão importante quanto o representado na intersecção. Foi neste contexto que despontaram as condições concretas para uma radicalização dos trabalhadores diante dos empreiteiros, tendo em vista a efervescência das camadas de trabalhadores por todo o Brasil, sob a égide do movimento do “novo sindicalismo”. Para Mendonça e Fontes (1996, p. 72):

A grande importância desse "novo sindicalismo", além de expressar as reivindicações de cidadania política do operariado, foi ter trazido à tona questões cruciais para seu ulterior desenvolvimento. Buscava-se recuperar a autonomia sindical, através de *negociações diretas* entre trabalhadores e empresários, livres da tutela estatal, e o reconhecimento legal de seus representantes nas fábricas (*delegados sindicais*). Expressava também a percepção da setorização econômica, exigindo aumentos salariais proporcionais à produtividade de cada ramo.

No lugar onde nascia o movimento entendido como novo sindicalismo, também havia as contradições presentes no Canteiro de Obras da Itaipu. Estes mobilizadores do novo sindicalismo também tinham gerentes, capatazes e feitores. Então, por que havia processos diferenciados de percepções de lutas levadas a cabo pelos trabalhadores presentes nas obras da Itaipu Binacional? Pode ser que seja porque a “região do ABC paulista, origem do movimento, era o centro nevrálgico do país” e, portanto, tendo um significado histórico importante no sentido das lutas dos trabalhadores, numa grande região industrial (Ibid.).

Localizada em outro ponto geográfico de fácil emprego da coerção, a Itaipu apresentava um canteiro de obras novo e binacional, deslocado dos grandes centros, ultra controlado, alinhado a isto a dificuldade de se propor uma comissão de fábrica. A institucionalização presente e naturalizada no projeto limitava os passos daqueles que se propunham a enfrentar os dirigentes das empreiteiras ou iniciar um processo de reivindicações relacionadas às sucessivas perdas.

Paulatinamente, mesmo que exposto às desarticulações dos trabalhadores ditos subversivos à luz da repressão, o ideário sindical era construído sem que houvesse uma formulação teórica expressiva, tal como se observava em outros lugares do Brasil. Tal perspectiva só reforça a ideia de quão atuante era o aparelho de repressão interno na Itaipu Binacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fevereiro de 2013, quando iniciei as pesquisas relacionadas à Itaipu Binacional, as fontes acerca desse tema eram escassas. Não porque não existissem, mas pelo fato de se constituírem como fontes de difícil acesso. Para elaboração dessa tese, iniciada em 2017, boa parte do acervo estava disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional, possibilitando, dessa forma, dar mais consistência à nossa pesquisa, mas também à de outros pesquisadores.

Mesmo nos cercando dessas novas fontes, nossa pesquisa não almejou a busca por uma solução definitiva acerca desse assunto. Por meio de outros referenciais teóricos, ela visou construir formas de análises que escapam a alguns paradigmas regulares e convencionais, considerados caros para a historiografia, no trato com as fontes e seu tempo histórico.

Buscamos ao longo das análises responder às perguntas a partir de novas perspectivas. Iniciamos pelas próprias indagações feitas pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, sobre os estudos que antecederam aos da Itaipu Binacional. De certa maneira, o problema pelo qual passou Marcondes Ferraz, no tempo pretérito, nos ajudou entender a Itaipu e suas mobilizações ao longo da sua construção, destacando a mudança dos projetos e as novas formas de consórcios de construtoras.

As questões levantadas nesta investigação foram centradas em um olhar alternativo acerca do megaprojeto binacional, cujo direcionamento foge parcialmente do viés geopolítico, bastante comum aos estudos que nos antecederam. O que pretendíamos era perceber a mobilização para o projeto, considerando em primeiro lugar o viés teórico do campo social da construção pesada, e, posteriormente, a aliança das empreiteiras em torno da ditadura civil-militar, conforme estudado por Pedro Henrique Pedreira Campos (2017) e Edna Rautenberg (2011).

Obviamente que isto tem um preço dentro do campo das análises. Apesar de rompemos com o caso específico da “sociedade civil” que dá conta de uma estrutura social convencional, a perspectiva alternativa nos levou a perceber o mundo dos negócios da construção de obras pesadas por meio de um campo social diverso, com seus agentes e suas formas de atuação, na busca incessante por colocações rentosas em empreendimentos do governo.

O caso dos consórcios para a construção da Itaipu Binacional estabelecidos por meio de seus eixos específicos nos levou a perceber a dificuldade de se manter um canteiro de obras nas proporções que foram o da estatal. Certamente, a mobilização encampada estava longe do imaginado por Ferraz e os adeptos do seu projeto pioneiro. Aos paraguaios cumpria aderir às

propostas das empresas brasileiras, as quais consumiam seu *status* e sua notoriedade a partir das relações sociais oriundas dos círculos do Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPES), da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

Se um dos nossos problemas era o de responder se a Itaipu era mais fruto das relações empresariais, a análise das correspondências de Octávio Marcondes Ferraz endereçadas a amigos tecno empresários desses institutos respondeu, ao nosso ver, a contento. Era fato que outro projeto que não o de Ferraz, até então pioneiro, era amadurecido e priorizado por relações que fugiam parcialmente do viés geopolítico. Este foi um dos problemas. O outro problema foi o da fronteira estabelecido em Porto Coronel Renato, em 1965, que só teve destaque quando se discuti as formas de geração de energia.

Sendo uma herança do governo do Presidente João Belchior Marques Goulart, encampada, portanto, pela ditadura militar do Brasil e Paraguai com outras roupagens, a Itaipu Binacional estabeleceu inúmeras novas formas de construção. Iniciou pela atuação de consórcios para atender a demanda de equipamentos para a execução dos trabalhos, mas também para os trabalhos de projetos.

Eram milhares de dólares consumidos sob forma de aditivos, tendo a empresa de consultoria “Boucinhas e Campos”, que tinha ligação histórica ao IPES, para avaliar a contabilidade. Nos parece que o embaixador José Jobim, assassinado em 1979, sabia desse problema e almejava denunciar a construção quando ela pulsava há apenas um ano e após a festejada inauguração do canal de desvio pelos ditadores Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner (Anexo G).

Outro ponto do nosso estudo foi a problematização das análises ortodoxas feitas para a estatal pelo campo jurídico. Cremos que essa faceta jurídica primeiramente do novo, depois do estranho e do “*alienígena*”, de certa forma, estaria prevista no parecer jurídico produzido pelo advogado Miguel Realle, um dos quais analisamos para entender essa dinâmica. Além disso, o parecer de Realle ajudou a sustentar nossa tese do campo social e suas dinâmicas de apadrinhamentos que geraram nossa pergunta de pesquisa. A saber, um ambiente social, no qual diversos agentes transitam, constitui-se em um lugar de estabelecimento de troca de favores e de justificação de uma nova realidade social? Não foi isso que aconteceu quando das mudanças de projetos da Usina Federal das Sete Quedas para o Itaipu Binacional?

No primeiro momento concluímos que nosso estudo projetou a estrutura da Itaipu Binacional com suas empreiteiras para fora de qualquer análise que de cunho puramente

geopolítico. Os eixos empresariais, com suas articulações, possibilitaram mostrar a união de empresas e o engano de interpretação da narrativa que apregoa à sociedade local e àqueles que visitam o projeto acabado.

Trabalhamos em nossa tese para apresentar um novo paradigma, uma vez que foi possível adentrar nas esferas de outros consórcios menores, informais e não reconhecidos pela memória oficial da estatal, e que sempre escaparam das formas publicitárias do empreendimento.

Por muitos anos, aos visitantes da usina, de imediato, era oferecido com forma preliminar à vigem panorâmica ao empreendimento, uma pequena sessão do filme, *Les grands travaux du monde*<sup>133</sup>, objetivando apresentar a obra por outras vozes, além legitimar o trauma que foi construção. O filme retrata de uma forma romantizada o cotidiano dos trabalhadores como uma só massa, e, enquanto faz isso, esconde àquilo que defendemos quando nos aventuramos a indicar uma separação por eixos. Em comum, a produção de origem francesa, tem a trilha sonora que embala e se confunde com o som das máquinas, das ferramentas individuais e com processo de produção. Mobiliza o espectador a pensar que as relações foram forjadas de forma lúdicas e pela constante amizade entre os povos, tal como previa a Ata de Iguaçu e o Tratado da Amizade.

Não obstante a visão romântica, a produção cinematográfica mostra que de fato nem todos gozavam de privilégios, tal como indicamos por meio das fontes oriundas do Informativo UNICON. Os trabalhadores representados como atores da grande obra, foram, portanto, resultado dos caminhos que o projeto seguiu desde o seu nascimento com o projeto pioneiro até aquele que se vislumbra por meio da visita.

Nosso estudo, quando da problematização acerca da escolha de Itaipu em detrimento ao projeto pioneiro de Ferraz, não pretendíamos referenciá-lo como melhor, mantendo uma certa concordância com a produção cinematográfica, mas considerar algumas possibilidades econômicas ao colocar ambos como acabados. Mostramos as diferenças consideráveis caso o projeto de Ferraz fosse o escolhido naquele momento. Em primeiro lugar, os aspectos geográficos do oeste do Paraná não seriam tão modificados como foi com Itaipu, uma vez que não haveria a destruição das Sete Quedas, ponto turístico e gerador de divisas para o Município de Guaíra-PR. Em segundo lugar, o alagamento de grandes áreas agrícolas altamente produtivas. Neste caso, pareceu que a proposta de 1962 seria a mais viável, bastava

---

<sup>133</sup> As grandes obras do mundo.

evidentemente vontade política. Aliás, esta era a razão do debate desencadeados nas esferas políticas da época entre os favoráveis e os não favoráveis aos estudos pioneiros.

Uma das conclusões pelas quais nos deparamos, foi a deflagrada por uma das fontes na qual havia a afirmação de que se algum projeto tivesse como herança o governo de João Goulart, este já estaria sufocado na sua essência. Neste ponto da pesquisa apresentamos as relações entre componentes do IPES e a construção da barragem. Tal fenômeno não se caracterizou puramente no campo da engenharia. Ele avançou e se estabeleceu no controle financeiro do seio da contabilidade da usina em obras, uma vez que o movimento de milhares de dólares poderia de alguma maneira alimentar a corrupção. Esta investida não deveria ser exposta ao público.

Este também se constitui, com os eixos, um novo viés de estudo, isto é, mostrar que para além dos consórcios, seja qual fosse os eixos, a demanda de trabalhadores e de equipamentos saiam do controle, chegando ao ponto de o governo solicitar informações ao Conselho de Segurança Nacional, tendo em vista a repercussão dos casos de maus tratos aos operários e principalmente aqueles relacionados ao Eixo 2, os operários esquecidos e pioneiros do projeto.

Quanto à exposição do campo social, segundo o referencial teórico de Pierre Bourdieu (2011), tomamos uma breve referência como fonte, o trabalho de pesquisa de José Lins Ribeiro acerca do projeto hidrelétrico de Yacyretá, também binacional, desenvolvido aos moldes da Itaipu, por argentinos e paraguaios. Nosso objetivo, ao chamar atenção para este assunto em nossa tese, não foi adentrar nos problemas internacionais relacionados à utilização internacional das águas do Rio Paraná ao longo da sua bacia, tampouco aproximar os dois empreendimentos *ipsis litteris*.

Entretanto, consideramos nos apropriar dos conceitos do triângulo empresarial desenvolvido por Lins Ribeiro e aproximá-lo do esquema dos eixos empresariais para entender didaticamente a Itaipu e suas empresas construtoras. Tal como apresentou Lins Ribeiro em seu estudo, em grandes obras, há uma tendência na segmentação da mão obra utilizada. De certa forma, esta forma de segmentação facilitou também entender o processo de estigmatização dos operários, contrariando a história oficial que tende a desarticular qualquer que seja as formas opressivas pelas quais os trabalhadores foram expostos. Evidentemente, que a nossa pesquisa não tinha este elemento como objetivo geral, mas a consideramos importante como parte da discussão acerca dos eixos.

Assim, o estudo possibilitou uma nova leitura, seja ela na mobilidade social para a construção, seja no problema relacionado ao modo como o ditador do Paraguai era visto pelas

autoridades brasileiras. Neste ponto consideramos um novo avanço, pois os diversos negócios em volta da produção e da negociação da energia a ser produzida tinha uma parte a ser canalizada. Ou seja, a energia cara ao povo dos dois países, em face ao impacto da construção, ser cambiada por quinquilharias bélicas oferecidas ao Paraguai pelo governo do Brasil. Consideramos que tudo isso tinha relação com a própria personalidade do ditador do Paraguai, a qual foi destacada nos estudos do pesquisador do Paraguai Carlos Quinto Mateo Balmelli.

Tais negócios reproduziriam uma forte atuação de entidades do Brasil, como a Carteira de Créditos do Banco do Brasil (CACEX). Vimos que a CACEX mediou essas negociações, amarrando o pagamento dos bens exportados à entrega de energia elétrica ao Brasil quando do início da produção.

Assim, deparei-me com uma Itaipu que carrega em seu histórico um emaranhado de relações e de histórias que certamente eram produtos das inquietações do embaixador José Jobim. Nesse sentido, nosso estudo, foi de expor essas contradições, objetivando contrapor a narrativa oficial da usina, em um momento de efervescência política pelo qual passamos. E como foco principal dessa tese, concluímos que a Itaipu Binacional, enquanto projeto da ditadura civil-miliar, não pode ser entendido exclusivamente como um projeto geopolítico, mas um empreendimento que demandou formas diversificadas de empréstimos, e modelos novos de licitações. Este fator possibilitou o emprego de diversas construtoras em todos os eixos, mantendo assim, as relações entre as ditaduras e os grandes e médios empreiteiros.

Por fim, nosso estudo apresentou novos fatos para a interpretação da história acerca da construção de Itaipu. Acreditamos, com isto, que nossos objetivos foram alcançados à medida que conseguimos demonstrar a partir da leitura das fontes, que de fato a construção da Itaipu Binacional não era considerado apenas como um empreendimento geopolítico. As fontes, portanto, contribuíram para esta releitura, demonstrando que por ser uma construção complexa mobilizou as empresas em consórcios.

Ao longo da pesquisa tivemos inúmeras limitações que nos fizeram mudar o objeto, assim algumas lacunas, principalmente aquelas relativas ao movimento sindical ficaram sem respostas. No entanto, este é um desafio para que futuramente possamos retomar o assunto, ou até outros pesquisadores movidos pelas perguntas geradas ao longo dessa tese também possam fazer.

## REFERÊNCIAS

BALMELLI, Carlos Mateo. **Itaipú: Una reflexión ético-política sobre el poder**. Assunción: Aguilar Ediciones, 2011. 312 p.

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992. 330 p.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **A Diplomacia entre as quedas: O litígio fronteiriço entre o Brasil e o Paraguai que resultou na construção de Itaipu (1962-1966)**. Jundiaí – SP: Paco, 2018a.

BETIOL, Laércio. **Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na bacia do Prata**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 322 p. ISBN 9788522506903.

BINACIONAL, Itaipu. **Relatório Anual de Atividades**. Foz do Iguaçu, 1974.

\_\_\_, Itaipu. **Relatório Anual de Atividades**. Foz do Iguaçu, 1977.

\_\_\_, Itaipu. **Relatório Anual de Atividades**. Foz do Iguaçu, 1978.

\_\_\_, Itaipu. **Relatório Anual de Atividades**. Foz do Iguaçu, 1981.

\_\_\_, Itaipu. **Relatório Anual de Atividades**. Foz do Iguaçu, 1985.

\_\_\_, Itaipu (Brasil): Diretoria Jurídica. **Atos Oficiais da ITAIPU Binacional**. Curitiba: ITAIPU Binacional, 2005.

\_\_\_, Itaipu (Brasil): Diretoria Técnica da Itaipu. **Itaipu: usina hidrelétrica**. Foz do Iguaçu: TAB Marketing Editorial, 2009.

\_\_\_, Itaipu (Brasil): Diretoria Técnica da Itaipu. Itaipu. **Natureza Jurídica da ITAIPU**. Curitiba: Itaipu Binacional, 2004.

BORDIEU, Pierre. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2011. 224 p. ISBN 978-9876291873.

\_\_\_, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

\_\_\_, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fins dos Séculos Edições, 2003.

\_\_\_, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_, Pierre. **Sociologia Geral: Lutas de Classificação**. Curso no Collège de France (1981-1982). Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “**Estranhas Catedrais**”: **As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Editora da Universidade Federal Fluminense – Eduff. 3ª Reimpresão. Rio de Janeiro, 2017.

CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

DEBERNARDI, Enzo. **Apuntes para lá historia del Itaipu**. Assunción: Gráfica Continua, 1996.

DEER, Cécile. Doxa. *In*: GRENFELL, M; PIERRE, M. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. cap. 155-168.

DOMINGUES, Sérgio. **História & Luta de Classe**, 2008, p. 85-88.

DREIFFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONTES, Virgínia Maria. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

HARDY, Cheryl. Histerese. *In*: GRENFELL, M; BOURDIEL, Pierre. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 169-193.

HOBBSWAM, Eric. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado inglês**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 445 p.

IBRAHIM, José. **O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica**. São Paulo: Global, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LIMA, Ivone Carlleto Terezinha de. **As Faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.
- MATON, Karl. Habitus. In: GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2018, p. 73-100.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., São Paulo, Contexto, 2011.
- MENDONÇA, Sonia Regina de, FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Ática, 1996.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**. Campinas: Papirus, 1987.
- MORENO, Juan Antonio Pozzo. **ITAIPÚ: una victoria bien brasileña**. Assunción-PY: s.n., 2011.
- NICKSON, Andrew. **La Guerra Fría y el Paraguay**. El Lector, Assunción, 2014.
- PEREIRA, Osny Duarte. **ITAIPU: Prós e contra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PROSMAN, Jorge Coronel. **ITAIPÚ: y la lucha de los trabajadores**. Assunción-PY: QR Producciones Gráficas, 2009.
- QUINTELLA, Wilson. **Memórias do Brasil grande: a história das maiores obras do país e dos homens que as fizeram**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- RIBEIRO LINS, Gustavo. **Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro**. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_, Thomas E. **De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SCHILING, Paulo. **Itaipú: geopolítica e corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.
- SCHUBERT, J. Daniel. Sofrimento/violência simbólica. In: GRENFELL, M; PIERRE, Bordieu. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 234-269.
- TZU, Sun. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- VILLAGRA, Rojas Luis. **Lá Economía durante el Stronismo**. El Elector. Asunción, 2014.

## TESES

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **A Diplomacia das Águas: Cooperação e discórdia nas relações entre Brasil, Paraguai e Argentina em torno da Bacia do Prata (1966-1979)**. Franca: Tese de Doutorado: Unesp-SP, 2018b.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984**. Campinas, s.n., 2006.

TERELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**. São Paulo: s.n., 2018.

## DISSERTAÇÕES

CATTA, Luiz E. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. 1994. 138f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 1994.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As ações do Estado nacional e a trajetória política dos Guaraní Ñandeva no Oeste do Paraná(1977-1997)**. Dissertação de mestrado: UFGD, 2007.

MENDONÇA, Ariel Macedo de. **A geopolítica externa do Brasil**. Brasília: UNB - Dissertação de mestrado, 2004.

RAUTENBERG, Edina. 2011. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)**. Marechal Cândido Rondon-PR: Unioeste, 2011.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: as vozes na construção de Itaipu**. Cascavel-Pr: Edunioeste, 2002.

SESSI, Valdir. **“O Povo do abismo”: Trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Itaipu: 1974-1987**. Marechal Cândido Rondon-PR: Unioeste, 2015.

SUTUYO, Patrycia Caludia Godoy. **Segregação Urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação de Mestrado: UFSC, 1998.

## ARTIGOS

MONTAGNER, M. Ângelo, & MONTAGNER, M. I. (2011). **A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura**. *Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, 5(2), Pág. 255-273.

OLIVEIRA FILHA Elza Aparecida de. **Informativo Unicon: O desafio de um jornal empresarial no canteiro de obra da Itaipu.**, Dito Efeito, 2017, p. 1-16.

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: uma discussão a respeito do seu papel no campo do poder e da luta de classes.** Em Debate Revista Digital ISSN e 1980-3532, Florianópolis, n. 5, 2011, p. 64-85.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Bichos-de-Obra: Fragmentação e reconstrução de identidades.** RBCS, n° 18, fev 1992.

SESSI, Valdir. **A Voz dos empreiteiros no jornal Informativo UNICON: entre os textos dos cronistas e os primeiros levantes dos construtores de Itaipu nos anos de 1978.** Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, V. 09, Ed. 03, março de 2021b, p. 45 - 70.

SESSI, Valdir. **Trabalhadores na construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1985): a fronteira entre o trabalho e os mecanismos simbólicos de controle.** RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, V. 02 (N.º 3), 29 de abr. de 2021a, p. 96-104.

VUYK, Cecilia. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual.** CLACSO, Buenos Aires, 2013, p. 1-31.

## ENTREVISTAS

AMÉRICO. **Trabalhadores da barragem.** Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu, 27 de julho de 2014.

BUENO, Roque. **Trabalhadores da Barragem.** Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu, 10 de agosto de 2019.

GUIMARÃES, Claudemir. **Trabalhadores da Barragem.** Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu, 15 de julho de 2013.

MATHEUS. **Trabalhadores da barragem.** Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu, 12 de setembro de 2013.

## SÍTIOS NA INTERNET

FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB N8 0 PSN EST 0285. Fronteira Brasil/Paraguai. Pilar astronômico. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 27 de outubro de 2019.

\_\_. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0233. Disponível em: <<http://sin.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 11 de abril de 2020, p. 1-2.

\_\_. Termo: BR DFANBSB N8 0 PSN EST 0234. Itaipu Binacional: Assessoria de segurança. Diversos. Acesso em 04 de outubro de 2018.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB N8 0 PSN EST 0149. Itaipu Binacional. Diversos. Acesso em 10 de junho de 2017.

\_\_\_ Termos: DFANBSB N8 0 PSN EST 0521 d0001de0001. Itaipu Binacional: Assessoria de segurança. Diversos. Acesso em 03 de fevereiro 2020, p. 1-204.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0222. Itaipu Binacional: Assessoria de segurança. Diversos. Acesso em 12 de outubro de 2019.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.150. Itaipu Binacional. Críticas. Acesso em 15 de julho de 2019.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0150 d0001de0001. Itaipu Binacional. Críticas. Acesso em 15 de julho de 2019.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB N8 0 PSN EST 0079. Análise de Conjuntura Sul-americana (Paraguai). Acesso em 27 de outubro de 2019.

FUNDO: Comissão Geral de Investigação. Termos: BR DFANBSB 1M 0 0 1355 d0015de0079. Dossiê. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 02 de junho de 2019.

FUNDO: Divisão de Inteligência da Polícia Federal. Termos: BR DFANBSB ZD 0 0 0019A 0008 d0003. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 28 de junho de 2020.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB ZD 0 0 0038b 0008 d0001. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB ZD 0 0 0025B 0143. Acesso em 11 de março de 2020.

FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termos: BR DFAN BSB GNC AAA 79004028. Remessa de documentos de estrangeiros demitidos. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2018.

\_\_\_ Termos: BRDFANBSB V8 MIC GNC NNN 88007794. Associação profissional dos trabalhadores nas indústrias urbanas de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>. Acesso em 12 setembro de 2019.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 84046719. Arnaldo Camargo de Freitas; Dossiê. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB V8 MIC GNC RRR 83004518. Infiltração de agentes a serviço de países estrangeiros no complexo energético brasileiro: Dossiê. Acesso em 24 de novembro 2019.

\_\_\_ Termos: BR.DFANBSB.V8.MIC, GNC. NNN 84005326. Controle de Atividades de estrangeiros no território nacional. Acesso em 24 de novembro 2019.

\_\_\_ Termos: BR DFANBSB V8 MIC GNC OOO 80002435. Denúncia de desnacionalização da construção pesada: Dossiê. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

\_\_. Termo: DFANBSB V8 MIC GNC NNN 81001054. Denúncia de desnacionalização da construção pesada: Dossiê. Acesso em 15 de março 2020.

\_\_. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 75110599. Associação dos revolucionários de 1964: Dossiê. Acesso em 25 de julho de 2019.

\_\_. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79002015. Artigo do professor Antonio Carlos Pacheco e Silva: Dossiê. Acesso em 12 de outubro de 2019.

\_\_. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 83004068. Situação do projeto de assentamento Poty: Dossiê. Acesso em 18 de julho de 2018, p. 1-99.

\_\_. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 83004068 d0002 de0002. Situação do projeto e assentamento Poty: Dossiê. Acesso em 14 de março de 2020.

FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Termo: BR RJANRIO TT 0 MCP AVU 0356. Relatório de viagem à Europa. Antonio Carlos Pacheco e Silva: Dossiê. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

FUNDO: Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/DCD15AGO1963>>. Acesso em 05 de março de 2019.

\_\_. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/DCD15AGO1973>>. Acesso em 05 de março de 2019.

CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acerco/dicionarios/verbete/ferraz-otavio-marcondes>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

\_\_. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acerco/dicionarios/verbete/instituto-de-pesquisa-e-estudos-sociais>>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

## JORNAIS

Informativo UNICON. **Carpintaria acompanha o avanço do concreto**. Ed. Nº 22 de 10 de fevereiro de 1979, p. 03.

\_\_. **Marcos é o 001 da Itaipu Binacional**. Ed. Nº 42 de 15 de fevereiro de 1980, p.02.

\_\_. **Por que o vertedouro terá Trampolim?** Ed. Nº 52 de 16 de julho de 1980, p. 3.

\_\_. **De ajudantes a feitores em menos de um ano**. Ed. Nº 55 de agosto de 1980, p. 01-05.

\_\_. **Um pouco da História da Construção da Hidrelétrica de Itaipu**. Ed. 59 de 31 de outubro de 1980, p.07.

\_\_. **Feitores e Sub encarregados um papel decisivo na construção**. Ed. Nº 15 de Abril de 1981, p. 01-04.

\_\_\_ **Os números que falam da promoção do homem.** Informativo. Ed. Nº 76 de 1 de agosto de 1981, p. 1-16.

Jornal Nosso Tempo. **Outra vez Itaipu mostra sua face repressiva.** Ed. Nº 23 de novembro de 1984, p. 1-20.

### **SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO**

Mistério do Trabalho. 2018. **Sindicatos na região em Foz do Iguaçu.** Acesso em 19 de julho de 2018.

Tribunal Regional Eleitoral. **Partidos Políticos e eleições em Foz do Iguaçu.** Acesso em 25 de julho de 2018.

### **ACERVOS PARTICULARES**

Relatório preliminar sobre o aproveitamento do Salto das Sete Quedas, 1962. Acervo particular de Erni Claimar Franzotto. Foz do Iguaçu-PR: Consulta 03 de novembro de 2019.

MOCELIN, Ricardo: **Acervo particular. Foz do Iguaçu-PR:** Consulta em 19 de outubro de 2020.

### **ACERVOS INSTITUCIONAIS**

C.D.I - Centro de Documentações da Itaipu.

SEESSFIR - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde de Foz do Iguaçu e Região.

SINEFI - Sindicato dos Eletricitários de Foz do Iguaçu.

SITRACOCIFOZ - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu.

SITROFI - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu.

**ANEXO A – Esquema do aproveitamento da Bacia do Rio Paraná nos territórios do Brasil, Paraguai e Argentina.**



FONTE: CAUBET, 1989, p.31.

**ANEXO B – Média diária de concreto lançado ao bloco.**

*Informativo* **UNICON**

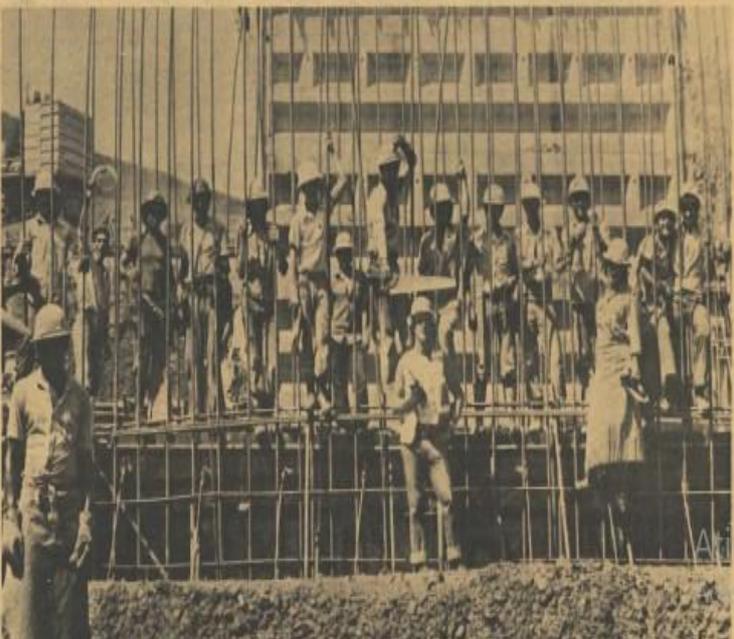
ANO I - Nº 3 — CANTEIRO DE OBRAS DE ITAIPU, 10 DE MARÇO DE 1978

## YAJHÁ! Alcançamos os 4.000 m<sup>3</sup> Diários de Concreto.

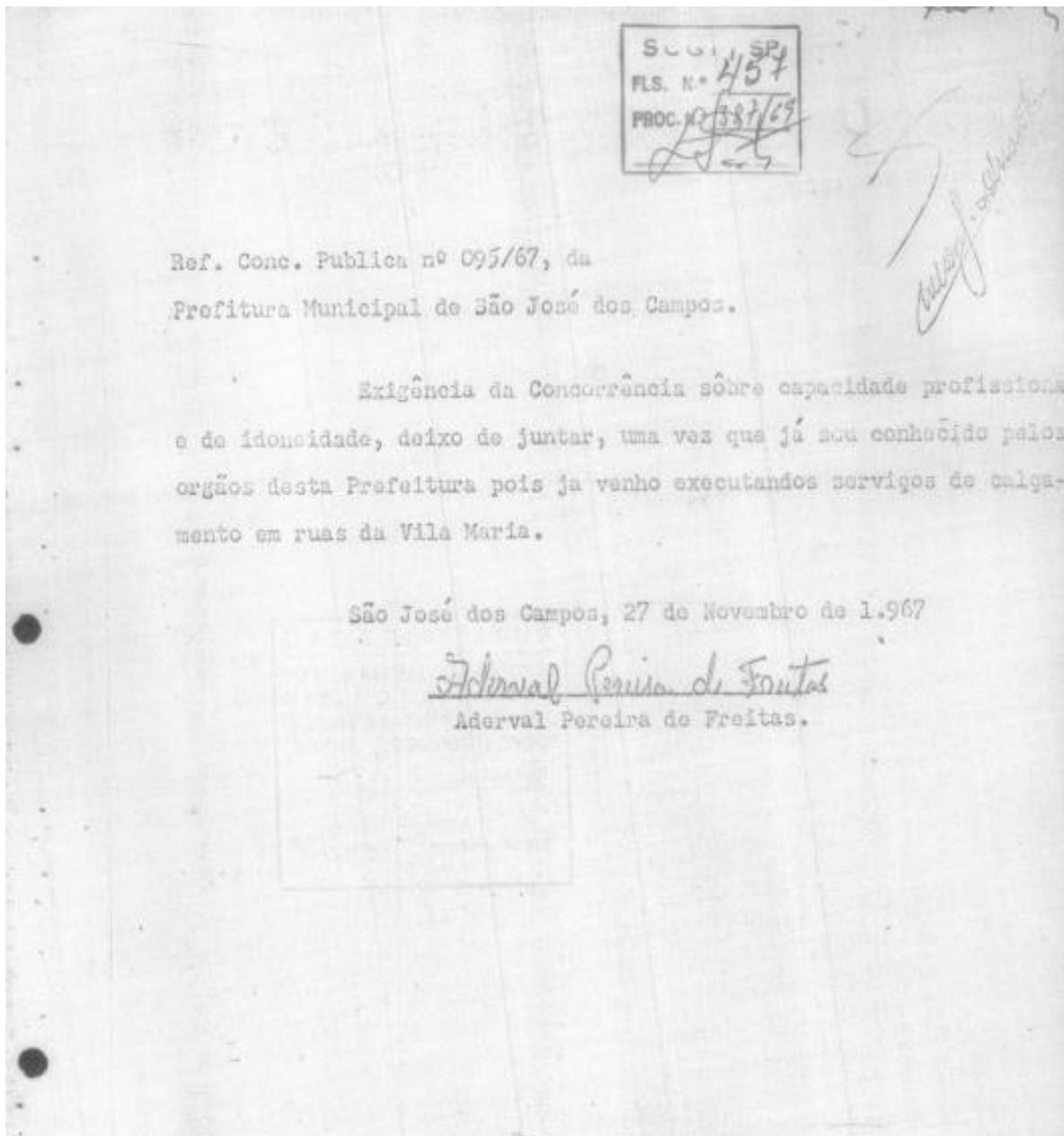
*Nove recordes sucessivos — diurno, noturno e diários — ocorreram a partir do dia 18 de fevereiro, marcando o crescimento do ritmo dos trabalhos de concretagem dos blocos, no Canal de Desvio.*

*O lançamento de 4.000 m<sup>3</sup>, no último dia 2, representou um marco, que deverá ser sucedido por outros, no crescimento da produção e lançamento de concreto. O feito arrancou aplausos de todos os operários quando a última caçamba do dia subiu carregando um cartaz que indicava os números.*

*Segundo declarações do engenheiro João Pessoa Xavier Macedo, DC-CR, chefe de equipamento de concreto, isto só foi possível e continuará sendo, porque há um perfeito entrosamento entre a brita, silos e fábrica de gelo que enviam a matéria prima para a central de concreto; esta, por sua vez distribui a produção através de um eficiente sistema de transportes terrestres — caminhões-caçam-*



FONTE: Informativo UNICON, 1978, p.1.

**ANEXO C – Aderval Pereira de Freitas: Licitação, São José dos Campos-SP, 1967.**

FONTE: FUNDO: Comissão Geral de Investigação. Termo: BR DFANBSB 1M 0 0 1355 d0015de0079, p.04.

## ANEXO D – Ficha Individual: União de Construtoras-Ltda.

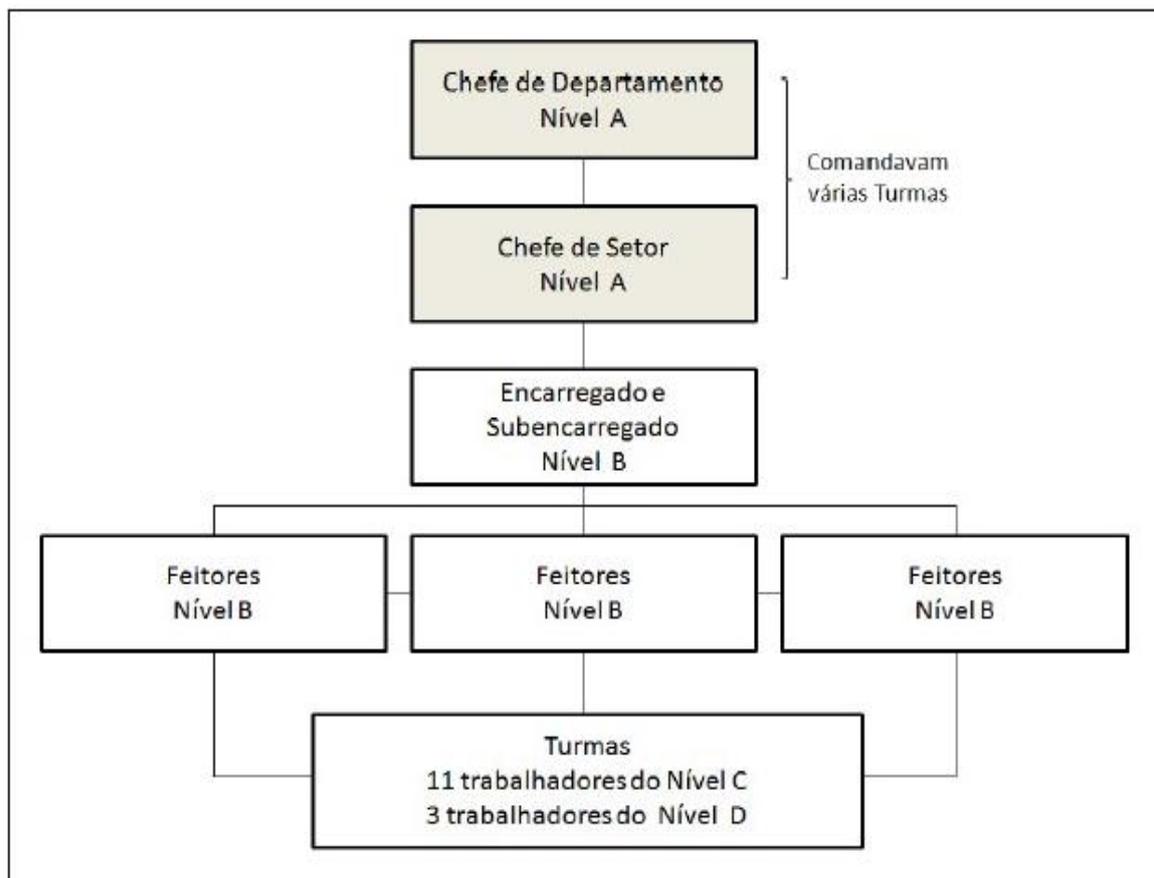
<b>UNICON</b> UNIÃO DE CONSTRUTORAS LTDA. ESTRADA DE GUAÍRA S/Nº - CANTEIRO DE OBRAS DA USINA ITAIPU - FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ C.G.C. - M.F. Nº 76.331.180/0001-56		00 <b>REGISTRO DE EMPREGADO</b> Registro no Ministério do Trabalho		Nº DE ORDEM REFERÊNCIA	CARIMBO DO D.R.T. 
NOME DATA DE NASCIMENTO 03.02.55 / LOCAL DE NASCIMENTO ITUMBARA / ESTADO GO			CARTERA DE TRABALHO SÉRIE 334 / ESTADO SP / DATA DE EMISSÃO 21.02.73	CÉDULA DE IDENTIDADE Grau EMISSOR ESTADO SP / DATA DE EMISSÃO 05.05.74	
NACIONALIDADE BRASILEIRA / ESTADO CIVIL SOLTEIRO / SEXO MASC			TÍTULO DE ELEITOR Nº ZONA 46 / NEÇÃO 197 / ESTADO PR / DATA DE EMISSÃO 03.10.77	CERTIFICADO MILITAR Nº CATEGORIA DISTENSADO / REGIÃO MILITAR 11 RR GO / DATA DE EMISSÃO 26.06.74	
ENDEREÇO C.I.C. PIS/PASEP			CARTERA NAC DE MABEL Nº PRONTUÁRIO / CATEGORIA / DATA DE EMISSÃO		
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO DATA DA OPÇÃO 24.07.81 / DATA DA RETRATAÇÃO CONTA VINCULADA AO BANCO UNIAO S/A / AGÊNCIA FOZ DO IGUAÇU-PR FILIADO AO SINDICATO DA CLASSE Indicação de sindicalização ÚLTIMA CONTRIBUIÇÃO SINDICATO ANO 1981 DA CLASSE / EMPRESA CIA METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRO / VALOR 6-1.429,30			ADMISSÃO FOZ DO IGUAÇU 24 DE JULHO DE 1981 Cargo OPERADOR DE INSTALAÇÃO INDUSTRIAL II SALÁRIO = 124,20 / (Cento e vinte e quatro cruzeiros e vinte centavos) por hora CNR 02:00 / COM INTERVALO DE 02:00 HORA(S) PARA REFEIÇÃO E DESCANSO	DATAS E ASSINATURAS DO EMPREGADO ADMISSÃO FOZ DO IGUAÇU 24 DE JULHO DE 1981 DEMISSÃO FOZ DO IGUAÇU 05 DE DEZEMBRO DE 81	
QUANDO ESTRANGEIRO PAULISTA - METRO DATA DE CHEGADA AO BRASIL R. S. Nº / CARTERA MODELO LR Nº CASADO COM BRASILEIRA: NOME DO CÔNJUGE SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> FILHOS BRASILEIROS QUANTOS? NATURALIZADO: DECRETO Nº SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		FORMA DE PAGAMENTO Mensal HORÁRIO DE TRABALHO DAS 07:00 às 17:00 HORAS	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL NO CASO DE MENOR ADMISSÃO DEMISSÃO		
BENEFICIÁRIOS (PARA FINS DE SEGURO)			ANALFABETO / POLEGAR DIREITO		
Nº	NOME	GRAU DE PARENTESCO	OBSERVAÇÕES		
1.		Mãe	RUA 135, QUADRA 116A, CASA 02, VILA A FOZ DO IGUAÇU (PR)		

Fonte: União de Construtoras-Ltda. Acesso, julho de 2014.

## ANEXO E – Ocorrência policial IB/ME.

9185F 0211		Fls 05
	<b>RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA</b>	Nº 024/78
DA: ENGENHARIA DE SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	PARA: ENGP	
<p>ASSUNTO: <u>AGRESSÃO</u></p> <p>Data: 09.07.78          Hora: 00:45 (aproximadamente)          Local: Guarita da barreira de controle (ME)          Testemunhas: - Escriturário          Setor de Transporte (ITAIPIU)</p> <p style="text-align: center;">Supervisor de Segurança do Trabalho          Div. de Eng. Seg. do Trabalho (ITAIPIU)</p> <p><u>Ocorrência:</u></p> <p>Os Srs. _____, residentes no alojamento do Canteiro, chegaram à barreira de controle às 00:45 hs, aproximadamente.</p> <p>Enquanto o Sr. _____ se utilizava do telefone da barreira para solicitar a condução que os levaria ao alojamento, o Sr. _____ se dirigiu para a sala de espera daquela barreira, onde já se encontrava o Sr. _____, Ajudante de Serviços Gerais, visivelmente embriagado.</p> <p>O Sr. _____ andava de um lado para outro, dentro da sala de espera, dizendo que queria ir para o seu alojamento, quando dele se acercou um dos guardas da Segurança Física que, de forma ríspida, ordenou que o mesmo permanecesse assentado. Antes que o Sr. _____ esboçasse qualquer reação, o guarda agrediu-o, jogando-o ao chão. Nesse momento acercaram-se mais dois guardas daquela segurança que, juntamente com o primeiro, iniciaram a agredir o Sr. _____ com socos e pontapés.</p> <p>Um dos guardas ordenou que o Sr. _____ saísse da sala de espera, empurrando-o para fora. Ao sair o Sr. _____ se acercou do Sr. _____ que, do lado de fora, presenciava a ocorrência enquanto aguardava a chegada da viatura solicitada.</p> <p>Um dos guardas solicitou ao Sr. _____ que se afastasse do local. Este se identificou como Supervisor de Segurança do Trabalho e, como tal, mostrou a sua preocupação em se inteirar dos fatos e prestar socorro ao agredido (encaminhá-lo ao ambulatório médico), já que este se encontrava sangrando abundantemente pela boca. O guarda lhe disse que a ele não lhe interessava a sua identidade e, como outros guardas já se acercavam com cassetete em punho, o Sr. _____ se afastou do local.</p> <p style="text-align: right;">continua...</p> <p style="text-align: center;">_____ Data</p> <p style="text-align: right;">_____ Assinatura</p>		

Fonte: Centro de Documentações da Itaipu: Filme 9185F, Rolo 0211.

**ANEXO F – Esquema hierárquico de uma turma de trabalhadores.**

Fonte: SESSI, 2015, p. 185.

**ANEXO G – Os ditadores Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner inauguram as obras do Canal de Desvio – 20/11/1978.**



FONTE: Relatório Anual de Atividades, 1978, p.5.

### ANEXO H – Divisão hierárquica entre os trabalhadores.

The image displays four identification cards (CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO) from UNICON, arranged in a 2x2 grid. Each card contains the following information:

- Top Left:** Year '1991'.
- Top Right:** 'Nº DE REFERÊNCIA' (Reference Number) in a box.
- Middle Left:** 'NOME:' (Name) and 'CARGO:' (Job Title).
- Middle Right:** 'NAC. BRASILEIRA' (Brazilian Nationality) and 'REG.' (Registration Number).
- Bottom Right:** 'REF.' (Reference) box containing a letter (A, B, C, or D).
- Bottom:** Company name 'UNION DE CONSTRUTORAS LTDA.' and 'UNICON' logo.

Red arrows point to the 'REF.' boxes on each card, indicating the hierarchy levels:

- Top Left Card (Level A):** CARGO: 179.00-ASSIST DEP II. REF. A.
- Top Right Card (Level B):** CARGO: 619.00-AUX ESCRITÓRIO. REF. B.
- Bottom Left Card (Level C):** CARGO: 43202 - MOTORISTA II. REF. C.
- Bottom Right Card (Level D):** CARGO: 721.01-AJUD SERVIÇOS. REF. D.

Fonte: UNICON: União de Construtoras – Ltda.

Legenda:

Assistente de Departamento II – Nível A.

Auxiliar de Escritório – Nível B.

Motorista II – Nível C.

Ajudante de Serviços – Nível D.